Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

RENOVAÇÃO MUSEOLÓGICA
E
GÉNESE DOS MUSEUS MUNICIPAIS
DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
1974-90

Maria Clara de Frayão Camacho

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Museologia e Património

Orientadores:
Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia
Professora Doutora Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo

UNL - 1999

T 58 -R-

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

RENOVAÇÃO MUSEOLÓGICA
E
GÉNESE DOS MUSEUS MUNICIPAIS
DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
1974-90

Maria Clara de Frayão Camacho

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Museologia e Património

Orientadores:
Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia
Professora Doutora Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
29 '99
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

UNL - 1999

069.01(469)

53238

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia e à Professora Doutora Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, orientadores desta dissertação, a minha vasta admiração e o reconhecimento pelo constante empenhamento e pela partilha de saber com que estimularam, motivaram e acompanharam este trabalho.

À Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelo apoio, e aos colegas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pela compreensão demonstrada.

Aos profissionais de Museologia - António Nabais, Benjamim Enes Pereira, Guilherme Cardoso, Isabel Luna, Joaquina Soares, José Gameiro, Maria João Vasconcelos e Mário Moutinho – e, em particular, aos colegas dos museus municipais da *Área Metropolitana de Lisboa* - Ana Luísa Duarte, Conceição Moreira, Élvio Sousa, João Cabral, João Camacho, Luís de Barros e Luís Pequito - pela disponibilidade, pela colaboração e pelo interesse com que corresponderam às solicitações efectuadas em diferentes fases deste trabalho.

Ao Per-Uno Agren e ao Henri Campagnolo, pelo encorajamento e pelas profícuas conversas que antecederam este projecto.

À Graça Filipe, companheira dos percursos académico e profissional, pela partilha que a amizade possibilitou.

Aos amigos e à família, em especial, ao João, meu filho, pela paciência e pela atenção que permitiram alicerçar esta jornada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

I - UM CLIMA DE MUDANÇA 7
1. A noção de património e as alterações políticas e institucionais 8
    1.1 Legislação protectora do património
        1.1.1 A Constituição da República 11
        1.1.2 Na senda de uma Lei de Bases para o património 15
        1.1.3 A Lei 13 / 85 20
    1.2 Organização institucional do Estado
        1.2.1 De 1974 a 1979 - a continuidade 27
        1.2.2 De 1980 a 1990 - o IPPC 33
    1.3 Competências das autarquias no campo patrimonial 45
2. Acções de animação cultural, patrimonial e museológica 56
    2.1 Grupos folclóricos e coleccionismo 58
    2.2 Dinamização cultural 64
    2.3 Levantamento patrimonial e animação 70
    2.4 Movimento de defesa do património 76

II – REFLEXÃO MUSEOLÓGICA – CIRCULAÇÃO DE NOVAS IDEIAS 87
1. Breve caracterização da reflexão museológica portuguesa 94
2. Contributos do exterior – Museólogos de influência
    2.1 Per-Uno Agren
        2.1.1 Missão UNESCO 109
        2.1.2 Visitas a Museus 112
        2.1.3 Seminários *Museus e Populações Locais* 118
    2.2 Georges-Henri Rivière 125
    2.3 Hugues de Varine 134
3. Contributos captados no exterior
    3.1 Formação 141
    3.2 Visitas a experiências 145
    3.3 Participações em encontros internacionais 151
4. Iniciativas realizadas em Portugal 156

III –EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA - ORIGENS E PROCESSOS 167
1. Enquadramento espacial 170
2. Panorama patrimonial
    2.1 Património classificado em 1974 179
    2.2 Novas classificações patrimoniais no espaço metropolitano 183
3. Associações de Defesa do Património
    3.1 Distribuição geográfica 190
    3.2 Evolução da noção de património 193
    3.3 Relacionamento com o movimento museológico 198
4. Orientações autárquicas
    4.1 Reestruturação funcional das Câmaras Municipais 203
    4.2 Políticas patrimoniais 213
        4.2.1 Promoção de levantamentos 214
        4.2.2 Aquisições e reutilizações de património 225

4.2.3 Democratização e animação cultural 231
5 Criação e reformulação de museus pelas autarquias
5.1 Quadro museológico em 1974 237
5.2 Novos museus - breve caracterização espacio-temporal 242
5.3 Processos conducentes à criação de entidades museológicas 250
5.3.1 Da colecção ao museu 252
5.3.2 Do levantamento patrimonial ao museu 261
5.3.3 Da aquisição patrimonial ao museu 280
5.4 Intenções não concretizadas 283
6. Renovação museológica 288

CONSIDERAÇÕES FINAIS 297

BIBLIOGRAFIA 312

ANEXOS
I – Evolução do conceito de património e sua protecção II
II – Encontros de Património e Museologia VII
III –Seminários *Museus e Populações Locais* XI
IV – Entrevista com Per-Uno Agren XVI
V - *Área Metropolitana de Lisboa* - composição demográfica e territorial XXIII
VI - Participação de Associações de Defesa do Património da *Área Metropolitana de Lisboa* em Encontros de Património XXIX

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Principais objectivos e realizações da política patrimonial com incidência nas autarquias (1974-90)	53
Quadro 2:	Encontros das Associações de Defesa do Património (1980-83)	79
Quadro 3:	Encontros das Associações de Defesa do Património - Temas abordados	81
Quadro 4:	Missão UNESCO - Museus visitados por Per-Uno Agren (1976 e 1978)	113
Quadro 5:	Missão UNESCO - Participação nos Seminários	120
Quadro 6:	Conceitos-chave em Hugues de Varine	136
Quadro 7:	Evolução da população da AML (em milhares de habitantes)	174
Quadro 8:	Áreas naturais classificadas na AML	188
Quadro 9:	Associações de Defesa do Património da AML	191
Quadro 10:	Museus de tutela municipal da AML	237
Quadro 11:	Processos de criação de museus na AML	251

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Distribuição concelhia de património classificado na AML (1973)	179
Gráfico 2:	Âmbito temático de património classificado na AML (1973)	180
Gráfico 3:	Distribuição concelhia de património classificado na AML (1974-90)	184
Gráfico 4:	Âmbito temático de património classificado na AML (1974-90)	185
Gráfico 5:	Âmbito geográfico das Associações de Defesa do Património da AML	196
Gráfico 6:	Distribuição concelhia de museus na AML (1990)	247
Gráfico 7:	Representação de museus na AML - Norte e Sul (1990)	249

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1:	Mapa autárquico da AML	172
Mapa 2:	Mapa museológico municipal da AML	246

LISTA DE ABREVIATURAS

AAIRL - Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa

AAP - Associação dos Arquitectos Portugueses

ADEPA - Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça

ADPCTV - Associação de Defesa do Património Cultural de Torres Vedras

AEDPHCS - Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AMLN - Área Metropolitana de Lisboa Norte

AMLS - Área Metropolitana de Lisboa Sul

APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APNPG - Associação do Parque Nacional Peneda-Gerês

APOM - Associação Portuguesa de Museologia

ARQA - Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora

ASDI - Acção Social Democrata Independente

ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural de Braga

CCRLVT - Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CDS - Centro Democrático Social

CECA - Comité de Educação e Acção Cultural (do ICOM)

CIASC - Comissão Interministerial para a Animação Cultural

CMVFX - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

CNRS - *Centre National de la Recherche Scientifique*

DEPA - Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Distrito de Setúbal

DGAC - Direcção-Geral de Acção Cultural

DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural

ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

FADEPA - Federação das Associações de Defesa do Património

FAOJ - Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FLL - Faculdade de Letras de Lisboa

ICOFOM - Comité de Museologia (do ICOM)

ICOM - Conselho Internacional dos Museus

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFP - Instituto Franco-Português

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

INATEL - Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

ISMAG – Instituto Superior de Matemáticas e Gestão

ISPCN - Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural

MAI – Ministério da Administração Interna

ME – Ministério da Educação

MFA - Movimento das Forças Armadas

MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNES - *Muséologie Nouvelles et Expérimentation Sociale*

OTL - Ocupação de Tempos Livres

PCP - Partido Comunista Português

PPM - Partido Popular Monárquico

PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

PRID - Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados

PRU - Programa de Reabilitação Urbana

PSD - Partido Social Democrata

SALPA - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal

SEC - Secretaria de Estado da Cultura

UEC - União dos Estudantes Comunistas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNL - Universidade Nova de Lisboa

INTRODUÇÃO

Ao escolher como objecto do presente estudo as origens de museus criados por municípios no espaço geografico-administrativo da *Área Metropolitana de Lisboa* e no horizonte temporal contemporâneo, inicialmente balizado pela data de 1974, cedo constatámos a necessidade de interligar este assunto com a renovação da Museologia portuguesa.

Não sendo destacável de um movimento mais amplo à escala do País, a criação de museus de dependência autárquica na região "em torno da capital" nas duas últimas décadas, é um fenómeno com largas repercussões junto das respectivas comunidades, a que acresce o reconhecimento do papel renovador que alguns destes museus vêm assumindo no seio do panorama museológico nacional. Por outro lado, nos anos imediatamente seguintes a 1974 assistiu-se à eclosão de intensos movimentos associativos locais de defesa do património, que remetem para o alargamento da noção de património e para a tomada de consciência da importância dos testemunhos patrimoniais. Também a difusão de ideias da Museologia contemporânea em Portugal, nomeadamente da «Nova Museologia», conhece neste período uma particular expressão, em conjugação com a participação directa de responsáveis e de técnicos dos museus emergentes nas iniciativas realizadas.

A atenção a este conjunto de factores foi potenciada pela nossa prática profissional continuada numa das entidades museológicas desta área geográfica (o *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*) e pela participação em alguns dos movimentos patrimoniais e museológicos que agora nos propomos estudar. Deste modo, a consciência dos elementos que sumariamente acabamos de referir, constituiu o ponto de partida de um estudo - centrado espacialmente na região "em torno da capital" e temporalmente no período posterior a 1974 - que traçasse o quadro histórico em que os processos anteriormente referidos ocorreram e que abordasse os fundamentos da criação dos novos museus, analisando as configurações que os mesmos tomaram.

Tendo considerado, de início, a região "em torno da capital" como o espaço a explorar, tomámos como âmbito geográfico mais preciso a *Área Metropolitana de Lisboa* (AML), entidade administrativa instituída em 1991. No entanto, tendo em conta que uma estrutura de tipo metropolitano se caracteriza pela existência de um conjunto de centros urbanos com

diferentes relações entre si, mas onde um centro de maior dimensão polariza o sistema dessas relações, pareceu-nos, como princípio, que seria de excluir desta análise os museus municipais de Lisboa, pela especificidade da sua inserção na própria capital do País, cuja dimensão urbana e papel polarizador central constituem factores, que se afastariam da natureza e dos objectivos do presente trabalho.

A par do quadro geográfico, foi seleccionado o período que medeia entre 1974 e 1991, justificando-se a escolha destas balizas temporais, no primeiro caso, pela mudança do regime político português e, no segundo, pela alteração da orgânica patrimonial museológica do país, com a reestruração (que levaria à extinção) do Instituto Português do Património Cultural. Se a data de início está associada a uma ruptura política profunda, com repercussões multiformes no tecido sociocultural, não deixa a segunda baliza cronológica de evidenciar uma maior fragilidade, pela sua especificidade patrimonial, que nos permitiu, contudo, conter uma mais extensa abrangência temporal em direcção à actualidade, seguramente favorecedora de menor distanciamento e de maior dispersão. A delimitação destes marcos temporais não impediu, porém, a evocação, sempre que pareceu justificável, dos antecedentes próximos de 1974 e dos prolongamentos em relação a 1990.

Dentro destes marcos espaciais e temporais elegemos a "génese" dos museus nascidos por decisão autárquica como o nosso principal objecto de interesse, destacando como componentes a explorar os antecedentes, pontos de partida e processos, que conduziram à institucionalização dos novos museus. A inserção deste tema no seio da "renovação museológica" implica da nossa parte um posicionamento de base em relação à desgastada situação da Museologia local em Portugal neste período, entendendo a "renovação museológica" como o conjunto de acções que contribuíram para a introdução de novos elementos no pensamento do sector e para a alteração das práticas de museus em contextos locais, no período em apreço.

Apontado o objecto deste estudo, elencámos como seus objectivos principais: traçar o quadro histórico e institucional subjacente à criação de museus pelas autarquias na AML no período 1974-90; caracterizar o movimento de circulação de novas ideias em Museologia, mediante o levantamento dos seus principais intervenientes; inserir os processos de criação de museus no

quadro das políticas autárquicas; detectar as relações existentes entre os movimentos de defesa do património e os movimentos museológicos; descrever e analisar os procedimentos que conduziram à criação dos museus a estudar, nomeadamente indicando os respectivos momentos de institucionalização. Em consonância com estes intuitos, a tentativa de contribuir para o estudo do pensamento museológico contemporâneo em Portugal, no período 1974-90, surge como um propósito central, no qual se entroncam os objectivos que acabamos de enunciar.

Inscrevendo-se as finalidades desta dissertação no desiderato de prosseguir a aventura do conhecimento museológico contemporâneo e de porventura dar um pequeno passo na descoberta e na exploração de novos dados, não deixa também a mesma de conter uma acentuada vontade de intervenção no presente, que uma Museologia activa necessariamente encerra. Ao pretender elucidar, pelo registo, descrição e interpretação informações respeitantes aos processos que antecederam, influenciaram e determinaram a criação (e reformulação) de entidades museológicas, ambicionamos também clarificar a reflexão actual sobre as mesmas entidades.

A investigação teve como primeira etapa a realização de um levantamento prévio dos museus de tutela municipal, fundados e/ou reformulados naquele período, no sentido de possibilitar um olhar panorâmico sobre os processos ocorridos no âmbito dos quadros espaciais e temporais fixados. Esta fase patenteou a necessidade da definição da noção "criação de museu", tal a variedade de situações encontradas, expressas em actos fundadores (geralmente por deliberação camarária), inserção em Planos Anuais de Actividades, notícia pública de museu e/ou abertura de instalações. Dado que muita desta informação não era temporalmente coincidente nem se equivalia nos conteúdos, verificando-se repetidas vezes anúncios de "museus", que não vinham a passar de "intenções", considerámos como principal indicador da "criação de museu" a sua efectiva entrada em actividade, mediante a instalação física e o estabelecimento regular de formas de comunicação com o público. Do mesmo modo, a inclusão de um museu municipal, criado antes de 1974, mas fortemente reformulado no período em estudo, através do ciclo "encerramento-reprogramação-reabertura", pareceu-nos que seria um factor clarificador da compreensão global dos processos ocorridos.

A metodologia seguidamente utilizada privilegiou a pesquisa documental e bibliográfica, mediante uma vasta compilação de fontes, constituídas fundamentalmente por documentos escritos, em grande parte não publicados e onde avulta a heterogeneidade. A documentação pesquisada inclui: documentos "oficiais" (legislação, deliberações de Câmara, regulamentos dos serviços municipais); documentação produzida pelos museus, quer interna (relatórios, documentos técnicos e administrativos), quer pública (comunicações, artigos, folhetos, revistas, boletins, catálogos, monografias); documentação sobre os museus (referências e/ou estudos em roteiros, monografias, artigos, comunicações); documentação de encontros de Museologia e património em Portugal, e em particular na AML; textos de base da «Nova Museologia»; documentação dispersa relativa a contactos directos, visitas a experiências museológicas, participações em encontros internacionais, por parte de técnicos de museus da área a estudar (correspondência, relatórios). Entre a bibliografia sobressaem as monografias, artigos e comunicações de carácter conceptual e enunciadores do pensamento patrimonial e museológico do período a estudar.

Embora o trabalho de campo não tomasse um carácter prioritário, tornaram-se, no entanto, imprescindíveis os contactos e as conversas estabelecidas com muitos dos intervenientes nos processos analisados, designadamente os técnicos dos museus criados neste período, a que se juntou, num caso excepcional, a realização de uma entrevista semi-directiva. Assim, revelou-se de enorme utilidade a reflexão anterior a este empreendimento (que persistentemente encarámos como parte da nossa experiência profissional de uma década e meia no *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*), tanto no conhecimento prévio das realidades a estudar, como na promoção do debate e da partilha de ideias com outros profissionais das câmaras municipais da AML.

As dificuldades encontradas são as inerentes ao estudo de entidades museológicas jovens e em mutação e evolução, tentando contrabalançar-se a ausência de distanciamento temporal com a inserção destes fenómenos em contextos mais amplos, tanto da Museologia, como das tutelas. Em relação directa com o constrangimento assinalado surgem a escassez da bibliografia museológica portuguesa publicada e a inexistência de centros de documentação neste domínio de conhecimento, factores que conduziram à multiplicação das pesquisas por um elevado número de arquivos. Esta situação foi, contudo, minorada por dois factores: o primeiro, a

considerável massa documental previamente reunida, na decorrência da nossa participação em muitas das iniciativas que deram origem à produção de documentação policopiada, a qual, sob a forma de *dossiers*, constitui a vertente dominante das fontes a que acedemos; o segundo, o auxílio e a solidariedade com que os técnicos dos museus estudados, colegas de profissão, cooperaram na busca, confirmação e disponibilização da informação, que permitiu pôr de pé este projecto.

A sistematização de resultados corresponde ao esquema de apresentação do presente estudo, cuja estrutura se organiza em três partes, em função do objecto estudado e da problematização realizada. Assim, o percurso que iremos traçar ao longo deste estudo conduz-nos por quase duas décadas da recente história da Museologia portuguesa, num caminho que, iniciado no cenário nacional (no primeiro e no segundo capítulos), desembocou na área geográfico-administrativa em torno da capital (no terceiro capítulo). Este trajecto tomou como eixos orientadores as transformações institucionais, sociais e associativas face ao património e a renovação da Museologia local de dependência municipal no âmbito espacial delimitado, num balanço constante entre as influências exteriores (ao País) e a evolução interna da Museologia portuguesa. Ao optar pelo enquadramento político-institucional e cultural do ambiente histórico em que se inscrevem os antecedentes das decisões autárquicas conducentes à criação de novos museus e ao cruzar esses dados com os provenientes do pensamento museológico, cujas correntes de ideias circulam e arejam o meio profissional português, situamo-nos no plano das condicionantes e das circunstâncias a montante das experiências emergentes. Centrando-se este trabalho preponderantemente na problemática anterior à existência das novas entidades museológicas, conquanto em simultâneo propiciadora das suas origens, deixámos para futuro estudo a análise do posterior desenvolvimento das práticas destes museus, acompanhando-os tão somente até ao momento da sua institucionalização.

I – UM CLIMA DE MUDANÇA

1 - A NOÇÃO DE PATRIMÓNIO E AS ALTERAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

Se o património é um conceito antigo, com origem no *patrimonium* romano,[1] a sua história e as alterações de uso do termo têm sido sujeitas a uma evolução que parece inserir-se nas correntes de ideias e nos sistemas de valores dominantes nas sociedades. De facto, ao longo das últimas duas décadas assiste-se, no contexto internacional, a uma verdadeira "explosão do património",[2] no sentido da progressiva invasão dos discursos, das instituições e das políticas por este termo.

Podendo ser considerados por alguns autores a alteração de função, a história, a raridade e a aparência externa como os principais factores que estão na base da transformação dos objectos, ou corpos naturais, em património,[3] esta atribuição não deixa de ser acompanhada por um processo de escolha, de triagem, de selecção e de julgamento, em que intervêm determinados actores. Entre estes últimos assumem um particular papel as instituições criadas para assegurar o registo e a gestão do património, com destaque para as instituições estatais, que são, também, reflexo da ordem social vigente e expressão de certas correntes culturais e ideológicas.

Nesta acepção, o património surge como uma construção social, legitimada, com autoridade, pelas instituições públicas e científicas, desempenhando o Estado neste processo um papel preferencial. Ao operar classificações sobre os objectos e ao impor as normas de selecção que, em última instância, irão ditar o que poderá ser destruído, perdido, ou não comunicado às gerações futuras, distinguindo-o do que é considerado património e, logo, que pode ser conservado contra a acção do tempo, o Estado lança os alicerces da edificação do conceito de património tal como surge nos nossos dias.

---

[1] No seu sentido original, referente sobretudo a bens privados e alienáveis. Segundo MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Livros Horizonte, 1977 (3ª ed.), p. 323 - Do lat. Património - "bens de família, património".

[2] Cf. a expressão usada por NORA, Pierre (dir.), *Science et Conscience du Patrimoine*, Paris, Fayard - Éd. du Patrimoine, 1997, p. 390.

[3] Cf. POMIAN, Krystof, "Musée et patrimoine", in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990, p. 180.

Partindo da premissa de que o património é uma "construção",[4] os sinais que permitem estabelecer os principais aspectos e etapas dessa construção, no período que medeia entre 1974 e 1990 em Portugal, ocorrem com maior incidência, em nossa opinião, nos domínios institucional, social. e disciplinar. Embora não merecendo da nossa parte uma abordagem específica, um outro possível campo de análise, o científico, será invocado, sempre que se justificar, tanto na teoria como nas metodologias e nos aspectos das conjugações disciplinares.

O discurso produzido pelo Estado manifesta-se, sobretudo, através de um *corpus* jurídico, que tem a sua face mais acabada na legislação sobre o património - conjunto de normas que enunciam razões de proteger e de seleccionar os bens patrimoniais, e pressupõem a noção de classificação, a qual, não modificando, embora, os objectos sobre os quais incide, está no fundamento da transformação das condutas a seu respeito, por referência a uma ordem jurídica que estipula direitos e deveres recíprocos. Deste modo, as políticas de conservação do património podem ser encaradas como estratégias do Estado, mobilizadoras de um aparelho jurídico, materializado em instituições, leis e decretos, discursos e práticas.

A produção de um conjunto de normas em defesa do património parece emergir da consciência de que este se torna irrecuperável na sequência de processos de destruição muito rápidos provocados pela acção humana e de que uma reacção a tais ameaças se afigura indispensável.

Por decisão política, a produção de uma nova legislação, propiciadora da criação de um aparelho administrativo e de um dispositivo jurídico sobre o património, marcou o período posterior a 1974, estruturando e construindo a noção de património, e concedendo-lhe um lugar institucional e um papel cultural novos. Neste sentido, poderá falar-se, não apenas da "construção da noção de património", mas também da "construção política e institucional do património", na medida em que este ultrapassa o registo dos discursos e é estruturante das práticas.

---

4 Marc Guillaume chama-lhe mesmo a "invenção do património" (Cf. GUILLAUME, Marc, "Invention et Stratégies du Patrimoine" in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990, p. 13-20), enquanto Pierre Nora e Krystof Pomian utilizam a expressão "constituição do património" (Cf. NORA, Pierre, "Conclusion des Entretiens" in NORA, Pierre (dir.), *Science et Conscience du Patrimoine*, Paris, Fayard - Éd. du Patrimoine, 1997, p. 390-397; POMIAN, Krystof, "Musée et patrimoine" in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990, p. 177-198).

Do corpo jurídico respeitante ao património, emergente da sociedade pós-1974, ressalta, num primeiro nível de lançamento das fundações sobre as quais iria ser construído o edifício normativo, a Constituição da República, na sua primeira versão de 1976, e nas duas revisões de 1982 e 1989, surgindo, num segundo degrau, a Lei-quadro do património (Lei 13/85), enquanto instrumento legislativo central do sector. Por seu lado, no campo das instituições, destaca-se neste período o Instituto Português do Património Cultural, criado em 1980 com o objectivo de centralizar a política patrimonial do Estado e que viria a ser extinto em 1992.

Face a este quadro institucional, e não perdendo de vista o campo de análise sobre que incide o presente estudo, cabe precisar o lugar atribuído às autarquias, tanto na perspectiva das competências e atribuições jurídicas, como na das relações com a orgânica central.

Assim, organizámos este primeiro ponto em três partes: numa primeira analisaremos o *corpus* estruturante da protecção do património, assente na Constituição da República Portuguesa, emergente da nova ordem política pós-1974 e materializado na Lei 13/85; numa segunda parte abordaremos a legislação orgânica relativa ao património, em duas fases, balizadas pela criação do IPPC (1974-79 e 1980-90) e finalmente daremos realce às competências das autarquias no domínio patrimonial.

1.1 LEGISLAÇÃO PROTECTORA DO PATRIMÓNIO

1.1.1 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

O termo "património", ausente do *corpus* jurídico português anterior ao 25 de Abril de 1974[5], entrou, em 1976, na *Constituição da República*, a qual, no seu artigo 78.°, enuncia:

> *O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.*

Se o primeiro aspecto a ressaltar no texto constitucional é precisamente o ingresso da expressão *património cultural* na lei fundamental, ocorrido no contexto dos *Direitos e Deveres Culturais* do Estado (capítulo IV da *Constituição*), o segundo é a forma assumida por esse dever, consubstanciado através de uma tríade de relações face ao património, as quais evidenciam, tanto as noções mais estáticas de preservação e defesa como a mais dinâmica de valorização. Assim, a obrigação do Estado manifesta-se, não só no dever de impedir a degradação e/ou a destruição dos testemunhos patrimoniais, mas também na contribuição para o enriquecimento das formas de comunicação daqueles testemunhos com o povo português.

No entanto, a distinção, implícita no enunciado do texto, entre património cultural e património natural, que no texto constitucional surge sob a designação de *natureza* e *ambiente*, levou a que as obrigações com estes últimos tivessem sido incluídas em capítulo anterior, referente a *Direitos e Deveres Sociais*, sendo o legislador mais extenso na enunciação das incumbências do Estado face ao ambiente[6] do que em matéria de património cultural.

---

[5] Na Constituição de 1933 o art. 52.° colocava (...) *sob protecção do Estado os monumentos artísticos, históricos e naturais, e os objectos artísticos oficialmente reconhecidos como tais* (...). Do mesmo modo, na legislação fundamental de protecção do património, em que se destacam o Decreto n° 20.985/32, de 7 de Março (com as alterações introduzidas pelos D.L. n° 22.860/33 de 20 de Julho) e a Lei n° 2.032/49, de 11 de Junho, a expressão *património cultural* está ausente, sendo nomeadas, além das categorias que dão origem às classificações - *monumento, imóvel de interesse público, valor concelhio* - também as de *obras de arte, objectos artísticos* e *peças arqueológicas*.

[6] Art. 66.°, n° 2: *Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares:*

b) *Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas;*

c) *Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;*

Tornou-se necessário aguardar a primeira revisão da *Constituição*, em 1982, para que a protecção do património fosse elevada a *tarefa fundamental* do Estado e surgisse em articulação com a defesa do ambiente:

> *Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente e preservar os recursos naturais;* (art. 9.°, alínea e)

Esta missão que, enquanto *tarefa fundamental* do Estado, aparece colocada ao mesmo nível que a independência nacional, a garantia dos direitos e liberdades fundamentais e a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, estabelece uma ligação clara entre património cultural e ambiente, no que pode ser lido como uma conjugação de indicadores fundamentais da identidade portuguesa, embora o termo "identidade" não seja explicitamente utilizado neste contexto.

Sobre esta alínea, Gomes Canotilho e Vital Moreira consideram que, ao atribuir ao Estado como tarefa fundamental *(...) a defesa, protecção e valorização destes elementos caracterizadores da República portuguesa: o património cultural, a natureza e o ambiente (...)*, a *Constituição* reforça a ideia de que a República portuguesa consiste numa colectividade política cujos componentes compartilham de uma identidade cultural historicamente configurada - e nesse sentido constituindo um povo - ligados a um território, a um espaço físico, cujos recursos naturais constituem uma base de sobrevivência.[7]

Refira-se, ainda, que este enunciado introduz a ideia de *protecção* do património cultural, em substituição das tarefas de *preservação* e *defesa* (constantes do art. 9.°, do texto constitucional, de 1976), mantendo, embora, a noção de *valorização*. Julgamos que o emprego deste último termo constitui uma acentuação do papel dinâmico da missão do Estado face ao património, omitindo a ideia de defesa, mais estática, e acentuando ao mesmo tempo a dualidade que atrás referimos: ou seja, impedir a destruição (material) e aumentar o valor (material e imaterial) dos bens.

Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica.

[7] Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1993, p. 94.

Na primeira revisão da *Constituição*, as associações de defesa do património cultural surgem igualmente no cap. III *(Direitos e deveres culturais)*, art. 73.º *(Educação, cultura e ciência)*, como potenciais colaboradoras, a par de outros agentes, da promoção da democratização cultural:

> *O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, colectividades de cultura e recreio, associações de defesa do património cultural, organizações populares de base e outros agentes culturais.*

Ainda nesta revisão, a alteração do art. 78.º, que passa a ter como epígrafe *Fruição e criação cultural*, conduz a uma articulação deste conceito com o de *Património Cultural*:

> *Todos têm o direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.*

Assim, o direito à fruição e à criação cultural, que constitui uma concretização do direito à cultura, inclui, entre as suas dimensões, a comparticipação na defesa e no enriquecimento do património cultural comum, o qual assume, por esta via, uma função social e cultural intrínseca e indissociável dos princípios de democratização e de participação, próprios do texto constitucional.

Por outro lado, no mesmo artigo é claramente reforçada a ligação entre património cultural e identidade:

> *Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: (...) c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum. (...),* (art. 78.º, c)

Este articulado, cujo conteúdo certamente terá a ver com o facto de a protecção e a valorização do património serem consideradas tarefas fundamentais do Estado, explicita a noção de património como elemento, não apenas constituinte da identidade nacional, mas seu animador, numa perspectiva claramente dinâmica da ideia de identidade.

Finalmente, na segunda revisão do texto constitucional, datada de 1989, é introduzido o *direito de acção popular* sobre o património (art. 52.º), idêntico ao anteriormente estabelecido em matéria de ambiente.

Em síntese, a noção de património começou por ser introduzida, embora parcamente, na primeira versão do texto constitucional (art. 78.º, de 1976)[8], sendo visível não só a separação face ao património natural (*natureza e ambiente*), mas também o maior aprofundamento das obrigações do Estado face a este último.

A revisão de 1982 aprofundou a relação do Estado com o *património cultural*, tornando-o *tarefa fundamental* (art. 9º-e), estabeleceu uma relação entre a protecção do património cultural e a da natureza e do ambiente, acentuou a articulação da política patrimonial com a política cultural, associou explicitamente o património cultural à identidade cultural do povo português e enunciou o princípio de colaboração com os agentes culturais, designadamente as associações de defesa do património. Estes pontos foram expandidos, nalguns casos, na revisão de 1989, mas a sua formulação de base ocorreu nas rectificações introduzidas em 1982, as quais constituem, de facto, um importante aprofundamento do texto inicial de 1976.

Para estabelecer os alicerces de um edifício jurídico que permitisse ao Estado, no âmbito da nova ordem política vigente, cumprir a tarefa fundamental de *proteger e valorizar o património cultural do povo português*, conforme preconizava a *Constituição*, tornava-se indispensável criar novas bases legislativas.

[8] Cf. MIRANDA, Jorge, "O Património cultural e a Constituição - tópicos" in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 262. A este propósito Jorge Miranda recorda a evolução do processo de preparação da Constituição de 1976, referindo que em 1975 nenhum dos projectos apresentados à Assembleia Constituinte contemplava de forma abrangente o património cultural, excepto, de certa perspectiva, o do MDP/CDE. Na sequência do debate ocorrido na Assembleia, foi aprovada uma nova proposta dos deputados António Reis e José Luís Nunes que esteve na origem a redacção do art. 78º.

1.1.2 NA SENDA DE UMA LEI DE BASES PARA O PATRIMÓNIO

Ao abordar a legislação produzida após 1974, torna-se necessário recordar a inadequação do corpo jurídico patrimonial português como um facto sentido de há longa data, continuando a protecção do património a ser regida, no essencial, pelos diplomas de 1932 e 1949,[9] sucessivamente alterados, modificados e reajustados.

No dealbar dos anos setenta avolumavam-se os sinais internos de que a profusão e a dispersão legislativas remetiam para a previsível urgência de ordenamentos, compilações e reestruturações, do mesmo modo que o teor da documentação internacional tornava evidente a fragilidade dos conceitos por que se regulamentava a protecção patrimonial portuguesa, o que reforçava a necessidade de uma nova produção legislativa.

Em 1971 num projecto de parecer de Fernando Pessoa Jorge à Câmara Corporativa, a propósito da intenção de autonomizar a classificação dos monumentos de interesse histórico-militar, este jurista fazia uma análise sistemática do regime de protecção do património e da política patrimonial, referindo a falta de eficácia da legislação vigente e a necessidade da sua revisão: (...) *essa revisão (...) deverá procurar criar um sistema legal unitário, coerente e equilibrado pelo que não se compadece com a realização sucessiva de reformas parcelares e, muito menos com adopção de novos regimes especiais, que só agravariam os males existentes* (...)[10]

Também José Sá Nogueira Saraiva[11] analisava em artigo publicado no mesmo ano os regimes legais vigentes para a protecção do *património monumental*, concluindo pela carência da reforma legislativa do sistema, pela desejável coordenação interministerial e pela urgente reorganização funcional dos serviços da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais .

---

[9] D. L. nº 20.985/32, de 7 de Março e Lei n.º 2.032/49, de 11 de Junho.

[10] JORGE, Fernando Pessoa, "Monumentos de Interesse Histórico-Militar (projecto de parecer da Câmara Corporativa)", Separata de *Museus de Portugal*, Lisboa, 1971, p. 19. Para CLARO, João Martins, "Enquadramento e apreciação crítica da Lei nº 13/85" in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 286, este parecer é *A melhor apreciação da política legislativa sobre a defesa do património cultural* (...) do período anterior a 1974.

[11] Cf. SARAIVA, José de Sá Nogueira, "O Regime Jurídico do Património Monumental da Nação" in *Boletim do Ministério da Educação Nacional*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Out./Dez. de 1972, p. 51-114.

Só em 1976, em mais uma alteração ao D.L. 20.985, de 7 de Março de 1932 - no que constitui o primeiro texto legislativo referente ao património cultural produzido após 1974 [12] - foram introduzidas as noções de *valores patrimoniais*, referentes aos sectores estéticos e culturais, e de *património arquitectónico*, apontando-se, desde logo, a necessidade de reformulação profunda da legislação vigente.

Ainda no mesmo ano, e numa clara manifestação de que as questões relativas ao património natural se adiantavam na formulação jurídica relativamente às do património cultural, era definido o novo regime de protecção da Natureza,[13] introduzindo a *concepção europeia de parque natural*. Assente na mudança política e orgânica, designadamente na criação da Secretaria de Estado do Ambiente, e na introdução de conceitos internacionais, como os de *parque natural, paisagem protegida, reserva de recreio, objecto, sítio, conjuntos e lugar classificados*, a nova legislação invocava ainda a necessidade de inter-relação com o património cultural.

> *De facto, apenas a classificação e o restauro de monumentos não é suficiente para garantir a permanência dos valores culturais da paisagem portuguesa. / Estes valores, marcos indispensáveis da cultura e educação de um povo, tais como a árvore centenária, a azenha e o povoado rural, o recorte da paisagem marcado pelas penedias ou pela obra do homem, são também, por outro lado, motivos indispensáveis de agrado e caracterização própria, sem os quais não há turismo.*[14]

Apontando duas das questões básicas da questão patrimonial - a redução à classificação como forma de protecção e a indispensabilidade de uma visão integrada e interdisciplinar da noção de património - as preocupações manifestadas encontravam na altura eco, do lado orgânico, no desígnio de criar o *Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*, intenções que não tiveram, como veremos, a esperada concretização.

---

[12] D.L. n.º 116-B/76, de 9 de Fevereiro. Alterações introduzidas ao D. L. nº 20.985/32, de 7 de Março.
[13] D.L. nº 613/76, de 27 de Julho. Introduzia alterações à Lei n.º 9/70 de 19 de Junho, que constituiu o primeiro instrumento jurídico de protecção da natureza em Portugal.
[14] D.L. nº 613/76, de 27 de Julho.

A legislação patrimonial produzida na segunda metade da década de 70 privilegiou o *património arqueológico*[15], apesar de a expressão estar ausente dos diplomas, que referem *trabalhos arqueológicos, actividade arqueológica* ou *escavações arqueológicas*, e o *património arquitectónico*, cuja crescente e potencial destruição constituía uma intervenção manifesta para a área política. Em 1981, um despacho do Secretário de Estado da Cultura relativo ao estudo e classificação das obras dos *arquitectos mais representativos* e à permanência de conjuntos urbanos de Lisboa e Porto justificava assim tal medida:

> *A acelerada destruição do património arquitectónico português a que se tem vindo a assistir nos últimos anos, quer pela demolição de obras significativas, quer pela degradação e abandono, impõe uma intervenção urgente e ampla, no sentido de salvaguardar e preservar adequadamente essas obras.*[16]

Os temas respeitantes à ameaça sobre o património arquitectónico, à sua destruição acelerada e à urgência de uma política, que se vinham a esboçar, como vimos, pelo menos desde o início da década de setenta, tomavam uma dimensão cada vez mais favorável à preparação de novas e abrangentes formas de protecção por parte do Estado.

Se a legislação orgânica foi abundante em toda a segunda metade dos anos setenta e no início dos anos oitenta, tornou-se necessário, no que respeita à legislação de base do património, aguardar por 1985 para ver aprovada a Lei de bases do sector (Lei 13/85). No entanto, desde 1978 sucessivos projectos de lei sobre o património, num total de doze, foram apresentados à Assembleia da República, com destaque para o ano de 1980 em que foram presentes sete desses projectos.[17]

---

[15] 1978 - Portaria n.º 269/78, de 12 de Maio: Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; 1979 - Portaria n.º 195/79: Alterações Introduzidas ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

[16] Despacho n.º 76/81 do Secretário de Estado da Cultura, de 21 de Agosto - D.R. , II Série de 15 de Setembro de 1981.

[17] Cf. CLARO, João Martins, "Enquadramento e apreciação crítica da Lei nº 13/85" in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 279-328: 1978 - Projecto de lei nº 121/I apresentado pelos deputados do CDS - *Regime jurídico do património arquitectónico, histórico, artístico e cultural*; 1980 - Projecto de lei nº 442/I apresentado pelos deputados do CDS - *Regime jurídico do património arquitectónico, histórico, artístico e cultural*; Projecto de lei nº 452/I apresentado pelo agrupamento parlamentar dos deputados Reformadores - *Protecção do património cultural e natural*; Projecto de lei nº 463/I apresentado pelo agrupamento parlamentar dos deputados Reformadores - *Regime jurídico de protecção do património cultural*; Projecto de lei nº 493/I apresentado pelos deputados do PCP - *Associações de defesa do património cultural*;

Porém, a par do elevado número de projectos-lei propostos pelos diferentes agrupamentos partidários sobre a matéria, era, desde 1980, preparada pela Secretaria de Estado da Cultura documentação técnica conducente a uma lei de bases do património. Redigido por Margarida Ulbach Chaves,[18] um documento de revisão e de codificação dos diversos diplomas sobre a matéria foi apresentado ao Secretário de Estado da Cultura em 22/4/1980 e dele foi dado conhecimento ao pelouro da cultura da Assembleia da República.[19]

Prosseguindo o espírito de uma inspiração extra-parlamentar da lei de bases, o Ministro da Cultura e da Coordenação Científica constituiu em Fevereiro de 1982 uma comissão formada por um grupo de técnicos do IPPC, com o *objectivo de elaborar um anteprojecto de lei do património*[20], em que viria a radicar o essencial da proposição da Lei 13/85.

Este facto é exemplificativo de como o período 1980-85 é modelador do quadro patrimonial português, com a criação, num primeiro momento, de um instituto central do património e da preparação a partir deste, num segundo tempo, das bases do enunciado jurídico, que viria a constituir-se em Lei fundamental do sector e a merecer a aprovação pela Assembleia da República.

Os objectivos de preparação da lei de bases do património, expressos no documento preparatório a que aludimos, são elucidativos da perspectiva técnica do seu conteúdo:

Projecto de lei nº 494/I apresentado pelos deputados do PCP - *Defesa do património arqueológico*; Projectos de lei nº 14/II e 15/II apresentado pelos deputados do PCP que renovam as iniciativas anteriores; Projecto de lei nº 80/II apresentado pelos deputados do CDS - *Regime jurídico do património arquitectónico, histórico, artístico e cultural*; 1981 - Projecto de lei nº 230/II apresentado pelos deputados da ASDI - *Defesa do ambiente e protecção da natureza e do património cultural*; 1983 - Projecto de lei nº 394/II - apresentado pelo PSD, CDS e PPM (retomava a proposta de lei nº 106/II, do 8º governo constitucional); Projecto de lei nº 85/III apresentado por 3 deputados do CDS (retoma o anterior); Proposta de aditamento do deputado independente António González ao Projecto de lei nº 85/III; 1984 - Discussão na generalidade do Projecto de lei nº 85/III, aprovação por unanimidade e encaminhamento para a Comissão de Educação de Educação, Ciência e Cultura para discussão na especialidade; 1985 - Com pequenas alterações o texto do Projecto de lei nº 85/III / Decreto nº 126/III converte-se na Lei nº 13/85, de 6 de Julho.

[18] Nomeação do Secretário de Estado da Cultura de 4/2/1980.

[19] Cf. GUEDES, Natália Correia, *Relatório Sucinto de Actividades da Direcção-Geral do Património Cultural / Instituto Português do Património Cultural apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural, Dezembro de 1979 / Setembro de 1980*, Lisboa, s.d., p. 8.

[20] Comissão composta por Fernando Larcher Nunes, João Manuel Bairrão Oleiro, João Martins Claro, Justino Mendes de Almeida, Margarida Ubach Chaves e Nídea Correia. Despacho n.º 16/82 do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, 8 de Fevereiro de 1982, D.R., II Série, n.º 49, 1/3/2/1982.

(...) actualização dos critérios de classificação vigentes, com uma visão integrada do património, tendo por bases as recentes orientações do Conselho da Europa e da UNESCO, proporcionando 'uma protecção mais preventiva e participada do que regressiva e unilateral'.[21]

Com efeito, as instituições internacionais, nomeadamente o Conselho da Europa, o ICOMOS e a UNESCO tiveram uma incidência forte na reformulação do *corpus* jurídico português após o 25 de Abril de 1974, assim como na filosofia inspiradora da acção dos movimentos associativos de defesa do património. A introdução de novos conceitos, quer directamente, através de contactos em colóquios e encontros profissionais, quer indirectamente, através dos textos fundamentais do sector patrimonial, era, aliás, proporcionada pela reacção ao isolamento cultural em que o país se encontrava anteriormente.

A *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais*, aprovada na 19 ª reunião da UNESCO em 1976, em Nairobi, tinha estendido as recomendações de protecção aos conjuntos e sítios, destacando a importância da interacção entre os edifícios e o meio, através da definição dos conceitos de "envolvente" e de "coerência" e da atribuição de um lugar especial à noção de animação cultural, como complemento da protecção patrimonial[22]. Estes princípios tiveram concretização, sob diferentes formas no articulado da Lei 13/85, e mais directamente na tipologia adoptada para a classificação dos bens imóveis - *monumento, conjunto* e *sítio* - (art. 3°), a qual reproduz com poucas alterações o art. 1° da Convenção da UNESCO de 1972 e o art. 1° da *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa.*

---

[21] GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1982*, s.l., s.d., p. 11.

[22] Envolvente - (...) *quadro natural ou construído que afecta o modo estático ou dinâmico como esses conjuntos são fruídos* (...); coerência - *Cada conjunto histórico ou tradicional e a sua envolvente devem ser considerados na sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e carácter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem as actividades humanas, bem como os edifícios, a estrutura espacial e as zonas de enquadramento;* animação cultural - *A protecção e o restauro devem ser acompanhados de uma acção de reanimação. Uma política de animação cultural deveria fazer dos conjuntos históricos pólos de actividades culturais e dar-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.*

Contudo, a restrição do teor da Lei de Bases ao património cultural, omitindo o património natural, era salientado pela comissão de técnicos que tinha preparado o anteprojecto, como um aspecto crítico do futuro diploma:

> *A Comissão pensa que a orientação que lhe foi transmitida, de não se ocupar da protecção do património natural, não é a mais aconselhável, parecendo-lhe que vai contra as tendências actuais e as próprias recomendações e convenções internacionais - o que dá ao diploma a feição de legislação incompleta, e uma visão unilateral do problema;* (...)[23]

Esta orientação teve lugar ao arrepio da documentação internacional e, de certo modo, constitui um recuo face à própria conceptualização operada pelo IPPC, o que pode ser entendido não tanto por razões de ordem estritamente conceptual, mas provavelmente por interesses circunstanciais e orgânicos.

1.1.3 A LEI 13 / 85

A Lei n.º 13 / 85, de 6 de Julho, apresenta-se como uma lei de bases do património cultural português, assentando num conjunto de linhas mestras que desenvolvem os preceitos constitucionais, no sentido de apontar os princípios de uma política global de património e de servir de suporte à adopção de medidas de protecção desse património.

Assim, o diploma é estruturado a partir da expressão de três princípios fundamentais:

> 1.º) A ligação da noção de património cultural com as noções de permanência e de identidade da cultura portuguesa - *O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam*

ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo. (art. 1.º)

2.º) A adopção das noções de *bens materiais - móveis* e *imóveis* - e de *bens imateriais* como elementos constituintes do património cultural, princípio que enquadra toda a estruturação do texto legislativo, bem como categorias de *classificação* dele decorrentes. (art. 1.º, art. 7.º)

3.º) A preservação, defesa e valorização do património cultural como *direito e dever de todos os cidadãos*, conjugado com a *obrigação do Estado* na sua salvaguarda e valorização. (art. 2.º e 3.º)

Relativamente ao primeiro e ao último princípio, parece evidente o seu entroncamento no texto constitucional, revisto em 1982, designadamente no tocante à protecção e à valorização do património como *tarefa fundamental* do Estado (art. 9º e) da *Constituição*) e ao *direito de todos à fruição cultural*, aliado ao *dever de preservar, defender e valorizar o património cultural* (art. 78.º da *Constituição*). O desenvolvimento destes indicadores constitucionais leva à assunção pela Lei 13/85, por um lado, da competência do Governo, em *promover a protecção legal do património cultural*, através da criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e, por outro, da necessidade de implicar as populações nas medidas a tomar, dando destaque às associações de defesa do património como parceiros privilegiados, ao conceder-lhes assento no conselho consultivo do IPPC.

Já no que respeita ao princípio da equivalência das componentes materiais e imateriais do património, este deriva sobretudo de uma reflexão interna ao campo patrimonial, tanto expressando desígnios provenientes do IPPC, entretanto criado, como transpondo para o domínio jurídico nacional categorias adoptadas na documentação internacional. Este princípio terá especial repercussão na introdução de noções e de conceitos oriundos dessa documentação, designadamente as categorias de classificação de bens imóveis: *monumento*[24],

[23] In CLARO, João Martins, "Enquadramento e apreciação crítica da Lei nº 13/85" in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 326.

[24] O sentido de 'monumento' na lei de 1985 (com valor local, regional, nacional ou internacional) não é susceptível de confusão com o de 'monumento nacional' da lei de 1932. Recorde-se que já na *Carta de Veneza*,

conjunto e *sítio*,[25] *enquadramento orgânico*[26] e *zona especial de protecção*.(art. 7.°, 8.°, 21.° a 26.°).

Para dar corpo a estas linhas mestras, constantes do *Título I - Princípios fundamentais*, o diploma socorre-se de um conjunto de meios, umas vezes directamente enunciados, outras percorrendo as entrelinhas da Lei de Bases, e de que destacamos os seguintes:

- consideração do *levantamento, registo* e *classificação* dos bens culturais como instrumentos de protecção legal do património. (art. 4.°)

- eleição da *classificação* como meio privilegiado de protecção do património, a despeito do expressamente enunciado no art. 4.°.[27]

- elaboração de *regimes específicos de protecção* para os *bens imóveis*, dos *bens móveis* e do *património arqueológico* como merecedores de. (art. 21.° a 41.°)

- criação de regimes fiscais próprios para os detentores de bens classificados (art. 46.°)

Este conjunto de meios tem a sua concretização num conjunto de medidas - *formas e regimes de protecção do património cultural* - que incidiram quase exclusivamente sobre a *classificação de bens materiais (imóveis e móveis)* e sobre a enunciação dos deveres do

---

publicada aquando do *2° Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, em 1964, era reformulada a noção de monumento, que passou a integrar não só a criação arquitectónica, isolada ou agrupada (que testemunha de uma civilização particular, uma evolução significativa, ou um acontecimento histórico), mas também as obras modestas que ganharam com o tempo um significado cultural.

[25] Monumentos (art. 8°, 1-a) *obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental*; Conjuntos (art. 8°, 1-b) *agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social*; Sítios (art. 8°,1-c) *obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.*

[26] *O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais imóveis que afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos ou que com eles esteja directamente relacionado, por razões de integração espacial ou por motivos sociais, económicos ou culturais, deve ser sempre definido de acordo com a importância arqueológica, histórica, etnológica, artística, arquitectónica ou paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens.* (art. 7.°, 3)

[27] *A protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis.* (art. 7.°, 1)

Estado face à protecção dos *bens imateriais*. De facto, no corpo da Lei aparece uma única referência ao registo de inventário, que tinha sido apontado no quadro dos *princípios* iniciais como meio operatório de protecção legal: *Todos os bens culturais deverão fazer parte de um registo de inventário sistemático e exaustivo a elaborar pelo IPPC.* (art. 9.°,1).

Deste modo, a *classificação* passa a reger-se pelas categorias de *monumentos, conjuntos* e *sítios* (para os *bens imóveis*), de *valor cultural* (para os *bens móveis*) e de *valor local, regional, nacional e internacional* (para todos os bens materiais). Os *bens imóveis* passam ainda a beneficiar da noção de *enquadramento orgânico*, o que, em termos das medidas apontadas nos regimes específicos terá como principal resultado a possibilidade de criação de *zonas especiais de protecção.*

Pode dizer-se que com a adopção desta nova grelha tipológica ganham especial relevo a valorização espacial e o alargamento geográfico dos bens classificados, os quais deixam de ser encarados isoladamente para poder granjear novas relações com as comunidades onde se inserem.

Os *bens imóveis* são ainda objecto das preocupações do Governo quanto à articulação da sua protecção com o planeamento e o ordenamento do território, designadamente na previsão da execução de planos de salvaguarda, e quanto à definição de regimes fiscais próprios para os proprietários de bens classificados, aliás uma das importantes novidades da Lei de Bases.

Se o texto do diploma é extenso relativamente aos *bens imóveis*, definindo as categorias que servem de base à classificação, descrevendo os procedimentos administrativos dos respectivos processos, regulamentando o papel do IPPC, das autarquias e dos proprietários e incidindo sobre as obrigações destes últimos, já no respeitante aos *bens culturais móveis*, fica-se a Lei de Bases por uma deficiente apresentação desta noção[28] e das respectivas medidas de protecção.

---

[28] *Por bens culturais móveis entende-se: / a) Os bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis, ou que deles tenham sido retirados ou recuperados, bem como os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais; / b) As obras de pintura, escultura e desenho, os têxteis, as espécies organológicas, os utensílios ou os objectos de valor artístico, científico ou técnico; / c) Os manuscritos valiosos, os livros raros (...) / d) Todos os bens do passado ou do presente, de natureza religiosa ou profana que forem considerados de valor nos domínios científico, artístico ou técnico.* (art. 8.°, 2.)

Estas apontam a obrigação do Governo de tomar medidas cautelares e de conservação face a *bens móveis classificados*, que se encontrem em perigo de extravio, perda ou deterioração e regulam as permutas, importações e exportações destes bens.

Quanto aos *bens imateriais*, cuja introdução na legislação constitui um aspecto inovador a sublinhar, o diploma reduz a proclamação de eventuais medidas de protecção à enunciação dos *deveres do Estado*, os quais incluem a promoção do respeito dos valores da cultura e defesa da identidade e memória colectiva, a protecção dos valores culturais, etnológicos e etnográficos da língua portuguesa, o apoio à revitalização e à conservação das tradições culturais em vias de desaparecimento e a recolha e conservação do património fotográfico, fílmico e fonográfico.

Ao deixar-se ficar por um conjunto de intenções, este enunciado evidencia um desequilíbrio formal face ao restante texto jurídico, que reflecte, afinal, a diversidade de tratamentos dados ao património nas suas diferentes expressões materiais e imateriais.

Como balanço final cabe-nos destacar, em primeiro lugar, que a Lei 13 / 85 representa uma tentativa de unificar princípios dispersos por documentação vária e de introduzir conceitos essenciais da documentação internacional, designadamente das Convenções ratificadas por Portugal. Se voltarmos a ter em conta que a legislação vigente na primeira metade dos anos oitenta se repartia por um infindo número de diplomas e que as categorias que estavam na base das classificações de património correspondiam a uma noção monumental e valorizadora das componentes arquitectónicas, arqueológicas e artísticas, facilmente se compreende a importância do presente diploma.

Um segundo ponto a salientar é o esforço de regulamentação, sobretudo processual, efectuado pela Lei de bases do património, ao enunciar as normas e os procedimentos administrativos ligados aos processos de classificação. Já no estabelecimento de regras no campo relacional entre os principais actores envolvidos - o IPPC, as autarquias, os proprietários e as populações

- é débil a formulação atingida, incidindo mais sobre os papéis de cada um e menos sobre a respectiva articulação.

Nos campos dos princípios e da noção de património apresentada no texto jurídico, a Lei de Bases é, a nosso ver, redutora na área do *património cultural* e omissa na do *património natural*, uma vez que a opção de deixar de fora as vertentes naturais do património não significou, em contrapartida, um tratamento exaustivo da componente cultural. Em termos formais, a enumeração dos elementos que compõem o património, em detrimento do aprofundamento e da conceptualização teórico-doutrinária da noção de *património cultural*, está na base de críticas, oriundas sobretudo do campo jurídico, face à sua falta de operacionalidade.[29] Refira-se, a título de exemplo, que na listagem dos atributos de valor dos bens móveis ou imóveis, com vista à sua possível classificação, não consta o seu interesse industrial, excluindo, assim, estes importantes testemunhos de uma protecção mais eficaz.

Em resumo, a nova lei - nascida, como vimos, em reacção à esgotada legislação do Estado Novo - tem como principais aspectos de inovação o alargamento tipológico das classificações (incluindo a figura de *valor local*, como competência das autarquias), assunto que retomaremos no ponto 3 do presente capítulo, e a consignação dos *bens imateriais* como objecto de protecção legal (embora sem o correspondente desenvolvimento).

Contudo, do ponto de vista formal, a lei é menos rigorosa no estabelecimento dos diferentes graus de protecção patrimonial e no necessário equilíbrio a fixar entre os diferentes *patrimónios*. Deste modo, a salvaguarda do património arqueológico e do património arquitectónico e urbano foi privilegiada no dispositivo normativo, com a previsão de regimes específicos, aparecendo-nos estas medidas como destinadas prioritariamente a assegurar a permanência de um 'património cultural oficial', constituído por obras que, por via legislativa, têm uma protecção especial.

De facto, ao seleccionar e listar o património que deverá ser preservado contra a acção do tempo, a legislação de protecção dá corpo a componentes desse património repartidos de

[29] Cf. CARDONA, Celeste, "Defesa e Conservação do património imobiliário" in INA, *Direito do Urbanismo*, Lisboa, INA, 1989, p. 433-454.

modo disperso pelo território nacional. Este primeiro acto de selecção e inscrição, que se subordina às tipologias que servem de base aos bens a classificar, é apoiado por dispositivos de protecção reforçada, que trazem obrigações aos poderes públicos e privados, matéria que neste texto legislativo contém como principal novidade a previsão de regimes fiscais para os detentores de património classificado.

Finalmente, e em resumo, aponte-se como principais incongruências da Lei 13/85 a contradição entre os princípios enunciados (*concepção plural do património cultural* e assunção do *levantamento e registo* como meios de protecção ao mesmo nível que a *classificação*) e as medidas adoptadas (privilégio das vertentes *arquitectónicas e arqueológicas* e eleição da *classificação* como única forma jurídica de protecção). Como a possível correcção das lacunas existentes à partida não foi efectuada pela regulamentação que, através de decretos-lei de desenvolvimento, deveria ter ocorrido no prazo de 180 dias, acentuaram-se ao longo dos anos as insuficiências de origem, que, por sua vez, incidiram na sua aplicabilidade.

1.2 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO

1.2.1 DE 1974 A 1979 – A CONTINUIDADE

As políticas oficiais, detendo o poder de proteger o património, implicam, também, operações administrativas e jurídicas, inseridas na ordem institucional, que permitem accionar as mudanças de valor e de sentido características do estatuto patrimonial. Só o concurso de agentes especializados - que inventariam, seleccionam e, finalmente, atribuem valor e avaliam a realidade como realidade patrimonial - possibilita a passagem institucional dos objectos a objectos patrimoniais.

A inexistência em Portugal de uma tradição ministerial de tutela da cultura, contrariamente a outros países, como, por exemplo, França, onde a criação do Ministério da Cultura em 1959 impulsionou a estruturação dos diferentes sectores culturais, levou, a que em consequência na área patrimonial também a orgânica se revelasse bastante débil.

De facto, apenas em 1972, com a criação da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura, inserida no Ministério da Educação Nacional,[30] a Cultura foi confiada a uma Secretaria de Estado, sem usufruir, no entanto, o estatuto de domínio autónomo.

Este modelo de associação orgânica entre Cultura e Educação foi adoptado pelo primeiro governo provisório, em 1974, com a novidade de a Cultura ser pela primeira vez elevada a entidade ministerial, com a criação do Ministério da Educação e da Cultura.[31]

No entanto, a flutuação da orgânica relativa à área cultural, foi uma constante após 1974, prolongando-se pelos anos oitenta. Logo em 1975, o quarto governo provisório operou a reformulou a concepção daquele ministério, configurando-o sob a designação de Ministério da Comunicação Social, nele integrando a Secretaria de Estado da Cultura.[32] A estruturação, então operada, era justificada com base na ideia de que *(...) o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma hierarquização artificial que, rebaixando a primeira*

[30] D.L. n.º 283/72, de 11 de Agosto.
[31] D.L. n.º 203/74, de 15 de Maio.
[32] D.L. n.º 409/75, de 2 de Agosto.

ao nível do utilitário, chegou a sublimar a segunda no sentido de uma especialização socialmente minoritária (...) e na (...) *ilegitimidade de qualquer distinção entre cultura popular e cultura erudita, que forçadamente tendeu a reduzir a primeira a uma função oblíqua e mistificadora de suposta divulgação para consumo de massas* (...)[33]

A tutela da Cultura pelo Ministério da Comunicação Social foi de curta duração, terminando em 1976, já no âmbito do primeiro governo constitucional, quando passou para a Presidência do Conselho de Ministros. Na regulamentação da nova estrutura orgânica a cultura era apresentada como (...) *desvinculada finalmente, de intenções didácticas e de conotações de propaganda, passa a dispor dos fundamentos e meios necessários para promover e coordenar, a nível nacional e internacional, as acções de organismos que dela dependem e de alguns mais até hoje dispersos por outros departamentos de Estado e instituições particulares, bem como para apoiar ou articular, sem propósitos centralizadores, ou dirigistas, projectos e planos, apresentados por tais organismos.*[34]

Com diferentes conteúdos, designações e associações a diferentes áreas, veio o Ministério da Cultura a ressurgir em diversas ocasiões. Assim, em 1978 foi, de novo, criado o Ministério da Educação e Cultura[35], em 1979 o Ministério da Cultura e Ciência,[36] em 1981-83 o Ministério da Cultura e Coordenação Científica[37], em 1983-85 o Ministério da Cultura,[38] e, finalmente, em 1985, foi reavivado o modelo do Ministério da Educação e Cultura.[39]

À diversidade de critérios, dominantemente políticos, que ao longo do período 1974-90 ocasionaram a flutuação da orgânica governamental respeitante à cultura, juntaram-se ainda diferentes factores circunstanciais para justificar a dependência da Secretaria de Estado da Cultura - com esta designação desde 1975 (6.º governo provisório) - umas vezes de um Ministério, outras da Presidência do Conselho de Ministros.

---

[33] D.L. n.º 409/75, de 2 de Agosto.
[34] D.L. n.º 340/77, de 19 de Agosto (Preâmbulo).
[35] 2º governo constitucional (23/1 a 28/7 de 1978); 1.º ministro - Mário Soares.
[36] 5º governo constitucional (31/7 a 27/12 de 1979); 1.º ministro - Maria de Lurdes Pintassilgo.
[37] 7.º e 8.º governos constitucionais (9/1 de 1981 a 9/6 de 1983); 1.º ministro - Francisco Pinto Balsemão.
[38] 9.º governo constitucional (9/6 de 1985 a 6/11 de 1987); 1.º ministro - Mário Soares. O Ministério da Cultura voltou a ser criado em 1995, já fora do período abrangido por este estudo.
[39] 10.º governo constitucional (6/11 de 1985 a 17/6 de 1987); 1.º ministro - Aníbal Cavaco Silva.

No que concerne às competências do poder central relativamente ao património, o quadro orgânico herdado do regime anterior a 1974 remetia para a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, criada em 1971,[40] e nesta para a Divisão do Património Cultural, regulamentada em 1973[41] as principais atribuições institucionais, designadamente *(...) o inventário e classificação das espécies artísticas, arqueológicas, etnográficas e documentais, quer em poder do Estado, quer de autarquias locais ou de particulares* (...).[42] Contudo, as atribuições relativas à protecção do património repartiam-se ainda pela Junta Nacional de Educação, Ministério das Obras Públicas, Ministério das Finanças e Administração Municipal, esta através das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia.

Do primeiro ao quinto governos provisórios (15/5/1974 a 12/9/1975), as principais matérias de gestão relativas ao património mantiveram, do ponto de vista orgânico, sob a alçada da Divisão do Património Cultural, inserida na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais da Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica, numa primeira fase, e da Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente, numa segunda.

Em 1975 as responsabilidades face ao património traduziram-se na criação da Direcção-Geral do Património Cultural,[43] que manteve estas competências até 1978, aquando da transferência para o Secretário de Estado da Cultura das atribuições respeitantes à defesa do património cultural e natural, sendo as competências da antiga Junta Nacional de Educação (extinta em 1977) cometidas à *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*.[44]

Com a criação desta Comissão[45] em 1977 foi dado um significativo passo para a instituição de um organismo central do Estado, vocacionado para o património, numa concepção ampla,

---

[40] Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional - D.L. n.º 408/71, de 27 de Setembro.
[41] D.L. n.º 582/73, de 5 de Novembro.
[42] D.L. n.º 582/73, de 5 de Novembro, art. 5.º, a).
[43] D.L. n.º 409/75, de 2 de Agosto. Não tendo lei orgânica, a Direcção-Geral do Património Cultural regia-se pelo D.L. n.º 582/73, de 5 de Novembro.
[44] D.L. n.º 1/78 de 7 de Janeiro.
[45] Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural criada por despacho do Secretário de Estado da Cultura de 20 de Junho de 1977 - D.R. II Série, 20 de Julho de 1977. Constituição da Comissão: Arq. Viana de Lima (presidente), Director-Geral do Património Cultural, Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Dr. Bairrão Oleiro e Pintor Fernando de Azevedo.

englobando o património cultural e natural. Concebida a comissão como um órgão técnico e consultivo do Secretário de Estado da Cultura, foram definidas como prioridades de trabalho as áreas do património arquitectónico e do seu meio ambiente.

A dicotomia entre defesa do património e progresso (materializado na construção urbana) tornava-se no cerne da questão apontada como necessidade para criar um Instituto do Património.

> *Apresenta-se-nos o momento nacional, sob este aspecto, particularmente grave, porquanto, sendo inadiável o melhoramento das condições de vida do povo português - e envolvendo essa melhoria os aspectos de habitabilidade, dos empreendimentos industriais, agrícolas e tantos outros mais -, envolve, simultaneamente, o espaço físico urbano e rural da Nação, o espaço físico que a caracteriza e molda.*[46]

Embora apenas em 1977 tivesse sido formalizada a criação de um Instituto do Património, eram da responsabilidade daquela Comissão, desde 1975, diversos estudos a ele conducentes.[47]

No tocante ao sector museológico, ainda em 1975, tendo em mente a desorganização, o imobilismo e as carências da maioria dos museus portugueses, a presidente da *Associação Portuguesa de Museologia* - APOM propunha, como medida de gestão a implementar pela SEC, a criação de um *Gabinete Nacional de Museologia,* com funções de planeamento, de coordenação e de harmonização das actividades museográficas nacionais. No ano seguinte, era apresentada ao SEC uma recomendação conjunta da APOM e da Comissão Nacional do ICOM visando a criação de um *órgão de coordenação e apoio para todos os assuntos de carácter técnico referentes aos Museus* que, com um carácter essencialmente consultivo, se designaria *Gabinete de Museologia* ou *Conselho Sectorial de Museologia.*[48]

---

[46] D.R. II Série, 20 de Julho de 1977.

[47] Cf. GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural - Instituto Português do Património Cultural apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural - Dezembro de 1979 / Setembro de 1980,* Lisboa, s.d., p. 7.

[48] APOM, "Proposta conjunta da APOM/ICOM", Lisboa, 2 de Julho de 1976, dact.

Concomitantemente, o segundo governo constitucional,[49] em cujo programa de governo a defesa do património surgia como um objectivo essencial das áreas da educação e cultura, definia como uma das suas principais medidas a articulação das estruturas orgânicas, designadamente entre o projectado Instituto e a Direcção-Geral do Património Cultural. A título de exemplo da distribuição de competências entre os dois órgãos, refira-se que, no âmbito da regulamentação de trabalhos arqueológicos, competia à *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural* emitir parecer sobre os pedidos para realização de tais trabalhos, após instrução do processo pela *Direcção-Geral do Património Cultural*.[50]

Ainda em 1978, mas já no âmbito do terceiro governo constitucional,[51] a criação do *Instituto Nacional do Património Cultura*l surgia, em detrimento do *Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*, como um desiderato do programa governamental, ideia que foi retomada pelo governo seguinte. O quinto governo constitucional[52] criava no âmbito da SEC, e a par da já existente Direcção-Geral do Património Cultural, o *Conselho Nacional do Património Cultural.*

Em 1979, o *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO*, que tinha sido criado em 1976,[53] foi reformulado, passando a designar-se *Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais* e sendo integrado no âmbito da *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.* As suas funções incluíam o desenvolvimento temporário de apoio técnico a acções locais e regionais (até que a SEC possuísse as necessárias estruturas) e o exercício dentro daquela *Comissão* de funções consultivas no respeitante à criação, organização e funcionamento de museus locais e regionais, em ligação com a *Subcomissão ad hoc de Museologia.*

---

[49] 2º governo constitucional (23/1 a 28/7 de 1978) - 1.º ministro: Mário Soares; Ministro da Educação e Cultura: Mário Sottomayor Cardia; Secretário de Estado da Cultura: António Reis.

[50] Portarias n.º 269/78 de 12 de Maio e n.º 195/79, de 24 de Abril.

[51] 3.º governo constitucional (28/8 a 15/9 de 1978) - 1.º ministro: Alfredo Nobre da Costa; Ministro da Educação e Cultura: Carlos Lloyd Braga; Secretária de Estado da Cultura: Teresa Santa Clara Gomes.

[52] 5º governo constitucional (31/7 a 27/12 de 1979) - 1.º ministro: Maria de Lurdes Pintassilgo; Ministro da Coordenação Cultural e da Ciência: Adérito Sedas Nunes; Secretário de Estado da Cultura: Hélder Macedo.

Assim, de 1977 a 1980 a *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural* conviveu institucional e organicamente com a Direcção-Geral do Património Cultural no domínio patrimonial, situação que nem sempre terá sido fácil.[54]

Por fim, em 1980, no seio do sexto governo constitucional,[55] e no âmbito da nova estrutura orgânica da SEC, era criado e regulamentado o *Instituto Português do Património Cultural* (IPPC)[56], cujo nascimento foi contemporâneo de outros dois institutos nacionais, de carácter temático - o *Instituto Português do Livro* e o *Instituto Português de Cinema*.

Para o IPPC eram, desde logo, transferidas as competências da Direcção-Geral do Património Cultural e do projectado *Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural* e ainda algumas atribuições da extinta Junta Nacional de Educação, ao mesmo tempo que eram apontados órgãos e serviços de outros Ministérios que, pela sua natureza, nele pudessem ser futuramente integrados. A reacção à situação orgânica anterior, causadora de dispersão e de descoordenação, surgia como um dos principais motores de criação do novo instituto: (...) *ultrapassar situações criadas por departamentos que têm actuado em posição de paralelismo administrativo, sem qualquer coordenação* (...)[57]

Com a criação do IPPC chegava ao fim uma fase marcada, em grande parte, pelo quadro orgânico herdado do período anterior a 1974 e por tentativas sectorizadas de organização patrimonial, o que tinha levado formalmente desde 1977 a diligências no sentido de criar um instituto central para o património, inicialmente designado por *Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.*

---

[53] Grupo criado por despacho do SEC de 26 de Novembro de 1976, na sequência da Missão UNESCO a Portugal, assegurada pelo consultor Per-Uno Agren. O alargamento da composição do Grupo e das suas funções foi objecto de despachos do SEC de 2 de Fevereiro e 1 de Março de 1979.

[54] Cf. CARVALHO, Margarida Chorão de "A Criação do Instituto Português de Museus" in *Património e Museus Locais*, n.º1/2 – II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Junho/Dezembro de 1992, p. 203.

[55] 6.º governo constitucional (3/1/1980 a 9/1/1981) - 1.º ministro: Francisco Sá Carneiro; Secretário de Estado da Cultura: Vasco Pulido Valente (SEC dependente da Presidência do Conselho de Ministros).

[56] D.L. n.º 59/80 de 3 de Abril e D.R. n.º 34/80, de 2 de Agosto.

[57] D.L. n.º 59/80, de 3 de Abril, Preâmbulo.

O abandono deste primeiro projecto, congregador numa única instituição dos domínios *naturais* e *culturais* do património, em prol de uma alternativa direccionada apenas para esta última vertente, exprimia uma perspectiva, não só mais restrita como menos integrada da temática patrimonial. Num momento-chave de organização e de estruturação de um sector disperso por diferentes tutelas, parecia, de certo modo, perdida a oportunidade de actuar sobre o património como um todo. Por outro lado, a renúncia ao termo *salvaguarda* - prenunciador de uma relação dinâmica, associando *conservação, amparo* e *garantia*[58]- dá mostras de uma hesitação na definição das próprias relações institucionais com o património. Assim, o novo instituto designar-se-á, tão só, *Português do Património Cultural.*

1.2.2 DE 1980 A 1990 - O IPPC

A par do discurso, consubstanciado num *corpus* jurídico patrimonial que foi formatado nos anos subsequentes a 1974, mas que só a meio da década de 80 se sedimentou com a publicação da lei de bases do sector, foi, num primeiro momento, através das instituições que o Estado estruturou e solidificou a sua intervenção, avultando, neste período, a criação do Instituto Português do Património Cultural. Estatuído para agir no domínio cultural do património, e apresentando-se, neste sentido, com uma finalidade mais estreita do que a instituição planeada precedentemente, o IPPC não deixou de reivindicar ao nível dos princípios uma ampla concepção do património, expressa na legislação funcional que lhe estava associada.

---

[58] Sobre o conceito de *salvaguarda* socorremo-nos de MICOUD, François, "Le Bien commun des Patrimoines", in *Patrimoine culturel, Patrimoine naturel, Colloque*, Paris, La Documentation Française, 1995, p. 31: *Mais d'abord, pourquoi 'sauvegarder'? Parce qu'avec ce terme - que je préfère donc de beaucoup à celui de 'conserver' - il se dit quelque chose sur le vivant. Sauvegarder en effet, c'est garder 'sauf', de sain et sauf', c'est-à-dire de 'pouvant-encore-vivre-après-avoir-failli-mourir'. (...) Mais dans 'sauvegarder', il y a encore 'garder'. 'Garder' qui ne veut pas dire resserrer, ni éteindre, ni conserver -comment pourrait-on conserver ce qui est la vie même? - mais 'garantir', se porter garant'.*

Primeiro instrumento orgânico de base, nascido no campo patrimonial no período pós-1974, o diploma que regulamentou o IPPC apresenta-se, a nosso ver, como passível de uma abordagem nos planos das noções, dos princípios, dos objectivos e da orgânica, com a finalidade de tentar esclarecer os principais contributos deste Decreto Regulamentar para a "construção política e institucional do património".

- No tocante ao primeiro nível de abordagem, isto é, às noções de base estruturantes do diploma, refira-se que o D.R. n.º 34/80 propôs uma elucidação ampla de conceitos, ao apresentar o património como uma noção global, compreendendo *valores históricos, artísticos, arqueológicos, bibliográficos e documentais, etnográficos e paisagísticos*. Ao incluir os bens naturais como parte do património, ou seja, de certo modo ao assumir a componente natural do património cultural, o diploma veiculava uma leitura cultural integrada da problemática patrimonial:

> *Procura-se apresentar neste diploma uma discriminação dos bens culturais, neles incluindo os bens naturais como parte que dos primeiros são e que se contêm na designação genérica de 'património cultural'*[59]

Efectivamente a noção de *património natural* tinha surgido nos anos 60[60] e consolidara-se ao longo das décadas seguintes, tanto através da implementação das políticas de salvaguarda do ambiente, como do desenvolvimento da ecologia e do lançamento de pesquisas interdisciplinares, associando as ciências do homem e as da natureza. Os principais momentos de emergência e de consolidação deste conceito encontram-se no Ano Europeu da Conservação da Natureza, organizado pelo Conselho da Europa em 1970 e, sobretudo, na Conferência Mundial sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo sob os auspícios da UNESCO, em 1972. Na *Convenção Relativa à Protecção do Património Mundial, Natural e*

[59] D. R. 34/80, de 2 de Agosto, Introdução.

[60] A expressão surgiu pela primeira vez num documento oficial em França em 1967, no decreto que instituiu os parques naturais regionais. Cf. Lefeuvre, Jean-Claude, "De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturel", in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l' Homme, p. 29. Em Portugal a expressão está ausente da legislação que utiliza preferencialmente os termos natureza e ambiente.

Cultural,[61] documento produzido pela Conferência da UNESCO, a unidade dos dois domínios patrimoniais - cultural e natural - apareceu pela primeira vez no âmbito de um texto internacional, uma vez que, apesar de definidas separadamente, as duas categorias[62] eram associadas na mesma noção de *património mundial da humanidade.*

Deste modo, parece-nos importante salientar que o conceito enunciado no diploma de criação do IPPC assentava na ideia de que a distinção entre património natural e cultural é uma distinção cultural, ou seja, quer os conteúdos do património sejam designados como naturais ou culturais, os critérios da sua distinção são critérios culturais, que não cessam de se transformar ao longo da história.[63]

Se os domínios do natural e do cultural se aliam e se completam no seio da noção de legado, material e memorial, eles correspondem a campos distintos e a abordagens científicas específicas. No entanto, a separação entre ciências naturais e humanas foi-se esbatendo no nível metodológico ao longo dos anos setenta e oitenta, período em que a ecologia - cujo uso corrente junto do grande público só se generalizou nos anos setenta, muitas vezes por intermédio de movimentos políticos - surgiu como uma das ciências "acolhedoras" e "geradoras" da interdisciplinaridade, destacando-se em certos meios de investigação as "ciências-ponte" de que são exemplo em França e nos Estados Unidos da América as etno-ciências.

---

[61] O aprofundamento da noção de património natural é contemporânea da introdução da ideia de "património mundial" - património comum da humanidade - sedimentado pela Convenção de 1972. Ultrapassando a noção de propriedade nacional sobre o património e, de certo modo, em conflito com essa ideia (de defesa do património nacional, face a outros patrimónios), o património da humanidade traduz a vontade de resposta comum às ameaças que impendem sobre os homens e os seus testemunhos naturais ou culturais. Através da selecção, inscrição e listagem de bens que apresentam um "interesse excepcional", enquanto elementos do património da humanidade, a UNESCO pretendeu reagir às ameaças de destruição, causadas não só pelas razões tradicionais de degradação, mas também pelos fenómenos de evolução da vida social e económica.

[62] Segundo a Convenção, o património cultural compreende os monumentos, conjuntos e sítios (definidos separadamente), enquanto o património natural integra os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os sítios naturais (também definidos *per si*).

[63] Refira-se, a título de exemplo, que aquilo que hoje consideramos elementos do património natural era anteriormente entendido como recursos das nações, matérias-primas, natureza fértil ou infértil dos solos, assim como o que chamamos património cultural constituía o saber-fazer dos artesãos. Cf. MICOUD, André, "Le Bien commun des Patrimoines" in *Patrimoine culturel, Patrimoine naturel, Colloque*, Paris, La Documentation Française, 1995, p. 25-38.

Por outro lado, e no quadro institucional português, o amplo conceito de património veiculado pelo diploma de regulamentação do IPPC antecipa, em parte, o espírito do texto constitucional que, na revisão de 1982, articula, como tarefa fundamental do Estado, a protecção do *património cultural*, da *natureza* e do *ambiente*.

Dentro de um conceito de património cultural alargado - (...) *sob a designação de património cultural se deve entender o conjunto dos bens culturais, móveis e imóveis, de qualquer época que se revista de especial importância e significado,* (...)[64] - são introduzidas novas tipologias de classificação do património imóvel - as categorias de *monumento*, de *conjunto histórico ou tradicional*, e de *sítio*, com uma directa inspiração na documentação internacional existente, nomeadamente a já referida *Convenção para a Protecção do Património Mundial* e a *Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais*, ambas subscritas pela UNESCO.

Por seu lado, o domínio do património móvel era, também, alargado aos (...) *bens móveis de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da Natureza ou da Técnica* (...)[65]

- Apresentado o conceito de património subjacente ao diploma regulamentar do IPPC, cabe destacar os princípios sobre os quais assentava este organismo e que são, a nosso ver, o sentido da responsabilidade colectiva face à protecção do património e a valorização da inovação.

O princípio da responsabilidade colectiva prende-se com o facto de o homem ser considerado depositário dos bens naturais e culturais, pelo que a definição de uma política de protecção patrimonial implica também o princípio da responsabilidade pública pela salvaguarda desses bens. Enquadra-se, assim, nas disposições consignadas na *Constituição*, na sua dupla vertente de cometimento ao Estado da obrigação de protecção do património e de apelo à participação da comunidade nesta tarefa.

[64] D. R. 34/80, de 2 de Agosto, art. 4.º.

A valorização da inovação, tanto na assunção de conceitos relativos ao património, como nas formas de actuação previstas, encontra as suas raízes no contexto em que surgiu o IPPC - primeiro organismo criado de base para o sector patrimonial após 1974 - e fundamenta-se nos dados da experiência e nas recomendações da documentação internacional. Este princípio é directamente expresso no articulado do diploma:

> *Pensa-se que nunca se foi tão longe em diploma congénere. Se outras razões não existissem, esta só bastaria para assegurar um melhor futuro para o nosso passado, se este diploma corresponder na execução ao espírito que o enformou na sua concepção e elaboração.*[66]

- Os objectivos dominantes do novo instituto, decorrentes dos princípios apontados, podem ser traduzidos nos seguintes termos:

1. Promoção da salvaguarda do património, usando como meios privilegiados o estudo, o inventário, a classificação e a conservação

2. Definição de directrizes e de critérios de uma política patrimonial

3. Sensibilização e participação das populações e das entidades públicas e privadas na salvaguarda do património

4. Coordenação e gestão, tanto das instituições à sua guarda como dos organismos com incidência sobre o sector patrimonial

Se os três primeiros objectivos equivalem à expressão do princípio da responsabilidade colectiva face à protecção do património (na sua dupla vertente de obrigação do Estado versus participação de todos nesta tarefa), já o último corresponde ao acolhimento da inovação, assumido pelo novo organismo.

---

[65] D.R. 34/80, de 2 de Agosto, art. 4°, f).
[66] D.R. 34/80 de 2 de Agosto, "Preâmbulo".

Em síntese, o objectivo geral do IPPC é assumido como ambicioso, destacando o Inventário Geral do Património Português[67] como uma missão primordial :

> *Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens móveis e imóveis que pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico constituam elementos do património cultural do país;*[68]

- Finalmente, atentemos no nível orgânico, o qual permite ponderar a adequação entre noções, princípios e objectivos e a sua materialização, na tentativa de corresponder ao espírito de inovação, através de uma estruturação em coerência com as noções de património que estavam na base do diploma.

> *Um organismo com a índole e a dimensão do Instituto Português do Património Cultural, caracterizado pela novidade das suas formas de actuação, terá necessariamente de ser dotado de órgãos e serviços que, respeitando embora a estrutura tradicional da Administração Pública Portuguesa, apresentem, por outro lado, também neste domínio inovações de natureza técnico-administrativa*

Dois aspectos merecem realce na composição orgânica do IPPC: a gestão (sobretudo no sentido da coordenação) como preocupação central e a estruturação interna dos serviços como concretização das bases conceptuais e das metas apontadas.

Em termos disciplinares a organização dos serviços do IPPC denota a sensibilidade com os "novos patrimónios", sendo criados pela primeira vez no seio de um organismo estatal os Departamentos de Etnologia e de Musicologia, a par dos que transitaram de outras direcções

---

[67] O Inventário do Património Português apresentava-se então para certos autores como uma prioridade da política patrimonial. Vítor Serrão em artigo publicado em 1984, e no âmbito de um balanço medianamente positivo da política de defesa do património nos dez anos posteriores a 1974, ressaltava o 'inventário-quadro do território português' como uma imperiosa necessidade, escamoteada por sucessivos governos, prioridade equiparada à lei de bases do sector, essa sim, na altura, em discussão parlamentar. Cf. SERRÃO, Vítor, "O 25 de Abril face à Salvaguarda do Património Cultural e Natural: o Balanço Necessário" in *Vértice*, n.º 458/459, Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 5-19.

[68] D.R. 34/80 de 2 de Agosto, art. 2.º a).

da Secretaria de Estado da Cultura - Artes Plásticas, Arqueologia, Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural, Inventário, Museus, Palácios e Fundações e Património Arquitectónico.

Contudo, tal definição orgânica revela-se aquém, senão mesmo em contradição, com a noção de património apresentada, nomeadamente no que toca ao património natural: as matérias do património natural ficam de fora da actuação do Instituto, ou seja, mantidas na esfera da Secretaria de Estado do Ambiente. Por outro lado, o domínio do património industrial, preocupação emergente na sociedade portuguesa, ficava também ausente da nova estrutura de serviços.

Como expressão descentralizadora da gestão, um último aspecto de natureza orgânica a merecer realce é a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia, que só em 1983 entrariam em pleno funcionamento, sem, contudo, atingirem o esperado desenvolvimento (Ver ponto I - 3).

Nascido e configurado o IPPC - num ano prenhe de regulamentações no domínio patrimonial - a década viria, porém, a revelar-se menos rica no que toca ao aperfeiçoamento orgânico do sector. No respeitante à área museológica do IPPC, firmada em Departamento de Museus, Palácios e Fundações, as alterações orgânicas da estrutura dependente do Estado são escassas no decorrer deste período. Quanto à legislação produzida, ressalta, num primeiro momento, a que incidiu sobre as carreiras do pessoal dos museus,[69] definindo tecnicamente um sector que se regia por regulamentação dos anos sessenta, acompanhada, no capítulo da formação, pela criação sucessiva de dois cursos de conservador de museu nos anos lectivos que mediaram entre 1981/82 e 1984/85.

Neste período, e continuando a tomar como fonte a legislação, é ainda criado um conjunto de museus nacionais, quase todos de carácter temático - da Ciência e da Técnica, do Trajo, do

[69] Carreiras do pessoal dos Museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural (anterior à criação do IPPC) - D.L. n.º 45/80 de 20 de Março (alterado pelo D.L. n.º 77/87 de 14 de Fevereiro); Remodelação das carreiras de conservação e restauro do IPPC, incluindo museus do Estado - D.L. n.º 245/80, de 22 de Julho.

Azulejo, da Literatura e do Desporto - além de serem anunciados outros projectos. Porém, a leitura da documentação legislativa não nos elucida sobre o panorama museológico local, o qual não participa da expressão oficial da política museológica. A este propósito Henrique Coutinho Gouveia refere que (...) *embora essa mesma época se possa caracterizar, nos planos regional e local, como um período de autêntica explosão museográfica, toda esta movimentação se viria a processar quase sem intervenção da administração central.*[70]

Ainda no dealbar da década de oitenta, o estabelecimento de um *Plano Museológico*, constitui uma tentativa de gestão e coordenação das actividades dos museus, quer total ou só tecnicamente dependentes do IPPC *(...) a fim de que se possa estabelecer uma rede museológica nacional, coerente com as reais necessidades do País, através da qual museus de uma determinada região possam ser coordenados por um museu considerado central, assim como museus de uma determinada especialidade possam ser coordenados por um museu central dessa especialidade.* [71]

Os museus existentes, e de tutela do Estado surgem repartidos, segundo critérios temáticos, geográficos e de gestão em: *museus especializados* responsáveis por consultoria técnica (com ou sem delimitação geográfica), *museus coordenadores regionais, museus sem função de coordenação* e *casas museu*. Face ao surgimento deste *Plano* e ao concomitante grupo de *museus coordenadores regionais*, foi extinto, por proposta do seu presidente, Bairrão Oleiro, o *Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais*, que surgira na sequência do *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO.*

Um aspecto inovador do *Plano* era a consideração como indispensáveis no panorama museológico português de alguns *museus em organização*, e não tutelados pelo IPPC, entre eles o Ecomuseu da Serra da Estrela - *iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente que se encontra presentemente parada e que se considera do maior interesse, pelo que urge ser*

---

[70] GOUVEIA, Henrique Coutinho, "A Evolução dos Museus Nacionais Portugueses - Tentativa de Caracterização" in *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Vol. II, Lisboa, IICT, 1992, p. 178.

[71] GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura*, Janeiro / Dezembro de 1981, s.l., s.d., p. 78.

retomada[72]. São ainda apontados museus a organizar com urgência, com o fim de evitar o desaparecimento de colecções existentes (museu da ciência, museu nacional do vidro, museu da agricultura) e museus em estudo no IPPC, por orientação superior (museu dos Descobrimentos; museu da talha; museu de Aljubarrota). Em suma, o documento regulamentador do *Plano* tenta estabelecer uma ordem museológica, correspondendo, sobretudo, a preocupações internas do instituto, designadamente a de assegurar a coordenação dos monumentos que iriam transitar da Direcção Geral do Património do Estado.

Sem definir com rigor a figura de *museus dependentes tecnicamente* ou, por outras palavras, todos os que não ficam sob a tutela do Instituto, este projecto omite, em grande parte, a concretização das relações preconizadas no diploma de regulamentação do próprio IPPC: *inspecção, apoio técnico e logístico, superintendência técnica.* Uma leitura sumária dos *Relatórios de Actividades* do IPPC mostra que a materialização de medidas de cooperação e de apoio às autarquias e seus museus teve lugar quase exclusivamente através dos Departamentos de Arqueologia e de Etnologia, em detrimento dos restantes serviços, designadamente o de Museus.

Ainda no domínio museológico, e num segundo momento, assume especial importância, dentro da linha de análise que temos vindo a seguir, a criação, em 1986, de cursos de técnicos auxiliares de museografia, alargados à participação de agentes das autarquias. Tal medida dava (...) *cumprimento ao disposto nas alíneas a) e n) do n.º 2 do artigo 36º do Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto, que fixa a competência do IPPC relativamente à superintendência e orientação técnica dos museus e à organização de cursos de formação e valorização do seu pessoal técnico.* [73]

Estes cursos, cuja intensidade e descentralização inicial preconizavam uma periodicidade regular, realizaram-se em Setúbal, Coimbra, Castelo Branco, Aveiro (agrupando Viseu), Porto

---

[72] GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1981*, s.l., s.d., p. 81.

[73] Portaria n.º 493/86, de 5 de Setembro – Preâmbulo.

e Braga, em estreita dependência de apoios locais. O carácter regionalizante dos cursos, em função das necessidades de formação das diferentes áreas do país, é um importante aspecto a ressaltar, tornando esta medida uma excepção no quadro do cumprimento da política patrimonial consignada nas intenções e atribuições do IPPC, expressas aquando da sua criação.[74] Contudo, após aquela primeira vaga de edições, que abrangeram um expressivo número de técnicos e cobriram uma significativa mancha do território museológico nacional, não teve tal formação a necessária continuidade.

Em 1983 uma nova temática, a da relação directa entre a fruição do património e o aumento de receitas do Estado, é introduzida na legislação, ostentada como (...) *necessidade de obter meios financeiros que permitam a conservação e valorização do património museológico e monumental (...).*[75] Esta ideia viria a ser visivelmente reforçada em 1989, na perspectiva de melhorar a gestão do património e de aumentar as respectivas receitas (...) *com vista a aumentar os recursos para a conservação, divulgação e fruição do mesmo património.* [76]

Por outro lado, o destaque dado ao Inventário Geral do Património Português no Diploma de Regulamentação do IPPC não teve ao longo da década de oitenta um desenvolvimento institucional, que conduzisse à sua efectivação, parecendo pertinente recordar dois artigos de Vítor Serrão sobre esta matéria, separados por cerca de dez anos.

No primeiro texto, de 1984, a que já aludimos, este autor propõe a realização de um "Inventário-quadro do território português" como indispensável medida de salvaguarda, num tom expectante, enquadrado pela produção legislativa e orgânica do sector que caracterizou a primeira metade dos anos oitenta. Considerando que uma década após o 25 de Abril de 1974 se assistiu a um alargamento na prática do conceito de património cultural e que foram criadas

[74] Uma breve aproximação às medidas tomadas para dar corpo aos intentos manifestados quando da criação do IPPC revela, de certo modo, os problemas de funcionamento da máquina estatal com o peso que a burocracia e o espartilhamento financeiro colocavam ao jovem Instituto. Logo no final de 1981, ou seja, pouco mais de um ano após a sua entrada em funcionamento, eram apontadas no *Relatório Anual* as dificuldades financeiras e técnicas, os condicionalismos à entrada de pessoal e os cortes orçamentais, como entraves à plena prestação da instituição.

[75] D.L. n.º 158/83, de 19 de Abril – Preâmbulo.

[76] D. L. n.º 3/89, de 6 de Janeiro – Preâmbulo.

estruturas legislativas de protecção dos valores culturais, num sinal de que novas vitalidades e forças se generalizam em prol da preservação da memória colectiva e dos valores da identidade nacional, este autor aponta a realização do Inventário do Património Cultural como uma prioridade.

> *Todavia, existe uma outra prioridade, nesta matéria da salvaguarda do Património Cultural e natural, que continua sendo escamoteada pelos sucessivos governos: o Inventário-quadro, à escala nacional, dos valores patrimoniais, inventário esse que permita fichar tudo, computorizar dados de modo exaustivo, recensear o grosso da informação específica sobre os espécimes e valores que subsistem no território português.*[77]

Já no segundo texto de Vítor Serrão, datado de 1993,[78] a proposta de realização de um "Inventário do Património Histórico-Artístico Nacional" é inserida num cenário em que sucessivos programas governamentais, registando embora o "Inventário" como uma prioridade, não chegaram a corporizá-lo, através do Instituto que fora criado para, entre outras tarefas, proceder ao 'levantamento' nacional.[79]

Em 1988 foi criado o *Instituto Português de Arquivos* (serviços saídos do IPPC), iniciando-se então o caminho que desembocaria na profunda alteração da concepção inicial de um instituto central, responsável pelo património nas suas diferentes expressões e, em consequência,

---

[77] SERRÃO, Vítor, "O 25 de Abril face à salvaguarda do Património Cultural e natural: o balanço necessário" in *Vértice*, n.º 458/459, Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 18.

[78] Embora estas observações não se encontrem inseridas no âmbito temporal fixado no presente ensaio, permitem avaliar as evoluções potenciais contidas em germes nas instituições criadas no período em análise.

[79] Cf.SERRÃO, Vítor, "O Património Histórico-Artístico Português e os equívocos de um 'inventário' programado à escala nacional - Cinco breves notas para um debate necessário", in *Vértice*, II Série, n.º 54, Lisboa, Ed. Caminho, Maio-Junho de 1993, p. 69-74. O título deste último artigo questiona o denominado "Inventário do Património Nacional", iniciado em 1992 pelo Instituto Português de Museus, mas restrito, no entanto, ao património móvel museológico. Neste texto Vítor Serrão enuncia os princípios de um inventário à escala nacional (equilíbrio no tratamento dos 'patrimónios', sensibilidade no diálogo com os proprietários, sensatez na definição de prioridades, rigor nas metodologias e firmeza nos instrumentos legais), assim como define os instrumentos necessários à sua concretização (organização central de um banco de informação - 'centro nacional de registo de dados' -, legislação de base - 'Lei-Quadro do Património Histórico-Artístico nacional' -, meios técnicos especializados no quadro da interdisciplinaridade e organização sectorial do Inventário).

constituído por serviços e áreas funcionais representativos, disciplinarmente, dos diversos patrimónios.

Das diferentes etapas que fizeram parte do percurso progressivo deste organismo em direcção ao desmembramento, destacam-se a extinção do Departamento de Etnologia em 1989[80], a reorganização de serviços do IPPC dez anos após a sua criação,[81] a criação *do Instituto Português de Museus* (IPM) em 1991,[82] e finalmente a extinção do IPPC, operada em 1992, com a criação do *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico* (IPPAR).[83]

A proliferação de institutos sectoriais de protecção do património acarretou não só uma visão menos global dos 'patrimónios', mas também na prática o esvaziamento de competências dos serviços do Estado e mesmo a omissão relativamente a alguns campos temáticos. Nestes avulta, em nossa opinião, o património etnológico que deixou de contar com um serviço especificamente vocacionado para a sua preservação, sem que, em substituição do Departamento extinto no IPPC, fosse criada uma alternativa funcional que acolhesse este sector patrimonial.[84] Citando, a título de exemplo, o caso francês, verifica-se que em 1980 (ano da criação do IPPC, e neste do Departamento de Etnologia) foram também estabelecidos no seio da *Direction du Patrimoine* um Conselho e uma Missão do Património Etnológico, estruturas que permanecem até à actualidade.

Em termos mais gerais, o património móvel, de cariz "não museológico", bibliográfico ou arquivístico (ou seja fora da alçada do *Instituto Português de Arquivos*, do *Instituto Português do Livro* ou do *Instituto Português de Museus*) passa a constituir uma espécie de 'terra de ninguém', onde as competências do Estado parecem diluídas ou mesmo dificilmente

[80] D.L. n.º 284/89, de 8 de Agosto.
[81] D.L. n.º 216/90, de 3 de Junho.
[82] D.L. n.º 278/91, de 9 de Agosto.
[83] D.L. n.º 106-F/92, de 1 de Junho.
[84] O D.L. n.º 248/89, de 8 de Agosto refere: *Esta iniciativa corresponde também à reestruturação do Instituto Português do Património Cultural, que prevê a extinção do Departamento de Etnologia, transferindo as suas competências de investigação e recolha museológica para uma unidade dependente.* É, assim, assumida a responsabilidade do Estado unicamente no quadro da tutela museológica, esquecendo monumentos, conjuntos, sítios e espécies museológicas, quer públicas, quer privadas, constituintes do património português. (Cf. Competências do Departamento de Etnologia do IPPC - D.R. n.º 34/80, de 2 de Agosto, art. 24.º)

discerníveis. Por seu lado, domínios patrimoniais anunciados na legislação do início da década de oitenta (património técnico e científico) ou se encontram de todo omissos (património industrial) ou deparam com um vazio não preenchido pelas novas medidas orgânicas.

Também o património imaterial, cuja importância foi consignada na lei de bases de 1985, não veio a encontrar correspondência funcional na nova orgânica central, no âmbito da política patrimonial adoptada no alvor dos anos noventa.

Por ocasião da reestruturação funcional de 1990 o balanço dessa década de actividades denotava, segundo a documentação oficial, que a distribuição das competências sobre o património não tinha sido acompanhada de uma descentralização de serviços, nem de corpos técnicos, (...) *designadamente nas áreas da arquitectura e da engenharia*[85], num sinal da maior atenção doravante prestada ao património arquitectónico e urbanístico, em detrimento do tratamento global e integrado da diversidade patrimonial.

1.3 COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS NO CAMPO PATRIMONIAL

A *Constituição* de 1976, no prosseguimento dos princípios de autonomia e de descentralização administrativa, definiu as autarquias locais como (...) *pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas* [86] em franca oposição à tendência centralizadora da administração pública anterior a Abril de 1974. De facto, tendo como elemento estruturante o território, a autarquia contempla os interesses das comunidades locais, ou seja, aqueles que se diferenciam dos interesses da colectividade nacional e das restantes comunidades locais, através de uma forma autónoma de administração e não como uma prática de administração indirecta do Estado.

[85] D.L. n.º 216/90, de 3 de Junho – Preâmbulo.
[86] Art. 237.º, segundo a Revisão Constitucional de 1989, que manteve a redacção original do texto.

As autarquias locais mantiveram-se no âmbito dos textos constitucionais, tanto no de 1976 como nas sucessivas revisões, afastadas de qualquer definição mais explícita da sua relação com o património, certamente pelo entendimento genérico da protecção deste como *tarefa fundamental do Estado.*

Por outro lado, quando tomamos como fonte a legislação específica das autarquias deparamos com o facto de a definição das suas competências na área patrimonial ser muito débil. Tendo as autarquias sido objecto, logo em 1977, de uma lei de bases,[87] que lhes apontava genericamente atribuições de *cultura e assistência,*[88] foram estas competências substituídas no D.L. n.º 100/84, de 29 de Março (actualmente em vigor) pelos conjuntos temáticos *cultura, tempos livres e desporto* e *defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida.*[89]

Sem menção específica ao património - excepto no que respeitava à *administração e conservação* do *património municipal*, supõe-se, de propriedade do município - a lei de 1977 englobava nas competências da câmara municipal, e no âmbito das licenças de construção, escassas e indirectas referências ao património edificado, no sentido da sua conservação ou demolição. Por outro lado, a mesma lei cometia ainda às assembleias distritais a deliberação sobre a criação de (...) *museus etnográficos, históricos e de arte local* e sobre *a investigação, inventariação e conservação dos valores locais arqueológicos, históricos e artísticos e sobre a preservação e divulgação de folclore, trajos e costumes regionais* (...),[90] naquilo que é claramente um prolongamento da situação herdada do regime anterior a 1974.

Com a Lei de Bases das Autarquias desapareceram as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, sem que fossem substituídas por outro órgão consultivo para o domínio patrimonial, o que, no período a que nos reportamos - em que não estavam as autarquias apetrechadas com os recursos técnicos adequados - significou um empobrecimento dos meios necessários à salvaguarda do património.

---

[87] Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro. Note-se que quando esta lei foi publicada tinha decorrido quase um ano desde as primeiras eleições democráticas para os órgãos do poder local, realizadas em 12 de Dezembro de 1976.
[88] As atribuições cometidas às autarquias incluíam, além das de "cultura e assistência", as seguintes: administração de bens próprios e sob sua jurisdição, de fomento, de abastecimento e de salubridade pública.
[89] D.L. n.º 100/84, de 29 de Março, art. 2.º - g) e h). Legislação actualmente em vigor, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/85, de 12 de Agosto e pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho.
[90] Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, art. 87, 1.g) e h).

Quanto ao D.L. n.º 100/84, este manteve, como referimos, uma muito genérica alusão às atribuições das autarquias no domínio cultural, não especificando, ao contrário do que o fez para o ambiente, quaisquer competências na defesa do património. Este surge mencionado nas competências da câmara municipal em *promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município*, retomando uma obrigação expressa no antigo *Código Administrativo*, e na chamada de atenção para que a alienação de bens e valores artísticos do património do município fosse objecto de legislação especial.[91] Desaparecida a referência às assembleias distritais - tendo em conta que o decreto de 1984 já assentava no conceito de autarquia local compreendendo a região administrativa, o município e a freguesia - não há, no entanto, alusão a outras responsabilidades patrimoniais cometidas ao nível municipal.

Contudo, tendo em conta que não foram revogados por esta legislação determinados artigos do *Código Administrativo* produzido e em vigor ao longo do Estado Novo,[92] entre eles os que especificam as atribuições das câmaras municipais e designadamente o artigo respeitante à *cultura e assistência*, verificamos que as únicas competências das autarquias na área patrimonial atribuídas por lei se restringem à deliberação:

> *Sobre a criação e conservação das bibliotecas populares, arquivos e museus municipais; (...)Sobre a publicação de documentos inéditos que interessem à história do municípios, e de anais ou boletins destinados à divulgação dos factos notáveis da vida passada e presente do concelho; (...) Sobre a erecção e conservação de monumentos destinados ao embelezamento das povoações e à consagração de pessoas ilustres ou de acontecimentos memoráveis do concelho;* [93]

Este articulado, com origem no *Código Administrativo* anterior a 1974 e mantido em vigor a despeito da Lei de Bases das autarquias, demonstra um desajustamento face à legislação do

---

[91] Lei n.º 100/84, art. 52.º, 5.

[92] A Lei n.º 79/77 revogou, no seu artigo 114.º, diversos artigos do *Código Administrativo*, de 1936-1940, aplicáveis às autarquias locais, mantendo outros em vigor, com carácter transitório. Não veio, porém, a ser publicada legislação sobre esta matéria e a Lei 100/84 não faz referência aos artigos do *Código Administrativo* que se mantinham em vigor.

[93] PAIXÃO, J. da Silva et al, *Código Administrativo Actualizado e Anotado. Legislação Complementar*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 1989, art. 48.º, n.ºs 4, 5 e 9.

património (à data em preparação) só compreensível pela falta de precisão da definição das atribuições culturais e, em sentido restrito, das responsabilidades patrimoniais que, no seu todo, a legislação evidencia. Da coexistência entre os artigos do antigo *Código* e os da Lei das Autarquias advém a inevitável dispersão e falta de clareza que a manutenção de normas provenientes de regimes tão diferentes necessariamente ocasionam.

Abordada a legislação de base especificamente produzida para as autarquias, cabe agora verificar os papéis atribuídos às autarquias e a definição das relações entre a administração central e local, no período em estudo, na legislação oriunda do domínio patrimonial, tanto na orgânica como na de protecção do património.

No quadro funcional, competindo ao IPPC o inventário, as classificações e a pronúncia sobre obras em imóveis classificados e em zonas de protecção e tendo em consideração os princípios enunciados no diploma que o regulamentou, importa aferir das relações entre este instituto e as autarquias locais, estabelecidas em três níveis: *inspecção, apoio técnico e logístico* e *superintendência técnica.*

A *inspecção* (técnica e de apoio) estava prevista, da parte do IPPC, em bibliotecas, arquivos, serviços de documentação, museus, palácios e fundações dependentes de autarquias locais. A *superintendência técnica* era prognosticada em dois casos: do Departamento de Artes Plásticas sobre as *colecções de arte dependentes das autarquias locais* e do Departamento dos Museus, Palácios e Fundações sobre (...) *todos os museus dependentes de outros serviços do Estado, autarquias locais, empresas* (...). Também a competência para se pronunciar sobre a criação de novos museus, a transformação dos existentes e os respectivos regulamentos internos cabia à Divisão de Museus (do Departamento dos Museus, Palácios e Fundações). O *apoio técnico e logístico* teria lugar através dos Departamentos de Arqueologia e de Etnologia *às colecções arqueológicas e etnológicas dependentes das autarquias locais* e ainda do

Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural a serviços similares (laboratórios, centros e oficinas de conservação e restauro) dependentes das autarquias.[94]

A enunciação das relações técnicas e de fiscalização entre o organismo do Estado e as autarquias pode entender-se, no que respeita à *inspecção* e à *superintendência técnica* como uma forma de tutela administrativa, de acordo com o sentido que esta figura jurídica tem a partir da Lei das Autarquias Locais de 1977 e da primeira revisão constitucional de 1982, ou seja, como verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos[95]. Parece-nos, no entanto, que a falta de articulação destas relações de tutela com as previstas na Lei das Autarquias criou alguns desajustamentos, como por exemplo na área museológica, em que não foi regulamentada a relação entre o poder de deliberar sobre a criação de museus, atribuído às câmaras municipais, e a pronúncia, leia-se autorização, do IPPC sobre a mesma criação. Do mesmo modo, a superintendência técnica do Instituto sobre os museus das autarquias não teve um seguimento legislativo nem regulamentar, constituindo, como atrás referimos, a criação, em 1986, de cursos de técnicos auxiliares de museografia, abertos a agentes das autarquias uma das escassas medidas de concretização das relações de apoio técnico previstas entre o IPPC e os museus de tutela autárquica.

Por outro lado, o estabelecimento das normas que regem as relações entre o IPPC e as autarquias não era acompanhada pela participação destas no *Conselho Nacional do Património Cultural*, em cuja composição entravam apenas representantes da SEC, do IPPC, de outros Ministérios e das Forças Armadas.

Previstas as Comissões Concelhias na área da Arqueologia, com o objectivo de fiscalizar o cumprimento da legislação e colaborar com os órgãos e serviços das autarquias locais e com as associações para a defesa do património, veio o património arqueológico a merecer, ainda em 1980, a criação dos Serviços Regionais, correspondentes às áreas de intervenção das

---

[94] Cf. PAIXÃO, J. da Silva et al, *Código Administrativo Actualizado e Anotado. Legislação Complementar*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 1989: art. 20º, e); art. 24º, d); art. 21.º l); art. 26.º, a); art. 36.º, 2-i); art. 36.º, 2-l).

[95] A Lei n.º 87/89, de 9 de Setembro (Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais) veio definir a tutela administrativa como consistindo (...) *na verificação do cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos autárquicos e do funcionamento dos serviços das autarquias locais e associações de municípios, bem como na aplicação das medidas sancionatórias nos casos previstos no presente diploma.*

delegações da SEC,[96] constituindo esta a única medida de descentralização funcional ocorrida no sector patrimonial, no período em estudo.

No que toca à Lei 13/85, um dos seus princípios fundamentais assentava na partilha de responsabilidades entre o Estado, as regiões autónomas e as autarquias na (...) *sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património cultural e assegurar as condições de fruição desse património.*[97] Tal princípio não era, porém, acompanhado da definição de medidas para atingir tal desiderato.

Do ponto de vista prático, o principal aspecto inovador relativo às autarquias foi a permissão de estas classificarem os *valores locais*, categoria que veio substituir os *valores concelhios*. Todavia, a falta de aclaração das responsabilidades da administração central e da administração local face ao património classificado como *valor local* constituiu, também, uma lacuna de relevo, a qual não pode deixar de ser inserida no campo das omissões acerca das competências das autarquias na área patrimonial. Assim, o que gostaríamos de salientar é que, se no quadro do tecido normativo patrimonial a lei 13/85 não foi capaz de definir e estruturar responsabilidades do Estado e das autarquias, também neste último caso, a legislação pecou por demasiado genérica e imprecisa.

À legislação de base, tanto do património como das autarquias locais, haveria que juntar toda uma análise de diplomas dispersos, designadamente nos domínios do planeamento e do urbanismo para aferir das responsabilidades das administrações central e local em matéria, sobretudo, de património edificado, tarefa que ultrapassa largamente os objectivos deste estudo.

Assinalaremos apenas que ao longo da década de oitenta a legislação deixa expressar uma atenção crescente ao planeamento e ao ordenamento do território e, em consequência, a preocupação com os patrimónios urbano e paisagístico ganha um especial relevo[98]. São exemplos a definição da *Reserva Agrícola Nacional* e da *Reserva Ecológica Nacional* (D.L.

[96] D.L. n.º 403/80, de 26 de Setembro.
[97] Lei 13/85, de 6 de Julho, artigo 3.º, 2.

n.º 451/82 e D.L. n.º 321/83) e a legislação que imprimiu obrigatoriedade aos *Planos Directores Municipais*, seguida de diferentes figuras jurídicas de planeamento territorial *(PROTs - Planos Regionais de Ordenamento do Território, PIDRs - Planos Integrados de Desenvolvimento Regional* e *OIDs - Operações Integradas de Desenvolvimento*).

*

Em síntese, o quadro institucional português lançou, no período a que nos vimos a reportar, as bases de uma política patrimonial que, materializada num instituto central e numa lei de bases, deu corpo a uma nova noção de património, assente nos princípios do pensamento internacional do sector, cujos conceitos essenciais foram, como vimos, introduzidos no edifício jurídico nacional.

Ao convencionar, pela *Constituição* e pela Lei-Quadro, o conceito de património como um conjunto de bens essenciais à formulação de uma identidade cultural, advém a ideia de que a noção de património é indissociável da sua conservação. Em consequência, as disposições normativas que se prendem com o património surgiram no sentido da sua protecção, conservação, salvaguarda, recuperação, reutilização e em oposição à sua previsível degradação, perda ou morte.

O primeiro aspecto que nos parece marcar a reflexão sobre o património no período em análise é o da sua diversidade e pluralidade, que remete não apenas para as dimensões do natural e do cultural, mas para a multiplicidade de sentidos e conteúdos que estes albergam.

Deste modo, mais do que de *património*, em sentido lato, surgem na documentação oficial os *patrimónios* e as suas categorizações disciplinares (histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico e paisagístico), os *patrimónios* na sua relação com as instituições estatais (inventariados, registados e classificados) e, finalmente, os *patrimónios* na sua expressão tipológica (monumentos, conjuntos, sítios, valores locais).

---

[98] A criação do *PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas)* em 1988 é um exemplo de comparticipação financeira do Estado às Câmaras Municipais para salvaguarda e e valorização do património cultural construído.

A pluralidade da noção de património leva a que alguns autores ressaltem esta característica como uma das chaves para a sua compreensão. Yvon Lamy chama ao património colectivo um cadinho (imagem evocadora de uma operação de fusão pela mistura de ingredientes distintos); François Micoud prefere usar a expressão *patrimónios*, no plural ou, então, substitui-la pela de *bens comuns*, fazendo apelo à sua multiplicidade.[99] Seja como for, a noção passa a englobar todas as produções sociais marcadas pela relação com o tempo, factor que, além da durabilidade, lhes confere validade.

As mudanças políticas e sociais ocorridas no País criaram as condições de implementação dos princípios essenciais que as novas noções incorporavam, designadamente a participação das populações, e propiciaram um sentido da urgência à criação de estruturas e instrumentos jurídicos de base, o que marcou todo o período subsequente a 1974.

No entanto, as discrepâncias entre o quadro orgânico e o legislativo vieram colocar em evidência as fragilidades de um sistema que, se por um lado, comportava a "passagem" de um sentido de património histórico e monumental a um património plural, diversificado e interdisciplinar - de que as tipologias e a estruturação funcional, expressas no diploma de criação do IPPC espelham bem a abrangência - não chegou, por outro, a produzir legislação adequada à protecção desse alargamento conceptual.

Tendo em conta que o património protegido é, por coerência com o quadro legislativo, somente o património classificado - ou seja, aquele que, por via de operações de selecção, é salvaguardado - a falta de regulamentação da Lei de Bases teve como consequência principal um "vazio", que originou a ausência de aplicação prática.

No quadro seguinte tentamos sistematizar os principais objectivos e as realizações da política patrimonial no período 1974-90, de acordo com a perspectiva que temos vindo a adoptar e que buscou detectar os principais sinais de mudança na noção de património e da sua materialização institucional, privilegiando os aspectos que tiveram incidência no plano local.

---

[99] Cf. MICOUD, François, "Le Bien Commun des patrimoines", in *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, Paris, La Documentation Française, 1995, p. 25-38; LAMY, Yvon, "Le creuset du patrimoine collectif" in LAMY, Yvon (dir.), *L Alchimie du Patrimoine*, Talence, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme de l'Aquitaine, 1996, p. 9-23.

Quadro 1
PRINCIPAIS OBJECTIVOS E REALIZAÇÕES DA POLÍTICA PATRIMONIAL COM INCIDÊNCIA NAS AUTARQUIAS (1974-90) [100]

Per.	ÂMBITO	REALIZAÇÕES	OBJECTIVOS
1974 - 79	ORGANIZATIVO	**Criação da Direcção-Geral do Património Cultural**	Responder à especificidade orgânica do sector patrimonial
		Constituição da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural	Criar um organismo de coordenação e protecção do património numa perspectiva ampla
	LEGISLATIVO	**Lei do Ambiente (criação de Parques Naturais)**	Promover a protecção integrada do ambiente/património
		Constituição da República	Considerar a preservação, defesa e valorização do património cultural como obrigação do Estado
1980 - 90	ORGANIZATIVO	**Criação do Instituto Português do Património Cultural**	Estuturar funcionalmente o sector patrimonial, baseado na noção plural e integrada de património cultural
		Criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC	Descentralizar a orgânica de serviços de património
		Curso de Técnicos Auxiliares de Museografia do IPPC	Formar integradamente técnicos de património, de instituições centrais e autárquicas
		Reestruturação de serviços do IPPC	Reestruturar a orgânica com base numa visão unidisciplinar do património
	LEGISLATIVO	**1ª Revisão da Constituição**	Assumir a protecção do património como tarefa fundamental do Estado
		Lei de Bases do Património	Reestruturar legislativamente o sector patrimonial e alargar as tipologias de classificação de bens imóveis

[100] Por comodidade de trabalho utilizamos nos títulos do presente quadro os termos "âmbito organizativo" e "âmbito legislativo", muito embora toda as fontes documentais emanem da legislação publicada, numa tentativa de propiciar uma melhor compreensão da tipologia das medidas tomadas face ao património.

Marcado por tentativas de ordenação e regulamentação, o período em apreço começou por colocar em foco uma visão abrangente do património cultural e natural, de certo modo visível não só no texto constitucional como no novo regime de protecção do ambiente, no qual transparece uma vontade de estabelecer pontes com o património cultural, num quadro de abertura ao exterior e à introdução de conceitos internacionalmente aceites.

Nos anos imediatamente posteriores à mudança de regime, os esforços de organização de uma estrutura coordenadora do campo patrimonial visavam responder, mediante a criação de um Instituto direccionado para a salvaguarda do património cultural e natural, à dispersão e à descoordenação de serviços e de instituições, partindo de um amplo e global entendimento do património. Perdida a oportunidade de criar tal instituição, com a alteração de objectivos e de campos de actuação, desembocaram, antes os desideratos iniciais num "Instituto Português do Património Cultural", sendo certo que este, mau grado a sua designação, assentava conceptualmente numa noção de património cultural, ampla e global.

Quanto à questão normativa central, ou seja, a produção de uma Lei de Bases do sector, a sua concretização não passou afinal de um desígnio apenas parcialmente atingido, em virtude da falta de regulamentação, e consequente inaplicabilidade daí resultante.

No quadro-síntese apresentado na página anterior não incluímos qualquer referência às Leis de Base das Autarquias, em virtude da timidez desta legislação no plano da atribuição de competências face ao património. Como vimos, no âmbito do discurso institucional, a definição da articulação entre as competências do Estado e dos órgãos autárquicos, fosse no plano legislativo fosse no funcional, revelou-se bastante débil, excepção feita às competências de inspecção e de apoio técnico que cabiam ao IPPC, também elas carentes de regulamentação.[101] Daí, que tenhamos seleccionado como uma das realizações importantes deste período a criação do Curso de Técnicos Auxiliares de Museografia do IPPC, com integração de pessoal de autarquias, medida que não deixou de ser uma excepção no panorama da concretização das intenções com que se iniciara a década de oitenta.

[101] O D. L. n.º 77/84, de 8 de Março, incide sobre a delimitação das responsabilidades do Estado e das autarquias em matéria de investimentos públicos, não clarificando, contudo, o domínio patrimonial.

Assinalado pela introdução dos princípios normativos internacionais na realidade portuguesa, o período em análise parece, do ponto de vista evolutivo, ter sido sujeito a um processo em que se torna visível, já na baliza final, que à pluralidade e à diversidade dos patrimónios sucedeu progressivamente uma atenção particular ao património arqueológico e arquitectónico, acentuado, já na década de noventa com a criação de um Instituto dirigido em exclusividade a estes sectores. Em concomitância, e por outro lado, as ideias de coordenação e de interdisciplinaridade deram lugar às de especificidade disciplinar.

No entanto, a leitura da política patrimonial resulta, não apenas da análise da documentação institucional produzida, mas também dos silêncios e das omissões. São deles exemplos a fraca visibilidade do panorama museológico - e neste, a total omissão da museologia local - do mesmo modo que a débil regulamentação do papel das autarquias face ao património constitui também sinal de 'vazio' e que a não inclusão do património industrial na produção legislativa expressa uma atitude pouco valorativa destes testemunhos do passado recente.

Tendo como pano de fundo o cenário normativo que acabámos de traçar, cabe agora perscrutar os agentes culturais e sociais na busca de indícios e de evidências da relação estabelecida com a temática patrimonial ou, por outras palavras, indagar dos sinais de uma nova consciência patrimonial emergente, no período em análise, na sociedade portuguesa.

2. ACÇÕES DE ANIMAÇÃO CULTURAL, PATRIMONIAL E MUSEOLÓGICA

Paralelamente ao processo de "construção política" da noção de património na sociedade portuguesa pós-74, concretizado através do conjunto de medidas legislativas e orgânicas que acabámos de expor, ocorriam na sociedade movimentos de mudança, com incidência nos modos de encarar e de posicionar a realidade patrimonial nessa mesma sociedade. Nalguns casos, tais movimentações perpassaram com maior expressão pelas áreas patrimoniais, com incidência sobretudo no alargamento das atribuições de "valor patrimonial" a objectos, imóveis e paisagens e no reconhecimento pelas comunidades de tais "valorizações", enquanto noutros casos foi também evidente o reflexo da acção daqueles movimentos nos processos de institucionalização de museus.

Esses movimentos, se bem que maioritariamente exteriores ao mundo dos museus, não deixaram, porém, de atravessar as instituições museológicas (designadamente as locais) ou mesmo de estar, de uma forma mais ou menos directa, relacionados com a sua origem. Dos fenómenos sociais e culturais ocorridos na sociedade emergente de 1974, destacamos duas ordens de manifestações, passíveis de inter-relação com o contexto de alguns processos que viriam a desembocar na germinação de novos museus locais: a proliferação de "acções de animação cultural" e a eclosão de movimentos associativos patrimoniais, nomeadamente os que conduziram à criação de grupos folclóricos e os especificamente vocacionados para a "defesa do património".

A nossa hipótese de trabalho é que estas manifestações tiveram, de certo modo, prolongamentos e repercussões através das práticas e das estruturas orgânicas autárquicas que viriam a acolher os novos museus. Se, por um lado, a ligação pessoal entre os participantes nas acções de animação cultural e patrimonial e nas experiências museológicas se prefigura como um factor a ter em linha de conta nalgumas situações, por outro, as afinidades entre alguns fundamentos básicos das "acções de animação" e das "experiências museológicas locais" parecem também ser de considerar.

Ao longo da segunda metade dos anos setenta e na década seguinte assiste-se ao nascimento de um elevado número de grupos de folclore, de carácter regional e local, cuja acção extravasou muitas vezes o domínio da apresentação de danças e cantares para se estender à recolha e constituição de colecções etnográficas.

Assim, contemporaneamente à edificação "institucional" do(s) património(s), a emergência de uma nova consciência patrimonial pode ser detectada no período subsequente a 1974 por meio de um conjunto de iniciativas que, num primeiro momento (correspondente ao próprio ano de 1974 e aos dois anos seguintes), primam pela falta de visibilidade das associações culturais, apesar de uma parte destas ter ocupado em anos anteriores um importante espaço de resistência ao sistema vigente. Nesse período, em contrapartida, ganham expressão pública movimentos institucionais, designados em muitos casos genericamente por "campanhas", com objectivos expressos de animação cultural ou de intervenção no campo patrimonial, seja de recolhas e pesquisas, seja através de acções de sensibilização.

Destas últimas, assumem particular importância neste contexto as *Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica*, promovidas pelo MFA em 1974-75 e o *Plano de Trabalho e Cultura*, liderado por Michel Giacometti no quadro do *Serviço Cívico Estudantil* em 1975. Possuindo estas acções em comum um âmbito nacional, uma coordenação centralizada e uma duração limitada, visam também objectivos no sentido de uma transformação de atitudes, o que leva a inseri-las no quadro genérico da animação sociocultural.

Por fim, emerge igualmente um forte movimento associativo de defesa do património, com intensa expressão sensivelmente de 1978 até 1983, que tornou evidentes, mediante a realização regular de encontros nacionais com elevados níveis de participação, os sinais de uma "explosão patrimonial". O próprio Estado, através da *Campanha Nacional para a Defesa do Património*, organizada pela Secretaria de Estado da Cultura em 1980 deu representação institucional à dinâmica patrimonial.

Os fenómenos sociais a que acabamos de aludir serão objecto, no presente ponto, de uma abordagem no plano nacional, cuja materialização no quadro geográfico da *Área*

Metropolitana de Lisboa será desenvolvida no capítulo III, respeitante às experiências museológicas em estudo.

2.1 GRUPOS FOLCLÓRICOS E COLECCIONISMO

Surgidos na Primeira República,[102] os Ranchos Folclóricos configuraram-se ao longo do Estado Novo, difundindo uma das faces mais visíveis da cultura popular oficial, na representação da imagem pacífica e feliz de uma população rural imersa nas suas tradições. Ao longo dos anos trinta e das décadas seguintes foram criadas dezenas de "ranchos" com enquadramento e supervisão da *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* (FNAT) e da *Junta Central das Casas do Povo*, no âmbito de uma política cultural encarregada de promover a representação estética da ideologia do regime, através do desenvolvimento de modos de expressão controlados por aquelas instituições.[103] O seu aparecimento deveu-se muitas vezes ao incentivo dado por eventos como a *Feira do Ribatejo* e o *Concurso para a Aldeia mais Portuguesa de Portugal*,[104] este último impulsionado pelo *Secretariado Nacional de Informação* (SNI).

Mediadores junto do público de formas da cultura tradicional (músicas, danças, cantares e trajos), os grupos folclóricos incluíram na sua actividade alguns aspectos de pesquisa, recolha e constituição de colecções etnográficas, com base na necessidade de conferir rigor e fidelidade às apresentações públicas. Julgamos que terá sido a partir dos anos sessenta que a recolha de utensílios caídos em desuso nas comunidades onde estes grupos se inseriam se

---

[102] O primeiro agrupamento folclórico institucionalizado terá sido o *Rancho Regional das Lavradeiras de Carreço*, em 1924-25, sob o impulso do arqueólogo Abel Viana, cujas pesquisas em Santa Maria do Carreço (Viana do Castelo) o levaram a descobrir as danças e músicas tradicionais locais e a criar aquele Rancho que serviu de modelo a outros, de seguida criados na região minhota. Cf. CASTELO-BRANCO, Salwa, "Ranchos folclóricos et revivalisme" in *Voix du Portugal*, Paris, Cité de La Musique / Actes Sud, 1997, p. 39.

[103] Cf. CASTELO-BRANCO, Salwa, "Ranchos folclóricos et revivalisme" in *Voix du Portugal*, Paris, Cité de La Musique / Actes Sud, 1997, p. 41.

[104] No Ribatejo, no início da década de cinquenta, apenas existiam três ranchos, ao passo que na primeira *Feira do Ribatejo*, em 1954, se constituíram oito e na segunda edição da *Feira* participaram mais dezassete. Cf.

começou a fazer de forma mais sistemática, num momento em que começavam a desaparecer os traços materiais da cultura tradicional.[105] Alguns raros grupos possuíam desde os anos cinquenta colecções de trajos e de instrumentos de trabalho, directamente relacionadas com as suas actuações ou com objectivos de criação de "museus".

A par de outras manifestações culturais de carácter associativo, que conheceram uma especial expressão a partir de meados dos anos setenta, o crescimento exponencial de grupos folclóricos no nosso País foi um dos fenómenos marcantes da vida das comunidades locais, com incidência nos planos social, musical e patrimonial, ainda por estudar. Se é consensual a ideia de que após 1974 a criação de grupos folclóricos se processou a um ritmo acelerado quando queremos precisar quantitativamente e analisar esta realidade, deparamo-nos com dificuldades quase intransponíveis, pela escassez de estudos de investigação sobre esta temática. Os estudos das Ciências Sociais, nomeadamente das áreas disciplinares da História e da Antropologia, são praticamente omissos, até muito recentemente, sobre o fenómeno associativo folclorista, centrando-se preferencialmente as investigações efectuadas na vertente etnomusical, sendo Jorge Dias um dos raros investigadores que, no final dos anos sessenta, se debruçou sobre o fenómeno dos grupos folclóricos e alertou para a pertinência do seu estudo.[106]

Alojados em colectividades (preexistentes e em gestação) ou com autonomia associativa, os grupos criados neste período foram fruto de iniciativas locais que encontraram apoios, sobretudo localmente, em municípios e em serviços de turismo. A nível nacional a sua actividade passa a ser enquadrada pelo *Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores* (INATEL), resultante da reformulação da FNAT, onde se destaca o papel do etnógrafo Tomás Ribas no desenvolvimento e na difusão de pesquisas conducentes à valorização destes grupos. Uma nova estrutura foi criada em 1977, a

---

MELO, Daniel Jorge Seixas de, *Salazarismo e cultura popular (1933-58)* – Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, UNL – FCSH, Lisboa, 1997.

[105] Cf. o estudo sobre este fenómeno na Serra de Arga: VASCONCELOS, João, "Tempos remotos: a presença do passado na objectificação da cultura local" in *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, n.º 2, Lisboa, 1997, p. 213-235.

[106] Cf. DIAS, Jorge, "Da Música e da Dança como Formas de Expressão Espontânea Populares aos Ranchos Folclóricos" in *Colóquio*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1970, p. 1-4.

Federação do Folclore Português (FFP), organização que nasceu com um acentuado carácter regulador de parte destes agrupamentos.

Deste modo, a intensificação do movimento coleccionista por parte dos grupos folclóricos resultou tanto do significativo desabrochamento dos próprios grupos após 1974 (acompanhando o surgimento de inúmeros grupos musicais por todo o País), como do papel desempenhado pela *Federação do Folclore Português*.

Quanto à articulação entre a "explosão de agrupamentos folclóricos" e o coleccionismo, a inexistência de estudos sobre este fenómeno leva-nos a basear na observação de um número muito circunscrito de casos a justificação do incremento das recolhas de artefactos da cultura material no âmbito de movimentos de valorização das identidades locais, a que estes agrupamentos aderiram. A conjugação de estratégias de *animação cultural* com necessidades de pesquisa relacionadas com a própria constituição e dinamização dos grupos terão estado na origem de recolhas voluntaristas, algumas das quais desembocaram em projectos sólidos e de longo prazo, enquanto outras mais não fizeram do que contribuir para o agravamento das condições de degradação do património etnográfico móvel.

No que toca à fundação, em 1977, da a *Federação do Folclore Português - Associação das Colectividades folclóricas de danças, cantares e tocatas regionais de Portugal*, esta tinha como objectivos contribuir para a preservação e difusão do folclore português, utilizando como principais instrumentos a cooperação com os organismos do Estado na definição de uma política nacional de folclore, a coordenação dos grupos federados, a sua orientação etnográfica, a promoção de estudos e pesquisas e a organização de *museus regionais ou nacionais dedicados á cultura popular*.[107]

Pugnando pela defesa dos valores tradicionais de cada região, representados na expressão musical e coreográfica dos grupos folclóricos, a *Federação* regulamentou os passos que estes deveriam seguir para efectuar de forma rigorosa a divulgação da cultura tradicional. Deste modo, a aceitação de sócios efectivos por este organismo era acompanhada do preenchimento de um questionário, que integrava, entre outros pontos, a descrição

[107] *Federação do Folclore Português – Estatutos*, D.R. de 12/6/1978, III Série, art. 4.º, alínea g).

monográfica da região a que o grupo pertencia (*costumes, paisagens, monumentos, individualidades de prestígio intelectual, artesanato*) e a indicação dos dados de "recolha"[108] de *trajos antigos* e de *acessórios de trabalho rural.* Assim, delimitada a área geográfica representada pelo grupo, competia a este a pesquisa de todas as fontes e da documentação disponíveis, bem como a recolha dos trajos, instrumentos agrícolas e objectos, processos que muitas vezes conduziam à abertura de um "museu" que apresentasse ao público o material reunido, tanto pelo próprio grupo como por outros coleccionadores locais.

A aplicação destes critérios de exigência, em prol de uma fidelidade etnográfica, reportada geralmente ao final do século XIX ou aos inícios do século XX, conduziu a uma apertada malha de admissão de associados pela *FFP*, os quais no conjunto global dos grupos existentes, representarão aproximadamente 12%.[109]

Encarando a promoção de museus dedicados à cultura popular como um dos seus principais objectivos, a *Federação* encorajava também os próprios grupos a constituírem localmente os seus "museus", como uma das etapas associadas à recolha e à aquisição de material de trabalho para as actuações, uma vez que decorria geralmente em simultâneo a recolha da tradição oral e dos testemunhos materiais.

A necessidade de formar um museu no seio de um grupo folclórico não se ficava, contudo, por esta perspectiva de ordem mais prática, adjunta a processos de aquisição de património. Defensores da cultura tradicional, os mentores do movimento folclorista pós-1974 visavam também a perpetuação dos testemunhos materiais, alargando, assim, as possibilidades didácticas de difusão para além da transmissão oral.

---

[108] Não se pode confundir esta expressão com a noção de "recolha" em Museologia, guiada por objectivos científicos e associada a tarefas de selecção e de documentação. Sobre a articulação entre a investigação e a recolha cf. RIVIÈRE, Georges-Henri, "Recherche" in AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Rivière*, Paris, Dunod, 1989, p. 169-204.

[109] Pela inexistência de estudos de investigação e de recolha de dados fiáveis sobre os grupos folclóricos, na sua globalidade, não dispomos de quantitativos sobre estes agrupamentos relativos ao período 1974-90. Um levantamento efectuado em 1998 pelo Instituto de Etnomusicologia da UNL apontava a existência de 2075 grupos folclóricos no País. Destes, pouco mais de três centenas eram federados.

Estas preocupações estão bem patentes na intervenção de um dos conselheiros técnicos da *FFP* num dos encontros anuais organizados pelas Associações de Defesa do Património, onde os dirigentes dos grupos folclóricos eram participantes ocasionais:

> *Um rancho folclórico deve ser um "Museu vivo", fiel intérprete das danças e cantares da sua terra, realidade que o próprio traje tem que personificar. (...) Não podendo ainda ignorar-se, que mais do que um espectáculo, cada actuação de um Grupo Etnográfico deve constituir uma sessão pedagógica, didáctica. (...) um rancho folclórico passa no tempo, como no tempo passaram nossos antepassados, enquanto o MUSEU fará perpetuar pelos tempos fora, a identidade de uma região, mesmo de um povo.* [110]

A intensificação do movimento coleccionista dos grupos folclóricos levava a que no final dos anos setenta Henrique Coutinho Gouveia alertasse para a existência de *núcleos patrimoniais de acentuado interesse museográfico* na posse dos grupos folclóricos e abordasse a necessidade do tratamento destas colecções, desejavelmente com o apoio do Estado e sobretudo dos museus de etnologia.

> *(...) o movimento coleccionista, que ultimamente se vem intensificando a nível dos grupos de folclore, tanto pode significar uma preciosa colaboração, numa tarefa para a qual os museus nem sempre podem dispor do elemento humano indispensável, como acabar por traduzir-se, a curto prazo, num impulso generoso mas desordenado, conduzindo inclusivamente a resultados negativos.*[111]

No âmbito das actividades desenvolvidas pelo *Departamento de Etnologia* do IPPC nos primeiros anos de vida deste organismo, foram tomadas algumas medidas para preservar o valioso património etnológico dos grupos folclóricos, na tentativa de disciplinar as tarefas de aquisição, inventário, conservação e utilização dos objectos etnográficos. Assim, os apoios

---

[110] MENDES, Lino, "O folclore e a sua verdade" in *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, dact., p.1-2.

[111] GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Incidências Museográficas na Actividade dos Grupos de Folclore*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra / IPPC, 1987, p. 66 (Separata das *Actas do II Congresso Nacional da Federação do Folclore Português*, Coimbra, 15 e 16 de Setembro de 1979).

financeiros concedidos aos grupos por aquele instituto foram orientados no sentido de melhorar as condições de conservação e de arrumação das colecções etnográficas, designadamente através da cedência de equipamento mobiliário. Por outro lado, o mesmo Departamento promoveu um programa de acções de formação para responsáveis das colecções etnográficas e colaboradores de iniciativas locais dirigidas à criação de pequenos museus. Estes *Encontros de Formação para Responsáveis por Colecções Públicas e Pequenos Museus Locais* conheceram quatro edições entre 1983 e 1985, em diferentes pontos do território nacional, sendo acompanhados da distribuição de textos de apoio.[112]

O impacto das formações que acabamos de assinalar estendia-se também aos *pequenos museus locais* que iam surgindo no início dos anos oitenta, contribuindo estes encontros para a alteração da situação que então se vivia no capítulo da escassa preparação técnica dos responsáveis e técnicos das nascentes entidades museológicas. Ao publicar em 1986 a brochura *A Organização de um Museu Local de Etnologia*, baseada na experiência do Museu Etnológico de Monte Redondo, com edição do Departamento de Etnologia do IPPC, Mário Moutinho reforçava esta ideia:

> *Este isolamento parece ter agora tendência para se esbater, como atestam os encontros de formação para responsáveis por colecções etnográficas, organizados em 1983 e 1984 pelo IPPC e pela colaboração nascente entre alguns (poucos ainda) museus locais.*[113]

A partir da segunda metade da década de oitenta estas acções não tiveram, contudo, a desejada continuidade, na sequência do estiolamento progressivo da actividade do *Departamento de Etnologia* até à sua extinção, como fizemos referência em I –1.2.

Em contrapartida, no final dos anos oitenta o INATEL desempenhou também um importante papel na promoção de acções de formação para os grupos folclóricos, introduzindo a temática dos museus, com a realização de *Estágios de Formação e Reciclagem para*

---

[112] *1.º Encontro:* Porto, Novembro de 1983; *2.º Encontro:* Coimbra, Março de 1984; *3.º Encontro* - Castelo Branco, Novembro de 1984; *4.º Encontro:* Faro, Abril de 1985. Os textos de apoio distribuídos eram da autoria dos formadores Adília Alarcão, Henrique Coutinho Gouveia e Luís Elias Casanovas.

Directores e Ensaiadores de Grupos e Ranchos Folclóricos, iniciados em 1987 e decorridos, ao longo de oito edições, até 1992. Coordenados por Tomás Ribas, os cursos agregavam o apoio institucional do IPPC e da FFP, contando-se entre os formadores Ernesto Veiga de Oliveira (na primeira edição), Manuel Viegas Guerreiro, Maria Micaela Soares. A equipa encarregada das matérias museográficas era geralmente constituída por Adília Alarcão, Henrique Coutinho Gouveia, Luís Elias Casanovas e Madalena Farrajota, cujos textos de apoio eram frequentemente coincidentes com os das formações anteriormente promovidas pelo IPPC.[114]

2.2 DINAMIZAÇÃO CULTURAL

A "Dinamização Cultural" constituiu uma das expressões emblemáticas do regime saído de 1974, em parte devido à *Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica* promovida pelo Movimento das Forças Armadas,[115] mas também em resultado da proliferação de um conjunto de múltiplas e dispersas iniciativas, muitas vezes tomando aquela designação ou então a de animação cultural, nem sempre sendo muito evidente a distinção entre ambas as noções.

---

[113] MOUTINHO, Mário, "Preâmbulo" in *A Organização de um Museu Local de Etnologia*, Lisboa, IPPC/Departamento de Etnologia, 1986, p. 7.

[114] Cf.: ALARCÃO, Adília, *Instalações*, Fevereiro de 1986, dact., 19 p.; CASANOVAS, Luís Elias, *Condições Ambientais – Equipamento*, IPPC/Centro de Formação e Estudos, Setembro de 1988, dact., 13 p.; GOUVEIA, Henrique, *A organização de colecções públicas e de pequenos museus locais – Em que consiste o trabalho de museu e quais os seus objectivos*, IPPC/Departamento de Etnologia, dact., 10 p.

[115] Impulsionada pela Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos (dependente do Ministério da Comunicação Social) e pela 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), a quem coube, na prática, a sua coordenação operacional, a *Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica* ocorreu entre Outubro de 1974 e Outubro de 1975. Este período, compreendido entre o 3.º e o 5.º governos provisórios, corresponde organicamente ao Ministério da Comunicação Social.

Citamos, a título de exemplo, a *Campanha de Dinamização Cultural das Bibliotecas, Museus e Arquivos* impulsionada pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais e incidente sobre as instituições culturais dependentes daquele organismo, que teve início em 2 de Março de 1975 no Museu José Malhoa das Caldas da Rainha, prosseguindo com um conjunto de sessões na Biblioteca Nacional de Lisboa.[116] Dez anos mais tarde, em *Relatório de Actividade* dos Museus dependentes do IPPC o evento no Museu das Caldas era designado, tão só, como um *Programa de Animação Cultural* promovido pela SEC, sem referência à efémera *Campanha* em que se inseriu.[117]

Em paralelo, foi criada em Outubro de 1974 a *Comissão Interministerial para a Animação sociocultural (CIASC),* [118] presidida por Teresa Santa Clara Gomes, que perdurou até Junho de 1976. Nascida para responder à necessidade de (...) *estimular a participação das populações locais no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociocultural em que estão integradas* (...)[119] e para coordenar actividades oriundas de diferentes serviços governamentais, esta comissão tentou lançar algumas estruturas regionais e distritais de apoio à animação de base, realizando seminários de formação de quadros do Estado e de associações e dinamizando projectos-piloto de animação directa junto de organizações locais, num horizonte de desenvolvimento, iniciativas que não vieram a ter continuidade. É de destacar, no quadro temporal em que surgiu esta comissão, a solidez dos seus fundamentos e programas, sobretudo no papel conferido à problemática do desenvolvimento, dentro de uma perspectiva integradora da dimensão cultural, e da relevância dada à participação das populações nesses processos, princípios que também alcançarão especial relevância na reflexão museológica, como veremos.

---

[116] Cf. *Diário de Notícias*, 28/2/1975 e *O Século*, 7/5/1975. Do programa da sessão ocorrida nas Caldas da Rainha, em que participou o Secretário de Estado da Cultura, João Freitas Branco, fizeram parte uma exposição de livros infantis, uma exposição de gravura, um recital de piano, um colóquio e a apresentação de uma peça de teatro.

[117] Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Museus Dependentes do Instituto Português do Património Cultural - Dez anos de Actividade*, Lisboa , IPPC, s.d., dact.

[118] Resolução do Conselho de Ministros de 27/9/1974 (Diário do Governo, de 7/10/1974); Despacho conjunto do Ministro da Educação e Cultura e do Ministro dos Assuntos Sociais de 2/10/74 (Diário do Governo de 11/10/74). A Comissão perdurou entre o 3.º e o 6.º governos provisórios. Teresa Santa Clara Gomes viria a ser SEC do 3.º governo constitucional (28/8/1978 a 15/9/1979). 1.º Ministro: Alfedo Nobre da Costa.

[119] Resolução do Conselho de Ministros de 27/9/1974.

No entanto, entre estes programas foi a *Campanha de Dinamização* promovida pelo MFA que se assumiu, num primeiro momento, como uma referência para uma multiplicidade de acções ocorridas no período 1974 - 76, as quais divulgaram amplamente a noção de animação cultural na sociedade portuguesa, por vezes acompanhada do estabelecimento de laços aos domínios patrimoniais. Contudo, a ambiguidade da noção de dinamização cultural, tal como é entendida na *Campanha* do MFA, está patente desde logo na conjugação dos objectivos "cultural" e "político" que estiveram na base da designação adoptada para este programa: *Promover a dinamização cultural, nomeadamente o esclarecimento político da população, com a colaboração das associações culturais e o apoio dos organismos do Estado.* [120] Considerado o esclarecimento político como parte da dinamização cultural, este equívoco viria a estar na base de uma pluralidade de sentidos que estas acções comportariam.

Por outro lado, a *dinamização cultural* e *a animação cultural* são indiferentemente usadas como noções que se sobrepõem ou que por vezes se distanciam, apresentando-se a segunda como parte da primeira, ou vice-versa. Se a *dinamização cultural* dá o mote à campanha, a *animação* aparece por vezes como um método, em associação directa a práticas, a modos de actuação e a formas de comunicação.[121]

No entanto, a par do papel da *Campanha* na divulgação, por vezes equívoca, da noção de dinamização e/ou animação cultural, interessa-nos destacar os alicerces do programa, erguido em nome da *cultura popular* (recorde-se a ligação orgânica à Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos).

---

[120] *Movimento – Boletim Informativo das FORÇAS ARMADAS*, Comissão Coordenadora do Programa do MFA, n.º 4, 12 de Novembro de 1974, p. 2.

[121] As formas de animação escolhidas incidiram preferencialmente nas áreas musicais e teatrais, se bem que os artistas plásticos tenham também participado na *Campanha*, nem sempre decorrendo de forma pacífica a relação destes com a 5.ª Divisão. A título de exemplo de um programa-tipo da Campanha, citamos o de uma sessão em Alenquer com a designação "O Encontro MFA - Povo do Concelho": actuação musical de orquestra típica, peça de teatro, ranchos folclóricos e sessão de dinamização e esclarecimento cívico do MFA . (Cf. D. N., 8/3/1975)

A cultura não se impõe: a cultura nasce do povo. É na batalha do dia a dia que se cria a cultura. Levar ao povo o que é do povo é a tarefa em que agora nos empenhamos ao lançar a campanha de DINAMIZAÇÃO CULTURAL .[122] *(...)*

A política cultural fascista dividia cultura em dois campos: o dos eruditos, que no fundo eram os que tinham dinheiro para estudar e a chamada 'cultura popular' que os fascistas fomentavam para fins oficiais ou turísticos e a cujas manifestações assistiam com o mesmo espírito de quem vai ao jardim zoológico ver os macacos aos saltinhos.[123]

Com base na dicotomia apresentada, a qual remete para as noções de cultura erudita e cultura popular (tão em voga no tempo, numa perspectiva nem sempre antagónica, mas muitas vezes de simbiose), parece-nos passível de posicionar a *Campanha* também como oriunda do espectro cultural, para além do seu evidente contexto sociopolítico, e mais especificamente das correntes de animação cultural em construção desde os anos sessenta e que no período posterior a 1974 encontram terreno fértil em Portugal.[124] Estas correntes assumem grande preponderância no quadro de uma visão marxista, em que a libertação colectiva e dos indivíduos toma foros de objectivo central da animação cultural, por meio de uma crítica institucional e de uma transformação das estruturas económicas e políticas.[125]

É nesta linha que julgamos poder enquadrar a *Campanha*, a qual ao aglutinar *dinamização cultural* e *acção cívica* mais não faz do que veicular um entendimento da animação, enquanto

---

[122] *Movimento – Boletim Informativo das FORÇAS ARMADAS*, Comissão Coordenadora do Programa do MFA, n.º 4, 12/11/1974, p. 1.

[123] Documento do MFA, de 9/12/1974, in CORREIA, Ramiro, *MFA Dinamização Cultural Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, s.d. p. 36.

[124] Nas obras de referência sobre a animação cultural, no período em análise, esta é apresentada no quadro de uma emancipação colectiva, tendo por objectivos proporcionar o alargamento da participação cultural e a transformação das atitudes e das relações inter-individuais e colectivas, através de uma acção directa sobre os indivíduos. A animação aparece essencialmente como um método de integração e de participação, visando, por intermédio de um animador, melhorar a comunicação social, características que para BESNARD, Pierre, (*L'Animation socioculturelle*, Paris, PUF – Que Sais-je?, 1980, p. 17) lhe conferem uma aparente contradição, na medida em que esta se torna simultaneamente um método de adaptação social e uma ideologia da libertação.

[125] Cf. LABOURIE, Raymond, "De quelques problèmes de l'Animation et de la formation socio-éducative, Cahiers de l'Animation", n.º 1, 1972, cit. In BESNARD, Pierre, *L'Animation socioculturelle*, Paris, PUF – Que Sais-je?, 1980, p. 16.

meio privilegiado de alteração das mentalidades, através da ruptura com o anterior regime e da crítica às suas instituições, ao mesmo tempo que promove a *cultura popular*.

São também visíveis as ligações entre esta *Campanha* e a que a tinha imediatamente precedido no Verão de 1974, a *Campanha de Alfabetização e Educação Sanitária*, accionada pela *Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pro-Unep)*. Com métodos baseados na obra de Paulo Freire, ministrados em cursos de curta duração aos estudantes que seriam os futuros formadores, este tipo de acções teve prosseguimento nas *Campanhas de Alfabetização e Desenvolvimento Comunitário*, organizadas pelo Graal, e no *Movimento Alfa - Campanhas de Alfabetização, Educação Sanitária, Animação Cultural e Desportiva*, promovidas pela União dos Estudantes Comunistas (UEC), no Verão de 1976. Aliás, a influência directa dos estudos de Paulo Freire nas *Campanhas de Alfabetização* estendeu-se mais tarde, e sob diferentes formas, também aos movimentos museológicos, como veremos. No período em apreço é de destacar a vinda deste pedagogo a Portugal, largamente noticiada, e a sua participação em conferências e debates organizados pela 5ª Divisão.[126]

Ao propor uma abordagem da *Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica* no quadro sistémico da animação cultural, julgamos também poder contribuir com uma outra perspectiva de análise para a sua leitura, à luz do contexto político e das transformações sociais em marcha.[127] Se na ordem do dia estava a prossecução da democratização da cultura e, neste âmbito, a promoção da cultura popular, foi através do recurso a práticas inspiradas na

---

[126] Cf. *Movimento – Boletim Informativo das FORÇAS ARMADAS*, Comissão Coordenadora do Programa do MFA, n.º 15, 22/4/1975, p. 6 - *Tem vindo a 5.ª Divisão a organizar diversas conferências e debates com personalidades de craveira internacional, aproveitando as suas visitas a Portugal. Depois de Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Ignac Sachs, Miguel Arrais, Alan Joxe estiveram no auditório do antigo IAEDN Jean-Paul Sartre e o economista soviético Yuri Rubinski.*

[127] Boaventura Sousa Santos simboliza na expressão "Aliança Povo / MFA" um (...) *tempo meteórico e contrastado que atravessa todo o tecido social e o próprio Estado.* Neste tempo breve mas intenso, as *Campanhas* de dinamização popular foram uma das dimensões fundamentais da articulação "Povo / MFA" e, em simultâneo, a que terá tido menos êxito. Para este autor, as razões encontram-se na pouca atenção dispensada à dimensão cultural das carências materiais e no controlo partidário, sobretudo por parte do PCP, com o consequente afunilamento ideológico. Cf. SANTOS, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990.
Para Stephan Stoer, que analisa as *Campanhas* na perspectiva da educação popular e das acções de alfabetização, estas enquadram-se na "mobilização revolucionária", que tinha como uma componente central a concretização da extensão da educação e da cultura a todos os sectores da população, através de actividades centralmente planeadas e controladas. Cf. STOER, Stephen R., *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980 Uma Década de Transição*, Porto, Ed. Afrontamento, 1986.

animação sociocultural que o Estado tenta prosseguir tais objectivos, sem que, contudo, agregue a tal desiderato os diferentes níveis do sistema de animação que lhe permitiriam atingir a pluralidade.

Com efeito, partindo de um programa centralizado e gerido pelos órgãos em quem o Estado deposita a condução deste projecto (as Forças Armadas) são omitidas, de forma generalizada, as restantes componentes do sistema de animação (colectividades locais, organismos culturais, e em particular as associações voluntárias) que, como unidades de base da animação, deveriam continuamente alimentar a sua vitalização. No entanto, ao inserir o *esclarecimento político* na *acção cívica*, a *Campanha* confere ao primeiro um sentido muito amplo, que deve ser entendido no respectivo contexto temporal e que não deixa também de se ancorar em movimentos de cidadãos, ocorridos em concomitância com toda esta organização centralizada.

Terminada a *Campanha* com a queda do quinto governo provisório e a dissolução da *5.º Divisão*, seria também extinta alguns meses mais tarde a *Comissão Interministerial para a Animação sociocultural*, organismo que esbarrou sistematicamente ao longo do seu curto período de vida no imobilismo burocrático dos serviços do Estado e na própria indefinição estrutural desses serviços como principais impedimentos à não concretização dos propósitos de descentralização e de promoção do desenvolvimento local que estiveram na sua origem.

2.3 LEVANTAMENTO PATRIMONIAL E ANIMAÇÃO

Embora contivesse na generalidade as características de uma *Campanha* (planeamento e coordenação centralizadas, duração limitada, objectivos de animação cultural) no Verão de 1975 decorreu um programa que, sob a designação de *Plano Trabalho e Cultura*, constituiu o principal, senão o único, instrumento de animação patrimonial de âmbito nacional no período imediatamente posterior a 1974.

Com concepção e liderança de Michel Giacometti, a proposta surgiu no âmbito da preparação do *Serviço Cívico Estudantil*[128] e, de acordo com o seu anteprojecto, estruturava-se em três linhas de acção:

1. registo da música regional e da literatura popular;
2. inventário e recolha de testemunhos materiais de trabalho e de instrumentos musicais populares;
3. promoção de campanhas de educação sanitária, de programas de animação sociocultural e de auxílio na dinamização de centros de recreio e cultura.

Se a última vertente - precisamente a que mais familiaridades apresentava com as *Campanhas de Dinamização Cultural* e as de *Alfabetização* a decorrer desde o ano anterior - não viria a ser concretizada neste projecto, foram as duas primeiras componentes que fizeram a especificidade do programa, e lhe conferiram, na altura, um lugar ímpar no panorama patrimonial. As linhas de pesquisa e de acção enunciadas iriam permitir, segundo o próprio Giacometti, atingir os seguintes objectivos:

> (...) *o conhecimento directo da cultura regional do nosso povo, a sua análise e possível integração na cultura nacional, o esclarecimento social e político das populações rurais e a formação cívica militante dos próprios estudantes.*[129]

[128] O *Serviço Cívico Estudantil* foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura em 11 de Novembro de 1974, como um ano vestibular anterior à entrada definitiva no ensino superior, surgindo na sequência de as candidaturas ao ensino universitário constituírem o dobro das vagas existentes, não tendo, entretanto, ocorrido exames de aptidão às Faculdades, no final do ano lectivo anterior. O *Serviço Cívico Estudantil* só foi formalmente instituído em Maio de 1975 (D.L. n.º 270/75, de 30 de Maio), mobilizando no Verão de 1975 milhares de estudantes para brigadas de educação sanitária e de alfabetização junto das populações.

Perpassam por este enunciado os objectivos que as *Campanhas* coordenadas pelo MFA se tinham proposto atingir, com uma primeira vertente orientada no sentido cultural e uma segunda guiada para o esclarecimento político,[130] embora visando aqui como destinatários, não só as populações sobre quem ia incidir o *Plano* mas também, e talvez sobretudo, os jovens estudantes. Diferenciava-se, contudo, o plano de Giacometti pela especificação rigorosa do objectivo cultural, tendo por finalidade o conhecimento da cultura regional, em contraponto à generalidade da *dinamização cultural* das *Campanhas*.

Na sua concepção inicial o *Plano* parece evidenciar uma visão mais alargada em termos temporais do que a permitida por uma *Campanha*, uma vez que a acção de recolha dos testemunhos materiais da cultura popular era um desiderato que tinha como propósitos finais a criação de uma instituição museológica própria. Daí, a opção por um *Plano*, designação mais consentânea com uma previsão de actividades que permitissem faseadamente colocar de pé um projecto que, embora não descurando a vertente da animação, não se esgotava nesta.[131]

No entanto, tal conjectura temporal mais alongada não veio a consubstanciar-se,[132] decorrendo o *Plano Trabalho e Cultura* sob o signo de uma campanha de recolha e registo de testemunhos da cultura material, num período bem delimitado (ou seja, os três meses do Verão que antecederam a entrada dos estudantes no primeiro ano do ensino superior), com uma coordenação centralizada a partir da capital (sob a direcção do próprio Giacometti) e

---

[129] GIACOMETTI, Michel, "Anteprojecto do *Plano Trabalho e Cultura*", in BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 22.

[130] Cf. Objectivos a) e b) da 1ª Directiva do EMGFA/5ª Divisão, em que os dois últimos objectivos do *Plano* de Giacometti parecem directamente inspirados. Há que ter em conta a própria ligação pessoal de Giacometti aos movimentos de animação cultural emergentes, designadamente a sua participação em Fevereiro de 1975, como formador, no primeiro curso de animadores socio-culturais promovido pelo FAOJ, em conjunto com José Saramago, Mário Barradas e Rui Mário Gonçalves. Cf. *A Capital*, 12/2/1975.

[131] A expressão *Trabalho e Cultura*, se está em consonância com o espírito do programa que aguardava os jovens aspirantes ao ensino universitário, radica em *Travail et Culture*, grupo de educação popular, surgido no pós-guerra em França e nas colónias norte-africanas, a que estiveram ligados investigadores do *Musée de l'Homme*, instituição onde Giacometti também trabalhou. Cf. BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 19.

[132] O *Plano Trabalho e Cultura* decorreu de Julho a Setembro de 1975, não tendo Michel Giacometti apresentado nenhum projecto semelhante no quadro do *Serviço Cívico* do ano seguinte, embora tenha ele próprio participado em 1976 no *Movimento Alfa*, programa lançado pela União dos Estudantes Comunistas (UEC), que incluiu levantamentos da cultura popular, nomeadamente da tradição oral e da história do movimento associativo.

com uma organização territorial dos jovens em equipas (124 jovens no total). Mas esta campanha tinha uma direcção científica e denotava objectivos patrimoniais e museológicos que a diferenciavam das restantes operações em marcha, fosse no âmbito do *Serviço Cívico*, fosse no quadro das acções de animação sociocultural e da alfabetização.

Giacometti foi o autor do *Plano* e da maioria da documentação de apoio produzida para os jovens que integraram as brigadas, agregando ainda um conjunto de investigadores das Ciências Sociais ao curso de formação que de 1 a 7 de Julho de 1975 preparou os participantes para as tarefas que os esperavam.[133] A documentação distribuída aos jovens era composta por textos de apoio,[134] inquéritos à tradição oral, às condições de saúde e à medicina popular e por uma ficha museográfica.[135] Este último documento corporizava o segundo objectivo do *Plano* - o inventário e a recolha de testemunhos materiais de trabalho e de instrumentos musicais populares - e abria caminho à formação de uma colecção que viesse a dar origem a um museu.

> *Este material essencialmente constituído por ferramentas, instrumentos e máquinas seria posto à disposição do Centro de Documentação Operário-Camponesa e dos museus regionais.*[136]

Este *Centro de Documentação* constituía um projecto de Giacometti visando a instauração de um organismo no INATEL, em substituição do antigo *Grupo de Etnografia e Folclore*

---

[133] Formadores: António Machado Guerreiro, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Correia Marques, Jorge Gaspar, Manuel Viegas Guerreiro, Maria Beatriz Rocha Trindade, Rosália Heitor Ferreira e Tomás Figueiredo.

[134] Documentos distribuídos: *Guia de Inquérito de Música Popular (*da autoria de Michel Giacometti), *Alguns exemplos de ferramentas, instrumentos e máquinas usados pelo nosso povo na sua luta pela sobrevivência e bem-estar* (Michel Giacometti , com colaboração de Maria Micaela Soares), *Recolha de Literatura Popular (metodologia e exemplos)* (Manuel Viegas Guerreiro) e *Pequeno guia para a recolha de instrumentos musicais populares* (Ernesto Veiga de Oliveira).

[135] A ficha era constituída pelos seguintes itens: designação local, local e data da recolha, características socio-económicas da localidade e particularidades em relação às localidades vizinhas, matéria, técnica de fabrico, forma e decoração, função passada e actual, nome do proprietário, profissão, habilitações literárias, idade, observações, usos e crenças. Imagens: 1 a 3 fotos e desenhos. Por fim as referências: oferta / venda, caderneta n.º, talão n.º (talões de compra e talões de doação de material etnográfico), cassete n.º, face, trecho n.º, contador do gravador. Caderneta e n.º das fotos.

[136] GIACOMETTI, Michel, "Plano Trabalho e Cultura", cit. In BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 20.

desta instituição, a que estaria também ligado um *Museu do Trabalho*, com o objectivo de *documentar a vida e a luta do nosso povo.*[137]

Além da criação deste desejado organismo museológico - que não chegaria a concretizar-se no âmbito do INATEL[138] - o destino dos espécimes a recolher passava também pela sua incorporação em museus regionais, o que põe em realce as opções museológicas que guiavam Giacometti, orientadas, ora para a criação de um novo museu de âmbito nacional[139] dedicado à cultura popular, ora para a inserção descentralizada desses testemunhos em "museus regionais". Importaria compreender melhor esta última noção, a que Giacometti não retorna nos documentos preparatórios do *Plano*, uma vez que certamente não se referia aos museus que representavam a cultura popular, e em particular o mundo camponês, seguindo o modelo do *Museu de Arte Popular* e da FNAT, que acerrimamente combatia.

Jorge Freitas Branco dá um especial enfoque à análise desta missão no quadro da museologia etnográfica, considerando-a uma tentativa de lançar as bases para uma museologia dedicada à construção de um outro universo camponês, uma vez que no momento em que foi lançada não existia, neste domínio, uma alternativa estruturada à herança do anterior regime.[140] Nesta perspectiva, o *Plano Trabalho e Cultura* visava ocupar um espaço novo - um museu com forte representação de materiais etnográficos à escala nacional que aniquilasse a cultura popular museografada anteriormente - contendo em simultâneo uma proposta de crítica cultural militante.

---

[137] GIACOMETTI, Michel, Documento datado de 1975, cit. In BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 18.

[138] A colecção etnográfica resultante do *Plano Trabalho e Cultura* constituiu a colecção fundadora do Museu do Trabalho de Setúbal, sob tutela da respectiva Câmara Municipal, cuja primeira exposição temporária, mobilizadora da actividade desta instituição ocorreu em 1987, vindo o Museu a abrir ao público em 18/5/1995.

[139] A criação de um museu nacional *do Trabalho* constituía um objectivo de Giacometti, cuja prossecução se desenrolava paralelamente aos caminhos trilhados pelo Museu de Etnologia. Com efeito, após o 25 de Abril de 1974, e na sequência da extinção do Ministério do Ultramar, a questão da dependência orgânica do *Museu de Etnologia do Ultramar* (cuja proposta de alteração da denominação para *Museu de Etnologia* foi efectuada por Ernesto Veiga de Oliveira logo em 30 de Abril de 1974) ocasionou uma prolongada situação de indefinição tutelar, com repercussões variadas na comunicação regular com o público, a despeito das múltiplas iniciativas realizadas. Em 1975, quando Giacometti concretiza o *Plano Trabalho e Cultura*, tinha sido concluído o edifício do Museu de Etnologia, embora este só abrisse episodicamente em 1976 (exposição "Modernismo e Arte Africana") encerrando no ano seguinte. A inauguração ofical do Museu só ocorreu em 1985 e o processo de redefinição do seu estatuto prolongou-se até 1989, com a criação do *Museu Nacional de Etnologia*.

[140] Cf. BRANCO, Jorge Freitas, "Pôr o Povo no Museu: uma Missão Etnográfica no Portugal Revolucionário" in *Prats & Iniesta*, Lisboa, 1993, p. 99-118.

Para Jorge Freitas Branco e Luísa Tiago Oliveira, o que suscitava maior debate na época era a vertente da animação sociocultural e do esclarecimento político contida no *Plano*:

> *Para alguns, era possível aos estudantes contribuir eficazmente para a politização popular. Para outros, factores vários (como a idade, a não-pertença à comunidade, o pouco tempo de permanência, etc.) não o permitiam (...)* [141]

*

Julgamos que o balanço do *Plano Trabalho e Cultura* poderá também evidenciar, e dentro da linha de análise que temos vindo a prosseguir, a importância do trabalho de campo com exigência científica, em que se destacam dois vectores:

a) valorização dos objectos / documentos do quotidiano;

b) utilização do levantamento como metodologia de trabalho.

a) À luz da contribuição para a emergência de uma nova consciência patrimonial, o *Plano* põe a tónica na importância dos testemunhos da vida quotidiana e, em consequência, na sensibilização para a sua conservação e valorização, processo em que assume um importante papel disciplinar a etnografia. A incidência no carácter documental dos objectos-testemunhos, ressaltando-os enquanto portadores de informação, constitui um dos aspectos inovadores do *Plano*, sediado na experiência e nos conhecimentos de Michel Giacometti.

Esta sensibilização teve como destinatários privilegiados os jovens participantes no *Plano* e só de uma forma mais indirecta as populações com quem conviveram no Verão de 1975, para quem seria remota a ideia de um museu onde iriam ser incorporados os objectos recolhidos /

[141] BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 230

adquiridos, embora tal perspectiva tivesse funcionado como explicação e fundamento da recolha efectuada.

Apesar das fortes ligações às *Campanhas* que entre 1974 e 1976 eclodiram pelo país, o *Plano* de Giacometti distancia-se pela fundamentação que imprime à recolha de testemunhos materiais da "cultura popular", atribuindo-lhes valor de documento, com repercussões a longo prazo no campo museológico local.

b) No que toca à metodologia utilizada - o *Levantamento* – é indispensável realçar a opção pela inventariação de campo, ancorada num conjunto de fichas documentais (relativas à tradição oral, às condições de saúde, à medicina popular e à museografia) que constituem instrumentos de recolha patrimonial, numa perspectiva científica.

Este inventário, apesar de realizado em condições que não foram excelentes, representou, nas palavras de Freitas Branco e Luísa Tiago Oliveira (...) *a maior acção de dispersão de colectores de cultura popular lançada em simultâneo em Portugal.*[142] Tal dimensão nacional teve a longo prazo um impacto que não terá sido insignificante no percurso que alguns embrionários projectos museológicos locais seguiram, tomando como ponto de partida para as futuras acções a realização de levantamentos patrimoniais, como adiante veremos, nalguns casos directamente fundamentados no *Plano* de Giacometti.

[142] BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 236.

2.4 MOVIMENTO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

No contexto da abordagem de alguns fenómenos sociais que se nos afiguram como passíveis do estabelecimento de laços com os processos museológicos locais, o associativismo de defesa do património parece ocupar um lugar de destaque, em virtude da potencial conjugação entre o objectivo de "defesa do património" e a medida de "criação de novos museus", enquanto materialização parcial daquela finalidade genérica. Dois outros factores podem ainda ser tomados em linha de conta para elucidar esta relação: a coincidência, nalguns casos, dos mesmos protagonistas em ambos os movimentos e a sucessão temporal imediata destes fenómenos, antecedendo, numa primeira fase, o associativismo patrimonial, as realizações museológicas locais.

O movimento associativo de defesa do património conheceu uma importante manifestação pública no curto período que mediou entre 1978 e 1983, expressa, sobretudo, no elevado número de associações criadas por todo o país, na realização regular de encontros nacionais, no apoio e no reconhecimento dos poderes públicos e na visibilidade alcançada na comunicação social. Para a reunião destes diferentes aspectos terão contribuído, como agentes para a sua potenciação, o clima de animação cívica e associativa desencadeado no período posterior a 1974, uma maior divulgação da documentação internacional sobre a matéria patrimonial e a repercussão que algumas destruições e/ou ameaças sobre o património (nomeadamente construído e arqueológico) tiveram não só nas respectivas comunidades locais, mas num alargado espectro social e geográfico, em virtude do papel difusor da comunicação social e das próprias instituições emergentes (IPPC), como referimos em I.[143]

[143] O exemplo mais extremo da repercussão tomada pela agressão a um monumento pode ser encontrado nas reacções de âmbito nacional ao apeamento da igreja românica de Joane (apesar de classificada como Imóvel de Interesse Público) com base na necessidade de construção de um novo local de culto. Este facto tornou também evidente a incapacidade de actuação das instituições governamentais, uma vez que desde 1977 a comissão executiva da nova igreja enviava documentação e fazia ultimatos ao Ministério da Educação ameaçando desmontar o templo medieval, o que veio a concretizar em Março de 1978.

Se antes de 1974 existiam já algumas associações com preocupações nas áreas patrimoniais, estas dirigiam-se sobretudo à protecção da natureza ou a determinados emblemas do património monumental e arqueológico, ao passo que as *Comissões de Arte e Arqueologia* patenteavam a nível concelhio atitudes de vigilância face ao património arquitectónico e arqueológico. Jorge Custódio ressalta deste período os estatutos do *Grupo Pró-Évora* (1960) como inspiradores das associações que surgiriam mais tarde, designadamente o objectivo de (...) *defesa dos monumentos, das características pitorescas e fundamentais da cidade intramuros, bem como dos monumentos ou aspectos paisagísticos da sua periferia.*[144]

Nos dois anos que se seguiram a Abril de 1974, e a exemplo do que sucedeu com o restante associativismo cultural, não se assistiu senão muito esporadicamente à criação de "associações de defesa do património", embora se possam buscar aí as raízes de algumas das que viriam a assumir maior relevância a nível nacional - *Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural* (ASPA, Braga), *Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça* (ADEPA) e *Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém* (AEDPHCS) - que nesta fase formaram "grupos de intervenção e investigação" a nível local.

Estes e outros grupos permitiram reunir, em torno de objectivos e de tarefas específicas, um leque muito alargado do tecido político-partidário, pondo em evidência o papel congregador das preocupações relativas à degradação do património (sobretudo arqueológico e construído), designadamente quando se tratava de reagir a uma ameaça ou a uma perda. Este aspecto não era de somenos importância no espectro sociopolítico dos anos posteriores a 1974, tornando-se frequentemente um factor de aglutinação social e de superação das divergências ideológicas.

Entre 1977 e 1978 desponta o movimento de criação formal das Associações de Defesa do Património (ADPs) com a legitimação, através de escritura notarial de dezoito associações, embora a sua acção fosse ainda muito dispersa e o conhecimento da actividade inter-

[144] CUSTÓDIO, Jorge, "Associações de Defesa do Património" in *ArteOpinião*, n.º 14, Lisboa, Março/Abril 1981, p. 32.

associativa quase não existisse[145]. Contudo, um acontecimento ocorrido no ano de 1978 viria contrariar este estado de coisas, servindo como motor de um novo e decisivo impulso ao movimento associativo patrimonial. Tratou-se do *I Congresso Internacional para a Defesa do Património*, realizado em Alcobaça, que veio permitir o estabelecimento de contactos interpessoais e inter-associativos, no sentido da construção de uma plataforma dinamizadora deste movimento. Com organização da ADEPA (dirigida, entre outros, por José Manuel Vieira Natividade e Rui Rasquilho), este encontro pôs em evidência estreitas ligações desta associação ao meio universitário, designadamente através de uma forte presença de docentes da *Faculdade de Letras de Lisboa* na comissão executiva do *Congresso* e posteriormente no decorrer dos trabalhos, facto que terá seguramente favorecido um alargado trânsito das ideias patrimoniais em ambiente académico.

Já neste Congresso se manifestou o "grupo de trabalho inter-associações" formado por representantes das ADPs de Alcobaça, Santarém, Palmela, Braga e Alenquer, que seria responsável dois anos mais tarde pela organização do *1.º Encontro das Associações de Defesa do Património* em Santarém, o primogénito de uma série de reuniões com um modelo organizativo semelhante - promoção conjunta por uma associação local e pelas estruturas pró-federativas. Como se pode ver no quadro seguinte, estes encontros manteriam ao longo de três edições (1980-82) uma regularidade patenteada na estrutura de funcionamento, na afluência e nos âmbitos geográfico e temático, apenas alterada no último encontro desta série (1983) por uma perspectiva regional e autárquica.

[145] Se bem que as ADPs de maior visibilidade tenham nascido neste período, o que é acentuado pelos escassos autores que abordaram esta temática, uma investigação mais exaustiva sobre este ponto poderia ajudar a esclarecer a importância de alguma movimentação em prol da defesa do património nos anos imediatamente anteriores a 1974. Alguns exemplos a que voltaremos no capítulo III são o *Centro de Arqueologia de Almada*, surgido em 1972 e o *Centro Cultural Roque Gameiro*, cujo *Grupo de Arqueologia* recua aos anos sessenta.

Quadro 2

ENCONTROS DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

DATA	ENCONTRO	ORGANIZ.	LOCAL	ÂMBITO GEOGR.	PARTIC.	TEMAS
1980	**1.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património**	*Grupo de Trabalho Inter-Associações*	Santarém	Nacional	142 50 ADPs	1. Conceito de património 2. Património e poderes públicos 3. Associativismo
1981	**2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural**	ASPA e APNPG[146]	Braga	Nacional	351 87 ADPs	1. Património histórico e cultural 2. Património cultural, natural e turismo 3. Património, legislação e poderes públicos
1982	**3.º Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural**	ADPCTV[147] e FADEPA	Torres Vedras	Nacional	220 70 ADPs	1. Questões associativas e da Federação 2. Questões sobre o estudo, defesa e divulgação do património cultural e natural
1983	**1.º Encontro Regional do Sul das Associações de Defesa do Património**	SALPA[148] e FADEPA	Setúbal	Regional (Sul)	200 23 autarq.	1. Associativismo (ADPs - perspectivas; poder; parques e reservas; educação e juventude) 2. Património e ordenamento do território

Fontes: Actas dos Encontros das Associações de Defesa do Património.

Ao realizar-se em 1980 o primeiro destes eventos, o panorama associativo mostrava-se em franco crescimento: no ano anterior doze associações tinham feito escritura notarial, participando no *Encontro* de Santarém um total de cinquenta e duas associações (embora nem todas legalmente constituídas), vinte e duas das quais fariam ao longo desse ano

[146] *Associação do Parque Nacional de Peneda Gerês.*
[147] *Associação de Defesa do Património Cultural de Torres Vedras.*
[148] *Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal.*

escritura em notário. Porém, a grande explosão associativa viria a atingir o seu ponto máximo no *2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* efectuado em Braga, em Abril de 1981, tanto do ponto de vista da expressão quantitativa (participação de oitenta e sete ADPs e três centenas e meia de participantes) como do conteúdo qualitativo das comunicações, publicadas (pela primeira e única vez) em *Actas*.

Paralelamente o próprio movimento patrimonial configurava-se numa nova orgânica. De facto, pouco antes do Encontro de Braga, uma assembleia geral tinha aprovado em Torres Vedras os estatutos da *Federação das Associações de Defesa do Património* (FADEPA), estrutura com uma vocação marcadamente política, que se arrogava como órgão aglutinador das associações e também como interlocutor junto do poder - preferencialmente mais do central do que das autarquias - e como grupo de pressão na sociedade civil.

Em 1983, em Torres Vedras, ao ter lugar o *3.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, este não logrou atingir tão elevados índices de participação, congregando, ainda assim, duas centenas de participantes e sete dezenas de ADPs. Aí terminava o ciclo de encontros à escala nacional deste movimento, que em 1983 tentou corporizar uma perspectiva regional, promovendo o *1.º Encontro Regional do Sul sobre Património* em Setúbal. Inicialmente previsto como 4.º Encontro Nacional, viria a FADEPA a alterar este desígnio, com o objectivo de fazer anteceder por reuniões de carácter regional os simpósios nacionais.

Do ponto de vista temático a variedade de matérias abordadas ao longo destes *Encontros* abrangeu um leque alargado e nalguns casos retomado ano após ano, como podemos ver no seguinte quadro:

Quadro 3
ENCONTROS DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
TEMAS ABORDADOS

TEMAS	ENCONTROS
Conceito de património	I
Património, poder e legislação	I e II
Associativismo	I, III, IV
Pluralidade do(s) património(s) - *histórico* e *cultural, natural*	II, III
Património e ordenamento do território	IV

Fontes: Actas dos Encontros das Associações de Defesa do Património.

Assim, partindo das matérias eleitas pelos organizadores dos encontros como motivadoras da apresentação de comunicações e suscitadoras de debate (embora amiúde os conteúdos das intervenções realmente ocorridas se afastassem das propostas temáticas de partida) é evidente nos dois primeiros encontros a preocupação em discutir as relações do associativismo com o poder e em reflectir sobre a legislação patrimonial. Sintomaticamente após a criação e regulamentação do IPPC em 1980, que se apresenta como um importante marco institucional, a articulação entre património e legislação deixa de merecer um ponto específico nestes eventos, apesar de a Lei-Quadro só vir a ser aprovada na Assembleia da República em 1985.

O conceito de património merece um espaço próprio no *1.º Encontro* em Santarém, sendo desde então assumida uma visão global "cultural" e "natural" da problemática patrimonial, o que poderá explicar a incidência que os encontros seguintes dariam à pluralidade e à diversidade do(s) património(s): histórico, arqueológico, artístico, arquitectónico, urbano, rural, natural, paisagístico. Não será de somenos importância para a consolidação desta perspectiva o papel difusor da documentação internacional sobre a problemática patrimonial

assumido pelas ADPs, ao divulgar nas suas publicações periódicas ou nas *Actas* dos *Encontros* alguns dos textos mais marcantes deste período.[149]

No entanto, o tema de maior repetição no leque apresentado é aquele que remete para a própria vida associativa e para o movimento federativo que então se desenhava. Apesar desta insistência organizativa, o associativismo não motiva da parte dos intervenientes uma participação muito activa, excepção feita aos líderes do movimento e da FADEPA, a quem se devem, oriundos precisamente de comunicações nestes encontros, os textos mais lúcidos sobre esta problemática no período em apreço.[150]

No *Encontro* de Setúbal o ordenamento do território é o tema-chave, escolha a que não é decerto alheia a influência dos profissionais de arquitectura, que marcaram uma forte presença nesta reunião. Aliás, a atenção dada pela própria *Associação dos Arquitectos Portugueses* à temática do património e à eclosão de ADPs tinha mesmo motivado no seu *1.º Congresso* (1979) uma proposta de apoio àquelas associações, enquanto no *2.º Congresso* (1981) a escolha do património e da sua relação com o ordenamento do território constituiu também um dos assuntos centrais em debate.

Com o *Encontro Regional* de Setúbal terminaria em 1983 o programa continuado de encontros sobre património, organizado pelas ADPs e pela sua estrutura federativa, facto que foi genericamente acompanhado por uma perda de visibilidade deste movimento.[151] As razões para explicar tal situação não podem certamente cingir-se a uma única ordem de factores, parecendo-nos, contudo, de apontar as relações com o poder central e local como um dos principais motivos que conduziram a este estado de coisas.

---

[149] Alguns exemplos: "Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e Lugares, Veneza, 1964" in *Boletim da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Alcobaça*, n.º 3, Alcobaça, ADEPA, 1979, p. 19; "Recomendação sobre a Salvaguarda dos conjuntos Históricos e Tradicionais, UNESCO, Nairobi, 1976" in *Minia*, Braga, 1979.

[150] Destacamos as análises de Jorge Custódio, Pedro Canavarro, Vasco Massapina e Vital Moreira (ver bibliografia).

[151] Foi aprovada no *Encontro* de Setúbal uma proposta de realização para 1984 de um encontro sobre património rural, com organização da FADEPA, o que não veio a ocorrer. Por outro lado, em 1984 decorreram em Lisboa as *1.as Jornadas Luso-Brasileiras sobre Património*, de que as ADPs se distanciaram, invocando razões de ordem económica.

As relações com o poder marcaram desde o início o movimento das ADPs, sobretudo a partir do momento em que este se institucionalizou e deu lugar à realização dos encontros anuais e à estrutura federativa. Vasco Massapina caracteriza o período 1980-81 como de *colaboração com o poder* (leia-se o poder central), o que levava a que *o Secretariado Provisório das Associações* (antecessor da FADEPA) fosse olhado com alguma desconfiança por estas, o que, segundo este autor, não tinha, afinal, uma correspondência prática no trato com a SEC, nem na desejada evolução do IPPC para um instituto descentralizado.[152]

No entanto, as ligações entre o poder central e o movimento associativo foram a dado momento muito estreitas, como está patente na criação, em 1980, da *Campanha Nacional de Defesa do Património* pelo Secretário de Estado da Cultura.[153] Nascida na dependência directa do gabinete do SEC, da *Comissão Organizadora*, presidida por Rui Rasquilho, faziam parte Francisco Almeida Nunes, Jorge Custódio, Pedro Canavarro e Catarina Libermann Ribeiro. Na prática os membros desta *Comissão* eram, na altura, os que mais se destacavam no movimento associativo, pertencendo aos corpos directivos das ADPs de Alcobaça, Alenquer e Santarém, e integrando ainda dois deles (Francisco Almeida Nunes e Jorge Custódio) as estruturas pró-federativas (*Executivo da Comissão Instaladora* da FADEPA). Aliás, a própria *Campanha* tinha surgido na sequência da participação do Secretário de Estado da Cultura no *Encontro* de Santarém, em cujas *Conclusões e Recomendações* finais são evidentes os desejos associativos no sentido de uma eficaz contribuição da comunicação social e em particular da televisão para a criação de *(...) programas relativos à defesa, estudo e divulgação do património em que didáctica e pedagogicamente sensibilizem as populações para as grandes tarefas da sua recuperação.*[154]

---

[152] Cf. MASSAPINA, Vasco, "I Encontro Regional do Sul sobre Património" in *Sociedade e Território*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento, Março de 1984, p. 80-82.

[153] Despacho n.º 68/80 do Secretário de Estado da Cultura, de 15 de Fevereiro de 1980, D.R. II Série, n.º 71 de 25 de Março de 1980. Esta *Campanha* teve como principal meio de divulgação a televisão através de um conjunto de 16 programas, focando diferentes aspectos do património, o que terá também concorrido para o grande surto de criação de ADPs entre 1980 e 1981.

[154] "Conclusões e Recomendações" in *Actas - I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Lisboa, FADEPA, 1981, dact., p. 13. A participação de membros do governo nas sessões de inauguração ou encerramento dos *Encontros* anuais das ADPs foi uma constante, marcando presença regular o titular da Cultura (Secretários de Estado: Vasco Pulido Valente em Santarém e Gomes Pinho em Torres Vedras; Ministros: Gonçalo Ribeiro Telles em Torres Vedras e Coimbra Martins em Setúbal), tendo também participado no *Encontro* de Braga o Ministro da Qualidade de Vida, Ferreira do Amaral.

Paralelamente um dos grandes acontecimentos culturais de carácter institucional no período em apreço - a *XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura* - foi comissariada por Pedro Canavarro, uma das figuras de maior destaque no movimento patrimonial, oriundo da ADP de Santarém.

Se as relações com o poder central parecem marcar as etapas de arranque e de consolidação deste movimento, já na sua fase final, a problemática parece, antes, centrar-se nas ligações ao poder autárquico.[155] Sendo os encontros anuais das ADPs marcados quase exclusivamente pela participação de membros das próprias associações, o *Encontro* de Setúbal foi pela primeira vez aberto à participação de autarquias, que se fizeram representar em significativo número - 23 municípios participantes - através, sobretudo, de técnicos, mas também de autarcas, com destaque para a participação dos próprios presidentes das Câmaras Municipais de Alcochete, Seixal e Setúbal. Para os organizadores deste *Encontro* a abertura às autarquias tinha como principal objectivo suscitar-lhes o interesse pelas questões da salvaguarda do património e do ordenamento territorial, o que não deixou de motivar alguma polémica em torno do que os participantes apelidavam de *municipalização da salvaguarda* e de *chapéu de chuva autárquico*, argumentando que as associações, tendo deixado de encontrar possibilidades de diálogo com o poder central, se voltavam então para o poder local. [156]

Com efeito, estes movimentos associativos inscreviam-se no fundo político e institucional a que aludimos (I-1) e as relações biunívocas que estabeleceram com os órgãos de poder corresponderam em cada momento às capacidades e às disponibilidades destes para estabelecerem a comunicação. Por outro lado, no momento de arranque do movimento associativo de defesa do património, encontravam-se as autarquias numa fase de estruturação ainda muito débil, não possuindo sequer na maior parte dos casos serviços culturais, pelo

---

[155] No quotidiano das ADPs a ligação mais imediata ao poder autárquico verificava-se desde o início da sua criação na própria eleição dos seus associados para vereadores de Câmaras Municipais ou para membros de Assembleias Municipais. No *I Encontro*, em Santarém, António Carneiro, da ADP de Torres Vedras referia na única comunicação apresentada sobre "As Associações e as Autarquias Locais" que *através dos nossos activistas nesses Órgãos de poder* poderiam ser apresentadas propostas para defesa das zonas em vias de degradação.

[156] Cf. MASSAPINA, Vasco, "I Encontro Regional do Sul sobre Património" in *Sociedade e Território*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento, Março de 1984, p. 81.

que, exceptuando a maior ou menor sensibilidade dos membros do executivo para as questões patrimoniais, foi nos órgãos do governo que o movimento pró-federativo das ADPs encontrou os principais interlocutores para as questões essenciais da temática patrimonial. Estas questões encontravam-se, na fase em que as associações despontaram, quase todas por responder do ponto de vista institucional: faltava criar legislação e reorganizar os ministérios para fazer face às novas exigências que a salvaguarda do património implicava.

Assim, se o período de maior pujança do associativismo patrimonial (1978-83) foi organicamente marcado pela criação do IPPC (instituição em que as ADPs depositaram grandes esperanças, bem patentes nas conclusões dos Encontros de 1980 e 1981), passados três anos do seu estabelecimento, o tom do *Encontro* de Setúbal é de desânimo face à falta de medidas que permitiriam dotar aquele Instituto dos meios para descentralizar e desburocratizar, ao mesmo tempo que é nítida a esperança num poder autárquico, ele próprio recente (como as ADPs) e expressando uma aparente vontade de intervir culturalmente. Por outro lado, no mesmo período avançava a preparação do diploma legislativo, que só em 1985 viria a ser aprovado na Assembleia da República, constituindo a Lei-Quadro do Património também um dos anseios centrais deste movimento associativo.

Um outro aspecto que se poderá apontar para explicar a decadência deste movimento é de ordem interna ao mesmo, radicando no carácter imediatista e espontâneo da maioria das ADPs, direccionadas prioritariamente para a animação cultural, para a sensibilização da opinião pública e para a mediação política, esquecendo a necessidade de investigação científica e de equilíbrio entre animação / intervenção pública e investigação.

Finalmente, a coincidência temporal entre a decadência deste movimento - que, desde 1983, não voltou a exprimir-se de forma tão abrangente a nível nacional, nem a intervir publicamente com a regularidade e a força com que o fizera nos anos precedentes - e o despontar da explosão museológica local, designadamente a ocorrida na área em torno da capital, levanta naturalmente algumas questões que abordaremos no capítulo III do presente trabalho.

Abordado o panorama institucional, normativo e associativo que enquadra a problemática do património no período em estudo, centrar-nos-emos de seguida na área do pensamento museológico, no sentido de averiguar da circulação das ideias e das correntes de inovação que percorreram o País e que, tendo incidência no plano local da Museologia, vieram a repercutir-se na formulação de experiências na *Área Metropolitana de Lisboa*.

II

REFLEXÃO MUSEOLÓGICA

- CIRCULAÇÃO DE NOVAS IDEIAS -

Ao despontar o período sobre o qual incide o presente estudo verificavam-se, tanto no campo do pensamento como no das práticas, significativas transformações na Museologia no plano internacional. De um modo geral, a instituição "museu" vinha a ser questionada desde os anos sessenta em duas vertentes principais: o cumprimento da função de comunicação, através da exposição, e o desempenho do seu lugar social num mundo em acelerada transformação.

No âmbito da primeira perspectiva de observação assumiu um lugar pioneiro alguma reflexão oriunda dos Estados Unidos da América, designadamente a obra de Freeman Tilden *Interpreting our heritage,*[157] publicada ainda no final dos anos cinquenta e alguns artigos de Duncan Cameron, nos anos sessenta e setenta.[158] Quanto à segunda linha de análise, foram decisivos, entre outros, os contributos de Georges-Henri Rivière e de Hugues de Varine para equacionar e relocalizar a função do museu na sociedade, tanto pelas suas próprias práticas, como pela ampla difusão de ideias que tiveram oportunidade de propiciar enquanto Directores do ICOM (respectivamente entre 1948 e 1964 e de 1964 a 1974).

Um terceiro vector pode ser apontado na renovação da Museologia, designadamente com contributos oriundos de França, a partir de investigadores reputados, em que se inclui Georges-Henri Rivière: a valorização da investigação como função-base da instituição museal, num sentido que indicia uma relação estrutural entre o museu e a investigação.

A par da vertente teórica, mas nem sempre caminhando lado a lado, ocorreram algumas experiências, de âmbito dominantemente local, em diferentes pontos do mundo, que, apesar de apresentarem configurações diversas, apontavam de um modo genérico para a renovação das formas de exposição e para uma ampliação da intervenção social junto das respectivas comunidades.

No que toca à alteração dos modos de expor, salientamos a entrada em funcionamento do *Centro Sueco de Exposições Itinerantes* em 1965 (ressalvando embora que esta instituição não

---

[157] TILDEN, Freeman, *Interpreting our heritage*, 1957, (Éd. Chapel Hill. University of North Carolina Press, 1976).

[158] CAMERON, Duncan: "Un point de vue: le musée considéré comme système de communication et les implications de ce système pour les programmes éducatifs muséaux" (1968); "Le musée: temple ou forum" (1971) in AAVV, *Vagues – Une Anthologie de la Nouvelle* Muséologie, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1992, p. 259-270; p. 77-85.

possuía um cariz exclusivamente museológico), pela divulgação em larga escala do meio de comunicação "exposição", pela utilização social e democrática da linguagem expositiva e pelo carácter experimental de toda a intervenção. Quanto às práticas museológicas locais visando um maior entrosamento social destacamos: as primeiras *Casas del Museo*, no México, a partir de 1964; a fundação do *Neighbourhood Museum* de Anacostia (Washington) nos Estados Unidos, em 1967; a gestação dos primeiros museus *in situ* nos parques naturais franceses a partir de 1968; a criação da *Maison de l'Homme et de l'Industrie* em Le Creusot (França) em 1971, projecto que no mesmo ano adoptaria a designação de "ecomuseu".

Ao questionamento expresso em obras e em artigos de opinião e às experiências desenvolvidas por diferentes museólogos - muitas vezes acumulando o papel de promotores da mudança nos museus com o de produtores de conhecimento sobre as mesmas instituições - torna-se necessário acrescentar a função desempenhada pela reflexão colectiva resultante de encontros, seminários e conferências. Neste âmbito exerceram uma especial influência dois acontecimentos muito próximos no tempo: a *X Conferência Geral do ICOM* em 1971 e a *Mesa-Redonda de Santiago do Chile* em 1972.

A *Conferência do ICOM*, subordinada ao tema "O museu ao serviço do homem. Actualidade e futuro", realizou-se em França, três anos após os acontecimentos de Maio de 1968, que tinham também ocasionado uma atitude de contestação aos museus, enquanto "instituições passivas e burguesas". Este movimento, protagonizado não só por estudantes mas por profissionais dos museus, inseria-se numa consciencialização geral do valor social das instituições e da democratização da cultura, que não deixava de revelar a crise da própria instituição museal e teria incidência na abertura a novos públicos. Também em 1968 tinha lugar a *IX Conferência Geral do ICOM* que antecipava a discussão de alguns dos grandes temas que a Museologia iria sedimentar ao longo dos anos seguintes, designadamente a relação entre museu e desenvolvimento e a afirmação da importância da investigação e da documentação científica no seio das funções museológicas.[159]

---

[159] Moção n.º 1 – Museu e desenvolvimento: *Affirme que le musée doit occuper une place de premier plan parmi les institutions scientifiques qui contribuent au développement culturel, social, économique et touristique de chaque pays. / Demande instamment aux Organisations internationales et plus particulièrement à l'UNESCO, aux gouvernements et aux autorités de toute nature dont dépendent les musées. 1. De*

Se estes temas constavam das Resoluções finais da *IX Assembleia Geral do ICOM*, coube, no entanto, à Conferência de 1971 consolidar a reformulação conceptual de que a instituição museal estava a ser alvo. Um dos aspectos a sublinhar neste encontro foi o impacto dos próprios debates ocorridos na sessão plenária, caracterizados pelas interrogações sobre o conteúdo e a justificação da instituição-museu e pela proclamação da necessidade de efectuar a "revolução no museu", sob pena do seu desaparecimento. No decurso desta Conferência foi também alargado o léxico museológico com a utilização pública do termo "ecomuseu",[160] correspondente a um novo modelo museológico que vinha a ser experimentado em França desde o final da década anterior, numa primeira fase sobretudo ligado ao ambiente e numa segunda à intervenção comunitária.

Quanto à reunião de Santiago, o principal resultado a longo prazo materializou-se na produção de um documento final, a *Declaração de Santiago do Chile*, que veio colocar o acento na intervenção social do museu com base no conceito de "museu integral",[161] noção nova que, ao sublinhar a total inclusão do museu na sociedade de que faz parte, remetia para a instituição museal um aumento das suas responsabilidades sociais.

Todos estes factores viriam a reflectir-se na reformulação do próprio conceito de museu pelo ICOM com a introdução de importantes alterações na definição "oficial" veiculada por este organismo. Com efeito, a noção de museu que era veiculada pelo *Conselho Internacional dos Museus* tinha sido adoptada em 1968 e centrava-se nos aspectos internos da instituição, ressaltando como funções museológicas o par "conservação"/"apresentação" e tendo como finalidades o aumento de conhecimento, a educação e o prazer de fruição dos objectos:

---

reconnaître au musée son caractère d'institution majeure au service du développement, (...) – ICOM, "Résolutions du Conseil International des Musées", 1968, *9ème Assemblée Générale de l'ICOM*, Munich, Allemagne, 9 août 1968.

[160] O termo "ecomuseu" foi pronunciado por Robert Poujade, Ministro francês do Ambiente, numa sessão da Conferência do ICOM, em Dijon, após ter sido "inventado" por Hugues de Varine.

[161] *Que le musée est une institution au service de la société dont il est partie intégrante et qu'il possède en lui-même les éléments qui lui permettent de participer à la formation de la conscience des communnautés qu'il sert; qu'il peut contribuer à entraîner ces communnautés dans l'action, en situant leur activité dans un cadre historique qui permet d'éclairer les problèmes actuels, c'est-à-dire en rattachant le passé au présent, en s'engageant par rapport aux changements de structure en cours et en provoquant d'autres changements à l'intérieur de leur réalité nationale respective.* "Résolutions adoptées par la Table Ronde de Santiago de Chili" in AAVV, *Vagues – Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W / MNES, 1992, p. 224.

O ICOM reconhece a qualidade de museu a toda a instituição permanente que conserva e apresenta colecções de objectos de carácter cultural ou científico, para fins de estudo, de educação e de deleite.[162]

Em Assembleia Geral, em 1974, o ICOM aprova novos estatutos, evidenciando de um modo geral uma estrutura mais democrática face à aceitação e à participação de novos membros e, em simultâneo, adopta a seguinte definição de museu, actualmente em vigor:

O museu é uma instituição permanente, sem fim lucrativo, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para fins de estudo, educação e lazer.[163]

Na evolução entretanto verificada é de salientar o contributo da *Declaração de Santiago* que introduz a ideia de instituição social *(ao serviço da sociedade)* e a proposta de Georges-Henri Rivière preparada para o Curso de Museologia de 1974, retomada, ela própria, em parte, da *Mesa Redonda de Santiago*[164]. À extensão do objecto de museu *(testemunhos materiais do homem e do seu ambiente)*, junta-se a ampliação das funções museológicas *(investigação, conservação, comunicação e exposição)*, conquanto tal alargamento se dê no sentido do primado da *investigação* face às outras funções, subalternizadas em relação àquela função-base.[165] A estes dois aspectos, endógenos, acresce, como inovação maior, a introdução da finalidade de *desenvolvimento*, tornando-se doravante este um dos principais objectivos do museu, crescentemente orientado para o mundo contemporâneo.

Assim, o conjunto da definição evolui no sentido de uma abertura cada vez maior da instituição, tanto internamente ao alargar o conceito de "objecto de museu", como

---

[162] Cf. AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Rivière*, Paris, Dunod, 1989, p. 83. Tradução nossa.

[163] Cf. AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Rivière*, Paris, Dunod, 1989, p. 82. Tradução nossa.

[164] A definição de museu proposta por Georges Henri Rivière que antecedeu a dos Estatutos do ICOM de 1975 era a seguinte: *Uma instituição ao serviço da sociedade, que adquire, conserva, comunica e apresenta para fins de crescimento do saber, de salvaguarda e de desenvolvimento do património, de educação e de cultura, bens representativos da natureza e do homem.* Cf. AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Rivière*, Paris, Dunod, 1989, p. 81. Tradução nossa.

[165] Citamos Georges-Henri Rivière sobre a função "investigação": *La fonction de recherche constitue la base de toutes les activités de l'institution, elle éclaire as politique de conservation et d'action culturelle. Est-elle déficiente, les autres fonctions s'en ressentent fâcheusement. (...) Affirmer la place fondatrice de la recherche*

externamente ao voltar-se para a sociedade, num sentido dinâmico de intervenção com vista ao desenvolvimento. Embora a adopção desta definição pelo ICOM testemunhe movimentos profundos e colectivos de renovação da doutrina museal, não significa, como é óbvio, que tenha havido uma identificação por parte de todas as instituições com os princípios difundidos.

Na globalidade pode dizer-se, utilizando uma expressão de Jean Davallon,[166] que nas últimas décadas o museu passou de um "sistema fechado" a um "sistema mais aberto". Se durante muito tempo o museu manteve uma actividade essencialmente interna, cujas trocas com o seu ambiente exterior eram mínimas, as tendências de mudança foram no sentido das saídas do sistema, com a deslocação do centro de gravidade da actividade da instituição museal para o ambiente social envolvente.

No nosso País as alterações sociais e culturais motivadas pela Revolução de 1974 abriram possibilidades à amplificação de contactos com as realizações museológicas a decorrer além-fronteiras, com os seus protagonistas e com a produção teórica emanada de diferentes fontes. Por outro lado, também as próprias mudanças sociopolíticas constituíram, por si só, factores de atracção para museólogos e outros agentes culturais do exterior que visitaram experiências e contactaram com profissionais de museu nos anos posteriores a 1974.

Neste capítulo abordamos, em linhas gerais, a circulação de novas ideias em Museologia no nosso País e com maior incidência as que se prendem com os planos locais e regionais de intervenção, no sentido de inventariar acontecimentos e obras que propiciaram a difusão de correntes de pensamento marcantes das últimas décadas.

A falta de um conjunto coerente e regular de edição museológica em Portugal leva a que a busca dos sinais de disseminação do pensamento desta área se faça, antes de mais, através da pesquisa de documentação avulsa, a maioria das vezes apenas restritamente divulgada e raramente publicada.

---

en l'associant à la définition même du musée, cést dire que le statut et la légitimité de l'institution muséale en dépendent. AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Riviére*, Paris, Dunod, 1989, p. 169.

Estes aspectos dificultam uma rigorosa avaliação dos impactos ocorridos e da real difusão da documentação, conduzindo-nos basicamente ao levantamento das realizações que constituíram o "pivot" de intercâmbios de pensamento e de reunião de pessoas: encontros, seminários, "ateliers", colóquios. A este conjunto acrescem as deslocações de especialistas e de profissionais de museus, vindos do exterior até ao nosso País, ou dos profissionais daqui partindo para visitas e estágios de formação, permutas caracterizadas por ricas "trocas de ideias", a que, no entanto, frequentemente corresponde uma quase nula produção escrita, quando muito circunscrita a alguns relatórios e / ou artigos.

Deste modo, começamos por traçar introdutoriamente o panorama do pensamento sobre a Museologia local portuguesa na segunda metade da década de setenta e inícios dos anos oitenta, tarefa feita, tanto com base na documentação oriunda da *Associação Portuguesa de Museologia* (APOM) - única estrutura do sector a promover encontros de reflexão e a publicar em actas e em boletim os respectivos resultados no período em apreço - como na produção escrita proveniente dos Encontros do associativismo patrimonial.

Passamos de seguida a abordar a circulação de novas ideias em Museologia em Portugal, através de três movimentos de difusão das mesmas: contributos recebidos do exterior; contributos captados no exterior; iniciativas realizadas em Portugal. Em cada um destes vectores elegemos os marcos e as presenças que nos pareceram comportar pioneirismo, repercussão alargada e influência (in)directa no campo da Museologia local.

Assim, num primeiro ponto destacamos os contributos recebidos do exterior, por meio de um conjunto seleccionado de "museólogos de influência" – Per-Uno Agren, Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine - que, desempenhando importantes papéis na Museologia contemporânea, tiveram em Portugal uma especial acção neste período, consubstanciada em visitas e em estadias de trabalho. Um segundo momento é dedicado à captação no exterior das ideias emergentes em Museologia, designadamente através da participação em encontros, em processos de formação e em contactos presenciais estabelecidos com experiências inovadoras. Um terceiro vector diz respeito às iniciativas realizadas em Portugal, sob a forma de reuniões,

[166] Cf. DAVALLON, Jean, "Nouvelle Muséologie vs Muséologie" in *ICOFOM – Symposium Museum and Community II*, Stavanger, Norway, July, 1995, p. 156.

encontros, seminários e edições que serviram de interface entre a situação portuguesa e a externa e disseminaram alguns dos textos fundadores do pensamento museológico recente.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REFLEXÃO MUSEOLÓGICA PORTUGUESA

Tendo em conta a fraca expressividade do panorama editorial português no domínio da Museologia, os documentos emanados da própria *Associação* de profissionais do sector, designadamente o boletim *APOM Informações* e os textos (publicados em *Actas*, ou inéditos) dos *Colóquios APOM*, constituem uma das escassas fontes para avaliar a reflexão museológica portuguesa no período em torno da Revolução de 1974. Em concomitância o *corpus* documental do movimento associativo de defesa do património, designadamente os *Encontros*, evidencia um conjunto de perspectivas sobre os museus, expressas a título individual pelos participantes e pelas conclusões e recomendações finais. Nesta sumarização seguiremos duas linhas de análise directamente relacionadas com a temática que vimos a prosseguir: destacar a reflexão relacionada e/ou decorrente das práticas museológicas locais e detectar o impacto de novas ideias em Museologia.

Editadas com regularidade de 1973 a 1981, as *Informações* foram um importante instrumento de ligação entre os associados, divulgaram algumas experiências em curso e difundiram os pontos de vista dos corpos directivos da APOM sobre os inúmeros problemas que se colocavam a este grupo profissional, num período particularmente intenso e interveniente da actividade da própria Associação, que tinha sido criada em 1965.

Logo em 1973, sob o título "Uma experiência: museus de participação",[167] o Boletim da APOM divulgava as experiências do *Museu de Vizinhança* de Anacostia, promovido pelo

[167] "Uma experiência: museus de participação" in *APOM Informações*, n.º 3,Lisboa, APOM, Maio / Junho de 1973, p. 2-3.

Smithsonian Institution, de Washington, e do museu de Badalona, num bairro-dormitório dos arredores de Barcelona. Sublinhando a vertente social de ambas as experiências e a importância da participação da população na gestão destes museus, o artigo salientava que a sobrevivência do museu moderno poderia, em grande parte, depender *desta aventura fascinante*, no sentido de restituir à instituição museológica a sua vocação de serviço público. O mesmo texto referia que a Museologia portuguesa não se encontrava alheia a estas experiências, que eram colocadas em relevo no Curso de Conservadores de Museu.

Depois de 1974 os problemas internos da Museologia portuguesa e as abundantes actividades promovidas pela APOM ocupam a maior parte dos conteúdos deste boletim, sendo, de certo modo, abandonada a via de divulgação de práticas museológicas inovadoras exteriores a Portugal.

No que toca à série de *Colóquios* promovidos com carácter anual pela APOM a partir de 1975, o primeiro nasce em torno do tema *Museus para quê?* e arranca sob o lema da *Revolução nos Museus*, apontada pela presidente desta associação como uma urgência.

> *Vamos sim, tentar ver os Museus de um modo diferente, mais actual, mais dinâmico e mais plenamente revolucionário. / E quando digo revolucionário, digo-o medindo bem toda a responsabilidade que este termo envolve. / É necessário e urgente fazer a Revolução nos museus. (...) Façamos a revolução que tornará o Museu um centro de convívio agradável e enriquecedor de experiências novas: - que o tornará um centro de cultura local e regional, independentemente das suas dimensões, das suas colecções ou das suas dificuldades.*[168]

O apelo à *Revolução nos Museus*, inserindo-se, por um lado, no contexto sociopolítico, nos tempos de "Revolução" que o País experimentava, não deixa, por outro lado, de constituir uma tema recorrente da reflexão museológica, de que citamos, a título de exemplo, um artigo de Hugues de Varine, datado de 1969, em que este autor apelava à *Revolução no Museu*:

[168] MOTA, Manuela, *Actas do Colóquio APOM 75 – Museus para quê?*, Lisboa, APOM, 1977, p. 26-27.

Mais tout cela suppose, en premier lieu, la révolution au musée. *Le musée doit être décolonisé culturellement. Le visiteur potentiel doit être libéré de ses inhibitions d'intellectuellement sous-développé. Le responsable de musée doit être un technicien du développement.*[169]

Apesar das diferenças de conteúdo dos dois apelos – Varine no sentido social, como um passo indispensável à promoção do desenvolvimento pelos museus, enquanto Manuela Mota incide sobretudo na vertente cultural de abertura ao exterior do museu – é indispensável salientar que a vontade de mudança da instituição museal no contexto português se inscreve num quadro de pensamento mais vasto. Este desejo de mudança radica também na adopção do amplo conceito de museu veiculado pelo ICOM (que tinha reformulado esta noção no ano precedente ao *Colóquio* da APOM, como já referimos), aspecto que denota a atenção dada à evolução internacional.

Embora as comunicações apresentadas não seguissem o tom da abertura deste colóquio, uma excepção, do ponto de vista da reflexão museológica global, é a comunicação de Pedro Canavarro - "Da noção de museu a uma acção cultural". Este autor, cuja intervenção activa no campo do associativismo patrimonial deve ser recordada a propósito da sua contribuição para o pensamento museológico, colocava o acento na necessidade de ultrapassar a concepção de museu como um mero local de transmissão, para torná-lo num campo de encontro onde ocorresse a reflexão. Apelava a que o museu procedesse ao estabelecimento de contactos com as populações, incitando-as a tomar consciência de si mesmas, noções que parecem filiadas nas correntes de pensamento prosseguidas por Paulo Freire e por Hugues de Varine, os quais defendiam o processo de "tomada de consciência de si próprias" pelas comunidades, como uma etapa indispensável ao desenvolvimento destas.[170]

Em 1976, ao iniciar-se novo *Colóquio APOM* dedicado ao tema "Panorama museológico português – carências e potencialidades" o tema da crise nos museus portugueses era acentuado de novo por Manuela Mota:

---

[169] VARINE, Hugues, "Le musée au service de l'homme et du développement" in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 58-59.

Crise que não lhes é particular já que é reflexo da grande crise nacional. Em todo o Mundo os Museus estão a ser solicitados para participar na grande renovação cultural da humanidade. Os Museus Portugueses não podem, nem querem alhear-se dessa realidade. No entanto, as estruturas frágeis em que assentam, não aguentam o peso da nova responsabilidade e da nova dinâmica que é necessário imprimir-lhes para que entrem activa e esclarecidamente no processo cultural. [171]

De um modo geral, as apresentações iniciais a estes *Colóquios* patenteiam como principais assuntos na ordem do dia a crise dos museus, a necessidade de renovação dos mesmos e a apresentação de propostas concretas para a sua coordenação, o que, na esmagadora maioria dos casos, não tinha prosseguimento nas comunicações apresentadas. Por outro lado, a participação de profissionais vinculados a instituições locais nestes eventos era muito reduzida, cingindo-se as presenças quase exclusivamente ao panorama museológico de âmbito nacional.

Assim, no *Colóquio* de 1975, mau grado a sua realização ter ocorrido no recém-inaugurado Museu Municipal da Figueira da Foz, de entre os 120 participantes, apenas 10 museus tutelados por municípios e 2 Associações de Defesa do Património se encontravam representados.[172] No ano seguinte, dos 143 participantes (correspondendo a 57 instituições), só 7 museus municipais enviaram participantes.[173] O próprio *Colóquio* de 1977, dedicado ao tema *Museu de Região Pólo dinamizador de acção cultural* e realizado nos Açores, não colheu mais do que a presença dos museus municipais de Lisboa e de Portalegre e do projectado museu dos Coutos de Alcobaça. Esta pouco significativa participação de museus locais era acompanhada, em termos gerais, por uma menos expressiva apresentação de comunicações sobre as temáticas afins, excepção feita a alguns importantes contributos isolados.

---

[170] Cf. VARINE, Hugues, *L'initiative communautaire - recherche et experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, p. 28: (...) *la conscientaisation tel que la propose Paulo FREIRE, celle qui rend l'homme ou le groupe aocial sujet conscient et non plus seulement objet de sa vie et de son avenir.*

[171] MOTA, Manuela, *Actas do Colóquio APOM 76 - Panorama museológico português – carências e potencialidades*, Lisboa, APOM, 1979, p. 9.

[172] Museus municipais de Alenquer, Faro, Figueira da Foz, Lagos, Leiria, Lisboa, Penamacor, Portalegre, Porto e Vila Nova de Gaia (Casa-Museu Teixeira Lopes). Associações de Defesa do Património de Alcobaça e Cascais.

[173] Museus municipais de Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Penafiel, Portalegre, Porto e Biblioteca-Museu Municipal de Albano Sardoeira.

Em contrapartida, as *Informações APOM* acolhem a divulgação de experiências portuguesas em curso, das quais destacamos a do *Museu da Nazaré*, inaugurado em Junho de 1976 e divulgado nesse mesmo ano no boletim.[174] Este museu tinha por base um programa museológico concebido por João Saavedra Machado e Octávio Lixa Filgueiras, numa perspectiva ampla de património, que conjugava de modo complementar a exposição patente no edifício do Museu, sobre a vida tradicional do povo do concelho, com a valorização "in situ" dos testemunhos da identidade nazarena, através de um "Roteiro Museográfico de Ar Livre". Este empreendimento, que contara com uma larga participação popular na recolha de objectos, comportava importantes factores de inovação, em parte inspirados na museografia de ar livre, sem ter podido, porém, ver aplicados os recursos a dada altura mobilizados para o seu pleno desenvolvimento posterior.

Quanto à reflexão específica dos âmbitos locais e regionais dos museus, destacamos logo no Colóquio de 1975 a comunicação de Eduíno Borges Garcia, "O futuro museu dos Coutos de Alcobaça – uma experiência museológica", a qual vem questionar a função cultural dos museus existentes e divulgar a experiência a decorrer na altura em Alcobaça no campo da recolha etnográfica, com vista à constituição de uma nova entidade museológica, de modelo territorialmente descentralizado.

No conjunto dos *Colóquios APOM*, sobressaem as comunicações, maioritariamente suscitadas pelo tema *Museus de Região*, a que a Associação de Museologia dedicou o *Colóquio* de 1977, de Fernando Bragança Gil e de Carlos Almaça ("Os museus de região e o desenvolvimento científico"), de Eduíno Borges Garcia ("Ecomuseus e acção cultural – um programa para os Açores"), de Irisalva Moita ("Situação dos Museus Regionais Portugueses") e de António Menéres ("A contribuição de núcleos de estudo na conservação do património cultural").

De forma geral ressalta de todos estes autores uma visão acentuadamente pessimista do estado de situação dos denominados *Museus Regionais*, termo unanimemente criticado, em oposição a *Museus de Região*. Para Fernando Bragança Gil e Carlos Almaça:

> (...) *não passam de velhos casarões onde estaticamente se conservam colecções de "tudo um pouco", que o acaso fez reunir e que também com demasiada frequência*

[174] Cf. MACHADO, João Saavedra, "O Museu da Nazaré" in *APOM Informações*, n.º 11-13, Maio-Outubro de

– constituem apenas "colecções de curiosidades" – e uma ou outra peça mais valiosa ou interessante não chega para desmentir este epíteto. / Na verdade, os nossos museus regionais são, na melhor das hipóteses, cópias reduzidas (e por vezes caricaturais) dos museus nacionais, não sendo neles aparentes as características que definem e caracterizam a região em que se localizam. [175]

Também Eduíno Borges Garcia partilha de uma opinião muito negativa sobre os *Museus Regionais*: *Entre nós o Museu Regional é quase sempre um pequeno museu, de aspecto decadente.* (...). *Apagar o antigo e gasto conceito de Museu: armazém de velharias – mais ou menos inerte.*[176] Eduíno Borges Garcia retomou a difusão destas ideias no *Congresso* de Património de Alcobaça, em 1978, onde a apreciação crítica aos Museus Regionais e aos Museus Municipais foi, mais uma vez, incisiva.

Irisalva Moita analisa a noção de *Museus Regionais* sob diferentes ângulos, referindo a sobreposição entre a classificação administrativa (que exprime a dependência do museu de determinada tutela, estatal ou autárquica), a representatividade geográfica e a natureza das colecções. Considerava os *Museus Regionais* como abrangendo áreas limitadas, tendo por base uma província, um distrito ou um concelho, enquanto, do ponto de vista das tutelas, grande parte são distritais ou municipais.

Sendo a única autora a abordar especificamente os museus de âmbito concelhio, quase todos dependentes de autarquias, também sobre estes a sua opinião não é muito abonatória:

(...) *são, salvo raras excepções, pseudo-museus instalados em pequenos compartimentos conquistados aos paços municipais, ou fechados nalguma velha igreja abandonada. Sem quadros técnicos e sem bases económicas, nem sequer estão, em regra, abertos regularmente ao público.* [177]

1976, p. 10-14.

[175] GIL, Fernando Bragança, ALMAÇA, Carlos, "Os museus de região e o desenvolvimento científico" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 35-36.

[176] GARCIA, Eduíno Borges "Ecomuseus e acção cultural – um programa para os Açores" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 35-36.

[177] MOITA, Irisalva, "Situação dos Museus Regionais Portugueses" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 106.

Analisando com algum pormenor a situação dos *Museus Regionais* portugueses, nas perspectivas apontadas – tutela, âmbito territorial e natureza das colecções – Irisalva Moita distinguia quanto a este último aspecto três categorias de museus:

a) pequenos e incompletos museus de âmbito nacional;

b) museus que efectuam a cobertura de uma região, organizados por estudiosos locais;

c) museus especializados (em arqueologia regional, em etnografia marítima), embora concedendo maior interesse, em geral, às colecções artísticas que às arqueológicas e etnográficas.

Citava ainda alguns maus exemplos de recentes realizações da museografia regional e recordava a decadência de alguns museus que tinham tido no passado alguma importância e organização, bem como o extravio de colecções por parte de algumas instituições. Neste cenário desolador salientava como excepções de sinal positivo os museus municipais de Portalegre, Setúbal, Torres Vedras e Alenquer e o museu de cidade de Lisboa.

Face ao panorama museológico apresentado, alguns destes autores alvitravam propostas de intervenção no sentido de contrariar o estado da situação. Fernando Bragança Gil e Carlos Almaça propunham, na sequência da revisão dos conceitos de *Museu de Região* e de *Museu Regional*, que fosse considerada a criação de *Museus de Região*, correspondendo a cada uma das regiões-plano em que o território português presumivelmente iria ser dividido.

Por seu turno, Eduíno Borges Garcia contrapunha ao *Museu Regional* o conceito de *Ecomuseu - Arquivo dinâmico dos dados da região.*

> (...) *o Ecomuseu organiza-se como uma instituição educativa que procura enraizar a comunidade no seu passado como experiência colectiva válida (...) Deste modo, o Ecomuseu é um instrumento, uma forma de educação centrada na consciencialização do próprio homem, quanto às riquezas Culturais e Naturais da Região (o Homem e o seu ambiente) e tendo em vista o aproveitamento racional de recursos e bens culturais pelas comunidades de hoje e do futuro.* [178]

[178] GARCIA, Eduíno Borges "Ecomuseus e acção cultural – um programa para os Açores" " in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 59.

Pioneiro na apresentação pública de uma proposta concreta de ecomuseu em Portugal, Eduíno Borges Garcia divulgou nestes encontros de museus, bem como nos de defesa do património, a sua intenção para a região de Alcobaça, colocando em evidência as potencialidades que o novo modelo oferecia.

Uma outra vertente no âmbito da Museologia local surgia na comunicação apresentada por António Menéres (*A contribuição de núcleos de estudo na conservação do património cultural*), cuja perspectiva de análise se centrava no exterior da instituição museal, salientando as vantagens da criação de núcleos de estudos nos museus de região, abertos à participação das populações.

O próprio *Colóquio APOM* de 1977 concluía pela (...) *insuficiente actividade cultural proporcionada pela maioria dos museus portugueses à população da sua área de influência* (....), [179] recomendando algumas acções práticas no capítulo da comunicação: feitura de guias e roteiros, tabelas para os objectos expostos, quadros didácticos, mapas, promoção de exposições temporárias, conferências, sessões de audiovisuais e criação de serviços educativos. Estas recomendações de ordem prática dão uma noção das debilidades da museografia existente e da ineficácia da comunicação nas exposições patentes nos museus.

Em paralelo, no ano seguinte, no *I Congresso Internacional para a Defesa do Património*, realizado em Alcobaça, uma das primeiras visões sobre museus locais, com origem na reflexão mais ampla sobre a temática patrimonial, pode ser encontrada no texto de Jorge Pais da Silva, "Pretérito presente (Para uma Teoria da Preservação do Património Histórico-Artístico)", que viria a exercer profunda influência no pensamento patrimonial português.[180] Apelando à reunião em museus locais de instrumentos agrícolas tradicionais, cuja utilização

[179] *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 173.

[180] Elaborado para o curso livre "1975, Ano do Património Arquitectónico Europeu", realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em 1974/75, este texto foi distribuído aos participantes no Congresso de Alcobaça e publicado em 1980 pela *Comissão Organizadora da Campanha Nacional de Defesa do Património*. Citado por diversos autores, destacamos as referências feitas por: SERRÃO, Vítor, "O 25 de Abril face à salvaguarda do Património Cultural e natural: o balanço necessário", in *Vértice*, n.ºs 458-459, Coimbra, Jan.Março de 1984, p. 5-19 e CUSTÓDIO, Jorge, "Património, Sociedade e Ideologia: Algumas Reflexões para a Construção do "Futuro do Pretérito" in *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, dact., 14 p.

se encontrasse em risco pela crescente mecanização da agricultura, este autor insurgia-se já contra a desregrada criação de museus, a que se assistia um pouco por toda a parte.

> *Ora, somos totalmente contra a proliferação de criação de museus que, muitas vezes o são apenas na designação, pretexto da existência local de uma colecção de peças frequentemente não significativa e heterogénea. Esta referência só é feita devido à verificação da leviana mania entre nós de há anos a esta parte.*
>
> *Pelo contrário parece-nos útil a criação de núcleos locais em segurança de certas peças geralmente esquecidas: alfaias agrícolas, ferramentas, etc. em vias de desaparecimento ou já superadas totalmente por novas técnicas.(...)* [181]

Esta visão cautelosa quanto ao nascimento de museus, numa perspectiva de planeamento concertado da realidade museológica portuguesa, surge um pouco *avant la lettre* face ao crescimento exponencial que se seguiria. Em contrapartida, a previsão de constituição de colecções e/ou museus locais dominantemente etnográficos é partilhada por outros autores oriundos do pensamento patrimonial, no período em estudo.

Ainda no *Congresso* de Alcobaça assumem uma particular importância nos planos regional e local da Museologia[182] os "projectos" pioneiros apresentados por Eduíno Borges Garcia sobre o futuro museu de Alcobaça e por João Saavedra Machado sobre o plano de organização do *Museu Dr. Joaquim Manso* da Nazaré[183], os quais retomam os principais

---

[181] SILVA, Jorge Pais da, "Pretérito presente (Para uma teoria da preservação do património histórico-artístico)" in *ACTAS - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact., p. 141.

[182] Embora as Actas do Congresso não façam referência específica a uma perspectiva temática, no *Boletim* n.º 1 da *ADEPA* (Abril/Setembro 1978) a *Museologia e Restauro* eram apontados como um dos temas do encontro, a par da *História de Arte, História e Livraria de Cister, História Medieval, Etnografia* e *Defesa do Património Cultural e Natural*. Num total de 55 comunicações presentes ao Congresso de Alcobaça, apenas 3 incidiram sobre museus, embora participassem no encontro os seguintes profissionais de museus: Ana Brandão (*Museu Nacional de Arte Antiga*), Alberto Correia (*Museu Grão Vasco*), Luísa Clode (*Museu do Funchal*), Maria Teresa Gomes Ferreira (*Museu Gulbenkian*) e Madalena Braz Teixeira (*Museu do Traje*).

[183] GARCIA, Eduíno Borges, "Proposta dum esquema de organização para o futuro Museu de Alcobaça"; MACHADO, João Saavedra, "Resumo - Contribuição do Museu Dr. Joaquim Manso para a defesa e conservação do património cultural", in *Actas - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact., p. 299-318; p. 455-456.

pontos de textos anteriormente divulgados em contexto museológico, respectivamente no *Colóquio APOM 75* e em boletim desta associação de 1976.[184]

A noção de *Museu Regional*, no quadro português, levantava a Borges Garcia algumas reservas sobre a sua utilização no caso alcobacense, a que aliava a má imagem que também os Museus Municipais detinham, em virtude da falta de profissionalismo, de recursos e de segurança. Contrapunha a este panorama a apropriação, no caso proposto, do recém-introduzido conceito de Ecomuseu.

> *Pelo contrário, desejamos organizar o arquivo dinâmico da Região - e isso é actualmente designado por Ecomuseu. Num ecomuseu as colecções dizem respeito ao homem e ao seu ambiente.* [185]

Nesta comunicação Eduíno Borges Garcia amplifica e aprofunda algumas das linhas de força do projecto que apresentara três anos antes ao *Colóquio* da APOM, sobretudo no que se refere à noção de ecomuseu e à sua aplicação na região alcobacense que, para este autor, encontra os seus fundamentos nas possibilidades de potenciação do património "in situ" com o apoio da comunidade e no funcionamento dinâmico que este modelo propicia.

Por seu turno, o "Plano de Organização" do Museu da Nazaré,[186] concebido por João Saavedra Machado e Octávio Lixa Filgueiras, denotava uma influência anglófona na concepção do museu nazareno, que extravasava as paredes do edifício para se assumir como um roteiro museográfico da própria vila, incluindo para além da sede, e a par desta, os principais valores patrimoniais edificados (igreja, palácio, ermida, forte, fonte, pelourinho) e os testemunhos da comunidade piscatória local (taberna e casas de pescador, cabana, oficinas de construção de barcos). [187]

---

[184] GARCIA, Eduíno Borges , "O Futuro Museu dos Coutos de Alcobaça - Uma Experiência Museológica" in *Museus para quê? - Actas do Colóquio APOM 1975*, Lisboa, APOM, 1977, p. 123-134; MACHADO, João Saavedra, "O Museu da Nazaré, in *APOM Informações*, n.º 11-13, Maio-Outubro de 1976, p. 10-14.

[185] GARCIA, Eduíno Borges, "Proposta dum esquema de organização para o futuro museu de Alcobaça", in *ACTAS - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact. p. 301.

[186] Plano aprovado pelo SEC em 26/2/1976; inauguração do Museu em 6/6/1976.

[187] Sobre os projectos museológicos de Alcobaça e Nazaré cf. DIOGO, João, *Museologia Regional e Local em Portugal Ontem e Hoje: Urgência de uma Política*, UNL-FCSH, Dissertação do 1.º Curso de Mestrado em Museologia e Património, 1997, p. 59-77.

Em 1979 no *1.º Encontro de Associações de Defesa do Património*, em Santarém, não foi apresentada qualquer comunicação, a título individual, sobre temática museológica, embora os debates tenham suscitado algumas intervenções neste domínio, com reflexo nas *Conclusões* finais. Estas apelavam às *entidades competentes* para dotarem os museus e os arquivos dos meios humanos e financeiros indispensáveis ao prosseguimento dos seus fins culturais e realçavam a necessidade de os museus locais se integrarem nas culturas das respectivas regiões. Ainda nestas *Conclusões*, e no âmbito de um ponto dedicado ao património etnográfico, era apontada a necessidade de realizar levantamentos etnográficos, com participação activa das ADPs, devendo o respectivo património ser recolhido em museus estruturados e organizados para o efeito.[188] Uma proposta concreta era ainda feita no âmbito da salvaguarda do património industrial, com repercussão no campo museológico:

> *Simultaneamente solicita-se que seja dado a todo este material salvaguardado o tratamento museológico adequado aproveitando-se os próprios espaços fabris e zonas industriais. Neste sentido recomenda-se desde já que seja criado um museu de Indústria de Conservas de Peixe em Lagos.*[189]

No ano seguinte, no *2.º Encontro*, em Braga, a única comunicação de âmbito museológico apresentada, por Isabel Ribeiro e Maria Luísa Santos, introduz um tema inovador no tempo, o do património industrial e do seu aproveitamento museológico. Se a salvaguarda do património industrial tinha já ocasionado a criação de uma ADP especialmente vocacionada para este tema, a *Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa* – AAIRL, a cuja comissão executiva as autoras pertenciam, menos corrente era, porém, a abordagem de museus deste âmbito temático. Em *O Museu da Indústria e a Valorização do Património Industrial,*[190] Isabel Ribeiro e Maria Luísa Santos começam por invocar exemplos de regiões industriais preservadas e reutilizadas do ponto de vista museológico, como *Ironbridge* e *Creusot*, para passarem a defender um museu da indústria que obedecesse a um amplo conceito de

[188]Cf. "Anexo Conclusões" in *Actas - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, p. 7 e 10.
[189]Cf. "Anexo Conclusões" in *Actas - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, p. 12.
[190] Sintomaticamente no *Encontro* de Braga o único museu participante (ou pelo menos inscrito enquanto tal) foi o *Museu do Pobo Galego.*

património industrial e que não fosse apenas um mostruário de objectos e máquinas, limitativos na dimensionação correcta do homem na sociedade industrial.[191]

As *Conclusões e Recomendações* deste *Encontro* espelham globalmente uma noção depreciativa de Museu, no contexto da secção dedicada ao património histórico-urbanístico, ao considerar que o património arquitectural correria o risco de ser transformado em "peças de museu", desprovido de função e com a consequente improdutividade e inutilidade, facilitando, assim, a sua degradação, caso os respectivos contextos económico-sociais não fossem tomados em conta na revitalização dos *Centros Históricos*. Noutro ponto das mesmas *Conclusões*, ao ser apontado o desejado desenvolvimento dos museus, estes são enunciados como *(...) unidade de cultura local e não como simples armazéns de peças (...)* [192], acentuando uma atitude reveladora de que a situação museológica existente não recebia aplausos por parte do associativismo patrimonial.

No *Encontro Regional do Sul* as *Conclusões* voltam a espelhar um tom crítico sobre os museus, contrapondo mesmo dicotomicamente uma noção dinâmica de património a outra estática de museu:

> *Erradicar interpretações restritivas e preferencialmente ligadas ao passado do conceito de património, substituindo o espírito museológico e conservador por uma atitude dinâmica, aberta e participada virada para a construção do futuro.*[193]

O *3.º Encontro* de ADPs, em Torres Vedras, suscitou uma comunicação isolada sobre a questão da *Regionalização e a defesa do património cultural*, da autoria de Mário Pires Bento,[194] que, neste encontro, representava a APOM. A comunicação, justificada pela discussão então em curso sobre a instituição das regiões, propunha que fossem designados *Museus Regionais*, escolhidos entre os distritos extintos, para se constituírem em elementos

---

[191] *ACTAS - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, s.d., p. 126.

[192] *ACTAS - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, s.d., p. 455 e 460.

[193] *I Encontro Regional do Sul sobre Património*, Setúbal, 28 a 30 de Outubro de 1983, dact., (*dossier* de documentação), p. III.

[194] Membro da *APOM* e da *Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor (ARCINPE)*.

coordenadores de acções e de actividades com vista à protecção dos bens culturais de cada região. A esses museus competiria, além das suas próprias tarefas:

> *(...) apoio aos museus concelhios e citadinos e ainda as de promotores da divulgação de novas técnicas de conservação e de defesa do Património Cultural contra o perigo de roubo ou de incêndio; e as de promoção de exposições itinerantes, com a divulgação das várias formas de artesanato regional e local.* [195]

Este autor apelava à FADEPA para que junto da Secretaria de Estado da Reforma Administrativa e do Ministério da Cultura efectuasse diligências no sentido de ficarem consignadas no diploma de criação das regiões as disposições relativas também à criação de *Museus de Região*, o que não veio a ter qualquer concretização. Sintomaticamente esta comunicação surgiu no momento em que o próprio movimento associativo patrimonial equacionava a questão da regionalização, ao planear uma maior assunção regional das reuniões e encontros, de modo a garantir debates mais aprofundados dentro de âmbitos geográfico-culturais mais restritos.

Em 1981 a APOM voltava a debater as questões da Museologia local, no Colóquio realizado em Lamego, com o título "Museus Portugueses, Cultura e Actualidade", onde o tema dos ecomuseus tem algum destaque, a partir da comunicação apresentada por Fernando Pessoa sobre o projectado Ecomuseu para a Serra da Estrela, assunto a que voltaremos em II-2.2. Os *Museus de Região* ocasionavam algumas das Recomendações deste Colóquio, tanto no sentido de conduzir os museus existentes a cumprir a *função de procura de identidade da sua região*, como a promover diligências junto da administração central para que considerasse no articulado orgânico das futuras regiões administrativas a criação e as atribuições de *Museus de Região.*

Em resumo, se bem que a problemática museológica não aparecesse de forma regular no movimento associativo patrimonial, nem as opiniões expressas sobre esta matéria surgissem

sistematizadas, o tema não deixa, porém, de fundamentar algumas intervenções e debates. Estes enquadram-se, de um modo geral, ora numa perspectiva de acesa crítica à instituição-museu, tal como se apresentava no tempo, ora no sentido da protecção de património móvel, com destaque para o etnográfico e o industrial, através da sua incorporação em museus. E se no caso dos bens etnográficos estes parecem apontar exclusivamente para o nascimento de museus locais, no caso dos bens industriais, é sugerida, tanto a criação de um museu de âmbito nacional, como de museus temáticos.

Neste cenário destacam-se necessariamente a apresentação de intenções pioneiras em Museologia local, como os de Alcobaça e Nazaré, sendo responsável o primeiro pela divulgação do modelo de ecomuseu em meio patrimonial. Não deixa de ser relevante o facto destas últimas comunicações serem apresentadas simultaneamente em contextos museológico e patrimonial, o que denota as suas opções por modelos de museu, de âmbito local, em estreita inserção e ligação à problemática da salvaguarda do património.

A busca de sinais identificadores da reflexão museológica local no conjunto da documentação emanada da APOM na segunda metade dos anos setenta conclui por uma gritante ausência de expressividade deste sector da Museologia portuguesa, quer em termos quantitativos de participação nos encontros, quer em termos das intervenções emanadas dos escassos profissionais presentes.

Não podemos deixar de mencionar o facto de, entre os autores invocados, apenas Irisalva Moita ser profissional de um museu municipal, neste caso o da capital do País. Por outro lado nenhuma das intervenções (à excepção, de certo modo, da mesma autora) explana o conceito de *Museu Local*, enveredando, antes, pela análise do *Museu de Região*. Irisalva Moita considera os *Museus Concelhios* ou *Museus Locais* como um subgrupo dos *Museus Regionais* (ou *Museus de Região)* no tocante à área de representatitvidade geográfica, contida nos limites concelhios, em contraponto àqueles que representavam vastas áreas, correspondentes a distritos ou províncias.

---

[195] *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, dact. (*dossier* de documentação), p. 17.

A preferência pela temática dos *Museus de Região* poderá encontrar justificação em duas ordens de factores. Em primeiro lugar, recorde-se a proximidade temporal da promulgação da Constituição de 1976, que visava a criação das regiões administrativas, cenário que parece estar presente na maioria dos modelos museológicos propostos. Em segundo lugar, aponte-se a já acentuada falta de visibilidade dos museus locais, designadamente os de tutela autárquica, cuja fragilidade e ausência de protagonismo transparecem no conjunto das comunicações apresentadas.

Traçado o quadro da situação, tanto a partir do movimento patrimonial como da própria classe museológica, o panorama geral evidencia um vasto conjunto de carências técnicas, financeiras e de instalações que, sendo extensivo aos museus portugueses, assumia uma fortíssima incidência no plano local. É neste cenário que alguns museólogos de renome internacional se deslocaram ao nosso País, contactaram experiências, debateram e difundiram ideias e diligenciaram a promoção de projectos locais.

2. CONTRIBUTOS DO EXTERIOR – MUSEÓLOGOS DE INFLUÊNCIA

2.1 PER-UNO AGREN

2.1.1 MISSÃO UNESCO

A situação da Museologia portuguesa colocava ao novo regime saído da Revolução de 1974 importantes problemas de gestão, não combatidos de imediato, uma vez que, como vimos, só tiveram parcial resolução institucional após a criação em 1980 do IPPC, medida que, contudo, não veio a ter grande incidência sobre as tutelas locais.

Assim, num quadro de graves carências internas dos museus e de inadequação das estruturas coordenadoras existentes, o governo português, por iniciativa da SEC,[196] solicitou à UNESCO (através da Delegação Portuguesa em Paris junto desta instituição) a indicação de um consultor do ICOM para aconselhamento sobre as principais dificuldades que se colocavam à Museologia nacional. Este pedido, efectuado dois anos após o 25 de Abril de 1974, constituiu uma das primeiras iniciativas oficiais para alterar a estruturação museológica herdada do regime anterior, dentro de uma política global de acção cultural que dava os primeiros passos. Isto mesmo é patente no teor do pedido efectuado à UNESCO:

> *Nous envisageons l'action culturelle au Portugal, en ce moment, dans un mouvement bipolaire d'inventaire / coordination et de décentralisation. (...) La gamme de domaines couverte par les musées portugais étant très variée et l'art du peuple ayant une tendance de plus en plus rapide á disparaître, il faudra naturellement rendre vie à ce qui existe en faisant "éclater" les murs des musées, et en même temps, trouver de nouvelles formes par lesquelles les couches sociales et les régions plus défavorisées puissent créer leur propre art et ainsi se situer en attitude de dialogue par rapport à l'art existant.* (...)[197]

Se esta diligência se inseria no quadro de uma política global de acção cultural que, por um lado, tentava fazer o levantamento das realidades existentes e, por outro, se esforçava por

---

[196] 1.º governo constitucional (23/7/1976 a 9/12/1977) - 1.º Ministro: Mário Soares; SEC: David Mourão Ferreira.

[197] Ofício da UNESCO (assinatura ilegível), de 2 de Novembro de 1976, dirigido a Per-Uno Agren, dact., 2 p.

conceber instrumentos de coordenação e de descentralização, a solicitação visava especificamente três objectivos:

a) melhorar a coordenação entre os museus existentes

b) descentralizar a acção destes museus

c) criar museus de tipo novo com larga participação popular [198]

Indicada a descentralização como uma das medidas prioritárias de uma nascente política cultural, aquela era associada ao intuito de renovação do panorama museológico, envolvendo a participação das populações neste processo. Deste modo, a conjugação das três intenções – *coordenar, descentralizar, criar* - parecia prenunciar futuras decisões de fundo para modificar o estado de situação dos museus portugueses.

A resposta à solicitação portuguesa encontrou eco no ICOM, cujo presidente indicou como consultor Per-Uno Agren, na altura director do Museu Regional de Vasterbotten,[199] sediado em Umea, no norte da Suécia. Esta escolha terá radicado na visita que, no mesmo ano (1976), o Secretário-Geral do ICOM, Luís Monreal, efectuou a Umea, no âmbito da Conferência do *Comité de Educação e Acção Cultural* (CECA) subordinada ao tema "O papel dos museus numa política cultural descentralizada",[200] onde tomou contacto com o trabalho desenvolvido por aquele museólogo sueco.

Preocupado com o papel do museu enquanto instrumento educativo e com o conteúdo e a forma das exposições, Per-Uno Agren desenvolveu a noção de "área de informação" no museu, composta por três elementos: a apresentação temática (correspondente à exposição), a documentação e as actividades. A materialização destes princípios passou pela preparação em 1974 de uma exposição-piloto, em cooperação com a Universidade de Umea, testada em mais

---

[198] Cf. AGREN, Per-Uno, *Portugal - Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*, Umea /Suède, Janvier 1977 (dact.), s.p.

[199] Este museu faz parte do sistema museológico sueco, desenvolvido a partir de 1945, com a criação de museus regionais (vocacionados para a apresentação da História e da Cultura de âmbito regional) na capital de cada um dos 22 departamentos administrativos do país, incluindo também nas suas funções o apoio aos pequenos museus locais.

[200] Nesta conferência participaram alguns dos principais protagonistas da Museologia contemporânea, incluindo o então Secretário-Geral do ICOM, Luís Monreal - que em 1974 tinha substituído neste cargo Hugues de Varine, ele próprio também presente na Conferência de Umea - e os futuros Presidentes deste organismo, Alpha Omar Konaré e Saroj Ghoose.

de 1.000 alunos de diferentes níveis escolares, que constituiu o embrião de uma das exposições permanentes do Museu, aberta ao público em 1976, no decorrer da conferência do CECA. A reflexão sobre as formas de comunicação no museu, materializada na renovação das exposições do Museu Regional de Umea, teve ao longo dos anos setenta uma importante repercussão na Museologia sueca, constituindo doravante esta instituição um modelo para os museus regionais daquele País.

Em simultâneo Per-Uno Agren desenvolveu um importante trabalho de colaboração e de apoio aos museus e às associações patrimoniais locais da região de Vasterbotten, agregando-as aos projectos do Museu Regional e descentralizando actividades para as respectivas comunidades. Esta linha de acção inseria-se na própria política cultural sueca, progressivamente formulada a partir dos anos sessenta no sentido da promoção e do apoio a actividades culturais fora dos grandes centros.[201]

Aceite a Missão (classificada pela UNESCO como *delicada* e de *grande envergadura*[202]), Per-Uno Agren contactou Hugues de Varine em Paris, com quem discutiu a metodologia a implementar, tendo sido aconselhado a formar de imediato um grupo com quem pudesse colaborar na preparação do programa da visita.[203] Em Portugal, a criação do denominado "Grupo de Trabalho Museus – UNESCO" foi objecto de despacho do Secretário de Estado da Cultura (26 de Novembro de 1976) e a sua composição integrou representantes desta Secretaria (tanto da Direcção Geral do Património Cultural como da Direcção Geral de Acção Cultural) e do Ministério da Educação, bem como de Museus nacionais e locais e da comissão portuguesa do ICOM.[204] O carácter oficial da Missão foi reforçado pela receptividade que a

---

[201] A criação, em 1965, do *Riksustallningar* (*Centro Nacional Sueco de Exposições Itinerantes*) e a publicação do *Regulamento Geral sobre Política Cultural*, em 1972, foram dois dos pilares da política sueca de descentralização cultural.

[202] Ofício da UNESCO (assinatura ilegível), de 2 de Novembro de 1976, para Per-Uno Agren - Fundo Documental "Grupo de Trabalho Museus – Unesco", Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga

[203] Cf. *Entrevista a Per-Uno Agren*, Estocolmo, 24/11/98, em Anexo - IV. O museólogo sueco alude à insegurança com que partiu para Portugal, questionando qual poderia ser o interesse do seu contributo para uma realidade aparentemente tão diversa do seu país de origem.

[204] Composição inicial do grupo: presidente – Bairrão Oleiro (SEC-DGPC), Alfredo Almeida (ME), Irisalva Moita (designada pelo MAI), Maria Alice Beaumont (MNAA) e Sérgio Andrade (ICOM). Foram posteriormente agregados ao Grupo Maria João Vasconcelos (Museu Alberto Sampaio) e Lima de Freitas (SEC-DGAC), este posteriormente substituído por Graça Cabral.

mesma encontrou na direcção do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), instituição que se tornou a base operacional do programa.

No seu conjunto a Missão UNESCO, tanto na sua primeira fase como nos seus prolongamentos, comportou quatro deslocações de Per-Uno Agren e de outros profissionais suecos de Museologia, realizadas entre 1976 e 1979:

1.ª) Visitas a Museus (sobretudo do norte do país) – 17 de Novembro a 16 de Dezembro de 1976

2.ª) Seminário de Guimarães - Janeiro de 1978

3.ª) Visitas a Museus (sobretudo do centro e sul do país) – 18 de Setembro a 20 de Outubro de 1978

4.ª) Seminário de Seia e região da Serra da Estrela - 17 a 22 Abril de 1979;

Seminário de Faro - 26 de Abril a 1 de Maio de 1979.

2.1.2 VISITAS A MUSEUS

Na primeira visita efectuada ao nosso País, em 1976, Per-Uno Agren deu prioridade ao objectivo da *descentralização*, de entre os três problemas subjacentes à sua deslocação. Tendo verificado a existência de um conjunto de propostas emanadas da APOM e do ICOM sobre a questão da *coordenação* dos museus, designadamente o já citado projecto de criação de um *Gabinete Nacional de Museologia* (oriundo da APOM) e a proposta que estava a ser elaborada, por indicação governamental, com vista à criação de um instituto do património, o consultor do ICOM decidiu não se debruçar exaustivamente sobre esta matéria, realçando, embora, as vantagens de introdução de um nível intermédio (regional) entre as instituições centrais e locais.

Acompanhado por alguns dos elementos do Grupo de Trabalho oficialmente criado,[205] o museólogo sueco efectuou um périplo por um conjunto de museus locais, escolhidos em

[205] Sérgio Andrade e Maria João Vasconcelos, a quem se juntaram Rafael Calado e Teresa Viana.

função das actividades educativas que já desenvolviam, com vista a uma possível transformação das mesmas em futuros projectos-piloto. A constatação do dinamismo das acções em curso e a receptividade encontrada, tanto junto do Grupo de Trabalho como dos promotores locais, levaram a um prolongamento da Missão inicialmente delineada, voltando Per-Uno Agren em 1978 a realizar novo conjunto de visitas a projectos locais.

Ambas as visitas deram origem à produção de *Relatórios*, dirigidos à UNESCO, em que Per-Uno Agren patenteia os principais problemas com que os museus locais se debatiam na altura e apresenta as soluções que lhe pareciam mais adequadas para combater a situação que encontrou. Os museus visitados permitem, pela sua alargada distribuição geográfica, traçar um retrato aproximado da situação museológica local neste período, conforme o quadro seguinte permite descortinar.

Quadro 4
MISSÃO UNESCO
MUSEUS VISITADOS POR PER-UNO AGREN (1976 e 1978)

MUSEUS E/OU COLECÇÕES	LOCALIZAÇÃO	ACÇÕES DESENVOLVIDAS	PROBLEMAS APONTADOS
Museu-Biblioteca Conde Castro Guimarães (1976)	Cascais	Actividades educativas com crianças (atelier e biblioteca)	Conteúdo da exposição – restrita à vida da alta burguesia; ausência de representação das tradições locais
Museu Municipal de Estremoz (1976 e 1979)	Estremoz	Ateliers de artesanato para jovens	Ausência de espaço de exposições temporárias e para outras actividades
Museu Regional Alberto Sampaio (1976)	Guimarães	Actividades com crianças e com idosos; apoio aos concelhos envolventes em pesquisa de história local	Ausência de recursos para continuidade das actividades
Museu de etnografia, história e arte regional da Junta Distrital de Braga (1976)	Braga	Projecto de museu de ar livre para a vizinhança do museu existente	Ausência de programa educativo
"Projecto de museu local" (1976)	Montalegre	Recolha de objectos efectuada por jovens; exposição de história local	
Museu do Abade de Baçal (1976)	Bragança	Colecção vasta	Necessidade de completar a exposição com apresentação sistemática das tradições locais
Colecção de Miranda	Miranda do Douro	Organização de colecção	O projecto criará

do Douro (1976)		provisoriamente instalada em igreja; programa de instalação do museu no "Domus Municipalis"	condições para dinamização cultural
Museu Municipal de Etnografia e História (1976)	Póvoa do Varzim	Catálogo das colecções	Necessidade de organização de exposições itinerantes
"Projecto de museu em Alcobaça" (1976 e 1978)	Alcobaça	Colecção já existente (Vieira Natividade); projecto em curso de documentação etnográfica da cultura local; dinamização cultural	Necessidade de recursos internacionais para realização do projecto no mosteiro de Alcobaça[206]
Museu de Évora (1978)	Évora	Actividades musicais e literárias em cooperação com centro cultural; actividades de animação com escolas	
Museu Rainha D. Leonor (1978)	Beja	Cooperação com o Gabinete de Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja; colaboração com as escolas	Exposições mal adaptadas às necessidades das escolas; problemas graves de conservação
Mina de S. Domingos (1978)			Possibilidade de realização de "animação histórica" no local
Museus de Faro (1978)	Faro	Início de cooperação com professores	Problemas de coordenação entre os museus
Museu de Lagos (1978)	Lagos	Intenção da associação ADIPA estabelecer relações mais activas com as escolas; discussão de proposta de ecomuseu, ao serviço da escola	
Museu Municipal de Santiago do Cacém (1978)	Santiago do Cacém	Cooperação com grupo ligado ao museu e com professores	Necessidade de coordenação com os museus de Sines e com o futuro museu de sítio de Miróbriga
Museu Municipal de Alcácer do Sal (1978)	Alcácer do Sal	Inventário das colecções com apoio de 2 voluntários	Necessidade de alargamento das actividades do museu; falta de meios
"Projecto de criação de museu" em Marvão (1978)	Marvão	Intenção de instalar colecção arqueológica em igreja	Falta de recursos financeiros
Museu Hipólito Cabaço (1978)	Alenquer	Preparação de exposição didáctica; intenção de estender as actividades à etnografia local	Falta de recursos
"Projecto de criação de museu" em Bombarral (1978)	Bombarral	Pesquisa arqueológica em curso; intenção de desenvolver trabalho museológico em torno da	Falta de instalações

[206] O recurso à consultoria da UNESCO foi um aspecto marcante do "projecto de Alcobaça", de que resultaram visitas de especialistas e elaboração de relatórios, respectivamente por Per-Uno Agren (*Rapport n.° 1)* e por Simon Levie (*Rapport n.° 2).*

		etnografia local	
Museu José Malhoa (1978)	Caldas da Rainha	Realização de exposição temporária em Lisboa	Problemas de climatização e de instalações
Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (1978)	Nazaré	Plano de integração do museu na estrutura histórica envolvente; roteiro da vila com acento na cultura marítima; serviço educativo	
Museu Municipal Dr. Santos Rocha (1978)	Figueira da Foz	Reformulação do programa museológico	Necessidade de integrar no museu as experiências realizadas pelos professores
Museu de Aveiro (1978)	Aveiro	Interesse na preservação "in situ" da cultura local	
"Projecto de criação de museus" em Santarém (1978)	Santarém	Projecto da Associação para a Defesa do Património de Santarém para criação de museu em convento e em edifícios a salvaguardar no meio urbano	
Museu de Lamego (1978)	Lamego	Serviço educativo recentemente organizado; proposta de criação de ecomuseu na Serra da Lapa, pela associação CODEPA	
Museu Grão Vasco (1978)	Viseu	Métodos de animação; serviço educativo; ateliers para crianças	
Parque Natural da Serra da Estrela (1978)	Serra da Estrela	Projecto de criação de ecomuseu; trabalho de 3 equipas no terreno	Necessidade de aprofundamento da pesquisa para estruturação do ecomuseu
Museu Francisco Tavares Proença (1978)	Castelo Branco	Intenção de instalação de exposição sobre etnografia; feitura de *kits* para as escolas	Falta de recursos

Fontes: AGREN, Per-Uno, *Portugal, Les musées régionaux et locaux*, Umea, Janvier 1977, dact.; *Portugal, Les musées régionaux et locaux (Rapport n.º 2)*, Paris, UNESCO, 1979, dact.

Se a primeira estadia teve maior incidência no Norte do País, a segunda dirigiu-se quase exclusivamente para o Sul e o Centro, levando a que, no contexto descentralizador do programa, a *Área Metropolitana de Lisboa* apenas fosse abrangida por uma das visitas efectuadas (Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais), o que não deixa também de denotar a ausência de projectos de relevo de dinamização museológica local a decorrer no período entre 1976 e 1979 na área em redor da capital.

De um modo geral, na opinião deste consultor, os museus portugueses que encontrou na altura eram *muito tradicionais, muito antiquados e muito conservadores,*[207] evidenciando três ordens principais de problemas: instalações, problemas científicos e actividades educativas.

> *Les musées portuguais, à cause de leurs origines très diverses et de l'absence d'une structure coordonnée, se trouvent toujours confrontés à des problèmes d'installation (gestion, conservation), des problèmes d'ordre scientifique (méthodes d'acquisitions, cathalogue, documentation), ainsi que dans le domaine des activités éducatives (au sens large: expositions, publications, etc.)*[208]

Maioritariamente constituídos por colecções de arte e arqueologia, os museus primavam pela ausência de informação estruturada sobre a cultura e a história das localidades onde se inseriam, situação a que, no entanto, Per-Uno Agren contrapõe o dinamismo de muitas iniciativas patrimoniais que ocorriam fora dos museus, designadamente a partir de associações, algumas das quais lideradas por professores.

Assim, excepção feita a alguns casos mais particulares, os problemas detectados nas visitas aos museus locais citados tinham origem, ora na área expositiva (fosse por deficiência de espaço para exposições temporárias, fosse pelo conteúdo, em regra desligado das tradições das comunidades onde se inseriam), ora na área educativa (sendo inexistente, muitas vezes, qualquer programa de acção neste domínio). Por vezes, apesar da dinâmica dos projectos, em curso ou em embrião, a ausência de recursos financeiros impedia o seu necessário desenvolvimento e/ou continuação.

Embora a investigação fosse menos ressaltada que as funções de comunicação e de educação, a análise de Per-Uno Agren inseria-se também na perspectiva de salvaguarda das culturas locais num período de mudanças profundas como o que Portugal então atravessava, não deixando de alertar para a pertinência de os museus desenvolverem actividades no sector das colecções, a par das actividades voltadas para o público, e de ressaltar as evidentes vantagens de integração de ambos os sectores.

---

[207] Cf. *Entrevista a Per-Uno Agren*, Estocolmo, 24/11/98, em Anexo – IV.

[208] AGREN, Per-Uno, *Portugal Les musées régionaux et locaux (Rapport n.º 2)*, Paris, UNESCO, 1979, dact., p. 9.

Apesar dos problemas encontrados, Per-Uno Agren concluía pela vitalidade e pelas potencialidades das experiências contactadas, desde que munidas dos indispensáveis recursos:

> *La visite aux lieux énumérés ci-dessous m'a convaincu qu'il y a partout la possibilité de développer des projets intéréssants avec des ressources supplémentaires parcequ'on y trouve des personnes déjà engagées dans un travail de dynamisation.*[209]

Estas visitas proporcionaram não só o contacto com instituições já existentes, como também com projectos pioneiros de museus, como por exemplo o do ecomuseu da Serra da Estrela, o de Miranda do Douro, o do Museu Dr. Joaquim Manso, da Nazaré e o da região de Alcobaça.

No que respeita ao terceiro objectivo que norteava a visita – *a criação de museus de tipo novo com larga participação popular* – o consultor sueco apontava duas possibilidades: a primeira (fora do meio museal) a criação de novos museus, a partir de escolas ou de casas de cultura; a segunda (dentro do meio museal) a modificação e o desenvolvimento das instituições existentes com a participação das escolas e das populações. Propunha a adopção da segunda solução, acompanhada da busca de modelos adequados à situação portuguesa, entre os quais realçava as potencialidades dos ecomuseus.

> *L'idée d'écomusée qui a été développée par M. Georges Henri Rivière a élargi l'idée traditionnelle de musée. Le nouveau musée n'est plus identifiable à une collection exposée dans une maison, l'écomusée est une combinaison des lieux d'importance historique constituant une structure intégrée dans la communauté avec l'ambition première de contribuer au développement culturel d'une population. Cette idée, qui est à l'épreuve en France, offre des possibilités importantes au Portugal dans la phase actuelle de transition du pays, où il faut décider ce qu'on peut faire pour protéger les sites d'un intérêt historique ou ethnographique.*[210]

---

[209] AGREN, Per-Uno *Portugal Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*, Umea /Suède, Janvier 1977, dact., s.p.

[210] AGREN, Per-Uno *Portugal Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*, Umea /Suède, Janvier 1977, dact., s.p.

Finalmente, o *Relatório* da *Missão* de 1976 propunha o incremento de três projectos-piloto a partir dos museus de Estremoz, Guimarães e Chaves (proposta retomada no *Relatório* de 1979, substituindo Chaves por Montalegre) com o objectivo de desenvolver programas educativos adaptados às condições específicas das respectivas comunidades.

2.1.3 SEMINÁRIOS *MUSEUS E POPULAÇÕES LOCAIS - PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO*

O dinamismo dos projectos museológicos e educativos em curso e o acolhimento que as suas ideias encontraram junto dos profissionais com quem manteve contactos, levaram Per-Uno Agren a planear, em conjunto com alguns elementos do grupo português, a realização de um conjunto de seminários, para o que obteve apoio da SIDA *(Sweedish International Development Agency)*.[211] Deste modo, vieram a realizar-se três seminários subordinados ao tema *Museus e Populações locais – Participação e Integração*, respectivamente em Guimarães (Janeiro de 1978), Seia e região da Serra da Estrela (17 a 22 de Abril de 1979) e Faro (26 de Abril a 1 de Maio de 1979).

O *Grupo de Trabalho Museus – UNESCO* manteve-se em funcionamento e foi mesmo reforçado na sua composição e competências (Ver I- 1.2), competindo-lhe, entre outras tarefas, organizar e acompanhar a realização dos seminários, cujo objectivo principal consistia, segundo Sérgio Andrade, no estudo das *possibilidades de uma integração do museu na localidade, desenvolvendo acções fora do museu.* Pretendia-se, assim, difundir as noções de museu regional e de museu local, não só através da apresentação de experiências, como do trabalho de grupo sobre métodos de documentação, de dinamização e de desenvolvimento sociocultural, a partir das actividades documentais do museu.

> *O tipo de Museu regional e local que tem sido preconizado pelo Dr. Agren e por este grupo de trabalho, é um museu em íntima relação com a localidade onde se insere, servindo efectivamente essa população, trabalhando no sentido de se constituir como*

[211] Este auxílio beneficiou do programa que, nos anos imediatos a 1974, a *Agência Sueca para o Desenvolvimento* implementou em Portugal nas áreas sociais e educativas, designadamente na formação de professores.

parte integrante da comunidade e um centro de actividades rentavelmente utilizado pela população local, que através dele procura conhecer e compreender o seu desenvolvimento.[212]

O público-alvo dos *Seminários* visava pessoas ligadas ao trabalho dos museus locais e regionais e representantes de associações locais e de entidades oficiais, sobretudo das Câmaras Municipais. A participação foi muito heterogénea, abrangendo, tanto algumas pessoas que detinham um papel capital na Museologia portuguesa (Maria Alice Beaumont, Bairrão Oleiro e Lixa Filgueiras), como técnicos de Museus Nacionais e de Museus Municipais, professores e elementos de associações locais ligados a projectos de dinamização cultural e patrimonial.

No seu conjunto os *Seminários* envolveram mais de uma centena de pessoas, entre participantes (89) e coordenadores portugueses dos grupos de trabalho (21),[213] tornando-se na mais extensa operação de formação em Museologia Local no período posterior 1974, tanto em abrangência geográfica, como em número de formandos envolvidos.

Os participantes foram convidados pelo *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO* com base no conhecimento prévio dos projectos que desenvolviam, sendo oriundos de diversas proveniências profissionais e institucionais: museus (de diferentes tutelas), parques naturais, autarquias, associações culturais/patrimoniais e ensino.

---

[212] ANDRADE, Sérgio, Seminários – "Museus e Populações Locais – participação e integração", Lisboa, SEC – Grupo de Trabalho Museus – UNESCO, 1979, dact., p. 1-2.

[213] A coordenação dos grupos de trabalho envolveu os seguintes profissionais: da Suécia - Claes Gunther, Goran Carlson, Katarina Agren, Lennart Bergstrom e Per-Uno Agren; de Portugal – Alberto Martinho, Ana Maria Cortes, António Menéres, Bairrão Oleiro, Fernando Pessoa, Francisco Rodrigues, Graça Cabral , Hélder Pacheco, Irisalva Moita, Joaquim Pais de Brito, Joaquim Vermelho, Jorge Alarcão, Lima de Freitas, Luís Mateus, Maria Alice Beaumont, Maria Emília Teixeira, Maria João Vasconcelos, Pedro Danilo Sobral, Rafael Calado, Sérgio Andrade e Tomás Ribas.

Quadro 5
MISSÃO UNESCO
PARTICIPAÇÃO NOS SEMINÁRIOS (1978-79)

MUSEUS	**Tutelados por Municípios** - *Museu Hipólito Cabaço*, de Alenquer; *Museu Condes Castro Guimarães*, de Cascais; *Museu Municipal de Estremoz*; *Museu Municipal Dr. Santos Rocha*, da Figueira da Foz; *Museu Arqueológico*, de Santo António das Areias (Marvão); *Casa-Museu Teixeira Lopes*, de Vila Nova de Gaia; *Museu Municipal de Caminha.*
	Tutelados por Juntas Distritais - *Museu Etnográfico Regional de Faro*
	Tutelados pelo Estado – *Museu dos Biscainhos*, de Braga; *Museu da Casa Nogueira da Silva*, de Braga; *Museu Abade de Baçal*, de Bragança; *Museu Francisco Tavares Proença*, de Castelo Branco; *Museu de Évora*; *Museu Alberto Sampaio*, de Guimarães; *Museu de Lamego*; *Museu Dr. Joaquim Manso*, da Nazaré; *Museu Carlos Machado*, de Ponta Delgada; *Museu Nacional Soares dos Reis*, do Porto
	Em organização – Serpa e Montalegre
PARQUES NATURAIS	Serra da Estrela
CÂMARAS MUNICIPAIS	Estremoz, Miranda do Douro e Nazaré
ASSOCIAÇÕES	**De Defesa do Património** – *Grupo de Trabalho Etnográfico* (Alcobaça); *Associação de Defesa do Património de Idanha-a-Nova; Núcleo Cultural da Covilhã; Grupo de Defesa do Património da Figueira da Foz; Associação de Defesa e Investigação do Património do Algarve; Associação para a Conservação e Defesa do Património Cultural e Natural da Região de Lamego; Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém; Grupo Cultural de Querença* (Loulé).
	De Amigos do Museu – *Grupo do Museu e Biblioteca de Estremoz* e *Grupo de Amigos do Museu Arqueológico de Faro.*
GABINETES	*Gabinete para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja* (Assembleia Distrital) e *Gabinete para os Assuntos Culturais de Alcobaça.*
ENSINO	**Professores** - Bragança, Castro Marim, Chaves, Évora, Faro, Figueira da Foz, Lamego, Miranda do Douro, Ponte de Lima e Portimão. Associação de Escolas Comunitárias e Instituto Politécnico da Covilhã.

Fonte: *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO* – Arquivo do MNAA.

Ao amplo espectro geográfico coberto pela frequência dos *Seminários* correspondeu também uma diversidade de instituições e de grupos, procedentes das áreas patrimoniais e museológicas, mas também da animação cultural e do ensino, seguramente contribuindo para a concretização dos objectivos desta iniciativa, dirigidos ao incremento das ligações entre os museus e as populações envolventes, sob o lema da *participação* e da *integração*.

Não podemos, contudo, deixar de ressaltar que, no conjunto total das participações, não é dominante, do ponto de vista quantitativo, a presença dos museus municipais, o que parece corresponder ao panorama que temos vindo a traçar. Embora com carácter excepcional, não deixa de ser interessante salientar a presença de alguns autarcas nos *Seminários*: presidente e/ou vereadores das Câmaras Municipais de Estremoz, Nazaré e Miranda do Douro, municípios onde decorriam ou se preparavam experiências museológicas de grande vitalidade.

Importantes factores de inovação foram trazidos pelos *Seminários*, tanto nos conteúdos como na própria estruturação, metodologicamente concebidos para funcionar como trabalhos de grupo. A partir de cinco temas de base – arqueologia, arquitectura, economia, artesanato e festas - cabia aos participantes escolher e estudar um fenómeno de cultura local, descrevê-lo, analisá-lo e fazer propostas de actividades, tendo em vista a integração da população em diferentes fases de trabalho.

> *Os seminários partiram da ideia de um museu activo como centro de cultura para a sua localidade, mas a parte de maior importância do trabalho estaria ligada a actividades fora do museu, ao estudo de elementos das actividades fora do museu, ao estudo de elementos das actuais tradições culturais.*[214]

Terminados os *Seminários*, os trabalhos efectuados deram origem a duas edições: a *Folha de Informação* do *Grupo de Trabalho Museus - UNESCO* e o número único de um jornal, *O Seringador Novo*. A primeira publicação assumia-se como um meio de difusão de informações (oriundas de museus, de grupos e de localidades) e de ligação entre os participantes nas acções realizadas, ao passo que a segunda materializava alguns dos resultados atingidos nas sessões de trabalho, sob a forma de um produto, cuja cuidada apresentação gráfica espelhava as questões de comunicação abordadas na formação.

---

[214] AGREN, Per-Uno, "Comentários" in *O Seringador Novo – Museus e Populações Locais Participação e Integração*, Grupo de Trabalho Museu-Unesco, s.d., p. 27.

*

Efectuar o balanço do impacto da *Missão UNESCO* e dos *Seminários* que lhe deram prolongamento não é tarefa fácil. O próprio Per-Uno Agren questiona a utilidade imediata das acções decorridas, relacionando a falta de sequência dos projectos com as alterações políticas subsequentes:

> *Na administração central, nos ministérios, etc., foi onde se abriram as portas para as ideias que tentámos introduzir. Depois houve um movimento para a direita e muitas destas ideias permaneceram à esquerda na vida política de Portugal.* (...)
>
> *Eu não tive muitas notícias de Portugal depois sobre iniciativas ou coisas que acontecessem na sequência dos seminários. Por isso, pensei que não influenciaram muito o que aconteceu...* [215]

Sendo inegável a amplitude da Missão e a sua abrangência face à realidade patrimonial e museológica existente (institucional e associativa), já se torna menos imediato avaliar as influências que terá tido em acontecimentos posteriores na Museologia portuguesa. Se bem que as visitas e as acções de formação realizadas tenham permanecido uma referência obrigatória para a Museologia portuguesa contemporânea, a heterogeneidade profissional dos implicados e a sua ligação a projectos muito diversificados torna extraordinariamente árdua a apreciação dos resultados obtidos a longo prazo.

Partindo dos objectivos da Missão e dos resultados materiais atingidos, julgamos poder distinguir três níveis de análise: a) institucional; b) profissional; c) conceptual.

a) Nível institucional - Tendo a Missão por base uma solicitação governamental que visava o apoio à definição de uma política para o sector dos museus, dentro de uma perspectiva cultural ampla, é neste nível de acção que temos de buscar as possíveis e mais directas consequências deste programa.

[215] Cf. *Entrevista a Per-Uno Agren*, Estocolmo, 24/11/98, em Anexo IV.

Assim, no segundo *Relatório* para a UNESCO, redigido em 1979, Per-Uno Agren vincava a necessidade de mudanças estruturais e de longo prazo para resolver os problemas que se colocavam à Museologia portuguesa e avançava com a proposta de dois conjuntos de acções, um a curto prazo e outro de longo alcance temporal. O primeiro conjunto apontava de novo para a implementação dos projectos piloto já referidos e ainda para a necessidade de estimular a circulação da comunicação, através da publicação das experiências e da realização de seminários e conferências. A estas proposições juntava-se a de organização de "equipas móveis" para apoio às iniciativas museológicas locais, utensílio que se articularia, a longo prazo, com a reestruturação museológica, incluindo a construção de uma "rede de museus", a reorientação programática dos mesmos museus e a reformulação da formação profissional.

No entanto, (como vimos em I) as medidas recomendadas para alteração estrutural no sentido da longa duração não tiveram um seguimento consistente e os três projectos-piloto propostos nos *Relatórios* da *Missão UNESCO* (museus de Estremoz, Guimarães e Chaves, sendo este último posteriormente substituído por Montalegre) não obtiveram apoio governamental para o seu desenvolvimento,[216] vindo mesmo alguns destes museus a regredir a sua actividade nos anos seguintes.

Assim, dos projectos de curto prazo apenas se concretizaram os *Seminários*, numa clara manifestação de que, apesar de o nível institucional ser o despoletador de todo este processo, foi também aquele que menos ganhos imediatos obteve no final da *Missão*.

b) Nível profissional - Em nossa opinião, o factor de maior importância a destacar nesta acção foi o enfoque dado às potencialidades da Museologia local à escala do país, com um amplo envolvimento de pessoas ligadas, tanto ao trabalho nos museus centrais e locais, como a projectos de dinamização cultural e patrimonial, de índole associativa ou institucional, o que proporcionou momentos de encontro entre vectores tão espartilhados da vida museológica nacional.

[216] Em Março de 1979 encontrava-se ainda *para aprovação superior* o programa de criação dos três projectos-piloto. Cf. ANDRADE, Sérgio, Seminários – "Museus e Populações Locais – participação e integração", Lisboa, SEC – Grupo de Trabalho Museus – UNESCO, 1979, dact., p. 1.

Efectivamente tratou-se da primeira acção oficial promovida em Portugal, visando a descentralização museológica das relações interprofissionais e a revitalização de museus locais com tão larga abrangência geográfica e tão vasto envolvimento local. No entanto, ainda que a reunião de profissionais e interessados nas questões do património e da Museologia tenha sido um facto, não se veio a verificar uma sequência posterior que desse continuidade e incentivasse a comunicabilidade entre os diferentes agentes envolvidos.

c) Nível conceptual - Assente o tópico da descentralização museológica como o eixo de todo o programa é na disseminação do conceito de museu local que encontramos um dos principais contributos da *Missão*.

A descentralização que a organização dos *Seminários* assumiu (realizados no Sul, Centro e Norte) permitiu a propagação da mensagem da Museologia local, numa perspectiva de participação e de integração das populações, a um vasto público, afastado dos principais centros urbanos e que por outras vias dificilmente acederia a estas ideias. Por outro lado, a participação de Per-Uno Agren no *Colóquio APOM / 76*, onde apresentou uma comunicação sobre a realidade museológica sueca, posteriormente publicada nas respectivas Actas,[217] contribuiu também para a divulgação das bases da política museológica que defendia junto dos conservadores de museus nacionais.

A assunção dos princípios difundidos implicaria, em última instância, a reprogramação museológica e a reorientação dos museus a partir de bases bem diversas das que presencialmente Per-Uno Agren encontrou nas suas visitas.

A cooperação luso-sueca na área museológica foi objecto de um "Programa Trienal de Cooperação Sueca no âmbito dos Museus (1980-1981-1982)", elaborado pelo Grupo de Trabalho Museus-UNESCO, que visava prosseguir e ampliar a colaboração iniciada em 1976, mediante a concretização de visitas de estudo, da vinda de museólogos suecos a Portugal e do intercâmbio de exposições itinerantes, propósitos que não tiveram seguimento. Em 1983, já a

convite do Instituto Português do Património Cultural, Per-Uno Agren voltou a Portugal, acompanhado de Bengt Skoog, Director do *Riksustallningar* (Centro Sueco de Exposições Itinerantes) tendo ambos participado em reuniões de trabalho em Lisboa, Porto e Bragança, com vista ao futuro intercâmbio de exposições temáticas e de técnicos em Museologia, de modo a intensificar a acção cultural de Museus regionais portugueses.[218] Este projecto não veio também a ter sequência, possivelmente em virtude das posteriores mudanças de direcção no IPPC.

2.2 GEORGES-HENRI RIVIÈRE

Aproximadamente no mesmo periodo em que Per-Uno Agren percorreu o País e tomou contacto com alguns dos museus locais existentes, também Georges-Henri Rivière se deslocou por duas vezes a Portugal (1978/79) a convite de um organismo oficial, a Secretaria de Estado do Ambiente, para funções de consultoria e de aconselhamento técnico, com vista à criação de uma rede de ecomuseus nos Parques Naturais.

Diferentemente de Per-Uno Agren, cuja acção museológica se circunscrevia à região setentrional da Suécia, de onde irradiara para outros pontos da Península Escandinava, Georges-Henri Rivière era uma personalidade da Museologia mundial, tendo participado na fundação do ICOM, de que foi Director durante cerca de vinte anos (de 1948 a 1964)[219].

Em França o seu nome ligava-se, não só a dois grandes museus de Paris – *Musée de l' Homme* e *Musée des Arts et Traditions Populaires* – como a diversos projectos regionais e locais, de

---

[217] AGREN, Per-Uno, "Les musées en Suède, un bref aperçu" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 76 – Panorama museológico português - carências e potencialidades*, Lisboa, APOM, 1979, p. 29-33.

[218] Cf. GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1983*, s.l., s.d., p. 48. Também em 1983 Per-Uno Agren encontrou-se com Hugues de Varine, que o levou a visitar o recente Ecomuseu do Seixal.

[219] Georges-Henri Rivière esteve ligado à fundação do ICOM em 1946 e depois de 1964 tornou-se seu consultor permanente.

que avultam os que conduziriam ao nascimento dos ecomuseus.[220] À prática museológica juntou a intervenção na formação, ministrando, de 1971 a 1982 na Universidade de Paris I (*Institut d'Art et Archéologie)*, o Curso de Museologia, local privilegiado de difusão da suas concepções sobre os museus. Fora do seu país de origem, Rivière esteve envolvido directamente ou influenciou projectos tão diversos como o *Museu Gulbenkian* em Lisboa (um dos exemplos focados no Curso de Museologia), o *Museu de História* em Argel, os ecomuseus no Québec, o *Museu de Arte Moderna* de Copenhaga.

Conhecido de sectores restritos da Museologia portuguesa, pelo menos desde os anos sessenta, devido à sua participação no processo de programação e de acompanhamento da montagem do *Museu Gulbenkian*, o regresso de Georges-Henri Rivière a Portugal no período posterior a 1974 parece inserir-se no seu percurso de embaixador e de mensageiro da própria Museologia contemporânea. É nesta linha que podemos enquadrar a sua cooperação com os projectos portugueses, impulsionada pelo papel determinante que o arquitecto paisagista Fernando Pessoa, na ocasião presidente do *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagista*, teve nestas últimas deslocações a Portugal.

Responsável pela introdução em Portugal do conceito de Parque Natural, corporizado na legislação de protecção da natureza publicada em 1976,[221] Fernando Pessoa defendia a inter-relação entre o património natural e o património cultural, no âmbito de uma visão humanista que pressupunha a protecção da ruralidade como elemento indispensável à conservação da natureza.

Concedeu especial atenção ao modelo francês de parques naturais, os quais, sob condições políticas favoráveis à regionalização, tinham enveredado nos anos sessenta pelas vias da revitalização do turismo e da dinamização das populações rurais, actuando na defesa dos seus valores culturais e históricos. Com efeito, a partir de 1967 Georges-Henri Rivière tinha orientado o desenvolvimento de "museus de ambiente" no quadro dos Parques Naturais Regionais, que, constituindo "ecomuseus em potência" (o termo só apareceria, como referimos, em 1971) o levariam a reforçar a noção de participação da população e a conduzir

[220] O Museu de História da Bretanha, em Rennes, a experiência de Le Creusot e os museus criados nos Parques Naturais de Landes de Gascogne e Ouessant são alguns exemplos.
[221] Cf. D.L. n.º 613/76, de 27 de Julho. Ver ponto I - 1.1.2 .

ao sistema de "Museu do Tempo", entroncado em antenas museais e caminhos de observação do território.[222]

A adopção desta visão por Fernando Pessoa levava-o a defender a ligação entre a museologia e a "parqueologia" (neologismo adoptado por Fernando Pessoa, com que Georges-Henri Rivière designava a "ciência dos parques"), em que os ecomuseus constituíam, a par de outros utensílios, a forma mais acabada de intervenção museológica nos parques naturais.

Tais princípios estiveram na base do desiderato de, também em Portugal, constituir uma rede de espaços museológicos nos recém-criados parques naturais, sob a forma de ecomuseus, tendo a deslocação de Georges-Henri Rivière como principais finalidades práticas o diálogo com os técnicos da Secretaria de Estado do Ambiente e a orientação das (...) *primeiras instalações museológicas dos parques naturais* (...).[223]

Assim, na primeira deslocação, ocorrida em Julho de 1978, Rivière visitou diversos parques naturais, entre os quais o da Serra da Estrela,[224] criado dois anos antes e encarado como um parque-modelo para as realizações museológicas que se seguiriam designadamente para acolher o primeiro ecomuseu. Na sequência desta visita ocorreu um colóquio dirigido aos técnicos do Serviço Nacional de Parques e Reservas, onde Rivière focou a urgência da salvaguarda do património natural português e Fernando Pessoa apresentou a intenção de instalar em três aldeias da Serra da Estrela (Videmonte, Folgozinho e Linhares) os *primeiros ecomuseus nacionais.* [225]

Adoptando uma metodologia de trabalho que seguia de perto o modelo francês, foi formada uma equipa pluridisciplinar de consultores,[226] em que se inseriam prestigiados especialistas

---

[222] Cf. RIVIÈRE, Georges-Henri, "Dossier Écomusée", Paris, 25 Octobre 1977, dact.

[223] PESSOA, Fernando, "George Henri Rivière – criador do Ecomuseu" in *Diário de Notícias*, 23/8/1979.

[224] O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo D.L. n.º 557/76, de 16 de Julho. A Introdução do decreto justifica esta medida: *O maciço da Serra da Estrela constitui uma região de característica economia de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local que interessa acautelar e promover.*

[225] "A instalar na Serra da Estrela os primeiros ecomuseus nacionais", in *Diário de Notícias*, 11/7/1978. De acordo com o teor da notícia, Georges-Henri Rivière terá afirmado que *Portugal tem um ano e meio para salvar o seu importante património natural.*

[226] Constituição da equipa: Alberto Martinho (Sócio-Economia); Conceição Moreira (História); Jorge Alarcão (Arqueologia); José Morais e Manuel Viegas Guerreiro (Etnografia); Pedro Castro Henriques e Susanne Daveau (Geografia e Geologia).

portugueses das ciências naturais e sociais, com o propósito de realizar uma interpretação global da região. Estas pesquisas eram acompanhadas por contactos regulares com as populações, designadamente através de reuniões, da actuação de equipas de animação local e de realização de *sessões nas aldeias.*

Com concepção geral de Georges-Henri Rivière[227] e execução liderada por Fernando Pessoa, o ecomuseu projectado para o Parque Natural da Serra da Estrela assentava no princípio de que a participação da população local constituiria o fundamento da identificação desta com os testemunhos naturais e culturais. Antevendo a regionalização do País, o projecto almejava constituir um contributo para este processo sociopolítico, enquanto instrumento de tomada de consciência dos valores da cultura local por parte das populações e de dignificação dos costumes da comunidade.

> *A participação das pessoas através do Ecomuseu em que serão elas a colaborar na montagem das exposições, em que serão elas a possuir em suas casas as peças que os visitantes vão admirar, em que voltarão a encontrar nos valores tradicionais a inspiração e o impulso para a sua criatividade, é sem dúvida uma forma privilegiada de contribuir para a regionalização.* [228]

O estímulo à participação da população neste projecto encontrou diferentes formas de interligação com as populações serranas, entre as quais a edição pelo Parque Natural de um *Boletim Informativo*, que dava conta dos passos efectuados para a promoção do ecomuseu e sensibilizava as populações para a recolha dos *elementos da cultura material e espiritual das aldeias.*[229]

---

[227] Da colaboração neste projecto Georges-Henri Rivière deixou o seguinte trabalho, depositado no *Musée des Arts et Traditions Populaires,* em Paris: *Esquisse d'un programme et d'un projet pour la muséalisation d'une ancienne fabrique de tissus à Meios, au sein du Parc de la Serra da Estrela,* Meios – Paris, Juin, Oct. 1979, dact., 45 p.

[228] PESSOA, Fernando, "Ecomuseu e Parque natural: uma filosofia ecológica de regionalização" in *Natureza e Paisagem*, n.º 6, 1978, p. 39.

[229] Cf. *Parque Natural da Serra da Estrela – Boletim Informativo*, n.º 2, Abril de 1980, dact.

Quanto ao programa museológico delineado para a Serra da Estrela, este previa a criação de seis unidades temáticas, que de seguida enunciamos, mantendo a mesma ordem com que foram divulgadas:

1. *Museu do Tempo*
2. *Centro de Estudos e Documentação*
3. *Centro de Animação Cultural*
4. *Casa do Desportista*
5. *Casa do Artesão*
6. *Centros de Introdução às Ciências da Natureza*

O *Museu do Tempo* constituía a unidade principal do ecomuseu, concebido para transmitir um discurso histórico da Serra, sob a forma de uma exposição evolutiva na aldeia de Meios, acerca da geologia, da fauna e dos testemunhos da ocupação humana. Outras exposições de carácter temporário seriam o ponto de partida para "percursos de descoberta", incluindo visitas a habitações particulares, que conservariam objectos-testemunhos da região.

O *Centro de Estudos e Documentação*, inspirado no "laboratoire de terrain" francês, conservaria bibliografia e arquivos de som, de filmes e de fotografias, agregando ainda uma área de alojamento para estudantes, investigadores e interessados na documentação da região. Algumas das actividades ligadas ao Centro incluíam queijarias tradicionais, oficinas de tecelagem e rebanho de exemplares seleccionados de gado ovino.

O *Centro de Animação Cultural* seria o ponto de partida da dinamização cultural, agindo, tanto na disseminação de filmes, grupos de teatro e de música até aos povoados da Serra, como trazendo as formas de cultura das populações locais até ao conhecimento das vilas e cidades do Pais.

A *Casa do Desportista* comportaria espaços para a prática desportiva, designadamente salão de ginástica, sala de jogos e sala de convívio, a que se juntaria a intenção de dotar as aldeias

com monitores desportivos. Por seu turno, a *Casa do Artesão*, condensaria, não só a vertente de estudo e de pesquisa de artesanato como a vertente da formação, através da programação de cursos, o que a aproxima programaticamente do *Centro de Estudos e Documentação.*

Finalmente, os *Centros de Introdução às Ciências da Natureza*, tais como Centros de Iniciação à Ornitologia, à Geologia e ao estudo das águas, constituíam espaços de aprendizagem e de descoberta das Ciências Naturais.

Este programa museológico pode inserir-se na corrente da "primeira geração de ecomuseus",[230] estreitamente associados ao ambiente e ao quadro de vida natural e cultural e directamente relacionados ou inspirados no modelo francês dos parques naturais, dando relevância aos elementos que Georges-Henri Rivière enuncia na "definição evolutiva de ecomuseu". Assim, as três vertentes iniciais desta definição - a interdisciplinaridade de "pivot" ecológico, a ligação orgânica à comunidade e a preocupação com a participação desta na sua construção e funcionamento - apresentam-se como os pilares do programa proposto para o parque da Serra da Estrela. Estas bases transpareciam na conjugação dos três factores a partir dos quais todo o projecto se desenvolve: inserção espacial no território, valorização do património quotidiano e enfoque à relação com as populações

No que toca à programação espacial concebida para o ecomuseu da Serra da Estrela, este inclui algumas das componentes físicas que estes modelos museológicos geralmente contêm, nomeadamente os "percursos de descoberta", o centro de documentação e as exposições temporárias,[231] conjugadas com as necessidades locais e regionais das populações, à luz do período em análise.

Assim, ao *Museu do Tempo*, ao *Centro de Estudos e Documentação* e aos *Centros de Introdução às Ciências da Natureza*, unidades temáticas que patenteiam a sua filiação nos ecomuseus de vertente ecológica, juntam-se o *Centro de Animação Cultural*, a *Casa do Desportista* e a *Casa do Artesão,* que, se bem que imbuídas da filosofia geral do projecto, são

---

[230] Cf. VARINE, Hugues, "L'écomusée" in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 455.

evidentes sinais da tentativa de resposta ao levantamento das necessidades das populações serranas na segunda metade da década de setenta. Insere-se também este último conjunto programático no movimento de dinamização cultural que tinha atravessado recentemente o País e, que sob diferentes formas associativas e institucionais, continuava a influenciar a concepção de projectos socioculturais. Um exemplo desta perspectiva é dada pela inclusão da vertente de animação desportiva a par da animação cultural, numa visão integrada e complementar destes dois campos de intervenção, que viria a patentear-se noutros projectos de intervenção local, nomeadamente de responsabilidade autárquica.

Deste modo, se bem que filiado na filosofia dos ecomuseus franceses, o programa esboçado para a Serra da Estrela não deixava de conter uma especificidade própria, decorrente tanto da pesquisa interdisciplinar sobre a região, como das correntes de animação cultural que estavam em voga no País. Do ponto de vista dos objectivos delineados, o nexo estabelecido entre um dos princípios de base do ecomuseu - a participação das populações – e as mudanças político-administrativas que se prefiguravam para Portugal – a Regionalização – parece enformar um dos traços mais originais deste projecto.

Concebido num momento-chave da História recente, no cruzamento entre a adopção de novos conceitos de conservação da natureza e da previsão da institucionalização das regiões administrativas, o programa do ecomuseu da Serra da Estrela não encontrou na tutela da Secretaria de Estado do Ambiente, que o tinha inicialmente promovido, a vontade política para o seu prosseguimento e execução. Alterações na política ambiental com reflexos na modificação da percepção relativa aos parques naturais conduziram à interrupção do caminho que estava ser percorrido, apesar dos passos concretos que tinham já sido dados: aquisição de edifícios, aquisição de objectos etnográficos e promoção de reuniões regulares com a equipa de especialistas e com a população. Tais transformações programáticas ocorreram em 1980,

[231] A *Carta dos Ecomuseus*, ratificada em 1980 pelo ministro francês da Cultura, enunciava como elementos de base constitutivos dos ecomuseus a existência de: rede de caminhos; centro de documentação; reservas abertas à investigação; salas de exposições temporárias; auditórios; ateliers educativos.

sendo acompanhadas por alterações políticas, que conduziram à substituição de Fernando Pessoa na presidência do *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagista* .[232]

Se a tutela prevista para dar corpo a este projecto recuou nos propósitos inicialmente delineados, também a conjuntura regionalizante que, desde o início tinha marcado todo o processo, não fez os progressos que pareciam próximos no início da década de oitenta para a institucionalização das regiões.

A colaboração de Georges-Henri Rivière com os parques naturais portugueses não teve um impacto tão abrangente como a visita que sensivelmente no mesmo período Per-Uno Agren efectuou ao País, fosse pelo vínculo desta cooperação à Secretaria de Estado do Ambiente (e não à da Cultura), fosse pela desatenção que o próprio projecto terá tido por parte da museologia portuguesa. Para o arquitecto paisagista Fernando Pessoa a segunda explicação foi a mais verosímil:

> *(...) Georges-Henri Rivière passa por Portugal e para além dum reduzido número de pessoas que o recebe e aprecia, continua desconhecido. / Na verdade desde há dois anos que ele vem a Portugal, a convite da Secretaria de Estado do Ambiente para dialogar com os técnicos, dar ideias e orientar as primeiras instalações museológicas dos parques naturais que vão nascendo no nosso país. / No entanto a 'inteligência' portuguesa, os nossos meios da cultura e de pensamento não dão por ele e dispensam o seu contacto, a sua palavra e os seus ensinamentos.*[233]

No entanto, a única iniciativa dirigida a profissionais de museus, além dos colóquios para técnicos do Serviço de Parques, atraiu à Fundação Calouste Gulbenkian cerca de quatro

---

[232] Alterações decorrentes da entrada em funcionamento do 6.º governo constitucional (3/1/1980 a 9/1/1981). Primeiro Ministro: Francisco Sá Carneiro. Na comunicação "Utilizar hoje a ecomuseologia" apresentada às *Jornadas sobre a Função Social do Museu* em 1997 na Póvoa do Lanhoso referia Fernando Pessoa: *Em mais de 2 décadas, com diferentes tutelas e presidências, não tive a capacidade de fazer entender a importância e a urgência desta iniciativa, que a mim me parece evidente mas o que, pelos vistos, não é partilhado pelas outras pessoas que têm governado o ICN.* Cf. PESSOA, Fernando, "Utilizar hoje a ecomuseologia" in *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado – X Jornadas sobre a Função Social do Museu*, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso/MINOM, 1998, P. 79.

[233] PESSOA, Fernando, "Georges-Henri Rivière – criador do Ecomuseu" in *Diário de Notícias*, Lisboa, 23/8/1979.

dezenas de participantes para assistir à Conferência proferida por Rivière sobre Ecomuseus. Realizada em 8 de Julho de 1978, esta Conferência foi também um momento de difusão de documentação sobre o tema, com destaque para o "Dossier Écomusée", da autoria de Georges-Henri Rivière, contendo um resumo histórico sobre este modelo museológico e a conhecida "definição evolutiva de ecomuseu".[234] Deste modo, a vinda deste museólogo contribuiu, a par da colaboração com os emergentes projectos portugueses, para a publicitação das iniciativas da Museologia francesa, designadamente as experiências dos parques naturais e dos ecomuseus.

A divulgação de aspectos do programa do Ecomuseu para a Serra da Estrela teve alguma repercussão, que originou visitas de especialistas, entre as quais a de Per-Uno Agren, bem como a realização de um dos Seminários promovidos pelo *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO*, em Abril de 1979, na região de Seia / Serra da Estrela, escolha que teve a ver com o reconhecimento das acções em curso, então no seu auge. Na altura encontrava-se ainda o trabalho numa fase preparatória, suportada pelas pesquisas pluridisciplinares e pelo esquisso programático delineado por Georges-Henri Rivière e conhecido no seio da equipa de consultores.

A Fernando Pessoa se deveu o eco, embora limitado, que este programa teve na Museologia portuguesa, designadamente através da sua difusão posterior em encontros, alguns dos quais internacionais[235] e em comunicação ao *Colóquio APOM* realizado em Lamego em 1981, que integrou mesmo nas *Conclusões* (por proposta daquele arquitecto paisagista) o reconhecimento do conceito de ecomuseu como *expressão museológica muito válida* e o apelo às entidades oficiais para a concretização do Ecomuseu previsto para a Serra da Estrela.

---

[234] RIVIÈRE, Georges-Henri, "Dossier Écomusée", Paris, 25 Octobre 1977, dact.

[235] Em comunicação à *1.ª Conferência Mundial de Parques Culturais*, em 1984, nos Estados Unidos da América, Fernando Pessoa apresentou o projecto do ecomuseu da Serra da Estrela, que despertou grande interesse entre os presentes.

2.3 HUGUES DE VARINE

Director do ICOM de 1964 a 1974, onde sucedeu a Georges-Henri Rivière de quem tinha sido assistente, Hugues de Varine esteve ligado a um vasto conjunto de práticas museológicas marcadas pela intervenção comunitária, das quais avulta, pela inovação e pela repercussão posterior, a participação na equipa fundadora do Ecomuseu de Le Creusot entre 1971 e 1975. A sua acção museológica traduziu-se ainda na colaboração em intervenções dominantemente de âmbito local e regional, não só em França como no Brasil, Québec, Portugal, Suécia, Noruega e Espanha. A par da acção museológica e a partir dos anos oitenta sobrepondo-se-lhe inteiramente, Hugues de Varine liderou e participou em diversas iniciativas de intervenção social visando o desenvolvimento local, nomeadamente em França e em Portugal[236].

Esta trajectória invulgar – do campo da Museologia para o do Desenvolvimento – marca todo o seu pensamento, que trouxe um decisivo contributo, a partir de finais dos anos sessenta, para a consolidação de um modelo de museu, definido pelo próprio Varine como o "museu comunitário". Presente na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, Hugues de Varine ficou também ligado à elaboração do documento final desta reunião e ao conceito de "museu integral".

No final dos anos sessenta[237] Varine questionava o museu e a sua sobrevivência, enquanto instituição criada pela idade pré-industrial, pelo mundo europeu e pela classe burguesa "cultivada", que se arriscaria a desaparecer, ao mesmo tempo que a época, o mundo e a classe social que o criou. Remontam a este período a enunciação dos fundamentos da ligação entre museu e desenvolvimento e, em embrião, alguns dos argumentos que irá posteriormente desenvolver no recusa do museu disciplinar, contrapondo aquele que apresenta a globalidade em função do Homem e em que a noção estática de conhecimento gratuito é substituída pelas noções dinâmicas de enriquecimento permanente e de desenvolvimento. Estas noções

---

[236] Alguns exemplos da intervenção de Hugues de Varine em projectos de desenvolvimento: consultor do *Sindicato Misto da Picardia* (1975-77), consultor do Secretário de Estado da Economia Social do governo francês (1985-86), participação na *Comissão Nacional para o Desenvolvimento Social dos Bairros* (1986-89), intervenção em projectos em Portugal, através da *Associação Interacção França-Portugal* (1985-91). Actualmente é director da ASDIC, consultoria em desenvolvimento comunitário.

[237] Cf. VARINE, Hugues, "Le musée au service de l'homme et du développement", in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 49-68.

antecipam, de certo modo, a noção de "museu integral", contida poucos anos mais tarde na *Declaração de Santiago.*

Hugues de Varine avançava também no final da década de sessenta com a apresentação de metodologias para os novos museus, compostas pelos seguintes elementos: integração da instituição na comunidade; transformação psicológica do 'museólogo' no sentido de um profissional com uma formação científica, técnica e de 'desenvolvimento'; adopção de uma perspectiva multidisciplinar pelos museus; associação aos representantes da comunidade; orientação sistemática, tanto na investigação como na animação, para a actualidade e para o futuro.[238]

O tema da renovação dos museus, na perspectiva das condições e dos problemas que se colocavam, foi tema de um artigo de Varine na revista *Museum* em 1976, onde este museólogo propunha alterar a ordem das premissas habitualmente utilizadas na análise dos museus, ou seja, em lugar de tomar o património como finalidade de existência do museu, sugeria que se tomasse, antes, o público: *Au lieu de servir le patrimoine, servons l'homme et, pour cela, tentons d'analyser ses besoins, pour lui-même et comme membre d'un groupe.*[239] Adoptando estes pressupostos Varine começava por traçar as necessidades da sociedade para de seguida enunciar os procedimentos a seguir pelos museus que realmente se quisessem inserir neste percurso de "renovação".

Na obra *L'Initiative Communautaire - Recherche et Expérimentation,*[240] baseada na sua experiência pessoal no período de 1970 a 83, Varine desenvolve um conjunto de noções, que põem em evidência os modelos teóricos do trabalho realizado e formam o corpo principal do seu pensamento, designadamente os conceitos de *desenvolvimento comunitário*, de *comunidade*, de *cultura da iniciativa* e de *património comunitário.*

---

[238] VARINE, Hugues, "Le musée au service de l'homme et du développement", in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 59-61.

[239] VARINE, Hugues, "Le musée moderne: conditions et problèmes d'une renovation" in *Museum*, Paris, UNESCO, 1976, vol. XXVIII, n.º 3, p. 127.

[240] Esta obra foi escrita entre 1982 e 1984, embora só tivesse sido publicada em versão brasileira - *O Tempo Social* - em 1987 e em edição francesa, em 1991.

Quadro 6

CONCEITOS-CHAVE EM HUGUES DE VARINE

CONCEITOS-CHAVE	*DEFINIÇÃO*
Comunidade	*A comunidade designa, a partir de critérios endógenos expressos ou não, uma população vivendo num território, consciente das afinidades e diferenças que caracterizam os seus elementos, assim como das relações conflituais destes com o seu ambiente, e cujo futuro é, pelo menos parcialmente, comum.* [241]
Desenvolvimento comunitário	*É o conjunto dos conceitos, dos actos e dos esforços visando favorecer o avanço social, cultural, económico e em geral humano de uma dada comunidade, pela iniciativa dos seus membros, agindo ao mesmo tempo individualmente e colectivamente.* [242]
Cultura da iniciativa	*A uma cultura da criação / decisão reservada a uma elite e a profissionais patenteados, sustentados pela tecnocracia e legitimados por uma democracia de delegação, pode suceder uma cultura da iniciativa.(...) A iniciativa é para mim o fundamento da mudança: é uma resposta baseada na identificação e análise de um problema na sua complexidade, seguidas de uma pesquisa de meios, depois da fixação de um objectivo, enfim da escolha de um projecto.*[243]
Património comunitário	*Uma vez definida a comunidade e fixados por esta os problemas a resolver em vista do desenvolvimento, são os recursos oferecidos pelo património desta comunidade que serão utilizados como suporte e material de acção do ecomuseu.* [244]

Fontes: VARINE, Hugues, *L'Initiative Communautaire - Recherche et Experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991; *L'écomusée*, in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 446-487.

De acordo com Varine, a transformação do museu no sentido de torná-lo mais inteligível, mais acessível, em suma, mais próximo das pessoas, só se poderia fazer se a comunidade estivesse estreitamente envolvida no planeamento e na gestão do mesmo museu. Todo este processo encontrava sentido no desenvolvimento endógeno, "comunitário", que constituia o horizonte

[241] VARINE, Hugues, *LIinitiative Communautaire - Recherche et Experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, p. 25 (trad. nossa).
[242] VARINE, Hugues, *L'Initiative Communautaire - Recherche et Experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, p. 26 (trad. nossa).
[243] VARINE, Hugues de, *L'Initiative Communautaire - Recherche et Experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, p. 27 (trad. nossa).
[244] VARINE, Hugues de, *L'écomusée* (1978) in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 459 (trad. nossa).

da acção da comunidade, através de uma cultura da iniciativa, conceito que tem as suas origens em Paulo Freire, pedagogo brasileiro, que influenciou largamente o pensamento de Varine.

No entanto, a ausência da especificação das formas e dos níveis de participação da comunidade, encarando esta como um todo indiferenciado, é um dos aspectos que nos parece pertinente de apontar como importante omissão no pensamento de Hugues de Varine. Por outro lado, ao associar o conceito de desenvolvimento comunitário ao de desenvolvimento, no sentido global, harmonioso e não estritamente económico do termo, Varine está nesta matéria, embora não o invoque, muito próximo de François Perroux e da filosofia do "novo desenvolvimento".[245] Porém, a ausência de reflexão sobre a articulação entre a promoção do desenvolvimento comunitário e o cumprimento das funções museológicas básicas parece constituir uma das faces menos aprofundadas da sua produção escrita.

Para Varine, pelo menos até final dos anos setenta, os ecomuseus são os locais de eleição para levar a cabo a concretização dos princípios referidos, sobretudo a estimulação da iniciativa com vista ao desenvolvimento.[246] Contudo, ao longo dos anos oitenta torna-se evidente o seu progressivo distanciamento em relação ao caminho que tomaram alguns ecomuseus, que copiaram uniformemente o modelo de Le Creusot, nas suas diversas vertentes – gestão, estatutos, procedimentos – sem distinguir os princípios gerais do genuíno e proveniente de circunstâncias locais. Tal rumo, em que a Direcção dos Museus de França desempenhou um papel institucional de relevo na adopção de estatutos idênticos para os diferentes ecomuseus, constituía o contrário dos métodos que Varine preconizava, baseados no estabelecimento, para cada caso, de uma metodologia flexível que pudesse acompanhar a evolução dos projectos e das comunidades.

---

[245] Cf. PERROUX, François, *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1987. Este autor caracteriza o "novo desenvolvimento" como global, endógeno e humano, comportando como uma das características mais relevantes a importância concedida às potencialidades internas de cada cultura.

[246] Só nos anos noventa Varine realça a preferência pelo termo 'museu comunitário' relativamente a 'ecomuseu', argumentando com o facto de esta última designação ter ganho tantos sentidos diferentes que se pode tornar enganadora. Explicita que alguns ecomuseus são realmente museus comunitários (como Creusot, Seixal, Santa Cruz no Brasil), mas que, em contrapartida, há muitos museus comunitários, que, não sendo denominados ecomuseus, ou nem mesmo museus, podem ser incluídos na categoria de museus comunitários (como alguns museus de ar livre na Escandinávia, museus locais e museus escolares no México). Cf. "The Community Museum as a continuing process", (texto inédito de 1995).

A ligação de Hugues de Varine a Portugal intensificou-se grandemente no período em que este foi presidente do Instituto Franco-português em Lisboa, de 1982 a 1984, embora anteriormente a sua obra fosse já conhecida e citada por alguns museólogos portugueses, a que temos vindo a fazer referência[247].

O acontecimento mais significativo, no âmbito da Museologia, em que Hugues de Varine esteve implicado no período em que residiu em Portugal foi a *Semana de Reflexão* sobre *Museus e Património Cultural Regional*, organizada pelo Instituto Português do Património Cultural e pelo Instituto Franco-português, no Palácio Nacional da Ajuda, de 12 a 16 de Dezembro de 1983. Este evento constituiu, por seu turno, a única iniciativa de reflexão e debate no campo museológico visando os níveis regionais e/ou locais, promovida directamente pelo IPPC no período da sua vigência. Participada dominantemente por técnicos do próprio instituto, a *Semana de Reflexão* contou com quase sete dezenas de participantes, entre os quais apenas se encontravam representadas cinco câmaras municipais, quatro museus tutelados por municípios (Estremoz, Leiria, Portalegre e Seixal), dois museus dependentes de Juntas Distritais e duas Associações de Defesa do Património.

As intervenções de Varine neste encontro tiveram um carácter de divulgação, tanto dos objectivos de trabalho que pretendia imprimir ao Instituto Franco-português no domínio patrimonial (informação mútua, intercâmbio entre instituições, promoção de acções inter-regionais e circulação de exposições), como da situação francesa respeitante à relação entre os museus e à política regional do património,[248] na sequência da legislação promulgada em França (1981-82) sobre a concessão de poder político-administrativo às regiões, que tinha ocasionado a descentralização de serviços do estado para o nível regional. Além de Hugues de Varine, interveio também Bertrand du Vignaud, da *Caisse Nationale des Monuments*

---

[247] António Menéres na comunicação "A contribuição de núcleos de estudo na conservação do património cultural" apresentada ao *Colóquio APOM / 77* tomava como referência o conceito de património perfilhado por Hugues de Varine, referenciando um artigo publicado no Brasil, em *Arquitecto*, IAB / São Paulo, n.º 43. Também Eduíno Borges Garcia inclui na bibliografia fundamental do artigo "Proposta dum esquema de organização para o futuro Museu de Alcobaça", (incluído em *Actas - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact.) a referência à obra de Varine, *La culture des autres*, Éd. du Seuil, 1976.

[248] Esta última intervenção deveria ter sido proferida por Jean-Pierre Laurent, Director do *Musée Dauphinois*, de Grenoble, que se viu impossibilitado de estar presente.

Historiques et des Sites, que abordou a gestão dos monumentos em França, nas perspectivas da conservação, da actividade turística e das actividades pedagógica e formativa.[249]

A maioria das comunicações portuguesas neste encontro abordou apenas marginalmente o tema em debate (*Museus Regionais e Locais)* na perspectiva dominante da apresentação de algumas experiências que, por vezes se afastavam nitidamente da reflexão prevista, o que decorre da superioridade de presenças de profissionais oriundos de instituições nacionais. Entre aquelas que se inseriram na temática proposta, sobressaiu a comunicação de Maria Emília Amaral Teixeira sobre a cooperação entre museus nacionais e locais, transmitindo a experiência vasta e multifacetada do Museu Nacional Soares dos Reis na sua relação com museus locais e agentes culturais, educativos e autárquicos (Casas de Cultura, Grupos Recreativos e Culturais, núcleos locais escolares e Juntas de Freguesia).

A comunicação de Manuela Mota - *A APOM e a regionalização dos museus* – patenteava bem a ausência de medidas por parte do Estado para a resolução dos problemas da Museologia local. Assim, citando as conclusões dos *Colóquios APOM* realizados, em 1977 e em 1979, recordava, anos passados, as respectivas conclusões, para inferir da sua actualidade e da manutenção do panorama estrutural do sector.

Da parte dos museus municipais presentes, a única intervenção deveu-se a Joaquim Vermelho, responsável pelo Museu Municipal de Estremoz, sobre a relação desta instituição com o património cultural da região, transmitindo a experiência de trabalho com um grupo de acção cultural constituído por professores a funcionar como uma "consciência do museu".[250]

As conclusões da *Semana de Reflexão* apontavam para a necessidade de maior aproximação e de coordenação entre os diferentes níveis da administração pública portuguesa, nomeadamente IPPC, Governos Civis, Comissões de Coordenação Regional (CCR) e autarquias, bem como o fomento da criação de comissões técnicas consultivas em património cultural, a nível regional.

---

[249] Cf. IPPPC/IFP, *Museus e Património Cultural Regional - Semana de Reflexão organizada pelo Instituto Português do Património Cultural e pelo Instituto Franco-português*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 12 a 16 de Dezembro de 1983, *dossier* de documentação, dact.

[250] Da parte dos museus tutelados por Juntas Distritais, distinguiu-se a comunicação de Joaquina Soares. *Aspectos e Problemas o Património Cultural do Distrito de Setúbal*. Sem apresentar comunicação específica, interveio em debate António Nabais, focando a sua experiência no Museu do Seixal.

Além da promoção deste evento, grande parte da influência que Hugues de Varine terá tido na Museologia local portuguesa no período em que foi presidente do Instituto Franco-português de Lisboa, terá de buscar-se fora da documentação escrita, residindo, antes, nos contactos estabelecidos com os responsáveis pelos projectos emergentes e na intensificação de intercâmbios entre França e Portugal.

Assim sucedeu com o apoio concedido a algumas experiências a despontar, de que avulta a do Seixal (a que aludiremos em III), mas também outras, como as que decorriam no *Museu Alberto Sampaio* em Guimarães, que colaborou com o Instituto Franco-Português na organização de iniciativas para as comunidades portuguesas em França, designadamente a exposição "Capelas e Romarias", a par da realização de iniciativas com participação de agentes culturais franceses no Museu de Guimarães.

Outra vertente da influência de Varine no meio museológico português encontra-se no favorecimento de ocasiões de encontro internacional, como o apoio de princípio à organização do *Atelier Internacional Nova Museologia - Museus Locais*, em Lisboa, em 1985, e sobretudo mediante o estímulo e o apoio a contactos com a realidade museológica francesa. Assim sucedeu com o incentivo à realização de uma visita da APOM a museus da Bretanha, em 1984,[251] e com o impulso organizativo dado a visita de Maria João Vasconcelos (Museu de Guimarães) ao ecomuseu de Le Creusot e a estágio de António Nabais, Isabel Cruz de Almeida, José Guerra Soares, Lino Rodrigo e Miguel Pessoa ao *Musée Dauphinois* em 1983.

[251] Em carta datada de 16 de Setembro de 1984, da presidente da APOM, Manuela Mota, para Jean-Yves Veillard, director do Museu da Bretanha, é referido: *Suivant l'avis de M. Hugues de Varine je prends l'initiative de demander votre avis concernant un voyage d'études que notre Association de muséologie aimerait programmer pour la Bretagne vers le mi-Septembre.* Arquivo da APOM.

3 CONTRIBUTOS CAPTADOS NO EXTERIOR

3.1 FORMAÇÃO

A frequência de formações em Museologia fora de Portugal (sob a forma de estágios, cursos e especializações) não assume no período a que nos reportamos uma expressão intensa, não só pela inexistência de políticas de apoio nesta área, como pela própria escassez da oferta, mesmo a nível internacional. Neste contexto merece destaque a participação de alguns formandos portugueses no *Curso de Museologia Geral Contemporânea*, ministrado em Paris por Georges-Henri Rivière[252] de 1971 a 1982, período que em Portugal correspondeu, em parte (de 1974 a 1981), a uma interrupção na formação regular de conservadores de museus.

Este *Curso de Museologia* representou para Georges-Henri Rivière uma oportunidade privilegiada de difusão do seu pensamento museológico, numa profícua interligação entre teoria e prática, uma vez que às "lições teóricas" se somavam as "lições práticas" que consistiam em visitas a instituições museológicas modelares para a exemplificação das diferentes funções museais. A influência do Curso estendeu-se a toda uma geração de museólogos, não só franceses, mas também a alunos provenientes de diferentes nacionalidades (com representação importante dos brasileiros), estando por fazer a apreciação dos contributos trazidos ao pensamento museológico português por tais participações, tarefa dificultada pela já citada escassez de publicação de textos de Museologia.[253]

No quadro da presente dissertação torna-se indispensável evidenciar, de entre os resultados decorrentes da participação do pequeno grupo de formandos portugueses, o trabalho académico produzido por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo sobre a programação de um museu a instalar no Mosteiro de Alcobaça. Concluído em 1980-81 e aprovado pelo IPPC em 1982 para publicação em versão portuguesa (só realizada em 1990), o original circulou

---

[252] *Cours de Muséologie Générale Contemporaine*, orientado por Georges-Henri Rivière, na Universidade de Paris I, com a duração de um semestre por ano.

[253] Neste contexto merece referência a invocação que Manuela Mota faz de uma das lições do *Curso* de Georges-Henri Rivière (Lição teórica n.º 2, do *Curso de Museologia*, de 1978), na apresentação ao *Colóquio APOM/79*, sobre o tema da planificação museológica. Cf. "Noticiário APOM: Colóquio APOM/79" in *APOM Informações*, n.º 25, Outubro-Dezembro 1980, p. 4.

regularmente em meios museológicos portugueses a partir da data da sua conclusão, conferindo-lhe projecção e seguramente influenciando algumas das novas práticas que despontavam no início da década de oitenta.[254]

A dissertação produzida por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo,[255] no âmbito do Curso de Museologia de Georges-Henri Rivière e na sequência dos Relatórios UNESCO de Per-Uno Agren (*Les Musées Régionaux et Locaux)* e de Simon Levie (*Établissement d'un musée centre culturel dans le Monastère d'Alcobaça*[256]*)* teve como objectivo a apresentação de um conjunto de sugestões para a criação de um museu de história natural e humana nos edifícios desafectados do Mosteiro de Alcobaça. O seu principal mérito reside, em nossa opinião, no casamento feliz entre a explanação teórica apresentada e o modelo museológico proposto, na senda de uma metodologia solidamente interdisciplinar, em que os domínios da Etnologia e da Semiologia se cruzam com os da Museologia.

Construída em três grandes partes (*1 - Factores condicionantes do museu; 2 - Objectivos do museu; 3 – Planificação museológica*), este trabalho toma apoio – para além de alguns subsídios individuais mencionados na introdução e dos resultados da sua investigação sobre as colecções levada a cabo no Museu do Homem - nos ensinamentos teóricos dispensados no Curso de Rivière e nos contactos estabelecidos com os responsáveis e conservadores dos museus visitados, no decorrer das "lições práticas".[257]

---

[254] Acompanhado de uma carta de apoio de Georges-Henri Rivière e aprovado para publicação pelo IPPC em 1982 - na sequência da sua entrega por Augusto Mesquitela Lima ao Ministro da Cultura Francisco Lucas Pires que o remeteu a esse organismo para apreciação, através do Departamento de Etnologia dirigido por Henrique Coutinho Gouveia, que tomou desde então a condução do processo de edição - o manuscrito francês ficou aguardando a tradução em português, dificultada, segundo a autora, pela simultaneidade\convergência de outros compromissos profissionais, não lhe deixando disponibilidade para essa tarefa e comprometendo assim a viabilidade da publicação.

[255] Pudemos onsultar, por amabilidade da autora, a versão portuguesa dactilografada deste trabalho, datada de Agosto de 1990, bem como alguns documentos relativos à difusão do original. Depositado em 1982 no Centro de Documentação do ICOM em Paris - LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, *Le Musée d'Histoire Naturelle et Humaine d'Alcobaça (Portugal): Musée Vieira Natividade (Contribution à la réflexion collective sur l'élaboration du projet d'installation d'un musée de province dans une ancienne Abbaye Cistercienne)*, Paris, Octobre 1980, 232 p. O original francês foi por essa ocasião enviado pela autora a Maria Alice Beaumont, a seu pedido e enquanto Presidente da Comissão de Instalação do Museu de Alcobaça.

[256] LEVIE, Simon, *Établissement d'un musée centre culturel dans le Monastère d'Alcobaça*, RP 1977-78/4, 121, 8.

[257] Investigadora do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* – e membro, desde a sua admissão em 1968 nesse organismo, da equipa de Tecnologia Comparada do Museu do Homem, onde desenvolveu em colaboração com o Departamento de Oceania, uma pesquisa sobre a documentação das colecções – pôde

Contudo, o contributo mais notável no capítulo da reflexão museológica tem de ser buscado no campo do aprofundamento conceptual das categorias museais, interligando na caracterização do museu (e do seu tema) *funções museais* (entendidas no seu conjunto como um sistema de módulos cognitivos formando a rede de relações de comunicação entre o museu e os seus utentes) e uma linguagem específica, a *linguagem museal*. O conceito de *linguagem museal* será um dos principais vectores de intervenção da autora na investigação e no ensino na área museológica, em colaboração com Henri Campagnolo, também investigador no CNRS.

No tratamento periodizado do seu tema - exprimindo as relações tecidas ao longo dos anos entre a Abadia Cisterciense e a região, e como suporte dos serviços e dos órgãos da sua organização funcional - o museu planeado para Alcobaça comportaria um leque seleccionado de três *funções museais* (ou *funções primárias*) – *investigação, preservação* e *educação* – a que associa duas *funções extra-museais* (ou *funções secundárias*) – *intendência* e *gestão* - tendo em conta a organização territorial programada.

Quanto à organização territorial, tratar-se-ia de um *museu descentralizado*, embora planificado e estruturado como um todo, a cuja concepção estão subjacentes noções de ecomuseologia, propostas por Georges-Henri Rivière, em particular através das experiências modelares do Museu da Bretanha e do Ecomuseu de Creusot. O Museu de Alcobaça seria um *organismo descentralizado coordenado* composto por uma sede (no Monumento) e vários núcleos (em cada uma das freguesias), que, "representando" a realidade "natural" e cultural onde se inserem, dariam o suporte a iniciativas museológicas a executar em ligação com o museu-sede.

A planificação museológica - assente na concepção dual programa / projecto de Georges-Henri Rivière[258] e privilegiando o nível programático enquanto indutor dos eixos principais do pré-projecto - incide sobre as alas (norte e sul), do Monumento, com vocações museológicas complementares. O trabalho compreende também o faseamento do processo, bem como um memorando para o lançamento do museu, que previa formas de participação da população,

---

beneficiar da orientação e/ou experiência de conceituados investigadores franceses exercendo a sua actividade nesse quadro museal, entre os quais Yvonne Odon, fundadora e responsável do Centro de Documentação do ICOM, André Leroi-Gourhan, que viria a ter uma crescente influência em Portugal, em particular na investigação arqueológica, e o próprio Georges-Henri Rivière.

[258] Cf. RIVIÈRE, Georges-Henri, "Processus du programme et du projet pour la construction d'un musée", in *Museum*, vol. XVI, n.º 3/4, Paris, UNESCO, 1974, p. 268.

designadamente através de consultas, conjugadas com recolha/selecção de bens, campanhas de sensibilização à criação/activação do museu e reuniões interdisciplinares com especialistas.

A vontade de instalação de um Museu em Alcobaça tinha motivado anteriormente outras propostas, designadamente a de Eduíno Borges Garcia, que já evocámos, e a de Rui Rasquilho[259], divulgadas em *Colóquios APOM* e em *Encontros de Defesa do Património*. Natural de Alcobaça, e referindo essas propostas Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo faz mesmo alusão a afinidades partilhadas pela noção de *núcleo* ou *constituinte solidário* e a noção de *centro de atracção local* constante dos textos de Eduíno B. Garcia.[260]

Este ensaio pode ser considerado à data a primeira obra de fundo sobre a programação de uma estrutura museológica poli-nucleada em Portugal, baseada numa sistematização de conhecimentos de grande solidez, suportando o programa museológico gizado. A inovação estava assim presente, não apenas no plano dos princípios e dos conceitos, mas também no da estruturação prática sugerida para a materialização do modelo de museu apresentado.

Não se nos torna possível precisar o impacto que a circulação desta obra teve nos meios profissionais, que, ao longo dos anos oitenta, foram contactando com este trabalho "em publicação", e cujo carácter de texto inédito lhe terá, em grande medida, retirado a capacidade de difusão em larga escala que potencialmente possuía, sem impedir, no entanto, a sua tomada em consideração como referência incontornável da Museologia portuguesa.

---

[259] RASQUILHO, Rui, "O Museu de Alcobaça" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 76 – Panorama museológico português - carências e potencialidades*, Lisboa, APOM, 1979, p. 119-125.

[260] *Criar / Manter Centros de atracção locais, de Etnografia / Arqueologia. / No Museu, que será a Sede orientadora, existirão reproduções, desenhos, textos e/ ou outras referências.* GARCIA, Eduíno Borges, "O futuro museu dos Coutos de Alcobaça – uma experiência museológica" in *Actas do Colóquio APOM 75 - Museus para quê?*, Lisboa, APOM, 1977, p. 128.

3.2 VISITAS A EXPERIÊNCIAS

As deslocações fora do País por parte de profissionais dos museus portugueses com propósitos de contacto com experiências museológicas inovadoras constituíam em meados dos anos setenta um procedimento irregular, restrito a cargos de liderança nas instituições patrimoniais e museológicas nacionais ou produto de diligências individuais, fora do sistema oficial.

À APOM se devia a organização de "passeios culturais" ou "viagens culturais" que, com uma cadência anual, tinham como destinos alguns emblemáticos sítios patrimoniais: Sicília em 1975, Tunísia em 1976, Egipto em 1977, Grécia em 1978, Marrocos em 1979, Israel em 1981. Propiciadoras da sociabilidade entre os associados, estas viagens tinham como motivação principal o contacto com obras-primas do património artístico e arquitectónico, numa perspectiva de "turismo cultural". Já em 1984 a APOM organizou a sua "viagem cultural" anual a museus franceses da região da Bretanha, designadamente ao Museu da Bretanha e ao Ecomuseu de Rennes, onde o grupo foi recebido pelos respectivos directores, Jean-Yves Veillard e François Hubert.

No âmbito da Missão UNESCO, decorrida entre 1976 e 1979, e do funcionamento do *Grupo de Trabalho Museus UNESCO*, assistiu-se a um incremento dos contactos com as experiências museológicas nórdicas, que ocasionaram visitas, organizadas por Per-Uno Agren, como ocorreu em 1978 com visita de Maria João Vasconcelos (membro daquele grupo de trabalho) a museus suecos.

Neste panorama, a "viagem de estudo" realizada a museus franceses em 1983 pelos finalistas do curso de conservadores de museus, promovido pelo IPPC, revestiu-se de um carácter pioneiro, que nos merece algum destaque, pelo contexto específico em que decorreu.

A formação de conservadores de museus tinha sido retomada em 1981, após um interregno de sete anos, em que não existiu qualquer formação desta categoria de profissionais de museus em Portugal. De facto, em 1974, na sequência de alguma contestação dos alunos do curso de conservadores de museus, a funcionar com regularidade desde 1965[261], esta formação foi suspensa, ficando a aguardar remodelação.

---

[261] O D.L. n.º 46.758/65, de 18 de Dezembro, substituiu o antigo "estágio para conservadores de museus" pelo curso de conservadores de museu, com a duração de 2 anos.

Este curso constituía no panorama português a única preparação para o cargo de conservador, coexistindo no campo universitário com a cadeira de Museologia do curso de Ciências Antropológicas e Etnológicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, criada em 1970/71 por Jorge Dias e ministrada por Ernesto Veiga de Oliveira, cujas lições deram origem à publicação do respectivo manual, uma das raras e preciosas edições nacionais neste domínio de conhecimento.[262] O ensino da Museologia em contexto universitário foi retomado no início dos anos oitenta no seio do Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, com a realização entre 1982 e 1984 de três Seminários intitulados "Museus e Etnologia em Portugal: História, Realidades e Perspectivas", na sequência dos quais foi introduzida na licenciatura de Antropologia a cadeira opcional de "Museologia e Antropologia".

Só em 1979 o assunto do curso de conservadores foi oficialmente retomado pelo governo, através da nomeação de um grupo de trabalho para a apresentação de propostas para um curso de Museologia,[263] que veio a dar azo à criação, passados dois anos, do curso de conservadores de museus, promovido pelo IPPC. Este curso teve um carácter único e excepcional, uma vez que, a despeito de ter chegado a ser emitido um despacho do Ministro da Cultura,[264] em 1983, visando o funcionamento de uma segunda edição, a mesma não se concretizou, tornando-se, assim, na única formação pós-graduada em Museologia a ocorrer no nosso país entre 1974 e 1989.[265]

---

[262] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Apontamentos sobre Museologia. Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971.

[263] Despacho n.º 165-GAB/79, de 8 de Novembro, em D.R. de 26 de Dezembro de 1979. Composição do grupo: Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Bragança Gil, Manuela Mota, Maria da Glória Firmino, Maria José Mendonça e Maria Teresa Gomes Ferreira. Era maioritariamente formado por elementos da APOM, que desde o colóquio de 1975 tinha em funcionamento um grupo de trabalho dedicado ao projecto de um curso de Museologia, cuja proposta foi enviada ao governo em 1977.

[264] Despacho n.º 94/83, de 19 de Julho. Ministro da Cultura: António Coimbra Martins (9.º governo constitucional; 1.º ministro: Mário Soares)

[265] A única excepção, em moldes substancialmente diferentes, foi o denominado *curso intensivo* que, com uma duração de 6 meses, precedeu o curso de conservadores e efectuou a reciclagem de funcionários dos museus do Estado, com vista à sua integração na carreira. A ausência de formação em Museologia só foi alterada em 1989 com a entrada em funcionamento de dois cursos: um de conservador de museus, promovido conjuntamente pela APOM e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e apoio logístico da Escola Superior de Belas Artes (em edição única) e outro de Museologia Social, promovido, por iniciativa de Mário Moutinho, pela Universidade Autónoma de Lisboa, posteriormente transferido para o ISMAG / Universidade Lusófona, onde prosseguiu. Nos anos noventa acentuou-se a integração da Museologia no sistema oficial de ensino, com a criação na Universidade Nova de Lisboa do mestrado em Museologia e Património, com responsabilidade do

Criteriosamente preparado, o curso inseria-se, segundo a equipa que lhe deu corpo, no âmbito da preparação de *profissionais da Cultura e da animação cultural*,[266] vertentes que terão influenciado a concepção da visita de estudo final. Por outro lado, à escolha da França como país de destino museológico não terá sido indiferente a influência cultural francófona, tão presente na altura, favorecida pela excelente colaboração do IPPC com a embaixada francesa, intensificada neste período em que Hugues de Varine presidia ao IFP. Mas, acima de tudo, a França constituía ainda no início dos anos oitenta o destino de museólogos vindos um pouco de todo o mundo para tomar contacto com algumas das novas realizações, designadamente com os ecomuseus.

A viagem de estudo dos futuros conservadores de museus portugueses não escapava a esta regra, uma vez que o programa conjugava, não só a visita a "grandes museus" de Paris, alguns dos quais ainda em projecto (Orsay e La Villette), mas também a deslocação aos mais inovadores projectos de índole regional, como o ecomuseu de Le Creusot, o *Musée Dauphinois* em Grenoble e o *Musée Camarguais* no Parque Natural da Camarga. Qualquer um destes projectos tinham impacto na realidade museológica francesa e mesmo internacional, avultando, porém, entre todos a notoriedade do Ecomuseu de Le Creusot, cuja influência ultrapassou largamente as fronteiras.

Espalhando-se por uma área, em parte urbana, em parte rural, de cerca de quinhentos quilómetros quadrados, o *Museu do Homem e da Indústria* de Le Creusot Montceau-les-Mines[267] dispunha de um ponto central de interpretação do território e de cinco "antenas" em diferentes locais do mesmo, possuindo o "direito de propriedade cultural" sobre todo o património existente, maioritariamente conservado "in situ". Nascido no decorrer de uma situação económica favorável à experimentação cultural, e tendo o apoio de Georges-Henri Rivière e de Hugues de Varine, este Ecomuseu constituiu durante quase uma década um

---

Director do Departamento de Antropologia, Mesquitela Lima, e programação delineada por Henrique Coutinho Gouveia.

[266] "Relatório", de 26 de Janeiro de 1980. Cit. In PEREIRA, Fernando António Baptista, "Problemática da formação museológica em Portugal: o curso de Museologia do IPPC (1981-84)", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, UNL , Julho / Dezembro 1991, p. 40.

[267] O projecto de Le Creusot iniciou-se antes do termo "ecomuseu" ser inventado, sendo a sua designação original a de *Museu do Homem e da Indústria*.

importante laboratório de experimentação, em que novas ideias e novos métodos de trabalho foram desenvolvidos e testados.

Um dos pontos-chave da experiência museológica de Creusot, visando a mobilização da população em torno deste projecto, foi a adopção de um modelo de gestão tripartido, composto pelo comité dos utentes (delegados de grupos de habitantes e eleitos locais), comité científico (especialistas exteriores, técnicos e animadores) e comité administrativo (organismos, administrações e colectividades que financiam e apoiam o ecomuseu).

O pioneirismo e a reputação de Le Creusot atraíram visitas e estágios de profissionais de museus oriundos de vários países, designadamente da Suécia, da Noruega, da região canadiana do Québec e de países africanos, que, em alguns casos, contribuíram posteriormente nos seus países de origem para a renovação do panorama museológico regional e/ou local e para a difusão do modelo dos ecomuseus. De Portugal, sensivelmente no mesmo período em que decorreu a visita do curso de conservadores, também Maria João Vasconcelos, como referimos, visitou a experiência de Creusot, onde permaneceu por algumas semanas.

Por seu lado, o *Musée Camarguais,* inaugurado em 1979 e então laureado com o Prémio Europeu de Museu do Ano, constituiu uma das mais conhecidas realizações museológicas inseridas em Parque Natural, tendo também contado com a intervenção de Georges-Henri Rivière na sua programação. Concebido na sequência de uma campanha de recolha etnológica que estreitou grandemente os laços com a população local desta região de transumância, o Museu tinha privilegiado em todo o processo de nascimento e de planeamento a participação activa dessa população. Apesar destes pressupostos, o *Musée Camarguais* não se denominou ecomuseu, nem se disseminou em termos físicos pelo território do Parque, mantendo-se centralizado num antigo edifício rural e nos espaços adjacentes, onde se realizaram experiências escolares. Em Portugal, este museu tinha sido já divulgado no meio profissional museológico por ocasião do *Colóquio APOM,* realizado em Lamego em 1981, onde o seu director, Jean-Maurice Rouquette, apresentou uma comunicação.

Finalmente, o *Musée Dauphinois* de Grenoble, fundado no princípio deste século e instalado desde 1968 num antigo convento, apresentava-se como uma instituição que tinha sabido renovar a sua política museográfica. Ao enveredar, a partir de 1970 e sob a direcção de Jean-

Pierre Laurent, pelo incentivo da investigação e da edição e por novas formas de apresentação das colecções, tinha, em simultâneo, reforçado o diálogo com as populações, numa preocupação de democratização da própria instituição.

Se bem que outras deslocações a algumas das experiências inovadoras da Museologia internacional tenham ocorrido, neste período, quer a título profissional, quer pessoal, designadamente as que assinalámos, com organização de Hugues de Varine, a visita de estudo do curso de conservadores portugueses em 1983 teve certamente um lugar de destaque, pelo carácter "de estudo" e "de grupo". Estes factores permitiram não apenas o estabelecimento directo de contactos com os líderes das diferentes experiências como a sua discussão pedagógica em contexto académico, concorrendo para a impregnação dos meios universitários pela formação museológica.

Fernando António Baptista Pereira, um dos formandos, ressalta a importância que este grupo teve na realidade museológica do tempo:

> *Graças às excelentes relações então mantidas entre a direcção do IPPC, o ICOM e os Museus franceses, foi possível trazer a esse curso numerosos especialistas estrangeiros nos diversos domínios de ciência e da prática museológicas, que proporcionaram a indispensável actualização problemática e de estratégias de intervenção, tendo nascido deste curso uma nova geração de museólogos, em grande medida responsável pela actual "explosão museológica".*[268]

Ao ser criado o curso de conservadores, a futura ocupação dos novos profissionais prefigurava-se quase em exclusividade para os museus e sítios patrimoniais tutelados pelo Estado. Com efeito, para a presidente do IPPC as razões que levaram à implementação deste curso radicavam no aumento dos quadros de pessoal (leia-se do IPPC), nas carências de pessoal técnico (nos museus nacionais) e no interesse manifestado pelo trabalho em museus.[269]

---

[268] PEREIRA, Fernando António Baptista, "Problemática da formação museológica em Portugal: o curso de Museologia do IPPC (1981-84)", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, UNL , Julho / Dezembro 1991, p. 39.

[269] Cf. GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1981*, s.l., s.d., p. 38

Embora, findo o curso, os novos conservadores de museus tenham preponderantemente ocupado lugares em museus tutelados pelo Estado, não deixa de ser relevante a ligação que alguns vieram a ter a projectos locais, ora em situações de liderança, ora de cooperação. Assim sucedeu com António Nabais e o Ecomuseu do Seixal, Fernando António Baptista Pereira e o Museu de Setúbal (após a sua colaboração no projecto do Seixal), Isabel Fernandes e o Museu de Barcelos, José Guerra Soares e o projectado Museu do Barreiro, Miguel Pessoa e Lino Rodrigo e o Ecomuseu de Condeixa e Rui Parreira e o Museu de Vila Franca de Xira.

A ligação desta nova geração de conservadores a projectos museológicos na *Área Metropolitana de Lisboa* é notória, carreando seguramente para os novos ou reformulados museus algumas influências da formação recebida e das experiências contactadas.

3.3 PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS INTERNACIONAIS

Os encontros internacionais de museus, designadamente as *Conferências Gerais* do ICOM e os seminários organizados pelos comités desta organização, serviam de veículo para propiciar aos profissionais, não apenas a participação nos trabalhos de reflexão e debate, como também o contacto com experiências museológicas. Mais uma vez, o acesso a estes encontros restringia-se a alguns membros da classe de conservadores de museus, em regra os que prestavam funções nas instituições nacionais, de maior prestígio.

Dentro dos museus nacionais, os serviços de educação assumiram desde muito cedo uma posição de abertura à mudança, ocorrendo a partir do respectivo *comité* no ICOM (CECA) uma reflexão continuada sobre as relações entre os museus e os públicos, onde a participação portuguesa assumiu alguma expressão nos anos setenta, indiciada em participações nas respectivas conferências anuais.

No início da década de oitenta as movimentações que se faziam sentir no panorama museológico internacional ocasionaram o nascimento de novas organizações mais condizentes com as linhas de trabalho dos profissionais de museus que vinham a apostar em práticas, onde sobressaíam preocupações com a inserção social dos mesmos museus. Assim, em França foi criada em 1982 a associação *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES), assente em princípios de abertura da instituição museológica ao mundo envolvente e de tomada de consciência vanguardista das mudanças e da evolução desta instituição, a que se juntava uma perspectiva de intervenção e de "combate" em defesa daqueles princípios. No 1.º encontro organizado pela MNES em Grenoble, em 1983, participaram alguns profissionais portugueses (também formandos do curso de conservadores de museus), que se encontravam, como já referimos, a estagiar na altura no *Musée Dauphinois*.[270]

Na mesma linha, uma iniciativa realizada em 1984 na província canadiana do Québec contribuiu para alterar e diversificar a participação portuguesa em encontros internacionais de Museologia, não apenas pelo número de participantes, mas, sobretudo, pelas repercussões que os resultados desta realização tiveram no ano seguinte em Portugal. Referimo-nos ao *I Atelier Internacional sobre Nova Museologia / Ecomuseus*, realizado de 7 a 13 de Outubro de 1984

em vários pontos do Québec, que contou com a participação de profissionais de museus maioritariamente ligados a projectos locais, oriundos da América do Norte e Central (Canadá, Estados Unidos e México) e da Europa (Noruega, República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Portugal).

A realização deste encontro teve como antecedentes algumas realizações museológicas desenvolvidas no Québec desde a segunda metade dos anos setenta, na senda do modelo dos ecomuseus franceses, concorrendo duas ordens de elementos para a difusão da ecomuseologia nesta província canadiana.

O primeiro factor teve origem nas relações privilegiadas entre a França e o Québec, que tinham conduzido à circulação de pessoas e a contactos entre técnicos dos Parques do Canadá e os seus congéneres dos Parques Naturais franceses e a estágios de profissionais de museus no Ecomuseu de Le Creusot. Esta circulação de pessoas tinha propiciado também a vinda ao Québec dos principais intervenientes da Museologia francesa e mundial, designadamente Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine, cujas acções não se tinham limitado a divulgar este novo modelo de museu, mas também a validar as primeiras experiências surgidas.[271] A este primeiro factor de ordem externa, juntava-se a conjuntura política interna desta província francófona, orientada para a descentralização e para a democratização da cultura, princípios que favoreceram o nascimento dos primeiros ecomuseus, a partir de 1978, encorajados pelas autoridades como projectos identitários de índole regional.

Assim, os propósitos iniciais do *Atelier* do Québec eram o de fazer o balanço da Ecomuseologia e o de homenagear Georges-Henri Rivière,[272] projecto que, sem esquecer estes dois objectivos, deu lugar a uma iniciativa mais vasta, de âmbito internacional e não restrita ao modelo dos ecomuseus, amplificado, agora, pela utilização da expressão "Nova Museologia".

---

[270] António Nabais, Isabel Cruz Almeida, José Guerra Soares, Lino Rodrigo e Miguel Pessoa.

[271] Cf. MAYRAND, Pierre, "L'écomusée dans ses rapports avec la nouvelle Muséologie + - ou =", *III Atelier Internacional Nova Museologia*, Molinos, 1987, dact. Este autor refere a importância que teve o artigo de Hugues de Varine, "L'écomusée", publicado em 1978 em *Gazette*, da Associação dos Museus Canadianos,. Embora não houvesse relação directa entre esta publicação e a emergência dos primeiros ecomuseus no Québec, a simultaneidade de pensamento era patente.

[272] O antecedente mais directo deste projecto foi a iniciativa *Journée d'étude sur les écomusées*, realizada em Maio de 1983, em Montréal, de que resultou a unanimidade dos participantes em torno da ideia de homenagear Georges-Henri Rivière com a realização de um Colóquio, com o seguinte título inicialmente previsto - *Écomusées: sources et dépassements*.

Para os organizadores do encontro a adopção desta designação deveu-se à tomada de consciência de que só a noção de ecomuseologia não poderia dar conta da globalidade do fenómeno de transformação da Museologia no mundo, apoiando-se na noção que a Associação francesa MNES tinha escolhido para sua denominação.

> *Grâce aux manifestations de l'Association « Muséologie nouvelle et expérimentation sociale », il nous vint à l'idée que le dénominateur commun réunissant écomuséologie, muséologie de voisinage, muséologie intégrale, muséologie populaire, pourrait devenir, à la lumière de l'atelier, la nouvelle muséologie, dans son acception la plus large, en opposition et en complémentarité à la fois avec la muséologie traditionnelle.*[273]

Primeira ocasião de encontro, à escala transnacional, dos promotores das diferentes formas de Museologia, que doravante se acolheriam debaixo da designação comum de « Nova Museologia », o *Atelier* do Québec constituiu o ponto de arranque para a institucionalização desta noção, através de dois instrumentos fulcrais: a aprovação de um texto colectivo – a *Declaração do Québec* – e a criação de uma nova associação, que veria a luz no ano seguinte em Lisboa.

No que toca à *Declaração do Québec*, esta assumiu-se como um instrumento de fixação e de cristalização da noção de « Nova Museologia »[274], adoptando como texto fundador a *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972, assim contribuindo, passados doze anos, para a difusão deste documento que tinha tido até então um impacto relativamente restrito.

Estruturada em linhas muito simplificadas, a *Declaração do Québec* colocava a tónica, por um lado, na tentativa de caracterização conceptual da « Nova Museologia » e, por outro, no esboço de uma estratégia de afirmação internacional

No que concerne à definição da « Nova Museologia », esta era articulada em torno de três aspectos centrais – âmbito, metodologia e finalidades:

---

[273] "Document de travail", Québec, Septembre 1984, dact., s.p.

[274] Segundo André Desvallées a expressão «Nova Museologia» foi utilizada pela primeira vez por Hugues de Varine em 1978 no artigo "L'écomusée". Cf. DESVALLÉES, André, "Présentation" in AAVV, *Vagues – Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W / MNES, 1992, p. 16.

a) Quanto ao âmbito - alargamento das atribuições e das funções da Museologia (identificação, conservação e educação) a práticas mais vastas ;

b) Quanto à metodologia - adopção da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação e de meios de gestão moderna ;

c) Quanto às finalidades - desenvolvimento das populações como primeiro foco de interesse.

No que toca à estratégia, e apontadas as linhas de força conceptuais, as preocupações da *Declaração* orientavam-se para aspectos de ordem prática, com destaque para os esforços visando o reconhecimento da comunidade internacional (leia-se do ICOM) e para um apelo aos poderes públicos no sentido do apoio ao desenvolvimento de iniciativas locais que aplicassem os princípios referidos. Para a concretização destes intentos, o emergente movimento estruturava-se com vista à criação de um novo comité no ICOM dedicado a Ecomuseus / Museus Comunitários e à fundação de uma federação internacional de Nova Museologia. Esta estratégia abriu caminho para a institucionalização deste movimento de ideias, em direcções que viriam a ser afinadas em momentos posteriores, mas cujos primeiros passos foram dados a partir do *Atelier* do Québec e da respectiva Declaração de princípios.

Deste modo, a conformação dos promotores das novas práticas museológicas a um órgão, que ao longo do ano seguinte foi perdendo o carácter inicial de federação para se fixar numa associação, tornou-se o segundo instrumento de disseminação da noção de «Nova Museologia», decorrente do *Atelier* do Québec. Esta Associação que se fundaria em Lisboa, em 1985, no decorrer do *II Atelier Internacional* tomou o nome de *Movimento Internacional para uma Nova Museologia* – MINOM e desempenhou no nosso País, como veremos, um importante papel de difusão da documentação internacional e de agrupamento de pessoas desenvolvendo práticas museológicas locais.

Embora a participação nacional no *Atelier* do Québec fosse quantitativamente idêntica à que caracterizava a expressão do País noutros encontros, diferiu no facto de os portugueses presentes[275] representarem apenas experiências museológicas locais – Seixal e Monte Redondo - e de à sua presença se dever a concretização em Portugal do *II Atelier* no ano seguinte, acontecimento que teve importantes repercussões na vida museológica local.

No Québec os participantes portugueses tiveram oportunidade de visitar o *Ecomuseu de Haute-Beauce* e a *Maison du Fier-Monde* em Montreal, experiências que em documento preparatório do *Atelier* eram categorizadas, respectivamente o primeiro como um "ecomuseu de desenvolvimento", na acepção dada por Hugues de Varine ao apontar os ecomuseus de segunda geração, e o segundo como um "ecomuseu de combate", pela sua inserção em meio urbano socialmente desfavorecido. Os contactos com as experiências ecomuseológicas canadianas e com os seus mentores trouxeram contributos a algumas nascentes experiências portuguesas, o que seria posteriormente incentivado e prosseguido, através de intercâmbios ao longo dos anos oitenta entre profissionais da Museologia de Portugal e do Québec. Na altura, de regresso ao País os participantes portugueses salientaram como aspectos mais relevantes das práticas com que contactaram o envolvimento da população nessas iniciativas museológicas e o aproveitamento dos recursos humanos e naturais.[276]

[275] António Nabais, Lino Rodrigo, Manuela Carrasco e Mário Moutinho.
[276] Cf. NABAIS, ANTÓNIO, "I Colóquio Internacional sobre Nova Museologia / Ecomuseus" in *Almadan*, n.ºs 4-5, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 69.

4. INICIATIVAS REALIZADAS EM PORTUGAL

Se bem que tenham ocorrido em Portugal diversas reuniões museológicas de âmbito internacional, a realização do *Atelier Internacional Nova Museologia* revelou-se de especial importância para a Museologia Local, tanto pelo facto de o próprio tema abordado incidir directamente sobre *Museus Locais*, como pela conjuntura específica que rodeou a sua realização.

Não queremos, no entanto, deixar de citar, de entre o conjunto de iniciativas anteriores de contornos internacionais, a realização da reunião anual do *Comité de Educação e Acção Cultural* do ICOM - CECA, ocorrida em Sesimbra, em 1979, com significativa participação portuguesa.

A ocorrência deste evento no nosso país é sinal da pujança que, no conjunto dos grupos temáticos do ICOM, teve em Portugal o da educação, com o concomitante envolvimento de alguns profissionais nas conferências internacionais do sector[277]. A importância do CECA face a outros comités era resultado, por um lado, do papel modelar desempenhado pelo serviço educativo do Museu Nacional de Arte Antiga e, por outro, da recente acção exercida por Per-Uno Agren no país com consequências na intensificação da valorização da função da educação no contexto museal. Tendo em consideração o papel desempenhado pelos serviços educativos dos museus na intensificação das formas de comunicação com os públicos e no lançamento de novas pontes com as comunidades envolventes, as sementes lançadas por este encontro tiveram seguramente alguma sequência no campo da acção cultural desenvolvida por alguns museus portugueses. Com efeito, não será de menosprezar a incidência que as experiências de ligação entre os museus e as escolas virão a ter no contexto das práticas desenvolvidas, tendo como referente o pensamento da «Nova Museologia».

Em meados dos anos oitenta os principais factores que pesaram na proposta de realizar em Lisboa a segunda edição de um encontro internacional, sob a égide da «Nova Museologia»,

foram a existência de emergentes realizações museológicas locais (na sua maioria apoiadas pelas autarquias), a alegada falta de reconhecimento oficial pelos poderes instituídos nacionais destas práticas e o apoio dado por Hugues de Varine à concretização do *Atelier* (assim garantindo o Instituto Franco-português como local da reunião).

No período que decorreu entre ambos os *Ateliers* (Outubro de 1984 a Novembro de 1985) os líderes do novo movimento museológico deram corpo a grande parte das medidas preconizadas na *Declaração do Québec*, na senda da divulgação da «Nova Museologia» e do granjeamento da ratificação oficial destas noções e das respectivas práticas museológicas. Assim, membros do *Grupo de Trabalho Provisório* (GTP) constituído no Québec, reuniram com o comité executivo do ICOM[278] e com a redacção da revista *Museum*, prepararam os fundamentos da organização internacional a ser institucionalizada durante o *Atelier* de Lisboa e afastaram o propósito de constituição de um novo comité no ICOM sobre ecomuseus, centrando-se, antes, na unidade da nova estrutura associativa.

A comissão organizadora deste *II Atelier*, presidida por António Nabais e com uma composição internacional,[279] elegeu como tema central de reflexão os *Museus Locais*, o que traduz não apenas a carga que as recentes realizações museológicas portuguesas tiveram nesta decisão, como a estreiteza da relação entre a Nova Museologia e os níveis locais da intervenção museológica.

Ao *Atelier* de Lisboa acorreram figuras prestigiadas da Museologia internacional, tanto no campo da reflexão como no das práticas. Fernanda Camargo Moro assegurou a representação institucional do ICOM, a cujo Comité Executivo pertencia, sendo de destacar, entre os museólogos presentes: Étienne Bernard (Bélgica – *Écomusée de Watermael-Boitsfort)*, Jacques Liebin (Bélgica - *Écomusée Régional du Centre*), Pierre Mayrand (Canadá - *Écomusée de Haute Beauce*), René Rivard (Canadá) e Marc Maure (Noruega). Os representantes de França constituíam o grupo mais numeroso, incluindo André Desvallées

---

[277] Na Conferência promovida pelo CECA em Umea, em 1976, tinham participado três profissionais de museus portugueses, entre as quais Maria Emília Amaral Teixeira, Directora do Museu Nacional Soares dos Reis.

[278] Reunião em Paris, em Julho de 1985, em que participaram, pelo GTP, Étienne Bernard (Bélgica), Marc Maure (Noruega) e Pierre Mayrand (Canadá).

[279] Composição da comissão organizadora do *II Atelier Internacional Nova Museologia*, designada em 1984, no Québec: António Nabais (coordenador), Étienne Bernard (Bélgica), Evelyne Lehalle (França), Hugues de Varine, Marc Maure (Noruega), Mário Moutinho e Manuela Carrasco (Portugal) e Pierre Mayrand (Québec).

(*Musée National des Techniques*), Alain Joubert (*Parc Naturel Régional de Bretonne*), Gerard Collin (*Ecomusée de Mont Lozère)*, Jean-Claude Duclos (*Musée Dauphinois*), Pierre Camusat (*Ecomusée de la Région de Fourmies Trelon*), Marie-Odile de Bary (MNES) e Alain Nicolas.

O teor da participação portuguesa e a estrutura organizativa deste *Atelier* constituem, por si só, dois aspectos fulcrais a analisar, tanto pelo lugar concedido às experiências museológicas locais, como pela metodologia de trabalho adoptada. Estruturado através de convites, este encontro contou com cerca de vinte e cinco presenças portuguesas, categorizadas pela organização em três grupos distintos: "participantes", "observadores" e "convidados especiais".[280]

O grupo dos "participantes" era formado maioritariamente por técnicos de museus municipais (à excepção de um, tutelado por uma Junta Distrital), convidados pela comissão organizadora, em função das práticas que tinham em curso nas respectivas localidades, num total de doze instituições: Alcochete, Almada, Beja (Museu Distrital), Benavente, Figueira da Foz, Loures, Mértola, Monte Redondo, Portimão, Seixal, Setúbal e Vila Franca de Xira.[281] Conforme se verifica, a distribuição geográfica dos museus presentes pelo espaço nacional era muito desigual, provindo mais de metade daquelas instituições da região em torno da capital.

O *Atelier* foi estruturado em três grupos de trabalho, correspondentes aos subtemas escolhidos como perspectivas de abordagem do tema central - *Museus locais e poderes públicos; Museus locais e investigação científica; Museus locais e defesa do património,* respectivamente coordenados por Jean-Claude Duclos, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Richard Lagrange. A selecção destes temas reflectia algumas das preocupações centrais do novo

---

[280] A selecção dos participantes pela organização e a sua integração nas categorias apontadas levantou alguma polémica relativamente aos critérios de escolha, tanto entre os "observadores" presentes, como entre os profissionais de museus ausentes. O critério utilizado pela organização parece ter assentado na inclusão no grupo dos "participantes" de profissionais ligados a experiências museológicas locais, provavelmente em função do próprio tema do *Atelier*. O facto de os "participantes" (convidados) no *Atelier* terem sido imediatamente admitidos como sócios do *MINOM* acentuou algum tom crítico face aos métodos da organização no lançamento desta organização internacional e terá mesmo condicionado a sua avaliação futura no contexto português.

[281] Numa reunião preparatória do *Atelier*, ocorrida em Julho de 1985 em Lisboa, tinham participado, a convite da organização, representantes do Centro Cultural de Condeixa, dos Museus de Alcochete, Beja, Benavente, Estremoz, Monte Redondo e Seixal, do Parque Natural da Serra da Estrela e observadores da *Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa*. Como se verifica, não existe uma total coincidência entre os participantes nesta reunião e os participantes no *Atelier*.

movimento museológico, designadamente as provenientes do campo social (relações entre os museus e o poder e a interligação entre museus locais e defesa do património), a que se juntou, como elemento estruturador, a conexão com a investigação, na senda do legado de Georges-Henri Rivière.

Apesar de constituir um momento de afirmação das correntes da «Nova Museologia» e de divulgação das suas práticas, o *Atelier* não deixou também de veicular as dificuldades e os problemas decorrentes da crise económica que fortemente incidia sobre os países industrializados europeus, com consequências na adopção de políticas de austeridade, que punham muitas vezes em causa a continuidade do trabalho promovido pelas instituições museológicas, designadamente os ecomuseus. Paradoxalmente a institucionalização do movimento promotor da Nova Museologia surgia num momento internacional que já não correspondia aos "tempos de ouro" da experimentação museológica, à qual se tinham associado, com o apoio das entidades detentoras de poder, os novos modelos, em particular os ecomuseus. Entrava-se, antes, numa nova fase que se caracterizava pela recessão económica no apoio aos projectos culturais, bem como pela recuperação pelo sistema oficial museológico das novas formas de intervenção. Estas preocupações estão bem patentes nas intervenções dos participantes franceses e belgas, designadamente Jacques Liebin (*Écomusée Régional du Centre* – Bélgica) e Jean-Claude Duclos (anteriormente investigador no *Musée Camarguais*, na altura trabalhando no *Musée Dauphinois* – França).

Quanto às intervenções portuguesas, estas repartiram-se pelas que incidiram na divulgação de experiências em curso e pelas que privilegiaram o teor reflexivo. No âmbito das práticas, a organização concedeu um lugar de destaque à apresentação, em plenário, do trabalho de investigação arqueológica e de programação museológica a decorrer em Mértola, sob a orientação de Cláudio Torres, ao projecto de constituição de um Museu Mineiro nas Minas de S. Pedro da Cova e à realização de visitas aos museus de Benavente, Monte Redondo e Seixal.

No campo da reflexão museológica destacaram-se as intervenções de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo - *Papel das "estruturas para-museais" nas suas relações com museus locais*,

centrais, instâncias intermédias[282] - e de Henrique Coutinho Gouveia - *Os Museus Locais e a Pesquisa Científica – Uma componente necessária – Os pequenos museus locais como objecto do trabalho de investigação.* Ambas as intervenções incidiram na ligação entre a investigação e os museus, tendo por contexto a "explosão museológica local" que se tornava cada vez mais evidente no panorama português.

Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo centrou a comunicação na abordagem das pouco clarificadas relações entre museus centrais e locais e avançou com as potencialidades do papel das "estruturas experimentais para-museais", temática que desenvolveu em artigo posterior: *Museus Locais, Museus Centrais, Instâncias Intermédias: Aspectos do Relacionamento Museu-Antropólogo.* Assente na especificidade da instituição museal, enquanto detentora de uma linguagem própria, a *linguagem museológica*, e partindo de uma explicitação conceptual de "museus locais" e "museus centrais", esta investigadora ressalta a importância das instâncias intermédias na intensificação da comunicação entre ambos os tipos de museus. Tais instâncias poderiam ser de natureza museológica (museus regionais) e não exclusivamente museológicas (instâncias *mistas*).

> (...) *instâncias intermédias mistas (não exclusivamente museológicas), mais ligeiras do ponto de vista orgânico, não vindo necessariamente a sobrepor-se às delegações regionais dos organismos tutelares, vocacionadas para uma coordenação de âmbito muito mais vasto e esquemático; essas instâncias intermédias, presentes fisicamente no campo da acção, inscrever-se-iam numa coexistência dinâmica entre representantes dos organismos de tutela (ou das suas delegações), dos museus implicados, de organismos públicos ou privados (p. e. autarquias, centros de investigação e de documentação, cooperativas, empresas, associações culturais e/ou recreativas)* (...)[283]

---

[282] A autora utiliza extractos da sinopse de "As Relações entre Antropologia e Museologia no Diálogo entre Museus Locais e Museus Centrais", comunicação efectuada a 15 de Fevereiro de 1984 no *Seminário* "Museus e Etnologia em Portugal: História, Realidades e Perspectivas" (UNL - Departamento de Antropologia).

[283] LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, "Museus Locais, Museus Centrais, Instâncias Intermédias: Aspectos do Relacionamento Museu-Antropólogo", in *Património e Museus Locais*, n.º 4, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Setembro de 1991, p. 63-64.

Esta perspectiva revestia-se da maior pertinência, tanto mais que a deficiente comunicação institucional existente entre os museus locais e os centrais não foi acompanhada ao longo dos anos oitenta de medidas de descentralização e/ou de regionalização com vista à resolução deste gravoso problema, que não parou de se acentuar.

No âmbito do mesmo *Atelier* Henrique Coutinho Gouveia sublinhou a necessidade de se proceder à análise científica do fenómeno da multiplicação dos pequenos museus locais, no contexto da realidade museológica contemporânea, preconizando, assim, a projecção da investigação museológica no plano local. Este trabalho de pesquisa constituiria em simultâneo um contributo teórico e prático para o "trabalho de museu" e para a definição de uma política museológica ao nível de país ou região.

A intervenção de Henrique Coutinho Gouveia inseria-se numa linha de reflexão que este investigador vinha a explanar sobre a temática dos "museus locais" e dos "pequenos museus locais" e da concomitante pertinência da análise e avaliação do fenómenos de multiplicação de museus deste âmbito. Estas noções são desenvolvidas em artigo contemporâneo da realização do *Atelier* (*Museologia Local e Museologia Popular – Hipótese de Trabalho no Caso dos Pequenos Museus Portugueses*) em que é introduzido o conceito de "pequeno museu local", definido pela escassez de meios financeiros, pelas limitações de equipamentos e pela ausência de intervenção profissional. A atenção à Museologia local e às novas formas que esta tendencialmente tomava no nosso país levava este autor a destacar a necessidade da interligação à pesquisa, como suporte essencial a este fenómeno:

> (...) *o que porventura poderá constituir afinal uma museologia aplicada à realidade local, pretendendo ter como intervenientes comunidades em vez de profissionais, terá que vir a motivar também uma movimentação ao nível do trabalho de pesquisa, indispensável no tocante à fundamentação das intervenções do sector e à explicitação dos seus possíveis contributos para a teoria do "trabalho de museu". / Desse modo, tornar-se-ia possível uma inter-actuação entre os planos da intervenção prática e o da reflexão teorizante, ambos indispensáveis para um avanço da museologia local.*[284]

Para além de se constituir em motor de debate dos temas sobre os quais foi estruturado, o *II Atelier Internacional Nova Museologia – Museus Locais* desempenhou ainda um importante papel na difusão de alguma documentação internacional de âmbito colectivo, tal como a *Declaração do Québec* (aprovada no *Atelier* do ano anterior e apresentada em plenário, de novo em Lisboa) e a *Declaração de Oaxtepec* (documento resultante da *Mesa Redonda sobre Território, Comunidade e Património*, decorrida no México em Outubro de 1984). Algumas referências bibliográficas recentes em Museologia, designadamente francesas e canadianas, foram também difundidas no contexto da documentação distribuída aos participantes.

Do ponto de vista internacional, o maior impacto do *Atelier* de Lisboa terá sido a institucionalização do movimento associativo que, com a designação de *Mouvement International pour une Nouvelle Muséologie* (MINOM), foi formalmente criado no final do encontro, daí resultando o reforço da fixação e propagação da noção de « Nova Museologia ».

Do ponto de vista nacional, os reflexos da criação deste movimento no nosso País podem, a nosso ver, ser encontradas em duas vertentes interligadas e complementares: a primeira, no campo do pensamento e a segunda, no das práticas.

Assim, no campo da circulação das ideias este acontecimento influenciou a divulgação alargada da noção de « Nova Museologia » em contextos museológicos locais que, em fases de gestação, prenunciavam condições favoráveis à recepção de novos princípios e novos modelos. Para tal contribuiu a estruturação posterior de um *Grupo Português do MINOM*, responsável pela alteração do quadro de produção regular de reflexão museológica em Portugal, através da realização anual, a partir de 1988, de novos encontros em Museologia – as *Jornadas sobre a Função Social do Museu.* Nascidas em Vila Franca de Xira, estas *Jornadas* agregam-se aos primeiros momentos de consolidação e de divulgação de algumas das experiências museológicas da *Área Metropolitana de Lisboa*, como abordaremos no capítulo III do presente trabalho.

---

[284] GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Muscologia Local e Museologia Popular – Hipótese de Trabalho no Caso dos Pequenos Museus Portugueses" in *Meridies*, n.º 2, Junho de 1985, p. 322.

Quanto ao domínio das práticas, é de realçar o papel desempenhado pelo *Atelier* de Lisboa na aproximação entre experiências museológicas locais sob tutela municipal e o contributo dado à sua visibilidade. Com efeito, conforme apontámos, a participação de museus locais tutelados por municípios em iniciativas de debate e de reflexão promovidas no meio museológico nacional (então circunscritas aos *Colóquios APOM*) era até à data praticamente nula. Aliás, nesse mesmo ano a participação de museus locais no *Colóquio APOM* realizado em Sintra manteve o figurino de anos anteriores, cingindo-se a presença de museus tutelados por autarquias a dois casos e a de serviços culturais municipais a três situações. Foi, assim, à sombra de um *Atelier* de carácter internacional que se processou a mais ampla reunião ocorrida até àquele momento entre experiências museológicas portuguesas de intervenção local, quer em gestação, quer a despontar, quer a colher já os primeiros frutos.

Para muitos dos participantes, às possibilidades de encontro com algumas dos mais prestigiados vultos da Museologia mundial e à captação de contributos oriundos da documentação produzida e/ou distribuída, juntava-se com equivalente interesse a oportunidade de estabelecimento de contactos entre profissionais portugueses a desenvolver práticas com alguma similitude. Neste quadro assumiu uma expressão quantitativa relevante a participação de responsáveis por projectos que nasciam ou se reformulavam na *Área Metropolitana de Lisboa*, actuando o *Atelier*, de certo modo, como um catalisador de processos emergentes.

A aproximação entre a componente teórica, contida nos enunciados da documentação emanada da corrente da «Nova Museologia» e a componente experimental, corporizada nas práticas a montante deste encontro, constituiu certamente um dos aspectos a reter do impacto desta iniciativa.

*

Feito o levantamento a que nos propusemos, o desenho das linhas gerais do cenário teórico identificador deste período aponta genericamente, à escala internacional e também em Portugal, para um progressivo protagonismo da Museologia local e da valorização da sua função social. No entanto, este caminho não é uniformemente percorrido, podendo distinguir-se diferentes momentos que reflectem condicionalismos sócio-institucionais inscritos nos contextos temporais.

Num primeiro momento, genericamente correspondente à segunda metade dos anos setenta, a fragilidade institucional da Museologia local portuguesa perpassa pelo escasso corpo documental museológico, tanto pelo efeito lacunar que a ausência de reuniões profissionais e edições da especialidade revela, como pelas reacções e críticas suscitadas por práticas imbuídas de arcaísmo e desprovidas de condições técnicas e estruturais.

Esta fase é em concomitância acompanhada de dinâmicas patrimoniais e museológicas, na maioria dos casos ocorridas fora das instituições museais (a partir de ADPs, grupos culturais, escolas), mas também no seu seio (Museus de Guimarães, Estremoz, Nazaré) que indiciam desejos de valorização patrimonial e vontades de renovação das relações entre os museus e as populações.

Neste período ocorre um primeiro movimento de circulação de ideias, de índole exógena, accionado por "museólogos de influência" como Georges-Henri Rivière e Per-Uno Agren, que teve como efeito dominante a disseminação das noções da Museologia local e regional (numa perspectiva de integração da população) e da ecomuseologia em meios profissionais, institucionais e associativos do nosso país. No caso de Georges-Henri Rivière teve uma influência prevalecente a componente teórica do seu pensamento, acedida indirectamente através de leituras, a que se junta a intervenção directa no domínio dos parques naturais e mais especificamente no programado ecomuseu para a Serra da Estrela. Quanto a Per-Uno Agren é, em contrapartida, dominante a influência directa advinda dos contactos pessoais no contexto

das visitas às experiências locais portuguesas e da formação, sendo menos relevante a componente de reflexão teórica, escassamente conhecida nos meios museológicos portugueses.

Contudo, se estes contributos actuaram como portadores de conteúdos teóricos e difusores de experiências diversas - dos museus regionais suecos aos parques naturais franceses, passando pelas "casas del museo" mexicanas - não conseguiram impulsionar de modo equivalente a consolidação de experiências renovadoras em Portugal. Conquanto existissem intenções e propostas, consubstanciadas quer nos "projectos-piloto" de Guimarães, Estremoz e Montalegre, quer nos planeados ecomuseu da Serra da Estrela e Museu de Alcobaça, qualquer uma delas deparou com constrangimentos tutelares, que inviabilizaram a respectiva concretização.

Ressalte-se neste contexto que as movimentações a que nos referimos, relacionadas com a recorrência a consultorias de especialistas internacionais e com as decorrentes responsabilidades tutelares, se circunscreveram a órgãos institucionais do poder central (fosse a Secretaria de Estado da Cultura, fosse a Secretaria de Estado do Ambiente) onde se tornaram evidentes alterações de orientação política a partir de 1980.

Um segundo momento desponta no início dos anos oitenta conducente à extensibilidade dos contactos, visitas e intercâmbios de índole museológica, propiciado por diversos factores, em que desempenhou papel relevante a alteração da situação da formação de conservadores de museu. A renovação museológica proporcionada a partir da nova geração de profissionais incidirá sobre as práticas desenvolvidas em anos seguintes, designadamente no território metropolitano de Lisboa, mau grado o carácter restrito e único daquela formação.

Também nesta fase a influência externa mantém um grande relevo, seja através da estadia de Hugues de Varine, seja pela vasta presença de reputados museólogos no *Atelier da Nova Museologia*. Difere, no entanto, a abrangência profissional e a proveniência institucional dos destinatários da difusão e trânsito das novas noções museológicas face ao período antecedente, agora sobretudo constituídos por técnicos ligados às nascentes experiências locais de tutela municipal. A este facto corresponde, em paralelo, a alteração dos estritos circulos de passagem da informação museológica, dominados quer pela APOM quer pelo ICOM. Neste processo o

lugar que cabe ao *Atelier Internacional da Nova Museologia* de 1985 é preponderante, numa dupla faceta, a de agregador das novas práticas museológicas portuguesas, com destaque para as oriundas da Grande Lisboa, com a de propiciador da circulação de ideias e da difusão de projectos internacionais.

A reflexão teórica ocorrida no campo da renovação museológica, que no nosso país passou em grande medida pelos movimentos referidos, teve, assim, uma especial incidência no nascimento de algumas práticas museológicas locais situadas na *Área Metropolitana de Lisboa*, prefigurando-se tal perspectiva como um precioso auxiliar a uma melhor compreensão da génese das experiências que seguidamente iremos tratar.

III

EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS NA *ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA*

- ORIGENS E PROCESSOS -

Ao abordar a génese dos museus nascidos na *Área Metropolitana de Lisboa*, por iniciativa das autarquias formadas no contexto político-institucional pós-1974, afigura-se-nos indispensável, seguindo as linhas que até ao momento nos têm guiado, apreender, no âmbito geográfico que delimitaremos, os sinais de mudança face à noção de património e as perspectivas de organização do sector autárquico para enfrentar as responsabilidades no domínio patrimonial. Se o presente capítulo nos coloca no quadro físico da área em torno da capital, não deixa também de nos situar no período de arranque e de composição das jovens autarquias, tornando-se necessário cruzar as vertentes espaciais e temporais para uma apreciação global das circunstâncias e das condições que estiveram presentes na concepção, iniciativa e decisão de criação dos novos museus.

A fim de desenhar espacialmente o cenário sobre o qual incidem os fenómenos patrimoniais e museológicos de que iremos tratar, iniciamos o presente capítulo com uma sumária caracterização física, demográfica e administrativa do território denominado *Área Metropolitana de Lisboa.*

Apontado o quadro espacial e tendo em mente as alterações do quadro político e institucional de protecção oficial do património ocorridas neste período, traçamos de forma comparativa o panorama das classificações patrimoniais na AML, em 1974, relativamente aos anos seguintes, entendendo este indicador como um possível contributo à análise do "clima de mudança", que abordámos anteriormente na sua generalidade, situado agora numa realidade geográfica concreta. Prosseguindo esta orientação, passaremos a identificar o quadro do associativismo patrimonial nesta área territorial, assinalando, assim, a sua cronologia, os seus âmbitos temático e geográfico, objectivos, distribuição concelhia e participação no movimento associativo nacional. Esta caracterização permitirá apreciar as relações que se estabeleceram entre as propostas de intervenção patrimonial e museológica emanadas das ADPs e as propostas de intervenção autárquica, bem como as articulações que se fixaram entre ambas as entidades.

Passaremos, de seguida, a apresentar a reestruturação funcional das câmaras municipais emergentes das eleições democráticas de Dezembro de 1976 com a finalidade de entender como se começaram a organizar os serviços das autarquias em resposta à acção patrimonial e museológica, o que posteriormente nos permitirá enunciar as suas principais orientações face a estes campos de acção. Deste modo, pareceu-nos ser possível identificar as seguintes vertentes nas orientações patrimoniais das novas autarquias da AML: a promoção de levantamentos patrimoniais de âmbito concelhio; a valorização de património, sobretudo edificado, mediante a sua aquisição; a prossecução de estratégias de democratização e de animação cultural.

Introduzido o quadro museológico de tutela municipal existente em 1974, o qual permitirá antever o desgaste, as carências e a inadequação do mesmo, exporemos os processos conducentes à criação ou a reformulação de novas entidades museológicas pelas autarquias, com base em três tipos de processos que identificámos como os mais comuns nos museus sobre os quais nos debruçámos. Assim, um primeiro procedimento agrupa museus que se formam a partir da existência prévia de uma colecção, geralmente constituída por um particular ou por uma associação, a qual passa a propriedade municipal mediante actos de doação ou compra; um segundo caso corresponde a museus resultantes de levantamentos patrimoniais concelhios, muitas vezes acompanhados de simultâneas acções de animação cultural junto das populações; numa terceira situação, o museu provém directamente da aquisição pela autarquia de património imóvel e do seu encaminhamento à instalação de museu, sem existência prévia de colecção ou de levantamento patrimonial.

A inserção destes processos no âmbito do pensamento museológico contemporâneo será abordada no último ponto deste capítulo, no sentido de especificar e de tornar visíveis as interacções que se vêm a estabelecer entre as práticas em curso a nível local e as dinâmicas mais globais da renovação museológica.

1 – ENQUADRAMENTO ESPACIAL

O território em torno da capital evolui a partir dos anos cinquenta e sessenta para uma estrutura de tipo metropolitano, na sequência das ligações que se estabelecem entre a cidade de Lisboa e os aglomerados que a rodeiam e se encontram sob a sua influência. Caracterizado pela existência de um pólo principal de maior dimensão – a cidade de Lisboa – e por um conjunto de subespaços que mantêm entre si, e sobretudo com o pólo central, uma intensidade de relações superior às que mantêm com o exterior, este espaço polarizado configura uma organização espacial particular.

Nascida, pois, das relações entre a cidade de Lisboa e a sua periferia, a área metropolitana é um território de limites imprecisos e de evolução temporal dinâmica, em função de factores demográficos e sociais, cuja delimitação implica o traçado de fronteiras artificiais, de ordem funcional, que repousam em decisões político-administrativas.[285] É, assim, inegável a existência em torno da capital de um conjunto de centros urbanos com um elevado grau de integração entre si, onde a própria capital polariza o sistema de relações subjacentes àquela integração. O conjunto destas relações, marcadas por fluxos de interdependência, caracteriza este território e dá-lhe uma unidade funcional específica, a que apenas desde 1991 corresponde uma unidade institucional e orgânica – a *Área Metropolitana de Lisboa (*AML*)*, criada pela Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto.

A formação do espaço metropolitano de Lisboa é indissociável das características físicas do território envolvente, naturalmente afeiçoado pelo rio Tejo, que divide a área (3.128 Km2) em duas zonas, Norte e Sul. Se é indiscutível a importância do rio Tejo na determinação da paisagem humana da AML, quando abordamos a sua história e o seu desenvolvimento, não é menos evidente que a sua localização geográfica, face ao oceano Atlântico e em relação com Lisboa, por um lado, assim como as suas características físicas e os seus recursos naturais, por outro lado, constituíram razões de fundo do desenvolvimento e do contexto definidor das suas

---

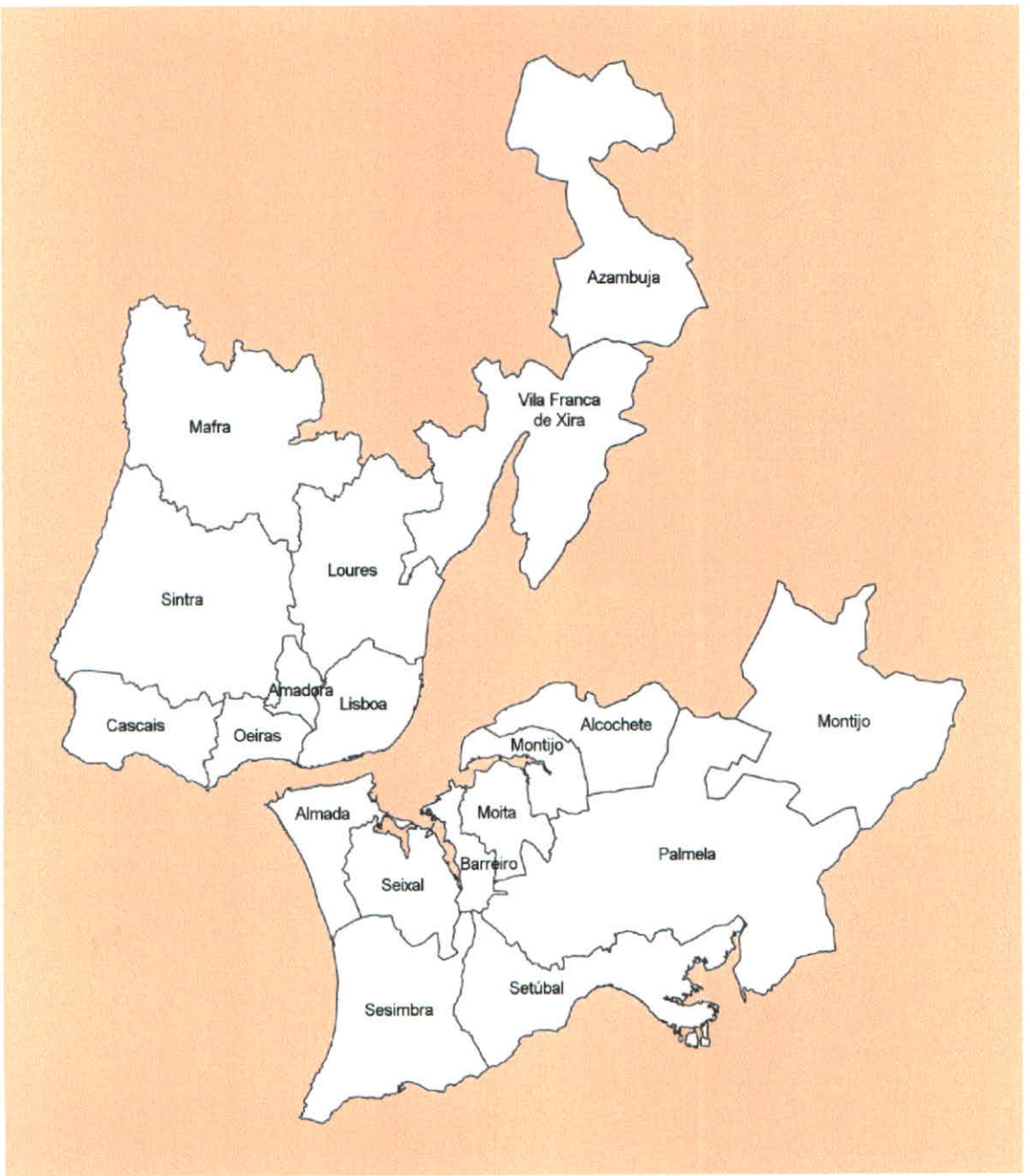
[285] Cf. FERREIRA, Vítor Matias et al, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997, p. 117: *O âmbito territorial de uma cidade ou de uma metrópole é frequentemente descoincidente com a sua definição ou delimitação administrativa. Isso mesmo sucede com a cidade e a Metrópole de Lisboa.*

especificidades. Neste conjunto territorial a água é, não só o elemento natural em torno do qual despontaram e se organizaram a cidade de Lisboa e os restantes aglomerados ribeirinhos, como também uma importante componente estruturadora do espaço, onde sobressaem traços identitários que contribuem para a integração de toda esta região.

Este vasto espaço compreende a Península de Lisboa e a Península de Setúbal, que apresentam uma grande variedade de formas de relevo, assentes, porém, numa evolução comum. Na Península de Lisboa podem ser individualizadas duas unidades morfológicas: a primeira inclui relevos estruturais designados por "Costeiras de Lisboa", a depressão de Loures e a Serra de Monsanto; na segunda avultam a Serra de Sintra e a plataforma de Cascais. De dimensão mais reduzida, a Península de Setúbal é morfologicamente menos complexa, destacando-se na paisagem a Serra da Arrábida e as colinas de Almada.

Do ponto de vista orgânico-administrativo, de acordo com o diploma que em 1991 criou a AML, a sua composição integra dezoito municípios, equitativamente distribuídos por ambas as margens do Tejo, conforme é mostrado no mapa seguinte.

Mapa 1
MAPA AUTÁRQUICO DA AML



De um modo geral a fixação populacional e o crescimento urbanístico, que estiveram na base da estruturação do sistema metropolitano, fizeram-se ao longo de eixos preferenciais de transporte: Lisboa-Cascais; Lisboa-Sintra; Lisboa-Loures; Lisboa-Vila Franca de Xira; Almada-Setúbal e Barreiro-Montijo. Se na actualidade estes eixos marcam e estruturam a metropolização de toda a área, a sua ordenação temporal é diferenciada, em função dos tipos de transporte que lhes estão associados.

Neste âmbito, a zona Norte da AML antecede em continuidade de ocupação do solo a zona Sul, em virtude das comunicações ferroviárias de que foi dotada na segunda metade do século XIX: Vila Franca de Xira em 1856, Sintra em 1887 e Cascais em 1890. A electrificação precoce desta última linha férrea, a seguir ao final da primeira guerra mundial, beneficiou os concelhos de Oeiras e de Cascais em comodidade de comunicações, contribuindo para que mais facilmente acompanhassem o desenvolvimento da cidade de Lisboa.[286] Por seu turno, a zona Sul da AML só conheceu um intenso crescimento urbanístico após a construção da ponte sobre o Tejo, a ligar Lisboa à *Outra Banda*, o que originou uma verdadeira explosão de população e a formação de grandes concentrações em Almada e Seixal, favorecidas pelo baixo custo da instalação urbanística.

O quadro seguinte apresenta a evolução demográfica comparativa no interior da AML, que coloca em evidência um crescimento populacional explosivo nas décadas de sessenta e setenta, ou seja, o maior a que já se assistiu no País, a que se segue nos anos oitenta uma desaceleração daquele crescimento e uma relativa estabilização demográfica. À comparação entre as duas zonas Norte e Sul, há que acrescer o peso relativo do concelho de Lisboa face ao todo, verificando-se que na última década não cessou de diminuir a importância populacional da capital.

---

[286] Cf. BRITO, Raquel Soeiro de, "Lisboa Esboço Geográfico" in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital, 1976, p. 169.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA AML

(em milhares de habitantes)

	1960	1970	1980	1991
Concelho Lisboa	802,2	760	807,9	663,4
AMLN - Lisboa	376,6	618,6	1.045,8	1.236,3
AMLN	1.178,8	1.378,7	1.045,8	1899,7
AMLS	291,5	400,9	584,6	640,4
AML	1.470,3	1.779,6	2.438,3	2.540,2

Fontes: COSTA, Carlos Bana e, "Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa – Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias", in *Sociedade e Território*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento, Março de 1984, p. 38-44; CCRLVT, *Atlas Institucional da Região*, Lisboa, CCRLVT, 1998.
AMLN – *Área Metropolitana de Lisboa Norte*; **AMLS** – *Área Metropolitana de Lisboa Sul.*

Nos anos quarenta, em simultâneo com o crescimento da cidade, iniciou-se o processo de ocupação intensiva dos arredores de Lisboa, sendo o conjunto Amadora-Queluz-Cacém o primeiro a sofrer este processo de "normal" desenvolvimento periférico.[287]

Entre o início dos anos cinquenta e até meados da década seguinte deu-se a suburbanização de Lisboa,[288] quando a pressão da cidade sobre a periferia se começou a intensificar, através de um duplo processo de acumulação de população à volta do centro da cidade (proveniente da imigração rural) e de migração de população em direcção à periferia, o que provoca expressivos movimentos de concentração nos aglomerados suburbanos. Nesta década despontou a importância residencial de Loures, até então marcada economicamente pela vertente de abastecimento hortícola à cidade, o que a tinha mantido num acentuado e tardio

[287] Cf. BRITO, Raquel Soeiro de, "Lisboa Esboço Geográfico" in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital, 1976, p. 164.

[288] FERREIRA, Vítor Matias, distingue 4 fases no processo de formação do território urbano-metropolitano de Lisboa: 1.ª) 1890/1920 – Dispersão e dependência do aglomerado de Lisboa; 2.ª) 1930/40 – Diferenciação e aglomeração de Lisboa; 3.ª) 1950/64 – Suburbanização de Lisboa; 4.ª) 1965/80 – Expansão e estruturação da metrópole. Cf. FERREIRA, Vítor Matias, "Expansion urbaine et formation de l'espace métropolitain de Lisbonne" in *Sociedade e Território*, n.º especial, Porto, Ed. Afrontamento, Setembro de 1990, p. 79-86.

carácter rural. Também no sentido de Vila Franca de Xira a urbanização foi mais morosa do que para Oeste da capital, no sentido de Oeiras e Cascais, e em relação directa com a industrialização que se fixou ao longo do rio Tejo.

A partir da segunda metade da década de sessenta expandem-se generalizadamente os arredores da capital, numa evolução que, estruturando a metrópole, origina um crescimento demográfico imparável e as bases da configuração territorial actual.

Deste modo, se na margem Norte os eixos de transporte referidos afluem na totalidade para a capital, na margem Sul, a par de idêntica característica, a convergência para Setúbal é também um vector de organização espacial desta zona. Com efeito, a rede inter-regional de comunicações atravessa a península de Setúbal e separa-a em duas subzonas: os arredores ribeirinhos e o território mais a Sul que aflui à cidade de Setúbal. Do ponto de vista demográfico, a uma dispersão densa de pequenas localidades na margem Norte do Tejo - distribuídas ao longo das linhas de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira - corresponde uma concentração "em coroa" dos aglomerados da *Outra Banda*.[289]

Ao longo da década de oitenta Lisboa acentua a sua capacidade de captação de população activa de concelhos mais afastados do centro (Mafra, Azambuja) enquanto, por outro lado, se constituem alguns sistemas de interdependência, mais ou menos periféricos à capital, tais como os pares de concelhos Sintra-Cascais, Amadora-Loures e Setúbal-Palmela.[290] Também entre 1981 e 1991 os concelhos de Oeiras e de Cascais revelam dinamismos de retenção da população trabalhadora e estudantil nos respectivos territórios. Estas tendências acentuam a polarização do território, numa perspectiva que, embora evidencie o dinamismo polarizador do centro, não deixa de permitir relações de influência e de dependência entre outros pólos do sistema.

Nesta vasta unidade espacial as assimetrias sociodemográficas convivem com uma progressiva homogeneização urbana, evidenciando o papel dos aglomerados correspondentes às sedes de concelho, muitas vezes secundados pelo protagonismo que alguns centros adjacentes vão

[289] Cf. FERREIRA, Vítor Matias, "Expansion urbaine et formation de l'espace métropolitain de Lisbonne" in *Sociedade e Território*, n.º especial, Porto, Ed. Afrontamento, Setembro de 1990, p. 79-86.

gradualmente desempenhando. Assim sucede com as relações entre os pares Vila Franca de Xira e Alverca, Seixal e Amora, Loures e Odivelas.[291] Estas relações intra-concelhias articulam-se no todo intra-regional, onde a existência, a Sul, de um importante pólo centrado na cidade de Setúbal, capital do distrito com o mesmo nome, não deixa de marcar a globalidade do sistema de relações, que se estabelecem à escala da área metropolitana.

O incremento das migrações dos anos sessenta e setenta, com directa repercussão no crescimento populacional, não foi seguido de medidas que conduzissem à criação de infra-estruturas e de equipamentos neste território, ocasionando uma intensa degradação urbanística com impactos paisagísticos e patrimoniais consideráveis. Em concomitância a metropolização deste território deixou zonas intersticiais de características rurais que convivem com as concentrações mais urbanizadas e que vão pouco a pouco sendo invadidas por estas. Estes resquícios de vivências anteriores tomam muitas vezes um sentido patrimonial, quando, perdido o uso inicial, adquirem uma valorização documental e identitária. Assim sucedeu com o património edificado rural, onde avultam as quintas agrícolas e de recreio, agora rodeadas de urbanizações, quando não ameaçadas de morte pelo avanço das novas construções. O mesmo destino sofrem já mais recentemente as unidades industriais - sobre as quais repousou o surto de industrialização que moldou grandemente alguns dos eixos estruturantes da AML - as quais, após passarem por processos de transformação em velhas fábricas abandonadas, são sujeitas, nalguns raros casos, a acções de valorização patrimonial.

Ao quadro socio-espacial que sucintamente acabamos de introduzir corresponderam parciais e incompletos desígnios políticos de planeamento e de estruturação desde os anos cinquenta, quando foi iniciado o *Plano Director da Região de Lisboa* (terminado em 1964), que não viria a ser posto em prática, apesar de parcialmente revisto em 1972/74.

---

[290] Cf. OLIVEIRA, José, COSTA, Nuno Marques da, "Alterações na estrutura de deslocações casa-emprego nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto" in *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, APG, 1995, p. 363-373.

[291] A este protagonismo crescente de aglomerados urbanos não coincidentes com as sedes concelhias correspondem vontades de criação de novos concelhos, o que se concretizou no caso de Odivelas, no decurso da redacção do presente trabalho (1999).

Em 1976, a *Constituição da República* previu, no âmbito das autarquias locais (freguesias, municípios, regiões administrativas), a possibilidade de criação de organismos específicos nas áreas metropolitanas:

> *Nas grandes áreas metropolitanas a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica.* (art.238.º,3)

No mesmo ano a "Proposta de Criação de Regiões Administrativas", apresentada pelo Ministério da Administração Interna, propunha a constituição da *Região Administrativa de Lisboa* com uma composição muito idêntica à que veio a concretizar-se mais tarde para a AML, com excepção de dois dos concelhos limites integrados naquela primeira proposta – Arruda dos Vinhos e Benavente – vindo o primeiro a dar lugar a Mafra e desaparecendo o segundo da configuração espacio-administrativa mais tarde adoptada.

A oscilação da delimitação espacial desta área prosseguiu ao longo dos anos oitenta, diferindo, por vezes, consoante é emanada da documentação da comunidade científica ou das autoridades públicas. Para lá de circunstancialismos de ordem política, é um facto o progressivo alargamento da dependência pendular de Lisboa por parte de concelhos periféricos, designadamente da zona Norte, que acabaram por ficar de fora da entidade criada, tais como Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Alenquer. Contudo, a transição é necessariamente uma faixa difusa, de traçado evolutivo, em que concorrem factores geográficos, sociais e administrativos, de forma nem sempre coincidente.

Aliás, no que toca à organização da administração central, a Comissão de Coordenação Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (instituída em 1979) incorpora três sub-regiões: *Oeste* e *Área Metropolitana de Lisboa*, subdividida em Grande Lisboa (concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e *Península de Setúbal*, numa configuração territorial que não coincide totalmente nos seus limites com a da sua congénere "Área Metropolitana", tal como se apresenta após a sua criação em 1991.[292]

Na primeira revisão da Constituição, em 1982, o termo "áreas metropolitanas" desapareceu do articulado do art. 238.º, sendo substituído pelo de "grandes áreas urbanas", formulação que

foi conservada no texto constitucional revisto em 1992. No entanto, o desiderato de instituição das áreas metropolitanas manteve-se ao longo dos anos oitenta, em paralelo com o adiamento da criação das regiões administrativas, sendo finalmente materializado na Lei n.º 44/91, que criou as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, ao abrigo da faculdade constitucional citada.

As atribuições das áreas metropolitanas incluem a articulação entre os Municípios e a Administração Central em alguns domínios de intervenção e o acompanhamento de planos de ordenamento do território. Contudo, num País sem regiões administrativas, são escassas as competências e parcos os recursos destas entidades, do mesmo modo que são inexistentes as experiências congéneres.

Assim, no contexto do presente trabalho elegemos como objecto de estudo a unidade socio-espacial "Área Metropolitana de Lisboa", configurada ao longo das últimas décadas na circunvizinhança de Lisboa e oficialmente instituída como entidade orgânica em 1991. Não havendo no período a que nos reportamos (1974-90) qualquer estrutura supramunicipal formalmente criada, existia, no entanto, a noção de "Área metropolitana", evolutiva e dinamicamente formada e delimitada. Nesta área, sob a tutela de municípios, que se foram progressivamente estruturando, nascem experiências museológicas que, de uma forma integrada e comparativa, trataremos de enquadrar e de analisar.

[292] Na CCR de Lisboa e Vale do Tejo o concelho de Mafra integra-se na sub-região Oeste e o concelho de Azambuja na sub-região do Ribatejo. Ambos os concelhos estão, em contrapartida, incluídos na AML, conforme a sua delimitação, estabelecida pela Lei n.º 44/91.

2 PANORAMA PATRIMONIAL DA AML

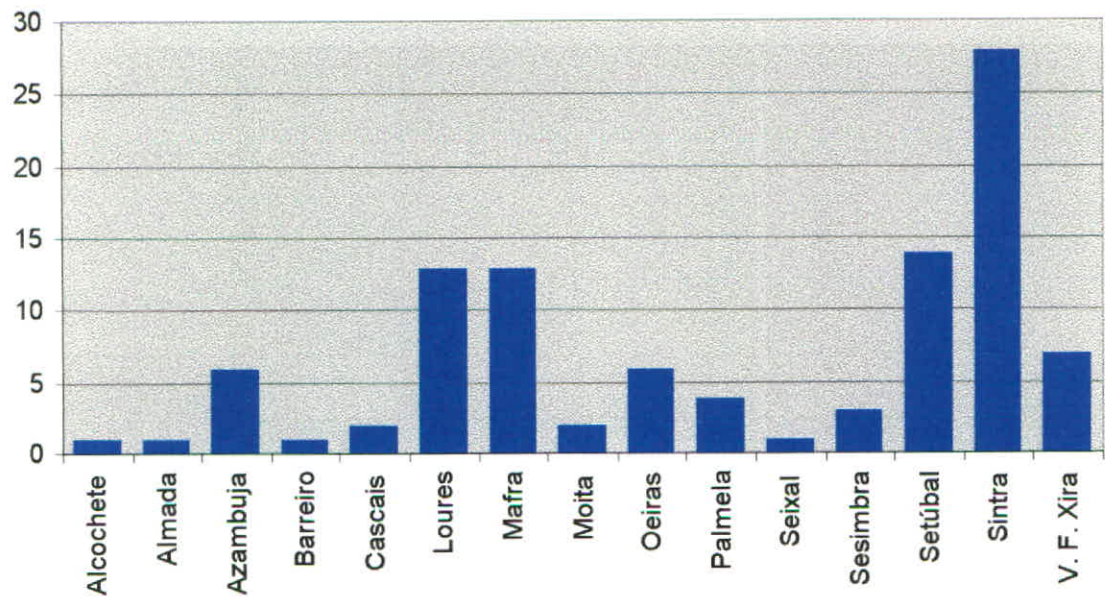
2.1 PATRIMÓNIO CLASSIFICADO EM 1974

Na primeira metade dos anos setenta o património protegido por fundamento legal no quadro geográfico correspondente à *Área Metropolitana de Lisboa* evidencia o dispositivo de protecção patrimonial do Estado Novo, o qual, como tivemos oportunidade de abordar no capítulo I, se encontrava então bastante desactualizado face à evolução a que o próprio conceito de "património" tinha sido sujeito.

Distribuindo-se o património cultural classificado pelas categorias vigentes de *monumento nacional, imóvel de interesse público* e *valor concelhio,* concentrava Lisboa a principal massa do património protegido desta região (e também do país), contando um total de oitenta e quatro imóveis classificados. A força polarizadora da capital no domínio patrimonial não era, porém, acompanhada por uma repartição igualitária destes testemunhos materiais pelos restantes concelhos da AML, distinguindo-se entre todos o de Sintra, ao aglutinar um expressivo número de imóveis classificados (28), a larga distância da própria capital do distrito de Setúbal (14).

Gráfico 1

Distribuição concelhia de património classificado (1973)

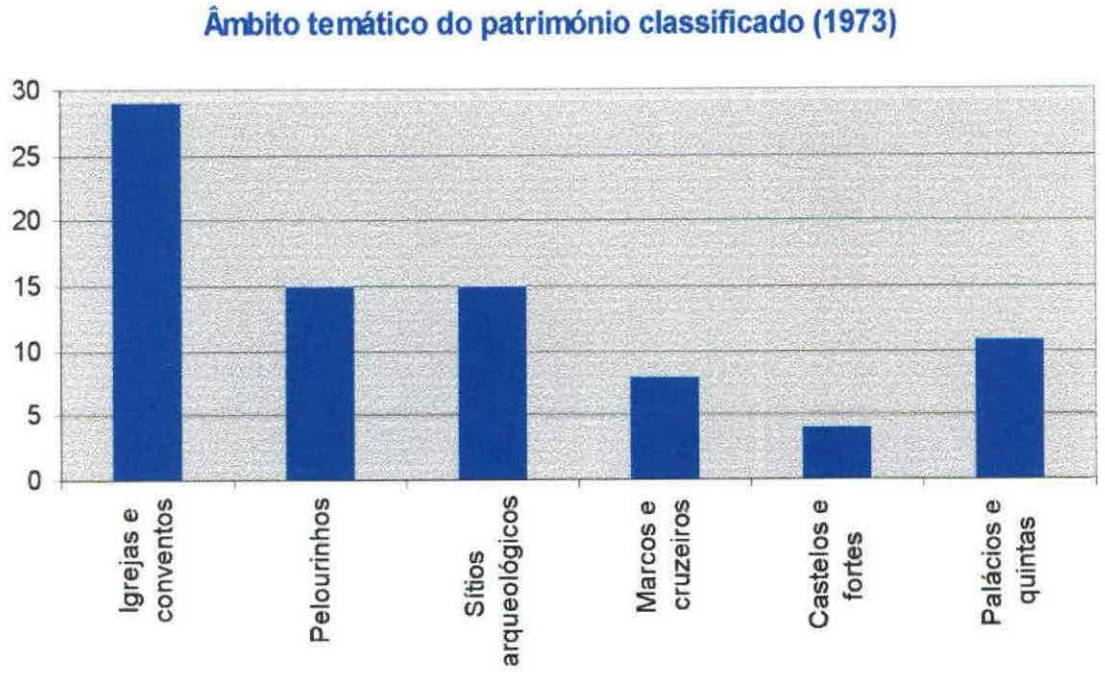


Fonte: Ministério da Educação Nacional, *Catálogo dos Imóveis Classificados,* Lisboa, 1973.

O panorama patrimonial era, como se pode ver no gráfico anterior, muito diversificado na sua distribuição geográfico/administrativa, sendo de ressaltar, além da força centralizadora da capital, a existência de dois fortes pólos de atracção – Sintra na margem norte e Setúbal na margem sul. É também evidente a concentração nos concelhos de Loures e Mafra de dois importantes conjuntos de testemunhos patrimoniais protegidos por lei, a que se seguem por ordem quantitativa Vila Franca de Xira, Azambuja e Oeiras.

Um outro grupo de concelhos, onde se inserem Palmela, Sesimbra, Cascais e Moita, demonstra um diminuto número de testemunhos patrimoniais classificados (de 2 a 4), encontrando-se na cauda da tabela os municípios de Alcochete, Almada, Barreiro e Seixal, que não possuíam mais do que um elemento patrimonial sujeito a protecção legislativa. Finalmente sem qualquer património classificado encontrava-se o concelho do Montijo.[293]

Gráfico 2



Fonte: Ministério da Educação Nacional, *Catálogo dos Imóveis Classificados*, Lisboa, 1973.

[293] Não surge nesta caracterização o concelho da Amadora, só criado em 1979, que veio a integrar como património classificado as grutas artificiais de Carenque e o aqueduto "Da Gargantada", este último classificado em 1978.

No tocante ao âmbito temático e disciplinar do património que tinha sido objecto de classificação até ao início da década de setenta, é visível a sua filiação em critérios preponderantes das políticas incidentes sobre o património edificado e artístico, por vezes correspondentes a campanhas de classificação tipológica abrangendo todo o território nacional. É o caso da classificação de castelos, fortalezas, residências reais, pelourinhos e "marcos de légua", cuja protecção se estendeu de modo uniforme por diferentes espaços geográficos, sem que de forma generalizada tenha decorrido de esforços locais conducentes à sua salvaguarda. Já no referente às igrejas parece ter havido um significativo número de casos, em que os respectivos párocos e as comissões paroquiais tiveram a iniciativa de espoletar os respectivos processos junto dos órgãos da administração central com intervenção nesta área.

No conjunto da AML é dominante a classificação de património edificado face ao arqueológico, não atingindo este último a quinta parte do total de testemunhos classificados, enquanto no seio do património edificado assume principal relevância o património religioso, constituído por igrejas, capelas e conventos. Seguem-se os pelourinhos, símbolos de poder dos municípios do Antigo Regime (muitos deles desaparecidos na sequência das reformas administrativas municipais do século XIX), que foram classificados de modo extensivo, em muitos casos em conjugação com o "Programa dos Centenários", que promoveu a valorização e recolocação destes testemunhos nas praças centrais dos núcleos urbanos, em localização fronteira aos Paços dos Concelhos.[294] Com alguma expressividade surgem ainda neste elenco os marcos de estrada e cruzeiros, que foram também objecto de programas nacionais de classificação patrimonial.

Ainda no âmbito do património edificado merece especial alusão o conjunto de residências reais localizadas no concelho de Sintra, classificadas sob a designação de *palácios nacionais* (Queluz, Sintra e Pena), a que se junta a classificação de algumas partes do Paço Real de

[294] Dada a correspondência entre a erecção de pelourinhos e a existência de municípios (actuais ou extintos), apresentamos a lista de localização destes imóveis classificados na AML: Almada, Azambuja, Manique do Intendente (actual concelho de Azambuja), Mafra, Cheleiros (actual concelho de Mafra), Enxara dos Cavaleiros (actual concelho de Mafra), Ericeira (actual concelho de Mafra), Alhos Vedros (actual concelho de Moita), Oeiras, Palmela, Sesimbra, Sintra, Colares (actual concelho de Sintra), Vila Franca de Xira e Povos (actual concelho de Vila Franca de Xira). Alguns pelourinhos que tinham sido desmontados e removidos dos seus locais de origem escaparam a estas classificações, como sucedeu com os correspondentes aos extintos concelhos de Alhandra e Alverca (em Vila Franca de Xira).

Caxias[295] no concelho de Oeiras, expressando neste último caso uma filosofia de protecção patrimonial que seleccionava e destacava alguns elementos "com valor artístico", em detrimento do conjunto.

As habitações nobres fora de Lisboa, geralmente inseridas em propriedades rurais denominadas "quintas", foram classificadas apenas em casos muito pontuais, o que deve ser sublinhado na medida em que a região em torno da capital é pródiga nestes testemunhos de índole arquitectónica, artística e paisagística. Tais classificações incidiram apenas nos concelhos de Loures (Palácio da Mitra e anexos em Santo Antão do Tojal e Palácio e Quinta do Correio-Mor), Oeiras (Palácio dos Marqueses de Pombal), Seixal (residência da Quinta da Trindade) e Sintra (Quinta da Penha Verde, Quinta do Marquês em Belas, Palácio de Seteais e Quinta dos Ribafria). Contudo, mesmo nos casos em que o decreto de classificação menciona a quinta e/ou os jardins e não apenas a residência palaciana, refere-se tão somente a alguns elementos arquitectónicos e artísticos dos mesmos e não à globalidade destes conjuntos rurais e paisagísticos.

Na sua maioria as classificações referidas eram anteriores aos anos sessenta, sendo muito escassas as produzidas já no início dos anos setenta (todas ao abrigo do D.L. nº 516/71): residência da Quinta da Trindade, no Seixal; aqueduto de Setúbal; estação paleolítica do Casal do Monte e igreja da Póvoa de Santo Adrião, em Loures; castro de Vila Nova de S. Pedro e igreja matriz, em Azambuja. Neste conjunto sobressai uma maior expressividade do património arqueológico, o que vinha a suceder já desde a década anterior, na sequência da intensificação de campanhas arqueológicas, algumas delas sob a responsabilidade científica de universidades, que tinham colocado em evidência o valor científico destes vestígios.

Em síntese, o património classificado nos concelhos da AML destacava elementos dispersos, valorizados pelos critérios e pelas categorias vigentes, sem que, em simultâneo, formassem nas unidades geográficas concelhias conjuntos coerentes e identificadores das respectivas realidades locais, correspondendo, antes à implementação de políticas nacionais. A este facto juntavam-se as omissões que colocavam fora do quadro apontado o património industrial, o

[295] D.L. n.º 39.175, de 17/4/1953: *Os jardins, as esculturas e as duas salas com pintura decorativa do antigo Paço Real de Caxias.*

património edificado "não erudito" e o património etnográfico, sobre o qual não tinha incidido até 1974 qualquer protecção legal na área geográfica a que nos reportamos.

2.2 NOVAS CLASSIFICAÇÕES PATRIMONIAIS NO ESPAÇO METROPOLITANO

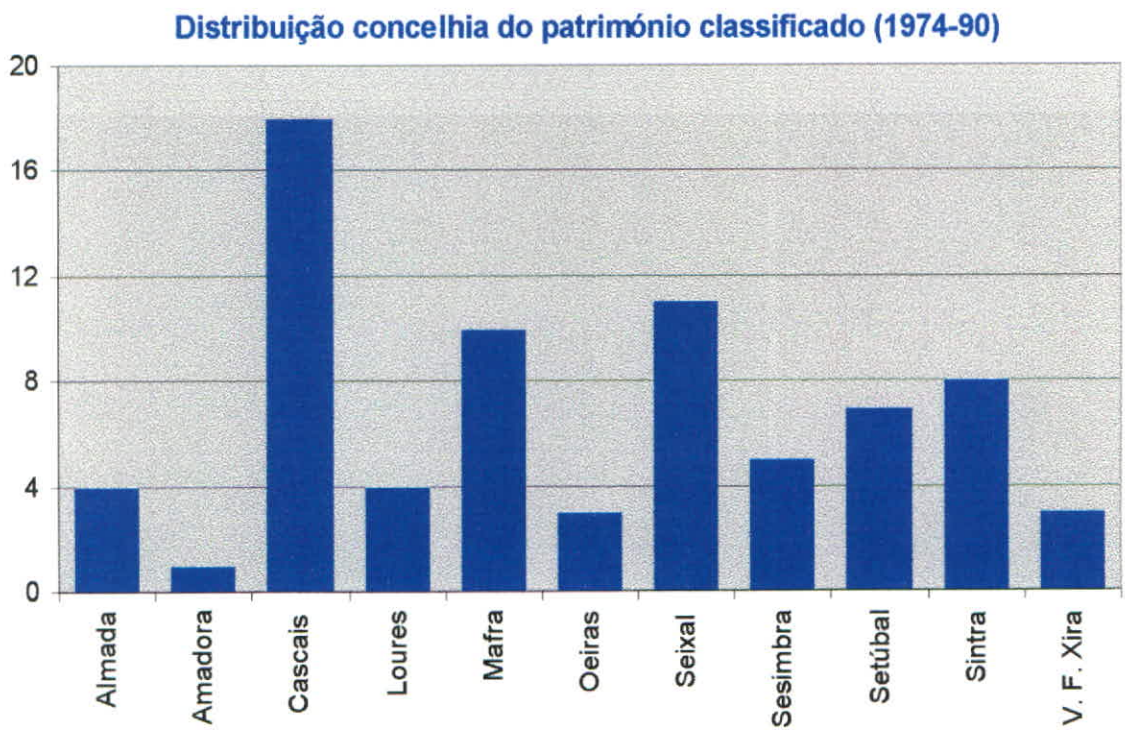
A "explosão patrimonial", de que o associativismo de defesa do património constituiu um dos sinais mais evidentes dos fenómenos sociais procedentes da valorização local de testemunhos materiais, teve uma especial expressão na vertente normativa através da reformulação do dispositivo do Estado para este sector. Um dos indícios das alterações de atribuição de valor aos objectos no sentido da sua patrimonialização pode ser encontrado na análise do que é oficialmente protegido na sequência dos actos processuais que conduzem à classificação dos testemunhos culturais como património.

Depois de 1974 e até ao final da década de oitenta o crescimento exponencial de testemunhos classificados na AML foi acompanhado pela valorização atribuída ao património cultural, de acordo com as noções que a Lei 13/85 veiculou e que, mesmo antes da sua aprovação, vinham a ser constantes do espírito de diplomas que a precederam. A tal evolução equivaleu um aumento global da ordem dos 75% de bens imóveis classificados (arqueológicos e edificados) neste período de tempo na AML, relativamente ao anterior quadro de situação.[296] Este crescimento foi sobremaneira significativo nos municípios de Cascais, que passou de dois elementos patrimoniais classificados em 1973 para vinte em 1990, e do Seixal, onde existia apenas um elemento classificado no início dos anos setenta, atingindo o número de doze em 1990.

Paço Real de Caxias.

[296] De 1974 a 1984 foram classificados em todo o país 655 imóveis: 23 como *monumentos nacionais*, 430 como *imóveis de interesse público* e 202 como *valores concelhios*. Estes números sobem enormemente quando se reportam aos processos movimentados no interior dos serviços do IPPC, no sentido de preparar as respectivas classificações: só no ano de 1983 os processos movimentados pelo Departamento de Património Arquitectónico do IPPC atingiram o quantitativo de 3.340. Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Democracia, Liberdade, Cultura: Dez Anos de Actividades Culturais 1974-1984*, Lisboa, 1984.

Gráfico 3

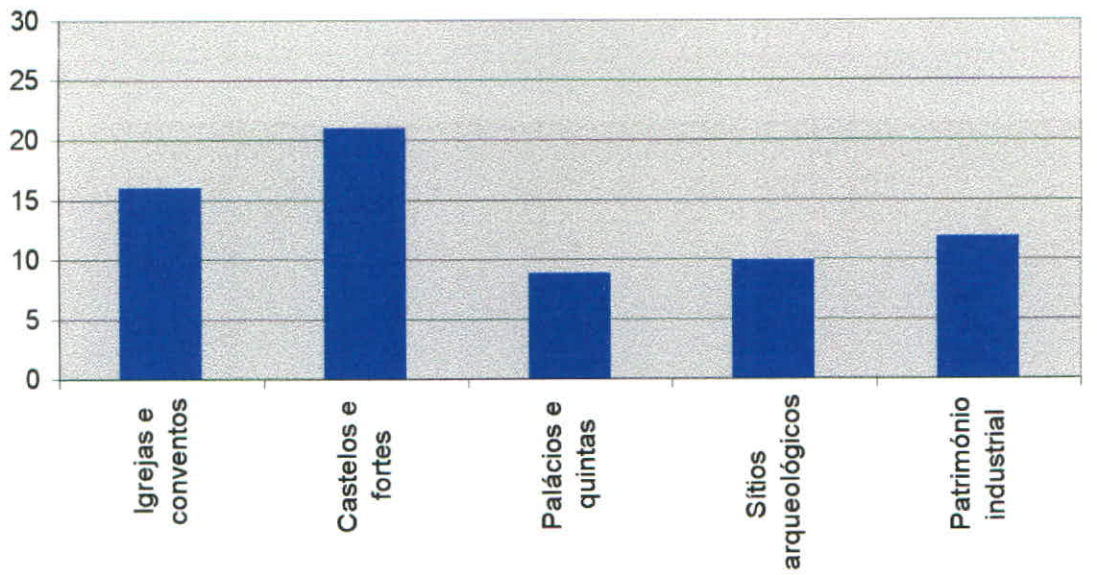


Fonte: IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado,* Lisboa, 1993.

Tão relevante quanto esta análise quantitativa é a aproximação ao âmbito temático e às características dos testemunhos sobre os quais incidiram os procedimentos normativos de classificação, bem como ao teor da regulamentação contida nos diplomas legais. Com efeito, os novos critérios de atribuição de valor a *monumentos, conjuntos* e *sítios* passavam a considerar as *criações mais modestas* e alargavam o interesse dos mesmos aos domínios técnicos e sociais, ao mesmo tempo que tinham reflexos sobre a relevância do seu *enquadramento* orgânico, natural ou construído.

Gráfico 4

Âmbito temático do património classifcado (1974-90)



Fonte: IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado,* Lisboa, 1993.

As classificações posteriores a 1974 conservam na globalidade da AML como predominante a classificação de património edificado face ao arqueológico, diminuindo mesmo o peso comparativo deste último, que mal ultrapassa a décima parte do total. Dentro do património edificado passa a assumir o primeiro lugar o património militar, para o que decisivamente contribuiu o conjunto de quinze fortes e troços de muralha classificados no concelho do Cascais entre 1974 e 1978, com base num programa coerente de protecção deste importante património ligado à história nacional e local. No entanto, neste caso concreto tal classificação tem origem num processo despoletado antes de 1974 por um vereador da Câmara Municipal de Cascais, processo que só teve a sua finalização na segunda metade da década de setenta.

Aparece de seguida, por ordem de importância, o património religioso (que até 1974 tinha ocupado a primazia), em que desempenha um papel de destaque o concelho de Mafra, onde se localizam cerca de metade das igrejas, capelas e ermidas classificadas na AML neste período.

Ainda no domínio do património edificado importa sublinhar a protecção de quintas e de palacetes, não tanto pela sua expressão numérica (nove no total) mas pela alteração da filosofia

de protecção destes testemunhos, que passam a ser "considerados no seu todo", englobando os elementos arquitectónicos e paisagísticos, conforme recorrentemente a legislação passa a mencionar a partir do D.L. n.º 28/82, onde pela primeira vez surge na classificação da Quinta de S. Lourenço, em Almada, a aplicação desta noção.

Um outro aspecto a ressaltar é o da atribuição do *valor social* aos bens imóveis, sobremaneira evidente na classificação do "Grande Salão Recreio do Povo" em Setúbal como *imóvel de interesse público,* também pelo D.L. n.º 28/82.

Contudo, o principal sinal de inovação e de alargamento disciplinar do panorama de classificações patrimoniais da AML encontra-se no lugar concedido ao património industrial, na sua acepção mais ampla, englobando também os vestígios pré-industriais e proto-industriais. Pela primeira vez, por proposta das autarquias e das ADPs, são objecto de classificação alguns testemunhos de arquitectura não erudita, representativos de processos produtivos da industrialização ou dos seus antecedentes.

O primeiro elemento de património industrial a ser classificado no quadro geográfico da AML foi em 1982,[297] como *valor concelhio,* uma nora de ferro, situada em terrenos da escola preparatória da Cova da Piedade, no concelho de Almada.[298] Seguiu-se em 1984 a classificação como *imóveis de interesse público* do significativo conjunto de dez moinhos de maré no concelho do Seixal,[299] na sequência de relatório enviado por esta Câmara Municipal ao IPPC em 1981. Neste último caso as propostas de protecção destes testemunhos emanaram do Sector de Património Histórico-Cultural da autarquia, e ligaram-se aos processos de estudo

[297] A classificação como Imóvel de Interesse Público do edifício da estação de caminhos de ferro do Rossio em Lisboa em 1971 (D.L. n.º 516/71) é considerado como o primeiro elemento de arquitectura industrial a ser objecto de classificação no nosso país. No entanto, muito escassos foram os testemunhos de património industrial a ter classificação ao longo dos anos setenta: edifício da Malaposta de Sanfins (Feira) em 1974; a estação de Malaposta em A-dos-Francos (Caldas da Rainha) e o edifício frigorífico de Massarelos (Porto) em 1977. Cf. CUSTÓDIO, Jorge et al, *A Arqueologia Industrial em Portugal - Cronologia*, Lisboa, AAIRL, 1981, dact.

[298] D.L. n.º 28/82, de 26 de Fevereiro.

[299] Moinho do Breyner, Moinho do Capitão, Moinho de Corroios, Moinho do Galvão, Moinho Novo dos Paulistas, Moinho da Passagem, Moinho da Quinta da Palmeira, Moinho da Torre, Moinho Velho dos Paulistas e Moinho do Zeimoto, classificados pelo D.L. n.º 29/84, de 25 de Junho.

e às intenções de reutilização daquele património, que simultaneamente era objecto de inventariação com incidência, como veremos, na programação museológica municipal.

No domínio do património natural a nova legislação publicada em 1976 (D.L. nº 613/76, de 27 de Julho) introduziu os conceitos de *parque natural, paisagem protegida, reserva de recreio, objecto, sítio, conjuntos e lugar classificados*, visando a selecção e a delimitação de unidades geográfico-ecológicas onde as ameaças à degradação da natureza e às formas de vida das populações rurais fossem contrariadas, através de medidas coercivas em diferentes domínios da intervenção humana.

Na AML os problemas resultantes da agressividade de agentes poluentes, por um lado, e do imparável crescimento demográfico, por outro, com as consequentes pressões urbanísticas e turísticas, levaram à adopção imediata de medidas decorrentes do novo dispositivo jurídico ambiental. Estas tiveram repercussão na criação de diferentes "áreas naturais classificadas" nas categorias de *reserva (natural e paisagística), parque natural* e *paisagem protegida*, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 8
ÁREAS NATURAIS CLASSIFICADAS NA AML

ÁREAS NATURAIS CLASSIFICADAS			CONCELHOS	LEGISLAÇÃO
Reservas	**Reservas Naturais**	Reserva Natural do Estuário do Tejo	Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira	D.L. n.º 565/76, de 19 de Julho
		Reserva Natural do Estuário do Sado	Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal e Grândola	D.L. n.º 430/80, de 1 de Outubro
	Reservas Paisagísticas	Reserva Paisagística de Almada	Almada	D.L. n.º 388/76, de 24 de Maio
Parques Naturais		Parque Natural da Arrábida	Palmela, Sesimbra, Setúbal	D.L. n.º 622/76, de 28 de Julho
Paisagens Protegidas		Paisagem Protegida de Sintra-Cascais	Sintra e Cascais	D.L. n.º 292/81, de 15 de Outubro
		Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	Almada e Sesimbra	D.L. n.º 168/84, de 22 de Maio

Fonte: CAMPOS, Rui Falcão de, *Legislação portuguesa em vigor sobre a protecção do ambiente e dos recursos naturais*, Lisboa, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, 1987.

A primeira medida de natureza ambiental com repercussão na AML foi tomada em Maio de 1976, antecedendo em dois meses a publicação da legislação genérica deste sector, e recaiu sobre a zona sul de Almada-Monte da Caparica, sob a forma de definição de uma *reserva paisagística* que englobou *zona agrícola, zona potencialmente edificável* e *edifícios e conjuntos arquitectónicos de interesse cultural.*[300] A conjugação de valores paisagísticos e etnográficos na área delimitada pela respectiva carta de zonamento constituía o fundamento para a definição desta área natural protegida.

Ainda em 1976 reflectiu-se no estuário do Tejo uma das primeiras medidas decorrentes do novo dispositivo jurídico ambiental, com a criação da *Reserva Natural do Estuário do Tejo* (a mais extensa superfície protegida da AML), surgida no mesmo mês em que era também formado o *Parque Natural da Serra da Estrela.* Eleita a conservação e a gestão das zonas húmidas como uma prioridade da política ambiental portuguesa, esta ia ao encontro de recomendações internacionais, abrangendo posteriormente (em 1980) neste mesmo desiderato

o estuário do rio Sado, assim abarcando, sob dispositivo de protecção legal, as duas grandes unidades hídricas de toda a região em torno da capital.

Motivos de ordem científica, cultural, histórica e paisagística estiveram na base da criação na Serra da Arrábida de um *Parque Natural*, englobando zonas de *reserva* (*integral* e *parcial)* de ordem *paisagística, zoológica, botânica* e *geológica*, de par com *sítios arqueológicos* e *históricos*, numa aplicação dos princípios de coexistência e complementaridade entre património cultural e natural.

Na primeira metade dos anos oitenta a categoria de *Paisagem Protegida* foi escolhida para a salvaguarda das áreas adjacentes da Serra de Sintra (abrangendo parte deste concelho e do de Cascais) e da zona litoral da Costa da Caparica, nos concelhos de Almada e Sesimbra. No primeiro caso os valores naturais decorrentes das características geomorfológicas, florísticas e paisagísticas da faixa litoral de Cascais e do extremo noroeste do concelho de Sintra levaram à definição de zonas de "protecção" (leia-se de condicionamento, entre outros, de construções, de introdução de novas actividades económicas, de alterações morfológicas dos terrenos) numa área onde se fazem sentir intensamente os efeitos de coacções urbanas e turísticas. Estes últimos aspectos terão precisamente originado as dificuldades subsequentes em implementar na prática estas medidas, demorando o accionamento das providências necessárias ao cumprimento dos preceitos estabelecidos para esta *Paisagem Protegida.*

À gestão das "áreas naturais" classificadas foram agregados, não só os respectivos serviços centrais do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, mas também outros serviços da administração central e as câmaras municipais das respectivas áreas. Num único caso, o da Reserva Natural do Estuário do Sado, foi considerada na composição da sua comissão instaladora uma unidade museológica, o Museu de Arqueologia e Etnografia, tutelado pela Assembleia Distrital de Setúbal. A colaboração entre ambas as entidades revelou-se profícua ao longo dos anos oitenta, bem como a cooperação estabelecida entre o mesmo museu e o Parque Natural da Arrábida, quando, em 1981, aquela instituição museológica organizou a exposição "O Queijo de Azeitão" e um movimento de sensibilização à preservação

[300] D.L. n.º 388/76, de 24 de Maio. Reserva paisagística criada ao abrigo do D.L. n.º 575/70, de 24 de Novembro.

desta actividade em vias de extinção, logrando a criação de uma região de marcada e a revitalização do fabrico deste queijo.

3. ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

3.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Em concomitância com a definição e a implementação de políticas de protecção do património "natural" e "cultural" assumiam uma especial relevância as movimentações sociais de índole associativa, que, como vimos, foram também em parte responsáveis pelo accionamento de algumas das medidas institucionais deste período. No plano local a este movimento se devem fenómenos de sensibilização e de consciencialização mais generalizada das populações e dos próprios órgãos autárquicos para a valorização dos testemunhos identitários de freguesias e de concelhos.

Na região em torno da capital a criação destas associações alcança uma expressão significativa no contexto nacional, embora nos seja difícil avaliar a sua exacta medida comparativamente a outras áreas do país, em virtude da escassez de estudos sobre este tema. Para Jorge Custódio - um dos líderes do movimento associativo patrimonial que mais reflectiu sobre o mesmo - a representação cartográfica das ADPs faz transparecer preocupações de descentralização ou de travagem do crescimento desordenado nas regiões circunvizinhas das grandes metrópoles,[301] característica que se aplica ao caso em estudo.

Apresentamos de seguida o quadro associativo de vocação patrimonial da *Área Metropolitana de Lisboa,* reportado aos anos setenta e oitenta, que de forma sumária passaremos a analisar na perspectiva temporal, âmbito temático, âmbito geográfico e relação com o movimento museológico.

---

[301] Cf. CUSTÓDIO, Jorge, "Associações de Defesa do Património" in *ArteOpinião,* n.º 14. Lisboa, Março/Abril de 1981, p. 32.

Quadro 9

ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DA AML

CONCELHO	ASSOCIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÂMBITO TEMÁTICO
Almada	*Centro de Arqueologia de Almada*	1972	Património arqueológico, construído e natural
	Grupo de Investigação e Divulgação Científica	1977	Património cultural e natural
	Centro Cultural de Almada	1979	Património histórico, etnográfico e artístico
	Associação para a Defesa do Património Cultural do Concelho de Almada	1980	Património cultural
Amadora	*Centro Cultural Roque Gameiro*	1974	Património arqueológico e construído
	Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora – ARQA	1988	Património arqueológico, construído
Cascais	*Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Cascais* - DEPA	1981	Património natural e cultural
	Associação de Defesa da Região do Estoril	1982	Património natural e cultural
	Associação Cultural de Cascais	1988	Património arqueológico, arquitectónico, etnográfico e natural
Loures	*Associação para a Defesa do Património Cultural do Concelho de Loures*		Património cultural
Mafra	*Liga dos Amigos de Mafra*	1979	Património cultural e artístico
	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Mafra / Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Prof. Raul de Almeida	1981	Património histórico e etnográfico
Montijo	*Circulo de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho do Montijo*		Património histórico-cultural
Palmela	*Grupo de Amigos de Palmela*	1979	Património cultural, turístico e social
Sesimbra	*Centro de Estudos Culturais "Raio de Luz"*		Património cultural
Setúbal	*Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Distrito de Setúbal* - DEPA		Património natural e cultural
	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da região de Setúbal - SALPA	1979	Património histórico-cultural

Sintra	*Associação dos Espeleólogos de Sintra*	1975	Património arqueológico e natural
	A Barca dos Saloios - Associação para a Salvaguarda do Património da Região de Sintra	1977	Património cultural
	Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Belas - Grupo de Património	1978	Património cultural, etnográfico e natural
	Associação de Defesa do Património de Sintra	1981	Património construído e natural
Inter-concelhia	*Comissão Inter-Concelhia de Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras*	1977	Património histórico-cultural
Região de Lisboa	*Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa*	1980	Património industrial

Fontes: "Questionário às ADPs" in *ACTAS - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, dact., p. 115-125; RAPOSO, Jorge, "Património e Associativismo" in *Al-madan*, II Série, n.º 6, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 1997, p. 100-120; *ACTAS - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, s.d.; *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, dact.

O calendário de criação das ADPs na região em torno da capital[302] não deixa de apresentar alguns factos inesperados, quando comparado com os dados veiculados pela maioria dos autores que abordaram o historial destas associações, posicionando o seu nascimento preferentemente nos anos posteriores a 1977/78 e destacando Alcobaça, Santarém, Braga e Torres Vedras como berços deste tipo de associativismo. Com efeito, se bem que o maior número de ADPs (10) na região de Lisboa seja criado entre 1979 e 1982, nos "anos de ouro" dos *Encontros*, não deixa de ser significativo que cerca de uma quinta parte tenha sido fundada entre 1972 e 1976, antecedendo mesmo uma delas (*Centro de Arqueologia de Almada)* o novo regime saído de Abril, ao passo que as outras viram a luz nos anos da Revolução. Já o final dos anos oitenta é parco na estimulação deste tipo de associativismo, surgindo apenas duas associações criadas em 1988.

[302] Utilizámos como critério o ano de "criação", ou seja, aquele em que a ADP inicia a sua actividade efectiva e não o da escritura notarial, uma vez que nalguns casos não chegaram as mesmas a ser assinadas em notário e noutros existiram intervalos de alguns anos entre a "fundação" e a "legalização".

A partir da análise da distribuição cartográfica das ADPs criadas no período em estudo, é visível que a distribuição geográfica é bastante desigual, havendo oito concelhos onde não existiram associações dedicadas localmente à temática patrimonial (pelo menos formalmente instituídas): Alcochete, Azambuja, Barreiro, Lisboa,[303] Moita, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira.[304] Em contrapartida, dos municípios com ADPs destacam-se numericamente Almada e Sintra, cada um deles comportando quatro associações, seguidos de Cascais com três.

3.2 EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PATRIMÓNIO

No tocante à noção de património presente na orientação temática destas associações, esta é em aproximadamente metade dos casos uma noção global, compreendendo as componente naturais e culturais, numa perspectiva integrada que estava de acordo com o "conceito de património", tal como foi apresentado no *1.º Encontro* de Santarém. Contudo, a problemática patrimonial circunscrita às vertentes "histórico-cultural", arqueológica, edificada, artística e etnográfica ocupava, por seu turno, as preocupações de um número quase idêntico de associações.

Destacava-se nesta perspectiva, pela delimitação temática e pela inovação do assunto, a *Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (*AAIRL*)*, nascida em 1980, que constituiu o embrião da futura *Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial* (APAI), fundada em 1987. O aparecimento da AAIRL concretizava no plano associativo a atenção que em Portugal a arqueologia industrial vinha merecendo desde o final dos anos setenta, designadamente em meios universitários, de que se destacava, sob o impulso de Jorge

[303] Não considerámos as associações de âmbito nacional com sede em Lisboa ou noutros concelhos, designadamente: *Frente Ecológica* (com sede em Oeiras); *Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos; Associação Portuguesa das Casas Antigas; Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos de Ferro; Liga para a Protecção da Natureza.*

[304] Nalguns casos existiram grupos ou núcleos de pressão e intervenção com actividade no interior de colectividades e associações culturais já constituídas com outros fins. Assim sucedeu em Vila Franca de Xira com o efémero *Núcleo de Defesa do Património* da *Cooperativa Alves Redol*, com funcionamento durante alguns meses do ano de 1983.

custódio, a criação da cadeira *Revolução Industrial e Problemas da Indústria em Portugal nos séculos XVIII, XIX e XX* no ano lectivo de 1977/78, na Faculdade de Letras de Lisboa.

À participação activa da AAIRL no *1.º Encontro* de ADPs se ficou a dever uma das primeiras tomadas públicas de posição sobre a salvaguarda do património industrial, constante das *Conclusões* daquele encontro, que apelava à necessidade de inventariação, de classificação e de investigação dos testemunhos referenciados pela arqueologia industrial. Vocacionada para um domínio emergente, que se encontrava longe das preocupações oficiais da protecção patrimonial e que atraía a atenção de restritos círculos científicos e culturais, ligados a universidades e ao meio industrial, a AAIRL foi um notável difusor da noção de alargamento do património aos testemunhos provenientes da actividade industrial.

A acção desta associação na Região de Lisboa incidiu sobretudo em concelhos da margem esquerda (para além do inventário das fábricas da cidade de Lisboa) designadamente no Seixal e Barreiro, onde os seus dirigentes e membros conduziram intervenções arqueológicas respectivamente na Fábrica de Garrafas da Amora (em 1982-83) e na Real Fábrica de Vidros de Coina (de 1983 a 1990). Aos projectos de investigação, que de forma continuada a AAIRL desenvolveu ao longo da década de oitenta, somou-se a programação e a efectivação de diversas acções de formação acompanhadas da produção de documentação de apoio, de que destacamos o *1.º Curso de Iniciação à Arqueologia Industrial*, organizado em Lisboa, em colaboração com o *Centro Nacional de Cultura*, em 1984 e 1985, com um notável impacto na altura.[305]

Também à acção da AAIRL, e em particular ao seu dirigente, Jorge Custódio, se deveu a organização da exposição "A Arqueologia Industrial: um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender", inaugurada em 1985 no edifício da Central-Tejo em Lisboa e em preparação desde 1981, que consistiu na principal iniciativa de divulgação desta disciplina e de sensibilização à problemática da salvaguarda do património industrial em toda a década de

[305] Entre os "Cadernos de Apoio" ao curso conta-se "Museologia e Conservação" organizado por Mário Moutinho e Guerra Soares. Outros cursos promovidos, numa primeira fase, pela AAIRL e posteriormente pela APAI: *Curso em Arqueologia Industrial na Área dos Correios, Telecomunicações e Transportes* (1987), *Curso de Museologia e Conservação de Materiais* (1987), *Curso de Guias de Turismo Especializado – Guias de Arqueologia* (1987-90).

oitenta. Oficialmente enquadrada pelo Ministério da Cultura, que nomeou em 1984 a *Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial*[306] (estava também prevista a sua realização posterior no Porto), esta exposição congregou na sua preparação representantes do IPPC, do Ministério da Indústria e Energia, do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, da Associação Industrial Portuense e da Electricidade de Portugal. A posterior criação do Museu da Electricidade no edifício da Central-Tejo, pela Electricidade de Portugal, surgiu na confluência dos resultados da exposição e da acção da própria empresa. Outros empreendimentos que a organização daquela exposição temporária prenunciava não vieram a concretizar-se: no seio do IPPC a almejada criação de um serviço vocacionado para o património industrial não teve seguimento, nem foi fundado o "Museu da Indústria", que o programa expositivo prefigurava.

Aparecendo a *defesa do património* como o principal objectivo da maioria das associações da AML, e muitas vezes dando-lhes o nome, a formulação dos fins para que foram criadas deixa transparecer também, ora uma maior inclinação no sentido da consideração de atitudes de estudo, de salvaguarda e de valorização (de que é exemplo a SALPA de Setúbal), ora tão só o fomento do interesse das populações e da vigilância destas face à delapidação dos bens culturais (*Liga dos Amigos de Mafra*).

Nesta perspectiva de análise destacava-se o *Grupo de Investigação e Divulgação Científica*, com sede em Almada, que elegia a investigação como seu objectivo central: (...) *promover a investigação científica de todos os temas considerados por este como sugestivos, interessantes e importantes e sua respectiva divulgação.*[307] Nascido em 1977, este *Grupo* congregou algumas pessoas oriundas das ciências exactas e com acentuadas preocupações ambientais, tendo efectuado logo nesse ano no Seixal um estudo ambiental sobre o sapal e a implantação geográfica dos moinhos de maré.[308]

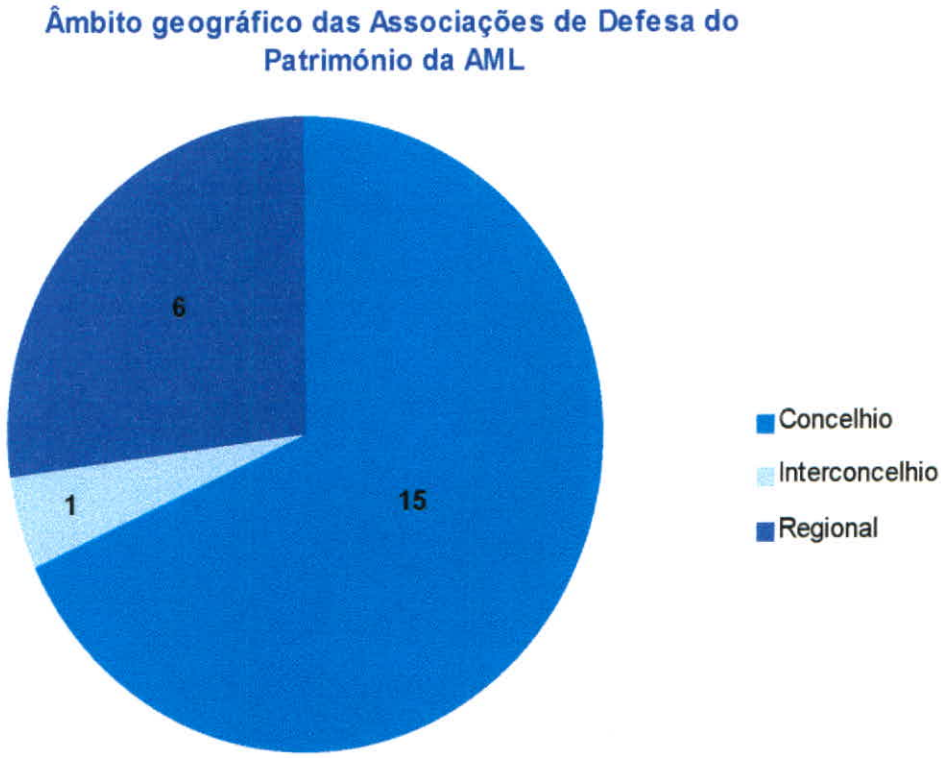
---

[306] Despacho n.º 36/84 de 18 de Abril de 1984 do Ministro da Cultura (D.R. II Série, n.º 107, de 9 de Maio de 1984).

[307] D.R. III Série, n.º 6, de 7/1/1978. Um dos elementos deste Grupo, Eduardo Casares de Almeida, apresentou no 2.º Encontro de Associações de Defesa do Património em Braga, em 1981, a comunicação "A preservação do património genético".

[308] Jorge Custódio refere que, em Março de 1980, a CM Seixal ao propor-se recuperar e preservar os moinhos de maré o faz (...) *sensibilizada pelas investigações do Grupo de Investigação e Divulgação Científica de*

Gráfico 5



O âmbito geográfico-administrativo de intervenção destas associações é dominado pelo horizonte concelhio (15), não deixando, porém, de ser interessante realçar a perspectiva "regional" assumida por cerca de uma quarta parte das associações, noção que, neste contexto, nos merece alguma reflexão.

Se no que respeita à AAIRL é evidente o objectivo associativo de vocacionar a sua acção para a área metropolitana da capital, noutros casos - *Região de Sintra, Região de Mafra* - parece, antes, que o ponto de partida permanece o território do concelho, extravasados, no entanto, os seus rígidos limites administrativos para uma intervenção mais alargada que não se deixe tolher artificialmente por aquelas balizas. Já no que toca à *Região de Setúbal* os estatutos da SALPA são esclarecedores a este respeito: *(...) entendendo-se desde já por "região de Setúbal", para os efeitos desta associação, a área que é abrangida pelos concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal e as zonas dos concelhos de Alcácer do Sal e*

Almada.. (Cf. CUSTÓDIO, Jorge et al, *A Arqueologia Industrial em Portugal - Cronologia*, Lisboa, AAIRL, 1981, dact., p. 9)

Grândola que envolvem o estuário do rio Sado e os seus afluentes (...)[309] Assim, o conceito de região, assente em bases geográficas e culturais ganhava relevo no perfil desta associação sediada em Setúbal, ao passo que a DEPA (também com sede nesta cidade) visava, antes, o distrito de Setúbal, optando por uma perspectiva de base administrativa.

Um último caso em que esta visão regional não se encontra expressa na própria designação, vindo, porém, a ser assumida na prática é o do *Centro de Arqueologia de Almada*, cuja intervenção não se deixa espartilhar pelo território concelhio, estendendo-se activamente aos municípios vizinhos, designadamente os que não possuíam ADPs (Seixal, Barreiro, Alcochete).

Um outro modelo de intervenção territorial é perfilhado pela *Comissão Inter-Concelhia para Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras*, única associação de carácter inter-municipal da Região de Lisboa. Nascida na segunda metade da década de setenta (e antecedendo outras associações só posteriormente surgidas no concelho de Cascais), esta Comissão nasceu de um grupo de arqueólogos, alguns dos quais vieram a integrar posteriormente os Serviços Culturais e Patrimoniais das autarquias citadas.[310] Este grupo teve, nesse mesmo período, uma activa, embora curta, intervenção ligada sobretudo à pesquisa arqueológica daqueles concelhos e posteriormente também ao da Amadora (após a sua criação em 1979), de que resultaram projectos de investigação, visitas e a programação de uma exposição.

[309] D.R. III Série, n.º 219, 21/9/1979

[310] Deste grupo faziam parte António Gonzalez, Guilherme Cardoso, João Ludgero Marques (posteriormente a colaborar com a Câmara Municipal de Loures), João Luís Cardoso (que integrou a Câmara Municipal de Oeiras), José Cardim Ribeiro (que, em 1978, ingressou na Câmara Municipal de Sintra), Jorge Paulino e Rui Oliveira.

3.3 RELACIONAMENTO COM O MOVIMENTO MUSEOLÓGICO

Passamos finalmente a procurar alguns sinais de relacionamento entre as ADPs e o movimento museológico, tanto nos princípios e objectivos para que as primeiras foram criadas como nas práticas que vieram a desenvolver. No contexto nacional a *Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça* (ADEPA) é provavelmente o caso mais emblemático do cruzamento estreito entre os objectivos amplos da defesa do património e a finalidade de criação de um museu, preocupação veiculada nos próprios estatutos, como primeiro fim específico desta Associação:

> Art. 3.º - *a) Pugnar pela criação, instalação e funcionamento de um museu de Alcobaça, entendido não só como lugar de guarda e exposição de todos os objectos destinados a testemunhar a cultura, a arte e a ciência da região, mas também como centro de estudos e documentação de tudo o que interesse à mesma região e de animação de ordem cultural, artística e científica*;(...) [311]

Deste modo, o objectivo de criação do museu de Alcobaça antecipava os restantes propósitos desta Associação (tornar conhecido o património cultural, artístico e científico, contribuir para a defesa e valorização do património e para o impedimento da degradação do seu meio ambiente e aglutinar as pessoas em volta do *ideal de dedicação à região*) encontrava eco nas actividades desenvolvidas, com vista a tornar realidade o museu de Alcobaça, intuito em que a própria organização do *Congresso* de 1978 se inseriu.

Também em Torres Vedras e em Alenquer podemos encontrar dois exemplos de estreita colaboração entre museus já instituídos e ADPs, visível no primeiro caso em apoios a edições do museu e em Alenquer no facto de a *Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região* ter a sua sede no próprio Museu Hipólito Cabaço, tutelado pela Câmara Municipal.

---

[311] *Boletim da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Alcobaça*, n.º 1, Alcobaça, ADEPA, Abril/Setembro de 1978, p. 6.

No quadro geográfico da AML a *Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal (*SALPA*)* incluía nos seus objectivos estatutários o desenvolvimento de actividades de divulgação e de animação sócio-cultural-educativa com vista à participação das populações na defesa e valorização do *património museológico*, a par do *património arqueológico, artístico móvel, construído, documental e bibliográfico, etnográfico e, paisagístico e natural.*[312] A esta perspectiva não será alheio o papel do Museu de Arqueologia e Etnografia, tutelado pela Assembleia Distrital de Setúbal, estreitamente ligado à génese do associativismo de defesa do património setubalense: *Nele se forjaram duas associações de defesa do património que agregam apreciável número de membros: a SALPA e a DEPA.* [313] Com efeito, os responsáveis do Museu estimularam o nascimento destas associações e disponibilizaram apoios logísticos para o seu funcionamento, numa perspectiva de ligação ao meio cívico local. Esta conexão torna-se bem patente quando em 1986 a DEPA reagiu de forma combativa à desactivação das Assembleias Distritais, decorrente do D.L. 288/85, considerando, em comunicado, que o mesmo desferia um golpe *quase mortal* nos museus tutelados por aquelas entidades, os quais contribuíam *para a descentralização cultural, através de actividades de investigação, animação cultural e conservação.*[314]

Na Amadora as origens do *Centro Cultural Roque Gameiro*, que remontam aos anos sessenta, estão intimamente associadas à investigação arqueológica e ao objectivo de constituição de um museu. Assim, na sequência de prospecções arqueológicas realizadas desde 1960 por um grupo de jovens em terrenos que viriam futuramente a integrar-se no município da Amadora, foi formada uma colecção arqueológica, instalada na residência de um dos elementos deste grupo e conhecida por "museu particular da Amadora". Em 1973 o mesmo grupo passou a dispor das instalações da Casa Roque Gameiro para aí funcionar o "museu arqueológico da Amadora", vindo a constituir-se a associação *Centro Cultural Roque Gameiro*, em 1974, e no seio desta uma secção de arqueologia. Entre 1973 e 1979 a colecção de materiais

[312] D.R - III Série, n.º 219, de 21/9/1979.
[313] SOARES, Joaquina, "Aspectos e problemas do património cultural do distrito de Setúbal", in IPPC/IFP, *Museus e Património Cultural Regional - Semana de Reflexão*, Lisboa, 12 a 16 de Dezembro de 1983, dact.
[314] DEPA - *D.L. 288/85 ou O Extermínio dos Museus Regionais*, Comunicado recebido pela Câmara Municipal do Seixal em 31 de Março de 1986.

arqueológicos e geológicos, organizada por esta associação com fins de estudo, foi visitada regularmente pelo público local na Casa Roque Gameiro.

Para além do facto de algumas ADPs conterem nos seus objectivos originais propósitos de constituição de museus, também a inter-relação pessoal ou mesmo a sobreposição entre os seus membros e os técnicos dos novos museus, em gestação ou reformulação, foi uma realidade.

Em 1981, no *2.º Encontro* de ADPs, em Braga, José Cardim Ribeiro que exercia funções nos museus tutelados pela autarquia sintrense, apresentava uma *Proposta para a Criação do Parque Natural da Serra de Sintra,* assente em preocupações de salvaguarda do património natural e cultural, aliadas a uma ampla concepção museológica de intervenção no território.

> *Tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a uma preocupação que seremos tentados a classificar de "histórico-ecológica" e que resulta afinal na delimitação de "parques naturais", grandes áreas que deverão resistir, por devidamente preservadas, à progressiva deterioração que o "cancro urbanístico", a poluição e outros factores constantemente provocam. / Tais áreas deverão constituir, num futuro que, esperamos, não seja em demasia longo, autênticos "macro-museus".* [315]

Esta proposta avançava com argumentos concretos para classificar como *parque natural* (ao abrigo da legislação ambiental de 1976) toda a Serra de Sintra, definindo os seus limites, caracterizando os respectivos *valores* e apontando a *Associação de Defesa do Património de Sintra* como motor do respectivo processo. Ao identificar os *valores* locais como *naturais* e *humanos* (vestígios arqueológicos, monumentos histórico-artísticos, património etnográfico), a defesa do modelo ecomuseológico surgia, neste contexto, como o que melhor se adaptaria à transmissão de uma perspectiva integrada da história da região.

> *Deverão, finalmente, ser conservados e restaurados alguns exemplares mais característicos que permanecem absolutamente inalterados, quer no exterior, quer*

ainda no seu interior, com testemunhos-tipo da construção tradicional nesta região, servindo elas próprias como que de ecomuseus *para as futuras gerações. (...) O Museu atrás citado deveria ser construído de molde a dar uma visão tão completa quanto possível da História Natural e Humana da Serra em todas as épocas e nos seus múltiplos e variados aspectos.* [316]

No Montijo, onde não existia qualquer instituição museológica, o *Círculo de Estudos e Defesa do Património Histórico Cultural do Concelho do Montijo* fazia da exposição "De Aldegalega a Montijo" uma experiência de sensibilização ao património local, inserida em programa de manifestações com visitas guiadas e conferências com o objectivo de *(...) procurar transmitir uma noção plural e diversificada de "património", através de um programa de actividades que motivasse, pelo menos, a curiosidade das pessoas.* Um dos resultados redundou na oferta de documentos antigos a esta associação (...) *na intenção de preservar esses valores.*[317]

A promoção de exposições como meio de sensibilização das populações à problemática do património constituiu uma estratégia de comunicação privilegiada pelas ADPs, que foi prontamente rentabilizada pelas autarquias, quando estas começaram a integrar nos seus quadros jovens técnicos oriundos do movimento patrimonial.

A par das ADPs, também algumas colectividades e grupos folclóricos diligenciaram a concretização de espaços museológicos, em ligação com preocupações de recolha e de conservação de colecções etnográficas, algumas vezes beneficiando de apoios autárquicos, outras trilhando percursos mais individualizados. Embora esta realidade não assuma na AML uma grande expressividade comparativamente com outros pontos do País, podem detectar-se as seguintes situações a merecer referência no presente contexto: "Museu" da *Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira* (Alcabideche, concelho de Cascais); Núcleo

---

[315] RIBEIRO, José Cardim, "Proposta de Criação de um Parque Natural da Serra de Sintra" in *Actas - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* (Braga, 9-12/Abril/1981), Braga, s.d., p. 243.

[316] RIBEIRO, José Cardim, "Proposta de Criação de um Parque Natural da Serra de Sintra" in *ACTAS - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, s.d., p. 255-256.

[317] GRAÇA, Luís Santos, TAPADINHAS, Joaquim, "Defesa do património cultural: uma experiência local de sensibilização" in *ACTAS - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, dact., p. 169.

Museológico do *Grupo Musical e Recreativo da Bemposta* (Bucelas, concelho de Loures); *Museu Joaquim Ferreira*, dependente do *Grupo Cultural e Recreativo de Belas* (concelho de Sintra).

Sendo mais evidentes nos últimos dois casos as ligações aos movimentos patrimoniais e museológicos autárquicos, assinalamos no percurso seguido pelo *Museu Joaquim Ferreira* o seu enraizamento na configuração do próprio Grupo Folclórico e nas pesquisas efectuadas aquando da sua sedimentação, em conjugação com as directrizes da *Federação Portuguesa de Folclore*. Tais esforços, materializados em "recolhas" de danças, cantares, pregões e trajos, ocorrem nos anos de 1975/76 e originam em 1978 a abertura de um museu dedicado à etnografia da região saloia. Aproximadamente no mesmo período a mesma colectividade que alojava este grupo folclórico e o seu museu (*Grupo Cultural e Recreativo de Belas*) deu também acolhimento a um grupo de património desenvolvido no seu seio e que, apesar da sua efémera existência, chegou a participar no *2.º Encontro das Associações de Defesa do Património*, em Braga, em 1981.

Em Bucelas é nos finais dos anos oitenta que se constitui o Núcleo Museológico do *Grupo Musical e Recreativo da Bemposta*, embora as pesquisas e recolhas se tenham iniciado em 1983/84. Já no início dos anos noventa veio o *Museu Municipal de Loures* a dar apoio técnico às tarefas museográficas deste Núcleo, contribuindo para a organização, registo e apresentação das colecções, chegando mesmo a confundir-se a dada altura a sua autonomia tutelar, em virtude da divulgação deste núcleo em consonância com os daquele museu autárquico.

Deste modo, as ligações que se estabeleceram entre as unidades museológicas de criação associativa e as autarquias foram variáveis, verificando-se que os apoios técnicos e de formação que o *Museu Joaquim Ferreira* logrou obter, provinham do Museu Nacional do Trajo, do Museu da Cidade de Lisboa e dos serviços culturais da Assembleia Distrital de Lisboa, ao invés de se situarem na esfera museológica da autarquia sintrense. Em contrapartida, o Núcleo Museológico do *Grupo Musical e Recreativo da Bemposta* encontrou no Museu Municipal de Loures a cooperação técnica à sua sedimentação, embora em período já fora da esfera temporal que o presente estudo abrange.

4 ORIENTAÇÕES AUTÁRQUICAS

4.1 REESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

A estrutura dos serviços das câmaras municipais ao longo do Estado Novo assentava em três pilares orgânicos, definidos pelo *Código Administrativo* de 1940 dentro do espírito da Constituição de 1933 e mantidos quase sem alterações até 1974: *serviços administrativos* (a *Secretaria* e a *Tesouraria*), *serviços especiais* (médicos e veterinários, aferidores de pesos e medidas, polícia municipal) e *serviços municipalizados* (águas, lixos, mercados, transportes colectivos). A organização interna das autarquias repousava sobretudo nos primeiros serviços, cujos dirigentes, *chefes de secretaria* e *tesoureiro*, constituíam as pedras basilares da arquitectura administrativa local, a que posteriormente se tinham juntado os *serviços técnicos*, com intervenção nas obras municipais e urbanismo.

As questões culturais concentravam-se geralmente nas bibliotecas e museus de tutela municipal, nos casos em que estas entidades existiam, em directa dependência do presidente de câmara ou de um vereador mais vocacionado para as matérias da cultura. A esta orgânica interna acresciam, dentro dos *órgãos municipais consultivos*, as *comissões municipais de arte e arqueologia*, compostas por um vereador (designado pelo presidente da câmara), o *director do museu da sede do concelho, onde o houver (...)*, um professor, um representante das associações culturais (ou do grupo de amigos dos monumentos ou dos museus do concelho) e um sacerdote. Por estas comissões passavam os assuntos referentes a planos de urbanização que interferissem com monumentos e projectos de valorização destes últimos, competindo-lhes ainda *(...) colaborar com os órgãos de administração central na defesa dos interesses artísticos, progresso da cultura e da educação do gosto popular.*[318]

Tal estruturação autárquica para os domínios patrimoniais revelava no início dos anos setenta grandes debilidades. Os museus não tinham sido refrescados com novos quadros técnicos, após

[318] Art. n.º 114 do *Código Administrativo*, revogado pela Lei 79/77, de 25 de Outubro. Cf. PALXÃO, J. da Silva et al, *Código Administrativo Actualizado e Anotado. Legislação Complementar*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 1989.

o desaparecimento dos seus fundadores e mentores iniciais, estando em muitos casos entregues as instalações a "guardas" e a "contínuos", que se limitavam a cumprir funções de vigilância. A inexistência de serviços culturais camarários que enquadrassem as instituições locais, fossem elas museus, arquivos ou bibliotecas, conduzia a situações de grande disparidade entre estas, flutuando os seus meios e recursos em função de circunstancialismos pontuais, mais do que de políticas continuadas e de investimentos regulares.

Os corpos administrativos, que estavam em funções em 25 de Abril de 1974, foram dissolvidos a partir do mês de Junho do mesmo ano pelo Ministério da Administração Interna (que tomou o lugar do Ministério do Interior), a quem foi cometida tal competência, bem como a de nomear, em sua substituição, as *comissões administrativas*.[319] No entanto, logo nos últimos dias de Abril e nos inícios de Maio foram as câmaras municipais e as juntas de freguesia "assaltadas" pelo movimento popular, que procedeu ao saneamento de membros do executivo e de algum pessoal dirigente e à eleição em plenários das novas *comissões administrativas*, empossadas formalmente ao longo dos meses seguintes pelos respectivos governos civis. A título exemplificativo mencionamos a eleição da *Comissão Democrática Administrativa* da Câmara Municipal do Seixal, ocorrida em plenário de moradores, na colectividade *Sociedade Filarmónica União Seixalense*.[320]

Na AML o calendário de empossamento dos novos órgãos variou em função da localização das autarquias, ora no distrito de Lisboa, ora no de Setúbal, tendo sido geralmente mais céleres os processos respeitantes ao primeiro caso, em virtude da nomeação mais tardia do governador civil de Setúbal. Ao longo dos meses de Junho e Julho de 1974 foram emitidas portarias do Ministério da Administração Interna (posteriormente publicadas na II Série do Diário da República) que dissolviam as anteriores Câmaras Municipais e nomeavam as *comissões administrativas*: Oeiras em 8 de Junho; Sintra em 12 de Junho; Vila Franca de Xira em 14 de Junho; Palmela em 15 de Junho; Alcochete em 19 de Junho; Mafra em 6 de Julho; Seixal e Sesimbra em 8 de Julho. Alguns dias depois da emissão das portarias foram os novos corpos

[319] D.L. n.º 236/74, de 3 de Junho. Define a composição e o âmbito das comissões administrativas: *2. As comissões administrativas dos corpos administrativos serão compostas por personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identifiquem com o Programa do Movimento das Forças Armadas anexo à Lei n.º 3/74.*

autárquicos empossados pelos respectivos governadores civis. Mais tardia foi a dissolução da autarquia da capital, cuja comissão administrativa só foi nomeada por portaria de 26 de Agosto de 1974.

A partir de Setembro/Outubro de 1974 encontravam-se regularizados os processos de legalização dos órgãos autárquicos, mantendo-se as *comissões administrativas* em funções durante mais de dois anos, até 3 de Janeiro de 1977, data da tomada de posse dos novos corpos administrativos, resultantes das primeiras eleições democráticas para as autarquias locais.[321] Realizado em 12 de Dezembro de 1976, este acto eleitoral permitiu, por sufrágio universal, a escolha directa dos órgãos das colectividades locais, consistindo numa das mais importantes manifestações de enraizamento do novo regime no período imediatamente seguinte a 1974.

A curta vigência das *comissões administrativas*, num tempo marcado por movimentações sociais vastas e por alterações do quadro político, não deu azo a reestruturações orgânicas de fundo dos serviços municipais, cujo funcionamento geralmente prolongou o anterior modelo, não obstante as alterações de cargos dirigentes, a admissão de alguns técnicos e a definição de novos objectivos e de prioridades para o trabalho autárquico.

Nalguns casos, porém, como sucedeu em Almada ainda na vigência da *comissão administrativa* foi a câmara municipal organizada provisoriamente em cinco serviços, conhecidos pela sua identificação numérica, correspondendo o campo cultural ao serviço n.º 5. Também em Vila Franca de Xira, ao ser aprovado no final de 1976 o Plano de Actividades para o ano seguinte, a estrutura orgânica da câmara municipal previa cinco serviços, designados de forma nominal e numérica, equivalendo o n.º 3, aos *Serviços de Saúde e Acção Social, Cultural e Recreativa*, embora na prática estes ainda não estivessem em funcionamento. A definição das atribuições dos serviços vilafranquenses no tocante à cultura eram muito vagas e no domínio dos museus e do património tornavam-se ainda mais lacunares: *(...) gestão e apoio da acção cultural, incluindo bibliotecas e museus, publicações municipais*

---

[320] Cf. NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal - 1-Cronologia*, Seixal, Câmara Municipal, 1982, 2.ª edição, p. 109.

[321] No Estado Novo o presidente da câmara era nomeado pelo governo, cabendo ao conselho municipal, (chefiado pelo próprio presidente da câmara) eleger os vereadores.

e actividades culturais.[322] No entanto, o organigrama então concebido incluía na *Cultura* as áreas de *Bibliotecas, Museus, Publicações Municipais e Actividades Culturais*, não especificando as atribuições e objectivos para o domínio museológico.

Encontrava-se ainda neste período em vigor o *Código Administrativo*, cuja alteração constituiu uma das prioridades dos novos autarcas: em Dezembro de 1974 era anunciado pelo presidente da *comissão administrativa* da Câmara Municipal de Oeiras, Orlando Gonçalves, a intenção de organizar, em Maio de 1975, um Congresso das Autarquias Locais, cujo principal objectivo era a refusão daquele documento regulador do Estado Novo[323]. Este Congresso não se veio a realizar, apesar de várias movimentações nesse sentido e de frequentes notícias na comunicação social sobre a sua preparação. Ainda em 1974 ocorre uma medida "histórica" visando igualar as condições remuneratórias da administração local às da sua congénere central, até então diferenciadas, através da concessão de subsídios às câmaras municipais para permitir que os vencimentos destes funcionários públicos não fossem objecto de discriminação.[324] Este factor marcou o início da revalorização das condições de trabalho nas autarquias locais, cujo desnivelamento em relação ao funcionalismo central tinha caracterizado a política do Estado Novo nesta matéria.

No início do ano de 1977, num tempo marcado por fortes movimentações partidárias que acompanharam as primeiras eleições, foram empossados os órgãos dos municípios (assembleias municipais, câmaras municipais e juntas de freguesia). Nasceu então um novo período funcional para as autarquias, as quais, mediante a *Constituição da República* (promulgada em 1976), passaram a ser reconhecidas como formas autónomas de administração local, em contraponto ao anterior entendimento veiculado pelo *Código Administrativo,* que as considerava formas de administração indirecta do Estado. Também em Outubro de 1977 foi publicada a Lei de Bases das Autarquias (Lei n.º 79/77) que revogou grande parte das disposições do antigo *Código* e definiu as linhas-mestras da actuação municipal, embora de modo bastante vago no respeitante às áreas culturais.

---

[322] Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *Plano de Actividades para o ano Económico de 1977.*

[323] Entrevista de Orlando Gonçalves ao semanário *Sempre Fixe*, de 14 de Dezembro de 1974, cit. in OLIVEIRA, César, *História dos Municípios e do Poder Local*, Coimbra, Temas e Debates, 1996, p. 353.

[324] D.L. n.º 626/74, de 16 de Novembro.

De entre as prioridades da jovem administração local, constou a sua reestruturação funcional, a despeito do processo ser eivado de grande lentidão, prolongando-se ao longo dos anos oitenta e só se configurando verdadeiramente a partir da publicação do D.L. n.º 116/84, que veio instituir os princípios de modernização administrativa das autarquias locais. Com efeito, não obstante terem sido publicadas no final dos anos setenta as leis fundamentais das autarquias (Lei n.º 1/77 e Lei n.º 77/79) no respeitante à estrutura e à organização continuaram os municípios a reger-se pelas normas do *Código Administrativo*, situação que só foi modificada com a promulgação do citado decreto-lei em 1984. Ou seja, durante dez anos, às novas atribuições e às acrescidas competências autárquicas não correspondeu um quadro orgânico inovador, que dotasse estes órgãos dos adequados recursos para melhor responder às exigências que se lhe colocavam.[325]

No entanto, logo no início de 1977, as autarquias criaram serviços técnicos, designadamente nos domínios das obras públicas e da habitação. Em Fevereiro estavam já em funcionamento os Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal do Seixal, o que é sinal da importância que este sector assumiu na maioria das autarquias da AML, a braços com o enorme problema da construção clandestina, que ocasionou a realização em 1981, das *1.ªs Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos*, com organização da autarquia seixalense. Em Vila Franca de Xira o organograma aprovado no final do ano de 1977,[326] criou cinco Departamentos camarários (*Administração Geral, Fomento, Cultura e Acção Social, Economia e Turismo, Salubridade Pública*), sendo dada prioridade de estruturação ao de *Fomento* por se tratar, nas palavras do presidente desta câmara municipal (...) *do sector mais decisivo na transformação das condições de vida das populações* (...).[327] A primazia concedida pelas autarquias à satisfação das necessidades colectivas mais básicas aparecia, assim, como uma das características das actividades municipais, em reacção ao subdesenvolvimento local que a maioria dos concelhos denotava.

---

[324] D.L. n.º 626/74, de 16 de Novembro.

[325] D.L. n.º 116/84, de 6 de Abril: *1. A estrutura e a organização dos municípios tem continuado a reger-se pelas normas do Código Administrativo, cuja filosofia centralizadora contraria os princípios constitucionais vigentes sobre a autonomia das autarquias locais e a consagração do poder local.*

[326] *Acta da Reunião Ordinária da CMVFX*, de 30 de Novembro de 1977.

[327] *Acta da Reunião Ordinária da CMVFX*, de 21 de Outubro de 1977.

Escassos meses após a tomada de posse dos executivos democraticamente eleitos, iniciaram estes a discussão que conduziu à posterior aprovação dos novos organogramas dos serviços, certamente bastante pressionados pelas atribuições que doravante lhes estavam cometidas. É sintomático que em Março de 1977, passados dois meses do empossamento dos corpos autárquicos, o Secretário de Estado da Cultura, David Mourão Ferreira, emitisse um despacho no sentido de que a respectiva Secretaria passasse a considerar os pedidos de subsídio, apenas quando veiculados pelas câmaras municipais, tendo em conta que *(...) são precisamente esses órgãos de poder local, através dos respectivos presidentes e comissões de cultura, que mais directo conhecimento têm das carências e apetências culturais de cada concelho.*[328] Como se verifica pelo teor do despacho, a inexistência de serviços de cultura nas novas autarquias levava a que tais matérias estivessem directamente agregadas à presidência ou a órgãos consultivos, como as *comissões de cultura.*

Nos processos de discussão das novas estruturas funcionais foram envolvidos membros dos executivos camarários e das comissões sectoriais das assembleias municipais, membros das comissões de trabalhadores e dirigentes dos serviços administrativos e técnicos (mercados, obras públicas, habitação social).[329] O sentido de urgência de que se revestia a reestruturação dos serviços era defendido sobretudo pelos autarcas (tanto dos executivos camarários como das assembleias municipais) que viam nesta medida sociopolítica uma oportunidade de mudança e de alteração do deficiente funcionamento da "máquina" municipal e da má imagem dos serviços junto das populações, bastamente conotados com as características do regime anterior, de que o novo poder local almejava distanciar-se. Tal urgência conduziu a que no final de 1977 estivessem aprovados em algumas câmaras municipais novos organogramas de serviços, sem que em simultâneo as atribuições e as competências das respectivas unidades orgânicas tivessem sido definidas e caracterizadas.

Até ao final da década de setenta e ainda nos primeiros anos de oitenta configuraram-se as câmaras municipais às novas orgânicas emergentes, passando a estruturar-se em

[328] Despacho do Secretário de Estado da Cultura de 1 de Março de 1977, D.R. II Série, n.º 68 de 22 de Março de 1977.

[329] As Actas das Reuniões da CMVFX ao longo dos meses de Outubro e Novembro de 1977 dão conta da acesa discussão havida entre os membros do executivo, os da comissão de trabalhadores e os dirigentes de serviços a

Departamentos e no seio destes em Serviços, onde cabia à cultura um lugar partilhado com outros domínios de acção, oscilantes de autarquia para autarquia, podendo incluir a saúde, o ensino, a acção social, o turismo, a juventude e o desporto. A denominação "Departamento de Cultura e Acção Social" é, sob diferentes variantes, comum a várias autarquias, cujas lógicas de organização ultrapassam largamente os respectivos debates em contextos funcionais internos para assumirem também (e, com elevada probabilidade, de modo predominante) orientações partidárias que conduziram a estruturas de grande semelhança entre câmaras municipais do mesmo espectro político-partidário. A este factor acrescem as colaborações entre câmaras municipais e empresas de consultoria que, ao estudar e propor as novas estruturas, contribuíram para a normalização e a generalização dos mesmos modelos funcionais a grupos de autarquias.[330]

Em Vila Franca de Xira o *Departamento de Cultura e Acção Social (DCAS)* foi configurado em cinco serviços (*Acção Social, Cultura, Ensino, Desporto* e *Saúde*), sendo as áreas de animação cultural, património e biblioteca integradas dentro dos Serviços de Cultura. Entre 1977 e 1979, com denominações similares e abrangendo sensivelmente as mesmas áreas temáticas foram criados *Departamentos de Cultura* nas diferentes câmaras da AML

Os museus sob tutela municipal e os que iam sendo criados alojaram-se em Serviços e Divisões de Acção Cultural, a partir do momento em que estes foram instituídos, muitas vezes sem referências específicas nos próprios organogramas, ou então correspondendo as áreas patrimoniais e museológicas a serviços definidos. O Sector de Património Histórico-Cultural, nascido em 1980 no seio dos Serviços Culturais do *Departamento de Cultura* da Câmara Municipal do Seixal é uma das primeiras unidades orgânicas de denominação patrimonial a surgir no âmbito das novas estruturas municipais. No entanto, a situação mais generalizada é a da existência de uma ampla Divisão de Acção Cultural (por vezes também Social e Educativa)

---

propósito da nova estrutura, designadamente nos domínios das obras e do urbanismo. As áreas culturais não são referidas nestes debates.

[330] A colaboração entre câmaras municipais onde os executivos eram predominantemente do PCP e a SISMET conduziu a organigramas de serviços quase idênticos em diferentes autarquias.

que acolhe os museus preexistentes e onde germinam os novos museus que vêm a ser instituídos.

No tocante aos agentes consultivos municipais, ao serem extintas as *comissões municipais de arte e arqueologia* não foram criados, em sua substituição, outros órgãos de vocação análoga, que pudessem dar parecer e alertar as autarquias para os problemas patrimoniais. No âmbito dos novos corpos municipais, a *Constituição* apontava às assembleias municipais a possibilidade de instituir facultativamente *conselhos municipais,* onde estivessem representadas as organizações económicas, sociais, culturais e profissionais dos concelhos. Face a este quadro, que se manteve até à segunda revisão da *Constituição* em 1989, quando foram extintos aqueles órgãos,[331] as ADPs apressaram-se a propor a integração de elementos destas associações nos *conselhos municipais*, e a avançar em 1981, no Encontro de Braga, com uma proposta mais específica relativa à constituição pelas câmaras municipais de comissões de natureza consultiva e técnica na área do património. Também a APOM, no mesmo ano, no Colóquio de Lamego, propunha a criação, em cada Câmara Municipal do País, de comissões consultivas que substituíssem as extintas Comissões de Arte e Arqueologia.

Algumas autarquias da AML seguiram o modelo proposto pelas ADPs de constituição de *Comissões Municipais de Defesa do Património*, como sucedeu em Almada, onde estava em funcionamento em 1981 uma comissão consultiva nesta área.[332] Em Cascais foi criada em 1983 a *Comissão do Património Historico-Cultural,* como órgão consultivo camarário com competências na emissão de pareceres e formulação de propostas no domínio patrimonial, que integrou técnicos camarário, elementos do executivo e quadros directivos de todas as ADPs do concelho, funcionando ao longo dos anos oitenta, com apoio técnico municipal no *Gabinete de Salvaguarda do Património.*

O modelo seguido pela Câmara Municipal da Amadora conjuga a adopção de medidas que perfilham a estrutura consultiva, tanto no domínio patrimonial como no museológico. Assim,

---

[331] O art. 250.º da Constituição da República, na revisão de 1989, passa a considerar como órgãos representativos do município a assembleia municipal e a câmara municipal.

[332] Cf. POLICARPO, António, "Património cultural e autarquias em Almada", in AAVV, *Poder Local Património Cultural*, Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 107-109.

em 1981 foi formada a *Comissão do Património,* constituída por elementos dos serviços camarários e representantes de associações culturais do município e em 1985 foi criada a *Comissão Técnica do Museu Municipal da Amadora,* composta por um elemento da autarquia e quatro elementos da ARQA, ao mesmo tempo que era firmado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e as duas ADPs existentes no concelho. Em contrapartida, noutras autarquias, como Vila Franca de Xira e Seixal, não chegou a ser criada nenhuma comissão consultiva com estes âmbitos, ou ainda noutros casos a sua vida foi muito efémera.

Em resumo, por volta de 1980 tinham as autarquias da AML criado pelouros da cultura, organizado departamentos e serviços para a área cultural, neles englobando - de forma mais incisiva ou mais genérica - os domínios do património e dos museus, e, nalguns casos, promovido a constituição de comissões municipais de defesa do património

Em 1981 Jorge Alarcão, em conferência promovida pelo PCP sobre o poder local e a salvaguarda do património cultural, ao fazer o balanço destes primeiros anos de gestão autárquica e democrática, referia que após uma fase em que os eleitos se viram confrontados com as necessidades das populações e com a inexistência de serviços que possibilitassem respostas eficazes, começaram a ser encetadas acções para a defesa e a valorização do património artístico e cultural, considerando que os exemplos existentes não eram sistemáticos nem frequentes, embora alguns fossem significativos.[333]

A autonomização dos Serviços de Património e/ou de Museus nas Câmaras Municipais só ocorreu em regra a partir do final dos anos oitenta, numa fase que corresponde, no plano geral, à reorganização de serviços camarários, advinda do novo ordenamento dos serviços municipais constante do D.L. n.º 116/84, de 6 de Abril. Com efeito, só após a promulgação desta legislação puderam as estruturas funcionais autárquicas reger-se por uma estrutura inspirada na da administração central, composta por departamentos, divisões e sectores, passando também

[333] Cf. ALARCÃO, Jorge "O poder local e a salvaguarda do património cultural", in AAVV, *Poder Local Património Cultural*, Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 13.

a ser obrigatória a feitura de Regulamentos dos Serviços Municipais com a definição das atribuições e competências de cada unidade orgânica.

Assim, ao longo da segunda metade dos anos oitenta publicaram as Câmaras Municipais os respectivos Regulamentos Internos de Serviços, correspondendo às reestruturações dos mesmos, após uma primeira fase em que tinha vigorado a organização decorrente do final dos anos setenta. A consideração de Divisões muito abrangentes, que englobavam não apenas a Cultura, mas por vezes ainda outros domínios de acção continua a marcar este período. Em Vila Franca de Xira foi criada em 1986 no seio do *Departamento de Acção Sociocultural* (denominação que veio substituir o anterior *Departamento de Cultura e Acção Social)* a *Divisão de Educação, Cultura e Acção Social*, que englobava um *Sector de Museus e Património*, cujo conteúdo funcional só foi alterado no início dos anos noventa. A Câmara Municipal do Barreiro criou no mesmo ano, no âmbito de um Departamento com idêntica designação ao seu congénere vilafranquense, uma *Divisão de Acção Sociocultural e Desportiva*, que incluía um *Sector de Museus e Património*, a despeito de esta autarquia não tutelar nenhum museu.

Outro modelo de autonomização de alguns sectores patrimoniais foi seguido em Cascais, onde em 1986 deliberou a Câmara Municipal criar um *Gabinete de Arqueologia*, com competências na coordenação de trabalhos de campo, na inventariação e estudo de materiais arqueológicos, no apoio ao desenvolvimento de acções de formação para jovens e na promoção de campanhas de sensibilização junto da população.[334] Sintomaticamente este Gabinete, onde a vocação de centro de investigação é muito nítida, surgiu antes da própria estruturação funcional dos *Serviços de Cultura e de Desporto* da mesma autarquia, só ocorrida no ano seguinte.

No contexto da reorganização funcional dos domínios patrimoniais e museológicos das autarquias metropolitanas, a Câmara Municipal do Seixal foi uma vez mais pioneira ao criar em 1988 a *Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal*, autonomizando e

[334] O Gabinete foi de início orientado cientificamente por José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, passando a ser coordenado por João Cabral, a partir de Novembro de 1987, na decorrência das boas provas dadas por este técnico, tornando-se aqueles arqueólogos (...) *consultores privilegiados do Gabinete e da Câmara em geral para os assuntos da Arqueologia.* Cf. *Acta da Reunião da Câmara Municipal de Cascais*, de 10/11/1987.

ampliando na nova unidade orgânica os domínios anteriormente alojados no *Sector de Património Histórico.*

As medidas de reorganização e de funcionamento dos serviços técnico-administrativos das autarquias locais só tiveram total repercussão nos anos noventa, em que progressivamente as Câmaras Municipais da AML – e de forma geralmente pioneira face às restantes autarquias do país – constituíram unidades orgânicas ao nível de Divisão ou de Sector para acolher a especificidade dos domínios patrimoniais e museológicos.[335]

4.2 POLÍTICAS PATRIMONIAIS

Redimensionados e configurados os serviços das autarquias, estas foram colocando no terreno políticas patrimoniais, delineadas para a intervenção concelhia, sem que planificações nacionais ou regionais operassem quaisquer intervenções de conjunto, restringindo-se os programas específicos de colaboração entre o Estado e os municípios nas áreas culturais aos domínios do património edificado e das bibliotecas.

As orientações seguidas pelos municípios pós-1974 no campo patrimonial estão impregnadas de influências advindas dos planos políticos, sociais e culturais, onde desempenham cruciais papéis a composição partidária das autarquias da AML, a dinâmica das associações de defesa do património e a formação técnica dos novos profissionais. Sem experiências anteriormente consolidadas, uma vez que era ténue a intervenção patrimonial das autarquias até 1974, geralmente confinadas à acção das *Comissões de Arte e Arqueologia* e dos museus municipais,

[335] Estruturação funcional das CMs da AML nos domínios patrimoniais e museológicos em 1998: CM Alcochete: Sector dos Museus e Património; CM Almada: Divisão de Museus; CM Cascais: Divisão de Património Histórico-Cultural; CM Lisboa: Divisão de Museus (do Departamento de Património Cultural); CM Loures: Divisão do Património Cultural; CM Montijo: Sector de Museus e Património Cultural; CM Palmela: Divisão do Património Cultural; CM Seixal: Divisão do Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal; CM Setúbal: Divisão de Cultura, Museus e Turismo; CM Sintra: Divisão do Património Histórico e Cultural; CM Vila Franca de Xira: Divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico. Nas Câmaras Municipais de Amadora, Moita, Oeiras e Sesimbra não existem serviços especificamente denominados de Património e/ou Museus. Cf. CAMACHO, Clara, FILIPE, Graça, ALMEIDA, Joelma, *Relatório – Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*, Junta Metropolitana de Lisboa, Janeiro de 1999.

tiveram os executivos de esboçar os seus próprios caminhos, onde exerceram particular influência as componentes político-partidárias, a composição socio-associativa dos concelhos, a preparação académica e a experiência dos técnicos.

Neste cenário podemos distinguir três linhas de força comuns à condução das emergentes políticas patrimoniais autárquicas na AML: 1) preferência pelos levantamentos patrimoniais de abrangência territorial; 2) "municipalização" de património, mediante a aquisição e reutilização de testemunhos edificados; 3) prossecução de caminhos tendentes à democratização cultural e à participação da população.

4.2.1 PROMOÇÃO DE LEVANTAMENTOS

Uma das principais linhas de força das primeiras políticas patrimoniais com origem na administração local foi a promoção de "levantamentos de património" - expressão preferentemente usada a "inventários do património" - sobretudo nos domínios arqueológico, edificado e etnográfico. Este tema estava na ordem do dia por volta do ano de 1980, transparecendo tanto em debates gerados no meio associativo, como em encontros autárquicos.

As repercussões do levantamento concebido e orientado por Michel Giacometti em 1975 não tinham sido directas nem imediatas na *Área Metropolitana de Lisboa*, tendo de buscar-se os resultados nesta região fundamentalmente em dois domínios: o contributo para a fundação, passados precisamente vinte anos, do *Museu do Trabalho* em Setúbal e a adopção de matriz semelhante em levantamentos efectuados na primeira metade da década de oitenta também no distrito de Setúbal, com promoção da respectiva Associação de Municípios e em outros a nível concelhio.

Ao tempo do *Serviço Cívico*, a região em torno da capital não constituiu para o *Plano Trabalho e Cultura* uma prioridade territorial no contexto nacional, se atendermos a que no âmbito mais lato da Estremadura e Ribatejo só actuaram cinco brigadas, que recolheram 13% da totalidade dos objectos, resultando, assim, na menor percentagem por regiões. Tal como

nas *Campanhas de Dinamização Cultural* e nas de *Alfabetização* a preferência foi para o Norte do país (Minho e Douro Litoral - nove equipas - e Trás-os-Montes e Alto Douro - onze equipas). Assim, no espaço da AML uma equipa do *Plano* actuou no distrito de Setúbal, tendo o seu raio de acção a partir da Aldeia do Meco (Apostiça, Sesimbra),[336] onde recolheu objectos relacionados com as actividades agrícolas, trabalho de resineiro e pesca, enquanto no concelho da Azambuja outra recolheu maioritariamente objectos da actividade de carpinteiro.

A organização centralizada do *Plano*[337] e a aparente falta de colaboração e de ligação com as autarquias e com as instituições museológicas locais - certamente em virtude da debilidade e da falta de estruturação das primeiras, a braços com problemas básicos mais imediatos - terão sido factores que contribuíram para uma menor implantação local e até para uma repercussão e publicitação de grau inferior a outros projectos. Constituíram excepções nesta área, segundo apurámos, as missões desenvolvidas no âmbito mais geral do *Serviço Cívico* com enquadramento do *Museu Etnográfico de Vila Franca de Xira* (tutelado pela Assembleia Distrital de Lisboa) e do *Museu Hipólito Cabaço* de Alenquer (de tutela municipal), onde os jovens estudantes foram inseridos em projectos dinamizados por essas instituições museológicas, no primeiro caso em investigação etnolinguística fomentada por Maria Micaela Soares (ela própria colaboradora da formação dos jovens do *Plano* de Giacometti) e no segundo em tarefas de inventário de colecções. Não tendo o *Plano Trabalho e Cultura* continuidade para além do Verão de 1975, aí terminaram também estes projectos, se bem que em Vila Franca de Xira o entusiasmo das jovens estudantes tenha prolongado por mais uns meses a sua colaboração com o Museu Etnográfico.

Findo o *Levantamento* promovido por Michel Giacometti, longos anos se passaram até que fosse materializada a instituição museológica com que aquele etnomusicólogo sonhara, em

---

[336] O programa de trabalho desta equipa previa a sua ida para Fernão Ferro (Seixal) mas por dificuldades de alojamento não cumpriram esse objectivo.

[337] A estrutura centralizada do *Plano* era visível, desde logo, no seu financiamento, em que avultam como principais instituições de apoio o INATEL, a Fundação Calouste Gulbenkian, o FAOJ e a Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Quanto às autarquias, a sua contribuição foi modesta, o que é compreensível se pensarmos que no Verão de 1975 estas se encontravam ainda sob a gestão provisória das já referidas *comissões administrativas*, o que terá também concorrido para uma ausência de organização que lhes permitisse acompanhar mais proximamente este projecto.

paralelo com o lançamento deste projecto, permanecendo os objectos recolhidos à guarda da Câmara Municipal de Setúbal, no decurso dos anos oitenta.

Por volta de 1980, se o "Inventário do Património Cultural", à escala nacional e com intervenção funcional do IPPC, é encarado pelos autores que mais se debruçaram sobre este tema como um indispensável instrumento de salvaguarda, não deixam, porém, os mesmos de equacionar a realização pelas autarquias de diligências conducentes à preparação e/ou colaboração nestes processos. Para Jorge Alarcão às autarquias caberia assegurar a realização de um "pré-inventário" do património concelhio, de acordo com um amplo conceito que identificaria *(...) a importância do património monumental, etnográfico, arqueológico, de mobiliário urbano, arquivos, arquitectura popular.*[338] Após a execução de tais levantamentos concelhios proceder-se-ia a um inventário mais exaustivo de algum património seleccionado, já com o apoio do IPPC. Vítor Serrão exprime opinião semelhante, ao reflectir sobre o papel das políticas patrimoniais autárquicas no quadro do projecto de realização do "Inventário-quadro do território português":

> *Qual o papel autárquico neste processo? Pois às autarquias, devidamente dotadas de absoluta autonomia financeira e com o necessário apoio técnico cabe um papel de compromisso actuante e consequente com os organismos especializados centrais, colaborando activamente no pré-inventário concelhio, na classificação de valores, na sua salvaguarda, estudo e divulgação.*[339]

Estes ideólogos das políticas patrimoniais autárquicas exerceram alguma influência nos esboços iniciais das mesmas, bem como ajudaram a fundamentar os levantamentos emergentes, mediante a divulgação de textos, comunicações e artigos, onde conceitos e métodos foram difundidos. Neste âmbito, e dentro de um panorama bibliográfico nacional da especialidade

---

[338] ALARCÃO, Jorge, "O poder local e a salvaguarda do património cultural" in AAVV, *Poder Local Património Cultural*, Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 16.

[339] SERRÃO, Vítor, "Património cultural e autarquias" in AAVV, *Poder Local Património Cultural*, Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 30.

bastante reduzido,[340] merece destaque a obra de Jorge Alarcão, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais*, cuja primeira edição se destinava essencialmente (...) *às associações locais de defesa do património e aos investigadores da história e do património arqueológico, arquitectónico e etnográfico de um concelho ou freguesia* (...),[341] acabando por se tornar em simultâneo um guia de trabalho para muitos técnicos que iniciavam funções nas autarquias locais. Com efeito, o interesse pelo património e pela história local e regional, que suscitou um surto de estudos, algumas vezes emanados dos novos técnicos autárquicos, não foi acompanhada pela publicação de guias e de obras de referência, que pudessem apoiar metodologicamente tais pesquisas.[342]

Um dos campos disciplinares onde os levantamentos assumiram à escala concelhia uma maior frequência e intensidade foi o da arqueologia, geralmente em associação com a intenção de produzir a respectiva "Carta Arqueológica"[343] e com capitalização da experiência de arqueólogos e de "amadores da arqueologia" ligados a ADPs. Com efeito, embora seja este um dos domínios onde as autarquias se envolveram mais cedo e de forma mais directa, é de ressaltar que na maior parte dos casos tal não sucedeu através da acção de pessoal especializado que fizesse parte dos seus serviços, mas com recurso ao exterior, fosse a membros das ADPs locais, fosse às assembleias distritais, ou ao meio universitário.[344]

---

[340] No domínio da reflexão patrimonial, além da documentação já citada há ainda a mencionar: BARBOSA, Pedro, *Património Cultural*, Cadernos FAOJ, 1981.

[341] ALARCÃO, Jorge, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais*, 2.ª edição, Coimbra, Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras de Coimbra, 1988, p. 61.

[342] Ver a este propósito TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal Séculos XIX- XX*, Coimbra, Temas e Debates, 1998, p. 75-76: *De facto, salvo uma ou outra excepção (J. Alarcão, 1987; L. Reis Torgal, 1987; J. Amado Mendes, 1990 e António de Oliveira, 1995), pouco se tem escrito sobre a história da história local. Consequentemente faltam-nos bons guias, assim como estudos acerca da respectiva metodologia e pressupostos em que se fundamenta, para já não falar da função da mencionada história e das suas relações com outras "histórias" (locais e regionais, nacionais ou mesmo internacionais).*

[343] *Pode definir-se Carta Arqueológica como o conjunto de jazidas e elementos arqueológicos existentes num território, representados em mapas.* MARQUES, Teresa, "Carta Arqueológica de Portugal" in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993, p. 310.

[344] Em comunicação sobre o "O poder local e o património arqueológico" apresentada em 1981 à Conferência do PCP, "Poder Local e Património Cultural" o arqueólogo João Ludgero Marques considerava utópico que cada autarquia dispusesse de arqueólogos, quando lhes faltavam arquitectos e engenheiros, advogando a criação pelas assembleias distritais de serviços arqueológicos, a exemplo dos já existentes na Assembleia Distrital de Setúbal. A Assembleia Distrital de Lisboa veio também a criar o lugar de arqueólogo em 1987. Cf.

Sintomaticamente a colaboração das Câmaras Municipais com arqueólogos (amadores e profissionais) não passou pelos organismos patrimoniais e museológicos dependentes do Estado, encontrando-se o Museu Nacional de Arqueologia encerrado (de 1974 a 1989) e não tendo o IPPC estrutura de serviços e disponibilidade de pessoal para atender a estas iniciativas locais.

Almada é um dos concelhos onde se torna evidente, logo após 1974, a ligação entre o trabalho associativo patrimonial promovido pelo *Centro de Arqueologia de Almada* (que estava em funcionamento desde 1972) e a nova autarquia, unidas ambas as entidades em torno de objectivos de estruturação e de enquadramento dos esforços daqueles que pretendiam preservar as memórias do passado. O *1.º Levantamento Paleontológico e Arqueológico do Concelho de Almada,* iniciado por aquela associação em 1975, veio dar a conhecer o património existente e contrariar a ideia de escassez e de desvalorização dos testemunhos patrimoniais.

> *As saídas de campo e os primeiros levantamentos arqueológicos (realizados na segunda metade da década de 70) vão provar isso mesmo, conduzindo à identificação de dezenas de sítios arqueológicos ou de elevado valor patrimonial e provando que a alegada "pobreza" neste aspecto atribuída ao concelho tinha muito mais a ver com insuficiência da investigação do que com a realidade fisicamente observável no terreno.*[345]

No entanto, quando em 1976 e 1978, àquele levantamento se juntou a necessidade de realização de prospecções arqueológicas e de intervenções de emergência, o *Centro de Arqueologia de Almada* encontrou apoio técnico especializado no Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal e não na autarquia local, desprovida dos necessários recursos.[346] Este aspecto leva-nos, aliás a assinalar o importante papel desempenhado pelo Museu da Assembleia Distrital de Setúbal no lançamento e no apoio a projectos de investigação arqueológica e etnológica em municípios deste distrito, alguns dos

---

GONÇALVES, João Ludgero Marques, "Património arqueológico e autarquias locais" in *Poder Local,* Lisboa, Março-Abril de 1980, p. 51-55.

[345] RAPOSO, Jorge, "Centro de Arqueologia: uma experiência de associativismo em Almada" in *Actas das 2.as Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada,* Almada, Câmara Municipal, 1998, p. 107.

quais com uma perspectiva clara de desenvolvimento regional, como o programa que assinalámos, de revitalização do "queijo de Azeitão".

Em Sintra a elaboração da primeira carta arqueológica do concelho data também do final dos anos setenta, devendo-se a sua realização aos serviços culturais da autarquia, cujos técnicos se encontravam, por sua vez, ligados às ADPs locais. Em Cascais incumbiu a investigadores exteriores ao quadro de pessoal da autarquia a feitura da carta arqueológica, na sequência de um trabalho de pesquisa persistente e continuado, em curso desde o início dos anos setenta e que só tardiamente (em 1991) a respectiva Câmara Municipal veio a publicar. Este aspecto exemplifica a postura desta autarquia nos domínios patrimoniais, pelo menos até à segunda metade dos anos oitenta, vocacionada sobretudo para o apoio de projectos de investigação, e não para a promoção ou dinamização de iniciativas próprias.[347]

Outra perspectiva de levantamento patrimonial foi perfilhada pelo município do Seixal, ao dar início em 1979 ao "Levantamento Histórico-Cultural do Concelho", mediante o recurso a quatro licenciados em História, professores de profissão, que não faziam parte dos quadros de pessoal da autarquia. A forte presença disciplinar da História, a junção do património "cultural" e "natural" e a consideração de todas as expressões dos testemunhos patrimoniais (imateriais e materiais - móveis e imóveis) conferiram a este levantamento uma abrangência temática e uma amplitude tipológica de largo espectro. Esta perspectiva revelou, na altura, um carácter precoce e teve, como veremos, directas repercussões no modelo de museu que foi posteriormente adoptado. Todavia, neste levantamento a componente bibliográfica e a perspectiva disciplinar histórica foram dominantes, não se consubstanciando o resultado final na representação cartográfica dos elementos patrimoniais reconhecidos no território concelhio, nem em elementos sistematizados em fichas de identificação e de descrição, próprios dos inventários.

---

[346] Cf. SANTOS, Vítor et al, "Carta Arqueológica de Almada – Elementos de Ocupação Romana" in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Câmara Municipal do Seixal / Edições Dom Quixote, p. 225-236.
[347] Cf. FABIÃO, Carlos, "100 anos de Investigação Arqueológica no Concelho de Cascais" in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º6, Cascais, Câmara Municipal, 1987, p. 41-58.

Na Amadora o levantamento do património edificado e paisagístico foi eleito, no plano imediato, pelo novo executivo camarário como uma das prioridades de acção, provavelmente em virtude das pressões urbanísticas intensas a que estava sujeito o território e da existência de uma considerável massa informativa sobre o património arqueológico, procedente das prospecções efectuadas desde os anos sessenta pelo grupo de jovens, que posteriormente fundou o Centro Cultural Roque Gameiro. Realizado em 1981 por uma equipa de arquitectos exteriores à estrutura camarária, face à escassez de meios técnicos da altura, o estudo daí resultante, intitulado *Arquitectura e Paisagem do Concelho da Amadora* foi aprovado pela Câmara Municipal da Amadora em 1983 e enviado ao IPPC para análise e aprovação.

Prosseguiu esta autarquia a realização de levantamentos patrimoniais, promovidos directamente pelos serviços autárquicos ou em colaboração com as ADPs locais, nos domínios históricos, arqueológicos e etnográficos: *Levantamento do Neolítico e Calcolítico, Levantamento e Recuperação dos Moinhos de Vento* e *Campanha de Levantamento e Animação do Património Histórico-Cultural da Amadora.*

Em Sesimbra o inventário dos valores *monumentais* e *artísticos* direcciona o inventário que é elaborado entre 1981 e 1985, sob direcção do arqueólogo Eduardo Cunha Serrão e com colaboração de Vítor Serrão, dando origem à publicação da obra *Sesimbra Monumental e Artística.* No prefácio do presidente da Câmara Municipal, Ezequiel Lino, é notória a assunção pelo poder político do renovado conceito de monumento (*se estende essa noção não apenas a "obras-primas", mas também às mais modestas que com o tempo adquiriram um profundo significado cultural)* ao mesmo tempo que aproveita o autarca para frisar um tema recorrente na relação entre o poder local e o central, o da dicotomia de posições face à problemática patrimonial:

> *As autarquias também aqui, onde o Poder Central se revelou incoerente e burocrático para desempenhar o seu papel, intervieram com grande dinamismo em todo o processo de salvaguarda e valorização do património, fosse ele monumental,*

artístico, arqueológico, musical ou etnográfico, apear das peias legais e financeiras que os condicionavam.[348]

Em Vila Franca de Xira, o *Inventário do Património Arqueológico e Construído*, impulsionado pela Câmara Municipal com recurso a um arqueólogo exterior ao quadro de pessoal da autarquia, foi iniciado em 1984 e visava uma perspectiva interdisciplinar, de certo modo inovadora no contexto dos levantamentos em curso na AML, que incidiam geralmente, ora na vertente arqueológica, ora na edificada. O lançamento deste inventário tinha sido precedido por uma "Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património para o Concelho de Vila Franca de Xira",[349] a qual previa o inventário do património, nas suas dimensões plurais, com uma clara influência metodológica do guia de Jorge Alarcão.

A conjugação da pesquisa sobre os testemunhos arqueológicos e os edificados assentava numa *visão sobre os objectos, conjuntos e sítios com valor histórico-cultural do concelho*, decorrente da análise prévia que o perfil demográfico e urbanístico do território concelhio evidenciava, o qual nitidamente expressava factores de risco para o património com origem nas pressões urbanas. Realizado através de batida de campo, materializado em ficha[350] especialmente concebida para o efeito e acompanhado de registo fotográfico e de posicionamento cartográfico, o levantamento enumerou e caracterizou o património arqueológico e o património construído rural e definiu os centros históricos dos núcleos urbanos. Os resultados foram publicados regularmente em boletim editado pelo Município, a partir de 1986, o qual permitiu a divulgação periódica deste levantamento, bem como a difusão de diversos artigos sobre a história e o património locais, maioritariamente oriundos de estudos universitários e de pesquisas apoiadas pela autarquia.

---

[348] LINO, Ezequiel, "Prefácio à 1.ª Edição/1986" in SERRÃO, Eduardo da Cunha, SERRÃO, Vítor, *Sesimbra Monumental e Artística*, 2.ª edição, Sesimbra, Câmara Municipal, 1997, p. 15.

[349] CAMACHO, Clara Frayão, *Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património para o Concelho de Vila Franca de Xira*, CMVFX, 1983, dact.

[350] Itens componentes da ficha: n.º; designação; classificação; situação; referências bibliográficas; observações. Cf. PARREIRA, Rui, "Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira – Notícia da Parcela 403-8" in *Boletim Cultural*, n.º 1, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1986, p. 107-120.

Nesta primeira fase de intervenção cultural municipal o património etnográfico foi também objecto de levantamentos promovidos por autarquias da AML, embora de uma forma menos sistemática do que sucedeu no domínio arqueológico. No caso seixalense foi, em parte, integrado no inventário mais geral inicialmente promovido, surgindo também preocupações com os levantamentos etnográficos em Alcochete, na Amadora e em Cascais. Um concelho onde esta vertente aparece com especial expressão é o de Sesimbra, onde em 1981 são iniciados levantamentos e estudos sobre aspectos etnográficos da zona rural concelhia, com destaque para as "Cegadas", os jogos tradicionais, as alfaias agrícolas e a gastronomia.

A partir de 1982 uma iniciativa de âmbito distrital foi diligenciada pelos Municípios do Distrito de Setúbal (constituídos em Associação a partir de 1983), visando a pesquisa e a recolha, tanto de utensílios, instrumentos e máquinas do trabalho rural , como de exemplos de literatura oral. O *Levantamento Etnográfico do Distrito de Setúbal* decorreu entre 1982 e 1984, evoluindo depois de 1985 para o *Levantamento Cultural do Distrito de Setúbal*, que se ocupou também do levantamento de artesãos e de tradições artesanais, do património edificado de cariz histórico-cultural e das bibliotecas e arquivos locais.

Com recurso a jovens do programa de *Ocupação de Tempos Livres* (*OTL*), instituído pelo governo para ocupar os jovens estudantes nos períodos de Verão, estes projectos reflectiam fortes afinidades metodológicas e processuais com o *Plano* dirigido por Giacometti, o que é assumido pelo mentor dos mesmos.

> *Em 1975, Michel Giacometti com os jovens do Serviço Cívico, utilizando método semelhante ao agora em curso, conseguiu resultados francamente encorajadores. Prova disso são os milhares de peças recolhidas em todo o país e depositadas actualmente no Convento de Jesus, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal.* [351]

As semelhanças com o *Plano Trabalho e Cultura* não se cingiam apenas à escolha do campo disciplinar da etnografia nem aos objectivos amplos de identificação e de valorização dos

---

[351] MARQUES, Luís, "Levantamento Etnográfico do Distrito de Setúbal" in *Poder Local*, Lisboa, Novembro/Dezembro de 1983, p. 64.

objectos do quotidiano, mas estendiam-se pela própria coincidência temática com a etnomusicologia, a que foi também aplicado um inquérito. Além destes fundamentos, os dois projectos encontravam equivalência no campo metodológico e na similitude de circunstâncias, apesar do seu distanciamento temporal. O aproveitamento por parte da *Associação de Municípios de Setúbal* do programa governamental de OTL, a despeito de este se revestir de características bem diferenciadas do *Serviço Cívico*, permitiu, à semelhança do *Plano* de Giacometti, o trabalho com jovens, a sua organização territorial em equipas (em número de três por cada concelho) e o planeamento em consonância com a duração do programa (também coincidente com os meses de Verão).

Este levantamento etnográfico inseria-se numa política de prossecução da metodologia de trabalho "Inventário" por parte dos *Serviços de Educação e Cultura* da *Associação de Municípios do Distrito de Setúbal*, os quais por volta do ano de 1984, tinham em andamento, ou em programação, os seguintes inventários de âmbito distrital (para além daquele a que nos vimos a referir): *Inventário Artístico, Carta Arqueológica, Inventário Arqueológico-Industrial, Inquérito aos Agentes Culturais* e *Inventariação do Património Edificado*.

Os programas OTL, de que se socorreu a *Associação de Municípios do Distrito de Setúbal* para levar a cabo os levantamentos citados, inspiraram também algumas autarquias a preparar levantamentos patrimoniais no seio dos seus espaços concelhios, estimuladas pelas áreas de candidatura àqueles programas, que incluíam alíneas específicas para a protecção patrimonial.

Em Vila Franca de Xira, o Museu Municipal promoveu durante os meses de Julho a Setembro de 1986 o *Levantamento de Literatura Popular* das freguesias rurais do concelho com a colaboração de doze jovens, organizados em quatro equipas, que procederam à recolha de provérbios, ditados, histórias, narrativas, lendas, bruxedos, magias, rezas, benzeduras e receitas de medicina popular. Através de fichas elaboradas para o efeito, este levantamento pretendia suprir algumas carências locais de investigação num concelho onde as pesquisas promovidas pelo Museu Etnográfico da Assembleia Distrital de Lisboa, através da sua directora, Maria Micaela Soares, tinham abrangido sobretudo a Borda d'Água e as lezírias, ficando por tratar a zona dos "montes".

Em Alcochete, também com recurso a jovens do programa OTL a Câmara Municipal tinha diligenciado o *Levantamento Etnográfico* do concelho e o *Levantamento do Artesanato* em 1985, ainda antes do Museu Municipal ter aberto ao público. Na Amadora a recuperação de um moinho na zona central do concelho foi desenvolvida em 1982 e 1983 com a colaboração de jovens deste programa.

Dos domínios patrimoniais abordados nos diferentes inventários promovidos por autarquias, ou associações autárquicas, está ausente o património industrial, excepto na intenção da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal em realizar o Inventário Arqueológico Industrial do distrito, o que não chegou a acontecer. Também no Barreiro tal desiderato esteve presente no início dos anos oitenta, não vindo a ter continuidade. A própria AAIRL, se bem que tenha sido responsável por estudos e prospecções arqueológicas em Seixal e Barreiro, cingiu à cidade de Lisboa o inventário das fábricas que tinha em curso neste mesmo período.

Os levantamentos efectuados a partir das Câmaras Municipais com recurso a jovens dos programas OTL comportaram situações muito diversificadas: umas vezes ficaram-se por acções isoladas, sem corresponder a um planeamento integrado de pesquisa e sem dispor de enquadramentos técnicos adequados, outras vezes emergiram dos serviços de património e dos museus locais, contribuíram para a sua dinamização e constituíram mesmo oportunidades de recrutamento de pessoal na sequência daqueles programas.

Uma perspectiva mais globalizante sobre os diferentes levantamentos realizados, quer no domínio arqueológico, quer no etnográfico, evidencia um panorama de grande heterogeneidade, onde ressaltam a diversidade de orientações, a escassez de acompanhamento científico e a pluralidade de critérios adoptados. Um dos aspectos de maior permissividade terá sido a ausência de fronteiras claras entre a identificação, o registo e a localização (tarefas próprias da inventariação) e as "recolhas" que, em muitos casos, acompanharam os levantamentos, sem que fosse previamente definida a sua necessidade objectiva, nem que fossem tomadas medidas de conservação e de armazenamento adequadas, originando, por vezes, irremediáveis perdas patrimoniais. O carácter experimental e a natureza preliminar de muitos dos levantamentos patrimoniais efectuados são, em grande medida, consequência da

falta de estruturação destes novos sectores no âmbito municipal e da ausência de apoios institucionais centrais que, apesar de previstos na legislação, não se vieram a cumprir.

4.2.2 AQUISIÇÕES E REUTILIZAÇÕES DE PATRIMÓNIO

Em simultaneidade com a promoção de inventários patrimoniais, ou por vezes antecedendo-os, começaram as autarquias a proceder à selecção de alguns testemunhos a merecer especial protecção, mediante a apresentação aos organismos da administração central de propostas de classificação e/ou aquisições pelas próprias câmaras municipais de algum património edificado. Em tais decisões pesaram factores expressos de salvaguarda patrimonial, frequentemente acelerados ou propiciados pela urbanização extensiva de novas áreas, onde se localizavam imóveis e conjuntos edificados, em relação aos quais se tornava necessário equacionar a sua preservação ou demolição. Se bem que em inúmeras situações o estado de degradação de tal património e a escassez de informação sobre o mesmo tenha contribuído para o seu desaparecimento, noutros casos a posse dos imóveis passou para os órgãos de administração local, que lhes atribuiu novos usos.

Em 1980 uma das mensagens divulgadas pela Comissão Organizadora da *Campanha Nacional para a Defesa do Património* dizia respeito à reutilização do património edificado, para tal fazendo apelo ao papel das autarquias e das ADPs:

> *É urgente que o poder local e as larguíssimas dezenas de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural se esforcem por se envolver num projecto que aproveite ao máximo o espaço dos edifícios e a sua mensagem, num diálogo permanente entre o homem e o mundo, porque não chega classificar os monumentos,*

abrir os museus, evitar a adulteração do artesanato, recuperar a paisagem, não chega apenas a intervenção estatal (...)[352]

Por seu turno, Jorge Alarcão, ao apresentar algumas orientações perante eleitos autárquicos, em 1981, apelava a que à execução do inventário do património se sucedesse, no percurso da salvaguarda patrimonial, uma segunda fase, a qual consistia na reutilização de imóveis patrimoniais, em parte através da sua aquisição pelas autarquias.

No entanto, não basta fazer inventariação, há que propor soluções para a utilização desses edifícios, divulgar a sua existência e valor, procurar, através do seu uso, assegurar a manutenção e obstar à sua degradação. A instalação de serviços de cultura (museus, bibliotecas, galerias de exposição, teatros, etc.) é apenas uma das soluções possíveis. / Uma das primeiras conclusões retiradas do levantamento do património é a existência de um conjunto de imóveis que, devido a um determinado e crescente grau de degradação, há que urgentemente salvaguardar. /Nesse caso, coloca-se a questão dos órgãos municipais poderem vir a adquirir esses imóveis, ou a assegurar a sua conservação e eventualmente a gestão. [353]

A eleição de usos culturais para a utilização a dar ao património edificado seria seguida pelos autarcas, a par de outros de ordem desportiva, social, recreativa e turística. Sendo a aquisição uma das feições, entre outras, de as autarquias conquistarem a gestão do património, Alarcão recordava as capacidades administrativas cometidas às autarquias, que incluíam a possibilidade de expropriação com fundamentação na utilidade pública e o aproveitamento dos financiamentos do *Programa de Reabilitação de Imóveis Degradados* (*PRID*), [354] criado em 1976.

Outras formas de apropriação de património localizado em território concelhio (não referidas por Jorge Alarcão) eram as decorrentes da aprovação de urbanizações englobantes de testemunhos edificados, podendo a autarquia garantir nas respectivas negociações e condições de aprovação a vinda à sua posse daqueles testemunhos. Com efeito, após o empossamento

---

[352] RASQUILHO, Rui, *Património 80,* Lisboa, Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980, s.p.
[353] ALARCÃO, Jorge, "O poder local e a salvaguarda do património cultural" in AAVV, *Poder Local Património Cultural,* Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 19.
[354] Criado pelo D.L. n.º 704/76.

das Câmaras Municipais em Janeiro de 1977, começaram estas a diligenciar a posse de património edificado, utilizando combinadamente, e consoante as circunstâncias, os métodos a que acabamos de aludir. Embora com carácter excepcional, algumas autarquias tinham antes de 1974 adquirido algum património edificado de relevo, como sucedeu com a compra pela Câmara Municipal de Oeiras da Casa Roque Gameiro em 1969, que veio posteriormente a transitar para a posse do município da Amadora. Noutros casos tinham vindo à posse das autarquias imóveis religiosos, como sucedeu em Almada com o Convento dos Capuchos e no Barreiro com o Convento da Madre de Deus na Verderena.

De entre o património que se tornou propriedade municipal assumem maior expressão quantitativa as antigas quintas agrícolas e de recreio, que, em paralelo, foram também submetidas, como referimos, a processos de protecção (através de classificação). Antigas propriedades das grandes casas senhoriais portuguesas, que tinham conhecido um especial florescimento a partir dos séculos XVII e XVIII nos arredores da capital, as quintas constituíam espaços economicamente produtivos, com características de lazer e de recreio. Estes aspectos económicos e recreativos eram geralmente materializados em construções de elevado valor arquitectónico e artístico (palacetes, igrejas, capelas, oratórios) e em intervenções paisagísticas (em jardins e pomares), completadas por instalações agrícolas de apoio. Desprovidas das suas funções económicas de base e tendo geralmente mudado de posse ao longo do século XX, estes conjuntos edificados e paisagísticos encontravam-se nos anos setenta em estados de degradação variáveis, circundados de novas urbanizações e com a sua sobrevivência colocada em risco pela marcha imparável dos aglomerados urbanos.

O valor estético e funcional deste património, as ameaças concretas à sua salvaguarda e o aparecimento de condições favoráveis à sua aquisição ou apropriação deverão ter sido os principais factores que determinaram a incidência de acções autárquicas neste domínio. Usando dos direitos de preferência em aquisições, negociando contrapartidas à construção urbana e aproveitando os baixos preços frequentemente pedidos pelos proprietários particulares em situação de decadência financeira, as autarquias avançaram para a constituição de um património imobiliário com um importante valor histórico e paisagístico.

Em 1979 veio à posse da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a Quinta de Nossa Senhora da Piedade (em Póvoa de Santa Iria) no âmbito de um processo de urbanismo negociado, que permitiu a conservação deste importante conjunto (posteriormente classificado, por proposta autárquica, como Imóvel de Interesse Público) e aprovou a construção de uma extensa urbanização em redor de todo o espaço municipal. No mesmo ano a Câmara Municipal de Loures procedeu à aquisição da Quinta da Igreja, também conhecida por Casa do Adro, localizada junto à Igreja Matriz de Loures, a um particular (embaixador Eduardo Brasão), vindo anos mais tarde a adquirir a Quinta do Conventinho. Também no final dos anos setenta a Câmara Municipal de Almada adquiriu a Quinta dos Pianos (Solar dos Zagalos) na Sobreda da Caparica, vindo a adquirir na década de oitenta a Quinta e Palácio da Cerca. Em 1981 a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira adquiriu a Quinta de Subserra (em S. João dos Montes), por um montante bastante razoável, consubstanciado no pagamento a uma entidade bancária das dívidas do anterior proprietário. Na Amadora a autarquia adquiriu, depois do empossamento do executivo, a Quinta de S. Miguel e no final da década de oitenta a Casa Aprígio Gomes. Em Alcochete a Câmara Municipal adquiriu no início dos anos oitenta a Quinta do Valbom, no Seixal a Câmara Municipal efectuou a aquisição da Quinta da Trindade (primeiro imóvel classificado neste concelho, em 1971) e no Montijo a respectiva Câmara Municipal adquiriu a Quinta Nova da Atalaia.

No entanto, se as quintas dominaram de forma generalizada o panorama de enriquecimento patrimonial autárquico na AML, não foram os únicos testemunhos a merecer a atenção dos novos executivos, que concederam ao património náutico um lugar de relevo, em particular os municípios constantes da zona Sul.

À importância das actividades ligadas ao Tejo na moldagem e na definição identitária dos aglomerados da *Outra Banda* sucedeu a progressiva degradação a que estiveram sujeitos os seus testemunhos patrimoniais – barcos, estaleiros, portos, moinhos de maré, armazéns, unidades industriais – em paralelo com as alterações profundas de ordem económica e social por que passou toda esta zona. Assim, a situação deste património era no final dos anos setenta de grande abandono e decadência, sem medidas legais que contrariassem a sua

delapidação ou venda para o estrangeiro (no caso das embarcações) e sem actividades produtivas que justificassem a manutenção dos meios de transporte tradicionais em meio fluvial.

A atribuição de valor a este património levou a Câmara Municipal do Seixal a canalizar para estes testemunhos os seus primeiros esforços no campo das aquisições patrimoniais, ao deliberar em 1979 a aquisição do Moinho de Maré de Corroios, cuja escritura foi realizada no ano seguinte, procedendo ainda em 1980 à compra de uma segunda unidade, o Moinho de Maré Novo dos Paulistas. Em 1981 a mesma autarquia comprou três embarcações tradicionais do rio Tejo, estando presente neste conjunto de aquisições o objectivo de efectuar a recuperação e a reutilização dos mesmos testemunhos, o que se veio a efectivar ao longo dos anos oitenta e noventa..

O exemplo seixalense, que foi na ocasião objecto de ampla divulgação, terá influenciado, em parte, outras autarquias, cujos territórios se ligavam também estreitamente às actividades ribeirinhas, a proteger o património náutico, mediante a sua aquisição, recuperação e reutilização. Assim sucedeu dominantemente na margem esquerda do Tejo com a Câmara Municipal da Moita e a aquisição de um bote de meia-quilha e um varino e um moinho de maré, localizado no cais de Alhos Vedros; a Câmara Municipal de Alcochete e a fragata "Alcatejo"; a Câmara Municipal do Montijo e duas embarcação de pesca artesanal e uma canoa; na margem direita, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o barco varino "Liberdade".

Um domínio patrimonial sobre o qual recaiu também o interesse autárquico, embora de forma mais pontual, foi o dos moinhos de vento, revelando-se tais esforços sobretudo em municípios da AML–*Norte*, designadamente em Amadora, Cascais e Oeiras, embora no Barreiro tivesse a Câmara Municipal adquirido também um conjunto destes engenhos. Na Amadora a autarquia promoveu a reconstrução de um moinho de vento, em cooperação com membros da Associação da Arqueologia (ARQA), que foram pioneiros na AML no desenvolvimento de estudos sistemáticos e na recuperação destes testemunhos. Em Oeiras a Câmara Municipal providenciou a recuperação de um pequeno moinho situado na zona arqueológica de Leceia, o

qual iniciou o seu funcionamento em 1989. No concelho de Cascais, também a autarquia procedeu a intervenções de recuperação num conjunto de moinhos em Alcabideche. Em Vila Franca de Xira, embora a Câmara Municipal incluísse repetidamente no respectivo Plano e Orçamento a intenção de aquisição de um moinho de vento, tal não se veio a concretizar, mas, em contrapartida, apoiou um particular na recuperação de uma destas unidades moageiras.

No tocante ao património arqueológico, e tendo em conta que este tinha merecido a atenção autárquica na promoção ou apoio dos respectivos levantamentos e/ou feitura de "cartas arqueológicas", deve referir-se que apenas em casos isolados se verificou o mesmo cuidado na aquisição de terrenos onde se situassem estações arqueológicas. Na Amadora o município adquiriu a propriedade onde se localizam as Grutas Artificiais de Carenque; em Oeiras a Câmara Municipal empenhou-se na aquisição da jazida de Leceia; no Seixal a autarquia procedeu à aquisição da estação romana da Quinta do Rouxinol.

Finalmente se atendermos ao património industrial, as aquisições de unidades fabris desactivadas por parte das Câmaras Municipais assumiram um carácter mais tardio face aos restantes processos de valorização patrimonial, de que temos vindo a dar conta. Assim, estes processos reportam-se na generalidade dos casos já aos anos noventa: em Setúbal, a antiga fábrica de conservas de peixe, em Oeiras, a Fábrica da Pólvora de Barcarena ("Fábrica de Baixo") e no Seixal, a Mundet.[355] A meio da década de oitenta uma excepção foi a aquisição pela Câmara Municipal da Moita das instalações e algum equipamento da Socorquex (fábrica de cortiça), embora o propósito de aí instalar um Museu da Cortiça não viesse a ter concretização.

[355] Também nos anos noventa decorreram algumas actividades de colaboração entre a Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu , a Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços (Sociedade Africana de Pólvora) e o museu da Sociedade Portuguesa de Explosivos (SPEL). Na mesma década as autarquias de Amadora, Vila Franca de Xira e Seixal promoveram inventários do respectivo património industrial concelhio.

4.2.3 DEMOCRATIZAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL

Os primeiros serviços de acção cultural das autarquias foram criados em consonância com os princípios orientadores da democratização sociocultural e da "animação cultural", constituindo o primeiro uma das bases das políticas autárquicas para os diferentes domínios de intervenção e entendendo-se o segundo como uma forma privilegiada de comunicação com as populações. Ao visar prioritariamente a democratização da cultura, a animação cultural surgia como um meio, entre outros, de assegurar o alargamento das formas de intervenção popular e de participação na vida concelhia.[356] Decorridas as *Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica*, promovidas pelo MFA em 1974-75, em plena vigência das *comissões administrativas* e não tendo estas avançado com a estruturação de serviços culturais, foi no rescaldo daquelas campanhas e num contexto de fortes movimentações socioprofissionais na área da "animação cultural" que nasceram os serviços de acção cultural de âmbito municipal.

A dilatação da participação cultural surgia como o principal objectivo dos primeiros planos de actividades autárquicos para esta área, dando prioridade à promoção de actividades teatrais, musicais e artísticas, à instalação de equipamentos do tipo das "casas da cultura" e à descentralização de iniciativas dentro dos territórios concelhios, de modo a não privilegiar apenas as sedes de concelho e os aglomerados urbanos de maior dimensão. No primeiro plano de actividades do novo executivo vilafranquense, em 1977, os objectivos de generalização do acesso à cultura e ao desporto eram apresentados no mesmo nível de prioridades, com vista a contrariar as *desigualdades sociais* vigentes, embora as acções previstas para o domínio cultural surgissem menos especificadas que para o desportivo. Avultava a proposta de criação de bibliotecas nas freguesias mais carenciadas de equipamentos socioculturais, apoiadas pela Biblioteca Municipal localizada na sede do concelho, a qual seria também objecto de modernização.

---

[356] No *Plano de Actividades da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira* para o mandato de 1977 a 1979 o primeiro grande objectivo do seu programa é o seguinte: *1. Democratizar amplamente toda a vida social e administrativa do concelho, de modo a elevar a promoção sócio-cultural da população e a sua intervenção decisiva em toda a vida local, numa perspectiva apontada ao Socialismo; isto é, numa perspectiva de democracia real que assegure progressivamente às classes trabalhadoras a condução da vida social, política e económica em função dos objectivos de todo o povo. Plano de Actividades da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para 1978*, Arquivo da CMVFX, p. 7.

As prioridades tomadas pelos novos autarcas no domínio cultural são visíveis nas características do pessoal admitido para prover os novos departamentos e serviços de cultura: no Seixal os Serviços Culturais, criados em 1980, foram inicialmente coordenados por um técnico de animação cultural, enquanto em Vila Franca de Xira os primeiros técnicos a entrar para o Departamento de Cultura e Acção Social em 1979/80 foram um "animador cultural", uma assistente social e um "animador desportivo".

A denúncia das fraquezas técnicas das autarquias ao iniciar-se a década de oitenta e a defesa do modelo da animação cultural transparece também em propostas advindas do meio associativo patrimonial. Como exemplo refira-se que o *Círculo de Estudos e Defesa do Património Histórico Cultural do Concelho do Montijo* propôs no 1.º Encontro de ADPs em Santarém, em 1980, a criação nas autarquias de um lugar de animador da defesa e preservação do património concelhio, na senda do perfil dos animadores culturais, que então dominavam as novas entradas de pessoal nos serviços culturais das câmaras municipais.

A impregnação dos novos técnicos autárquicos da área patrimonial e museológica pelas noções da animação cultural decorria, tanto da sua inserção nos serviços mais amplos da acção cultural, como das orientações emanadas dos órgãos do executivo, parecendo ser este um dos principais aspectos a considerar nos primeiros tempos de formulação das políticas destes sectores. No entanto, a ausência de formação específica dos animadores culturais nas áreas educativas e patrimoniais ocasionou algumas situações de grande ambiguidade no domínio da gestão, designadamente quando aqueles técnicos ocupavam posições de enquadramento e de chefia.

Em paralelo, algumas movimentações ocorridas em domínios disciplinares privilegiados pela intervenção na área patrimonial, como a arqueologia, vinham ao encontro desta linha de actuação, ao afirmar a importância da ligação desta disciplina à animação cultural. A comunicação de Carlos Tavares da Silva "A Arqueologia na Revolução Portuguesa", apresentada em Novembro de 1975 ao *II Colóquio Arqueológico de Setúbal* e posteriormente

inserida na brochura *Arqueologia: que Função Social?*,[357] condensa alguns dos princípios que ao longo dos anos seguintes guiariam muito do trabalho autárquico no domínio patrimonial. Com efeito, ao incidir sobre a importância das actividades de divulgação dos resultados adquiridos pela pesquisa arqueológica, este arqueólogo preconizava os seguintes meios:

> *Realização de sessões sobre a origem e a evolução do Homem, acompanhadas de projecções de diapositivos, ilustradas com exemplos da nossa pré-história e antiguidade clássica, e levadas a efeito de preferência em casas do povo, casas de juventude e sedes de cooperativas agrícolas; / Formação de equipas de jovens destinadas a percorrer as zonas rurais; tais equipas munidas de mostruários de peças arqueológicas, procederiam simultaneamente ao inquérito sobre a ocorrência de achados arqueológicos e á divulgação, em bases materialistas históricas, do significado desses achados; /Organização de colecções de arqueologia dos museus em moldes didácticos, ilustrativos do processo histórico; / Utilização das escavações arqueológicas como motivos de animação cultural das populações locais; / Aproveitamento dos monumentos arqueológicos como meio de ensinar História, no âmbito de uma ampla política de turismo cultural.*[358]

De acordo com esta perspectiva, as tarefas a realizar pelos arqueólogos no âmbito dos sectores de património cultural dos serviços culturais das câmaras municipais, não se restringiriam apenas ao inventário dos locais arqueológicos, mas incidiriam também na animação cultural e levariam em linha de conta a aproximação directa às populações, numa linha de actuação que faz sobressair um interesse cívico, sem um total acautelamento nos campos deontológico e científico. Por outro lado, ao questionar a função social da arqueologia, os profissionais desta área de conhecimento aproximavam-se estreitamente das preocupações que então perpassavam pelo domínio museológico e que, como vimos, começavam a estar presentes nalguns círculos

---

[357] Nesta mesma brochura, publicada em 1977 pelo Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, foi inserido o artigo do museólogo checo Jeri Neustupny, "Para a concepção histórica das exposições arqueológicas", traduzido do francês. A versão original tinha sido publicada em "Casopis Moravskeho Musea", n.º LVII, 1972. Neste artigo o autor questiona o carácter de especialização que geralmente tomam as exposições de temática arqueológica, sugerindo a interpretação histórica dos dados e alertando para modos mais eficazes para comunicar aos visitantes os objectos arqueológicos.

[358] SILVA, Carlos Tavares da, "A Arqueologia na Revolução Portuguesa" in *Arqueologia: Que Função Social?*, Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, 1977, p. 7. Este artigo é citado por

portugueses, embora o alargamento de tais preocupações só se viesse a generalizar nos anos oitenta.

Os procedimentos adoptados pelos mentores dos levantamentos, quer arqueológicos quer históricos e etnográficos, seguiram, nalguns casos, as linhas enunciadas, as quais se entrecruzavam, como referimos, com as orientações programáticas dos executivos autárquicos no sentido da democratização cultural.

A esta conjuntura, de algum modo extensiva a toda a jovem acção autárquica a nível nacional, juntava-se um outro factor com um especial peso na AML, que advinha das características sociodemográficas das populações componentes dos respectivos municípios. Maioritariamente de origem migrante, estas populações tinham concorrido para o crescimento explosivo dos aglomerados urbanos e para o problema dos loteamentos clandestinos, que então afligiam toda esta região. Contrariar o "desenraizamento" sociocultural destas comunidades, através de estratégias patrimoniais que contribuíssem para formar sentimentos de pertença aos novos concelhos que as tinham acolhido, era também uma orientação programática dos executivos autárquicos, corporizada na acção técnica dos novos serviços.

Este cenário esteve bem presente na acção da autarquia seixalense quando iniciou em 1979 o *Levantamento do Património Histórico-Cultural* num contexto político que privilegiava a acção sociocultural sobre as populações locais, conforme referia dois anos mais tarde António Nabais, um dos professores de História contratados para aquele levantamento e na altura responsável pelo Sector de Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal:

> *A Câmara Municipal do Seixal tem entendido as questões culturais no mesmo plano de valores que a satisfação imediata das carências mais sentidas pela generalidade da população (...) / Para os eleitos comunistas e seus aliados, tem sido importante "enraizar" cultural e socialmente os moradores.* [359]

Idênticas palavras tinha na altura o presidente da Câmara Municipal do Seixal:

GONÇALVES, João Ludgero Marques, "Património arqueológico e autarquias locais" in *Poder Local*, Março-Abril, 1980, p. 55.

[359] NABAIS, António, "A Câmara e o património cultural no Seixal", in AAVV, *Poder Local Património Cultural*, Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 100.

No concelho do Seixal, esta área de acção não tem sido remetida para plano secundário, pelo contrário, tem assumido posição de relevo, inclusive no incentivo da população para muitos trabalhos voluntários, para a unidade dos moradores.[360]

Esta concertação de objectivos denota ainda como a promoção das acções culturais e patrimoniais autárquicas se fazia, por vezes, em grande proximidade dos próprios membros do executivo e especialmente dos presidentes de câmara, o que foi especialmente visível no caso seixalense.

Também em Vila Franca de Xira, ao ser lançado o *Inventário do Património Arqueológico e Construído,* a consideração das populações migrantes e o cuidado com o seu "enraizamento" estavam na base dos objectivos definidos para este empreendimento:

(...) proceder a uma definição mais adequada de acções culturais e educacionais, com vista ao enraizamento e caracterização cultural das populações, ao enriquecimento da sua cultura e ao estímulo das suas potencialidades criadoras e transformadoras. Tais programas poderão ainda contribuir, nomeadamente entre os residentes oriundos de outras regiões, para criar um ambiente de respeito pelos testemunhos da milenária vida local.[361]

Já no final da década de oitenta os mesmos fundamentos, nos quais se inclui a busca de uma nova identidade urbana, estiveram na base do (re)lançamento da actividade patrimonial pela Câmara Municipal de Cascais (tardiamente face às suas congéneres da AML), ao incluir nos objectivos de realização da exposição "Um Olhar sobre Cascais através do seu Património" a divulgação do património concelhio e a sensibilização da população, como meios de contrariar o "desenraizamento".

Num concelho onde a noção de património não tem significado como memória, pois muitos dos nosso habitantes são originários de outros locais onde mantêm as suas raízes, utilizam a sua residência como dormitório, há que contribuir para a sua

---

[360] FILIPE, Eufrázio, "Património Histórico-cultural no concelho do Seixal", in *Poder Local*, Lisboa, Novembro-Dezembro de 1981, p. 29.

[361] PARREIRA, Rui, "Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira – Notícia da Parcela 403-8" in *Boletim Cultural*, n.º 1, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1986, p. 109.

inserção, inserção essa a conseguir pela descoberta da área envolvente e numa atitude de bem estar. [362]

A atenção a estes princípios orientadores levou os promotores dos projectos que despontavam no campo patrimonial a adoptar metodologias de trabalho favorecedoras do contacto estreito com as populações, da informação directa e continuada sobre as acções em curso e da participação dessas populações nos mesmos projectos. No Seixal o longo do ano de 1979, enquanto decorria o *Levantamento do Património Historico-Cultural*, foram criados "núcleos de munícipes", a partir das juntas de freguesia, então designados pelo presidente da câmara municipal como *núcleos de apoio popular.*[363] Estes grupos, coordenados por técnicos dos serviços culturais da Câmara, efectuavam reuniões periódicas de balanço de trabalho e actuaram na sensibilização da população para as questões patrimoniais.

Na Amadora, em 1983, a *Campanha de Levantamento e Animação do Património Histórico-Cultural* evidenciava atenção à informação dos munícipes, mediante a distribuição de *dossiers* documentais pelas juntas de freguesia e pelas colectividades, enquanto o *Levantamento e Recuperação dos Moinhos de Vento* era acompanhada por sessões de sensibilização à história local e pela dinamização de jovens para a reabilitação de técnicas de construção artesanal.

Em 1984 e nos dois anos seguintes, no decurso do *Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira* as acções de índole científica foram acompanhadas por contactos regulares com grupos da população, através de um programa organizado de colóquios e sessões, que, numa primeira fase, abrangeram todas as freguesias e se realizaram em instalações de colectividades e de juntas de freguesias, em estreita colaboração com estas. Tal programa de sessões, em que os técnicos envolvidos forneciam a informação disponível sobre os objectivos, conteúdos e ponto de situação do levantamento e debatiam os resultados atingidos, foi de extraordinária importância para constituir os primeiros corpos de informação sobre as colecções museológicas, tendo posteriores prolongamentos no estabelecimento de contactos regulares com diferentes grupos da população local.

---

[362] "Exposição *Um Olhar sobre Cascais através do seu património*" in *Arquivo de Cascais*, n.º 8, 1989, p. 212.
[363] FILIPE, Eufrázio, "Património Histórico-cultural no Concelho do Seixal" in *Poder Local*, Novembro-Dezembro 1981, p.30.

5. CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE MUSEUS PELAS AUTARQUIAS

5.1 QUADRO MUSEOLÓGICO DA AML EM 1974

O panorama museológico de tutela municipal da área circundante da capital com que as novas administrações autárquicas se depararam, parece não diferir grandemente da situação portuguesa do sector, conforme esta se apresentava em meados dos anos setenta. Não dispondo de significativos meios físicos e técnicos e não atraindo na altura uma especial atenção por parte dos poderes autárquicos, os museus municipais não assumiam em meados daquela década uma grande expressividade no conjunto da Museologia portuguesa.

Em 1974, do conjunto de dezoito municípios que actualmente compõem a AML, apenas cinco (excepção feita a Lisboa) dispunham de museus sob a sua tutela - Cascais, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira – correspondendo a sete unidades museológicas. Face à totalidade de museus à data recenseados no *Roteiro dos Museus de Portugal* como dependentes de câmaras municipais (58), este quantitativo tornava-se ainda menos significativo, apenas correspondendo a 12% do universo de museus municipais.

Quadro 10

MUSEUS DE TUTELA MUNICIPAL DA AML EM 1974

MUNICÍPIOS	MUSEUS	DATA DE FUNDAÇÃO
Cascais	*Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães*	1930
Sesimbra	*Museu Arqueológico Municipal*	1960
Setúbal	*Museu de Setúbal*[364]	1961
Sintra	*Museu Arqueológico do Professor Joaquim Fontes*	1955
	Casa-Museu Leal da Câmara	1945
	Museu Municipal de Sintra	1939
Vila Franca de Xira	*Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista*	1951

Fontes: Ministério da Educação Nacional, *Roteiro dos Museus de Portugal*, Lisboa, 1974; "Listagem de Museus Portugueses por Ordem Alfabética de Localização", in *Colóquio APOM 79*, dact.

[364] Tutelas: Município e Santa Casa da Misericórdia.

Se a cada município corresponde em regra uma unidade museológica municipal, distingue-se, porém, o de Sintra por tutelar três museus de diferentes âmbito e implantação, o que não pode deixar de nos levar a invocar a idêntica situação deste município no quadro do património cultural classificado, como verificámos em III - 2.1.

Esta realidade torna-se ainda mais acentuada quando ao contextualizar os museus de tutela municipal da AML no quadro mais amplo dos dependentes de outros órgãos da administração pública, apuramos que estes se localizam dominantemente em concelhos que já possuíam unidades museológicas (Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira), contribuindo para acentuar o peso comparativo de um conjunto de municípios dotados de museus face aos que não os desfrutavam de tais instituições.[365] Assim, para além dos museus tutelados por municípios, coexistiam ainda nesta área geográfica os seguintes museus dependentes de outros órgãos do Estado: em Mafra, o *Palácio Nacional de Mafra* (Administração central); em Setúbal, o *Museu Regional* (Assembleia Distrital de Setúbal); em Sintra, o *Palácio Nacional de Queluz*, o *Palácio Nacional da Pena* e o *Palácio Nacional de Sintra* (Administração central); em *Vila Franca de Xira* (Alverca), o *Museu do Ar* (Administração central) e o *Museu Etnográfico* (Assembleia Distrital de Lisboa).

Assim, na sua globalidade o panorama museológico desta região, de tutela da administração (central e local), patenteia a existência de museus apenas em mais um concelho – Mafra - que os possuidores de museus municipais, quedando-se os concelhos de Almada, Alcochete, Barreiro, Loures, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela e Seixal sem qualquer unidade museológica de dependência governamental ou municipal no seu seio.

A dominância de Sintra no contexto museológico em redor da capital, juntando aos três museus municipais outras tantas instituições sediadas em "palácios nacionais", é o principal aspecto a sublinhar numa perspectiva comparativa. Da administração central dependiam cinco instituições museológicas sediadas em concelhos da AML, repartidas as responsabilidades por diferentes serviços: Direcção-Geral da Fazenda Pública (*Palácio Nacional de Queluz, Palácio Nacional de Sintra, Palácio Nacional da Pena e Palácio Nacional de Mafra*)e Secretaria de Estado da Aeronáutica (*Museu do Ar*). Acrescente-se a existência de dois museus tutelados

pelas respectivas Juntas Distritais de Lisboa e Setúbal, este último na capital de distrito e o primeiro descentralizadamente em Vila Franca de Xira.

Ao debruçarmo-nos agora sobre os museus exclusivamente tutelados pelos municípios, passamos a atender à sua cronologia, verificando que estes foram fundados dominantemente na década de cinquenta e no início da seguinte, com excepção de três casos, o *Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães* (em Cascais), o *Museu Municipal de Sintra* e a *Casa-Museu Leal da Câmara* (em Rinchoa, Sintra), nascidos nos anos trinta e quarenta. O Museu-Biblioteca de Cascais foi mesmo o segundo museu de tutela municipal mais antigo em toda a AML, incluindo o município de Lisboa, onde em 1924 tinha aberto ao público o *Museu Rafael Bordalo Pinheiro*.

Dois destes museus resultaram de doações patrimoniais aos respectivos municípios: o de Cascais, sob a forma de legado efectuado por Manuel Castro Guimarães, em 1927, do seu palacete e colecções artísticas e documentais, com a finalidade de criação de museu e biblioteca pública; a Casa-Museu da Rinchoa, de doação efectuada por Júlia de Azevedo (viúva de Leal da Câmara) das colecções (em 1956) e da habitação (em 1965), onde funcionava, desde 1945, por iniciativa do próprio artista um atelier-museu, aberto ao público. Quanto ao *Museu Municipal de Sintra*, localizado no Palácio Valenças, radica em recolhas arqueológicas e na constituição de colecções epigráficas e de pintura com temática sintrense, cuja divulgação se liga estreitamente a objectivos de ordem turística.

Diversas origens tiveram os museus criados ao longo dos anos cinquenta e sessenta, uns na tradição da doação de colecções particulares aos respectivos municípios, outros na sequência de processos de investigação arqueológica, de que procederam colecções expostas a público e ainda outros interligando a promoção da investigação com a constituição de colecções.

Em Vila Franca de Xira o museu fundado em 1951 surgiu em estreita ligação ao processo de criação da biblioteca nascida quatro anos antes por iniciativa do *Grupo de Amigos do Concelho de Vila Franca de Xira*, assumindo a nova entidade a designação de Biblioteca-

[365] Nesta contextualização não considerámos outros museus existentes e dependentes de tutelas associativas, particulares e empresariais, pela inexistência de informações fiáveis sobre tal panorama museológico.

Museu, mais tarde identificada pelo nome do seu principal impulsionador e coleccionador, o Dr. Vidal Baptista. A constituição das primeiras colecções de arte com que abriram portas salas do Museu deveu-se a um movimento, liderado pela *elite* local, de aquisição de esculturas e pinturas de temática ribatejana, algumas das quais por subscrição pública.

Em Sintra o *Museu Arqueológico do Professor Joaquim Fontes*, em S. Miguel de Odrinhas, tinha nascido em 1955 da valiosa colecção epigráfica existente nesta localidade e das investigações conduzidas pelo seu patrono e mentor inicial em colaboração com D. Fernando de Almeida, constituindo um dos primeiros "museus de sítio" portugueses.

Em Sesimbra o *Museu Arqueológico Municipal*, aberto ao público em 28 de Maio de 1960 numa sala anexa à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tinha a sua origem em colecções arqueológicas provenientes do Castelo (na sequência das obras de restauro realizadas em 1933-44) e de jazidas arqueológicas.

Nos anos setenta estes museus atravessavam de uma forma generalizada uma fase de decadência face a anteriores períodos de vida, que se tinham caracterizado ora por maior investimento na investigação, ora pela programação de exposições temporárias e pela promoção de acção educativa. Em grande medida estes aspectos parecem radicar na ausência da (re)formulação de filosofias de revitalização destas instituições, na sequência do encerramento de longos ciclos de liderança, por vezes ligados à própria génese dos museus.

Tal é visível em Vila Franca de Xira, onde após o falecimento do fundador do museu, em 1971, a instituição entrou numa fase de estagnação de actividades - após um ciclo de vinte anos marcado pela promoção de exposições temporárias regulares, de programas de conferências e de acções culturais em colaboração com diversas entidades locais – que se prolongou até ao final dos anos setenta, acompanhado da degradação das condições da exposição permanente. Também em S. Miguel de Odrinhas chegava ao seu termo (em 1979) a direcção de D. Fernando de Almeida, que desde a morte de Joaquim Fontes em 1960 tinha assumido a responsabilidade por este espaço museológico. No *Museu Arqueológico* de Sesimbra tinha cessado a direcção de Eduardo Serrão, que, a partir de 1955 e a convite da Câmara Municipal, iniciou a inventariação, a valorização e a investigação do espólio

arqueológico proveniente do Castelo, assumindo posteriormente o cargo de director do museu, onde tinha criado um "Gabinete de Investigação".

À fundação do *Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães* em Cascais, estiveram inicialmente ligados José de Figueiredo e João Couto, que delinearam as principais directrizes desta instituição, ocupando este último o cargo de primeiro conservador-bibliotecário ao longo da década de trinta e sendo responsável pelo programa de acção cultural desenvolvido regularmente desde 1931. Em 1972 Maria Alice Beaumont abandonava, após dez anos de chefia, a direcção do Museu onde tinha introduzido o sector educativo, através da criação de um *atelier* infantil e de visitas guiadas para as escolas.

Nalguns casos as cessações de direcção referidas não foram de imediato substituídas ou renovadas (*Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista*) conduzindo a um vazio, enquanto noutros a excessiva rotatividade seguinte (*Museu Condes Castro Guimarães*) não permitiu a reformulação desejada. Não dispondo de forma geral de serviços que estruturassem as instituições, sedimentassem a gestão e contribuíssem para contrariar os danos ocasionados pelo afastamento das direcções, estes museus apresentavam não só sinais de inactividade mas também degradação física de instalações e de colecções, o que avulta nas apreciações e testemunhos sobre os mesmos.

Em S. Miguel de Odrinhas:

> *O aspecto do Museu era o de um "armazém", tanto no interior, como no exterior, restando cortados os corredores de circulação aos visitantes, impossibilitando estes de qualquer tipo de observação e/ou leitura mínima dos monumentos. Paralela a esta situação, acrescia a rápida deterioração das epígrafes e demais ornamentos pétreos, motivada pelas condições atmosféricas e pelos líquenes.*[366]

Em Vila Franca de Xira a progressiva degradação da exposição permanente levava Irisalva Moita a interrogar o paradeiro das colecções arqueológicas:

---

[366] SOUSA, Élvio Melim de, "Complexo arqueológico de S. Miguel de Odrinhas: evolução histórico-museológica", in *Jornal de Sintra*, 9 de Maio de 1997, p. 11.

Que é feito da colecção arqueológica que vimos há alguns anos no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, modernamente acatitado com galerias de pintura banal?[367]

Na *Casa-Museu Leal da Câmara* (em Rinchoa, concelho de Sintra) a comissão nomeada para as comemorações do centenário do nascimento do artista, em 1976, deparou-se com o elevado grau de degradação do imóvel, reclamando obras de restauro, que tiveram lugar nos anos subsequentes. O desgaste das instalações onde estava sediado o *Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra* era também patente no final dos anos setenta, levando a autarquia a proceder, em 1982, à transferência "provisória" do Museu para outro espaço.

Deste modo, o panorama dos museus de tutela municipal da AML deixava transparecer por volta de 1974 sinais de decrepitude de espaços e equipamentos, carências técnicas, ausência de liderança e necessidades de renovação programática que tornavam patente a crise do sector museológico.

5.2 NOVOS MUSEUS - BREVE CARACTERIZAÇÃO ESPÁCIO-TEMPORAL

As novas administrações autárquicas em torno da capital depararam-se, como acabamos de assinalar, ora com a inexistência de qualquer entidade museológica na sua dependência, ora com museus que denunciavam um conjunto de problemas que não os tornavam na generalidade atractivos para o público nem para os próprios executivos a que se subordinavam. Face a este quadro de situação, as autarquias seguiram linhas programáticas diversas no tocante à criação de novos museus e à reformulação dos existentes, ancoradas nas políticas patrimoniais a que fizemos referência.

---

[367] MOITA, Irisalva, "Situação dos Museus Regionais no contexto museológico português" in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo dinamizador de acção cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 103-107. Contrariamente às suspeitas de extravio de colecções que esta interrogação deixa transparecer, não se tinham perdido os testemunhos, embora tivesse desaparecido da exposição permanente qualquer evidência da respectiva programação. A autora coloca nesta comunicação a questão de eventual desaparecimento de colecções também nos casos dos Museus Municipais de Gaia, Setúbal, Barcelos e Chaves.

Ao tomar como parâmetros a "tutela municipal" e a "data de fundação" no intervalo temporal compreendido entre 1974 e 1990, podemos assinalar treze novos museus, criados por autarquias na AML neste período. Destes, três surgiram ainda no final da década de setenta: a *Casa-Museu Anjos Teixeira* e o *Museu Ferreira de Castro* (em Sintra) e o *Museu de Alhandra* (em Vila Franca de Xira). Os restantes dez foram fundados ao longo da década de oitenta: *Museus Municipais* nos concelhos de Seixal,[368] Loures, Almada e Alcochete; *Museu Regional* em Sintra; *Museus do Mar* em Cascais e em Sesimbra; *Museu do Brinquedo* em Sintra; *Museu da Música Portuguesa* em Cascais; *Museu do Automóvel Antigo* em Oeiras. A esta lista acresce a reformulação da *Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista* em Vila Franca de Xira, que, após um período de encerramento, voltou a reabrir, com nova denominação – *Museu Municipal de Vila Franca de Xira* – e com uma programação renovada.

A aplicação dos critérios referidos, os quais pautam toda a concepção e desenvolvimento do presente trabalho, levaram a que ficassem de fora desta abordagem museus de tutela associativa, que só nos anos noventa foram "municipalizados", como é o caso do *Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Prof. Raul de Almeida*, criado em 1976 com origem nas colecções do antigo museu da Casa do Povo, e que em 1994, por deliberação da Assembleia Municipal de Mafra foi transformado em "Museu Municipal". Do mesmo modo, na Azambuja as colecções etnográficas recolhidas por Sebastião Mateus Arenque, membro do Rancho Folclórico "Campinos de Azambuja", apenas em 1991 vieram a abrir regularmente ao público com o nome de *Museu Sebastião Mateus Arenque*, encerrando a autarquia este espaço em 1994. Os percursos seguidos pelos museus citados vieram confirmar a via da municipalização museológica, contribuindo para o desaparecimento da possibilidade de uma via tutelar associativa para os novos museus criados.

Também não foram objecto de análise exaustiva os processos conducentes a novos museus só oficializados na década de noventa, embora tenhamos, em contrapartida, assinalado as intenções não concretizadas de alguns municípios que desenvolveram no período em apreço procedimentos tendentes à criação de museus, que não chegaram a ter concretização posterior.

[368] Criado em 1982 com a designação de Museu Municipal, a partir de 1983 denominado Ecomuseu Municipal

Assim, um olhar sobre a cronologia de fundação dos museus nascidos sob tutela municipal elucida sobre a sua distribuição ao longo deste período, bem como sobre a concentração em determinados anos, em detrimento de outros, em que não houve qualquer iniciativa pública neste domínio:

1) Década de 70

1977 - Sintra - *Casa-Museu Anjos Teixeira*

1978 - Vila Franca de Xira (Alhandra)- *Museu de Alhandra*

1979 - Sintra - *Museu Ferreira de Castro*

2) Década de 80

1982 - Seixal - *Ecomuseu Municipal do Seixal*

1985 - Loures – *Museu Municipal de Loures*;

- Almada – *Museu Municipal de Almada*
- Vila Franca de Xira – *Museu Municipal de Vila Franca de Xira* ®[369]
- Cascais – *Museu do Mar*
- Sintra - *Museu Regional*

1987 - Sintra – *Museu do Brinquedo*

- Sesimbra – *Museu do Mar*

1988 - Alcochete – *Museu Municipal de Alcochete*

- Cascais - *Museu da Música Portuguesa*

1990[370] - Oeiras – *Museu do Automóvel Antigo*

A primeira constatação é a de que nos anos subsequentes a 1974, quando as autarquias se encontravam sob a gestão das *comissões administrativas* não foi concretizada a formação de museus, sendo preciso esperar pela tomada de posse das câmaras municipais e das juntas de freguesia para nascerem as primeiras instituições museológicas de tutela municipal, entre 1977 e 1979. Em compensação, nos anos imediatamente seguintes, 1980 e 1981, não ocorreu a

---

do Seixal.

[369] ® - Reformulação.

[370] Já fora do período em estudo, ao longo da década de 90 foram criados na AML sete novos museus: 1991 – Vila Franca de Xira – *Museu do Neo-Realismo*; 1993 – Montijo – *Museu Municipal*; 1994 – Mafra – *Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida*; 1995 – Setúbal - *Museu do Trabalho*; 1996 – Palmela – *Museu Municipal*; Amadora – *Casa Roque Gameiro*; 1998 – Oeiras – *Fábrica da Pólvora de Barcarena.*

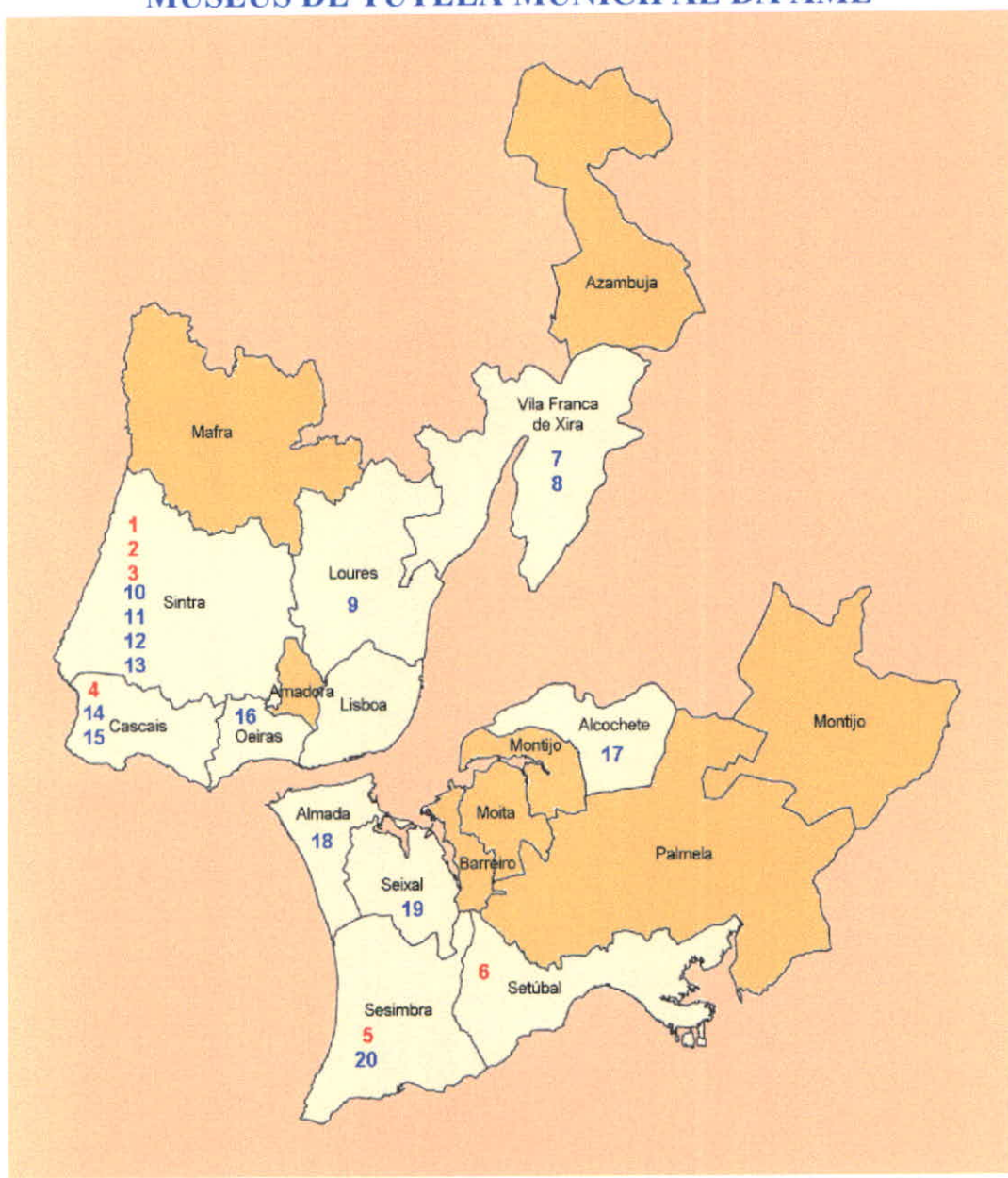
fundação de nenhuma instituição museológica, cabendo ao *Museu Municipal do Seixal*, inaugurar o movimento museológico da década, ao abrir ao público em 18 de Maio de 1982.

O ano de 1985, em que ocorreram eleições autárquicas, foi especialmente frutuoso, dado serem estabelecidos quatro novos museus, o *Museu Municipal de Almada*, o *Museu Municipal de Loures*, o *Museu Regional de Sintra* e o *Museu do Mar* de Cascais, sendo ainda aberto ao público o reformulado *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*.

Na segunda metade da década continua-se a assistir ao movimento de abertura de novas instituições museológicas, tal não sucedendo apenas nos anos de 1986 e de 1989. Em contrapartida os anos de 1987 e de 1988 são preenchidos cada um deles com dois novos museus: *Museu do Brinquedo* em Sintra, *Museu do Mar* em Sesimbra, *Museu Municipal de Alcochete* e *Museu da Música Portuguesa/Casa Verdades de Faria* em Cascais. Finalmente abre em 1990 a primeira instituição museológica do concelho de Oeiras, o *Museu do Automóvel Antigo*.

Ao adicionar à perspectiva cronológica a análise da distribuição geográfica dos novos museus criados e a sua representatividade concelhia no âmbito da AML, torna-se necessário lembrar mais uma vez que as oito unidades museológicas existentes até 1974 correspondiam apenas a cinco municípios: Cascais, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. O mapa seguinte sintetiza o quadro museológico de tutela municipal da AML em 1990:

Mapa 2
MUSEUS DE TUTELA MUNICIPAL DA AML



Concelhos sem museu de tutela municipal até 1990

Concelhos com museu de tutela municipal

Museus criados antes de 1974

1 Museu Arqueológico do Professor Joaquim Fontes
2 Casa-Museu Leal da Câmara
3 Museu Municipal
4 Museu-Biblioteca Condes Castro Guimarães
5 Museu Arqueológico Municipal
6 Museu de Setúbal

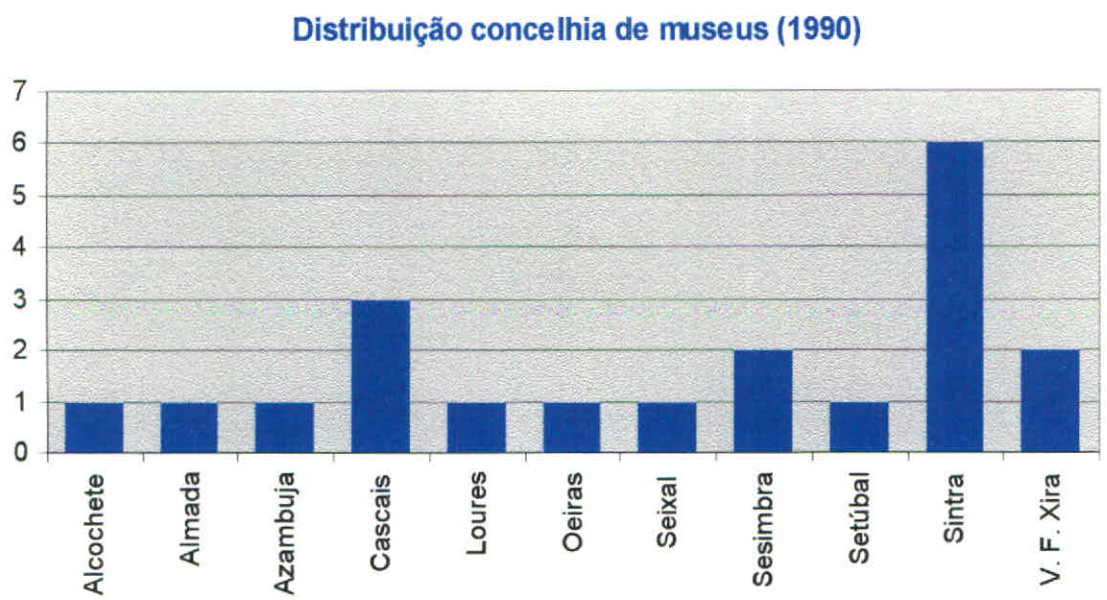
Museus criados e reformulados (1974-90)

7 Museu Municipal de Vila Franca de Xira
8 Museu de Alhandra
Casa-Museu Dr. Sousa Martins
9 Museu Municipal de Loures
10 Casa-Museu Anjos Teixeira
11 Museu Ferreira de Castro
12 Museu do Brinquedo
13 Museu Regional de Sintra
14 Museu do Mar
15 Museu da Música Regional Portuguesa
16 Museu do Automóvel Antigo
17 Museu Municipal de Alcochete
18 Museu Municipal de Almada
19 Ecomuseu Municipal do Seixal
20 Museu do Mar

Passando a existir no quadro geográfico da AML onze municípios dotados de unidades museológicas na sua dependência, constata-se, porém, que este incremento se faz, por um lado, mediante o alargamento a cinco novos municípios que criaram museus, mas, por outro, e de modo quase equivalente, através do nascimento de novas entidades museológicas em quatro dos concelhos que já se encontravam dotados de museus. Assim, os concelhos de Alcochete, Almada, Loures, Oeiras e Seixal, que não dispunham de museus sob tutela municipal até aos anos oitenta, passam a contar com tais instituições. Por seu turno Cascais, Sintra, Sesimbra e Vila Franca de Xira vêem aumentado o seu panorama museológico intra-concelhio, facto que é especialmente relevante no caso sintrense, onde passam a coexistir seis museus sob tutela do município. Em 1990 permaneciam seis concelhos sem museu na AML: Amadora, Barreiro, Mafra, Moita, Montijo e Palmela.[371]

Um sumário quantitativo da realidade museológica municipal da AML em 1990 e da sua correspondente representação concelhia dá-nos o seguinte gráfico:

Gráfico 6



Fonte: CAMACHO, Clara, FILIPE, Graça, ALMEIDA, Joelma, *Relatório – Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*, Junta Metropolitana de Lisboa, Janeiro de 1999.

[371] Em 1998 os únicos municípios da AML que não tutelavam museus eram Barreiro e Moita. Cf. CAMACHO, Clara, FILIPE, Graça, ALMEIDA, Joelma, *Relatório – Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*, Junta Metropolitana de Lisboa, Janeiro de 1999.

Em resumo, o panorama museológico de tutela municipal da AML evidenciava no fecho da década de oitenta uma clara preferência pela realidade "um município/um museu", sendo tal situação perfilhada por mais de metade dos municípios dotados de museu. Assim, em seis concelhos - Alcochete, Almada, Loures, Oeiras, Seixal e Setúbal - a realidade museológica cingia-se à existência de uma única unidade sob tutela do município. Com dois museus cada seguiam-se os concelhos de Sesimbra (*Museu Arqueológico* e *Museu do Mar*) e de Vila Franca de Xira (*Museu de Alhandra* e *Museu Municipal*), embora neste último caso o Museu de Alhandra fosse tutelado em cooperação pela respectiva Junta de Freguesia (proprietária do imóvel) e pela Câmara Municipal, a quem competia o apoio técnico.

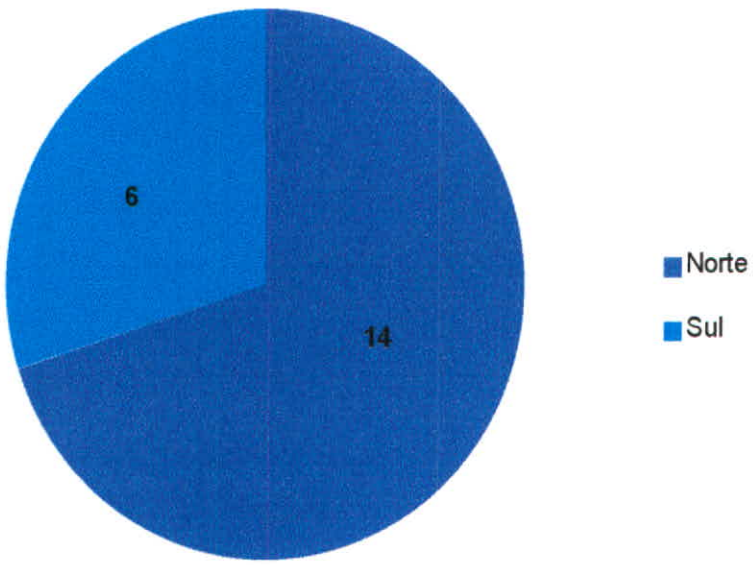
Extravasando esta tendência geral surgem dois concelhos: Cascais, onde coexistem três museus na dependência da respectiva câmara municipal e Sintra, que ocupa um lugar isolado no contexto da AML pela expressão quantitativa da sua realidade museológica municipal, que na ocasião ultrapassava a da própria capital. Sendo herdeira em 1974 das colecções do extinto *Museu Municipal* e de dois outros museus (o *Museu Arqueológico do Professor Joaquim Fontes*, em S. Miguel de Odrinhas e a *Casa-Museu Leal da Câmara*), a autarquia sintrense passou rapidamente à criação de novas entidades museológicas ainda no final dos anos setenta (*Casa-Museu Anjos Teixeira* e *Museu Ferreira de Castro*), a que acrescentou na segunda metade da década de oitenta o *Museu do Brinquedo*.

A realidade que acabamos de apontar tem também expressão nas denominações tomadas pelas novas entidades museológicas, sendo prevalecente a opção pela designação "Museu Municipal", seguida do nome do concelho nos casos em que apenas existe uma unidade museológica a cobrir o território concelhio: *Ecomuseu Municipal do Seixal; Museu Municipal de Almada; Museu Municipal de Alcochete; Museu Municipal de Loures.* Pelo contrário, à pluralidade de museus sob tutela municipal corresponde também uma diversidade de nomeações dos mesmos, condizendo com as respectivas vocações temáticas: *Museu do Mar, Museu do Brinquedo, Museu da Música.*

Finalmente apontamos a distribuição sub-regional dos museus dentro do espaço metropolitano (Norte e Sul) no gráfico seguinte:

Gráfico 7

Representação de museus na AML - Norte e Sul (1990)



Ao inserir esta caracterização no quadro geográfico da AML, e considerando a localização dos municípios nas duas zonas que naturalmente o rio Tejo divide, constatamos que as lacunas museológicas citadas se situam dominantemente em municípios da AML *Sul*. Se a este factor – ausência de museu – somarmos a distribuição numérica de museus existentes pelas duas margens do Tejo, verificamos que a distância entre ambas as sub-regiões se alarga, visto que a maioria dos museus existentes em 1990 se localizava a norte do Tejo.

5.3 PROCESSOS CONDUCENTES À CRIAÇÃO DE ENTIDADES MUSEOLÓGICAS

Nascidos em estreita articulação com as políticas patrimoniais autárquicas, das quais foram um dos mais visíveis espelhos, os novos museus, criados num espaço geográfico afim, resultaram, porém, de modos de proceder diversos e de diferentes orientações programáticas. Embora a assimetria dos procedimentos resultasse, em qualquer dos casos, na criação de entidades museológicas, não deixa de ser certo que corresponderam a configurações finais dissemelhantes, por vezes mais unidas pela convivência em territórios adjacentes, do que pelas afinidades tipológicas.

Um trabalho de maior extensão que aquele que agora se apresenta levar-nos-ia a seguir o percurso destas instituições museológicas para lá da sua génese e a averiguar nas práticas que posteriormente seguiram quais as relações estabelecidas com as tutelas, os territórios, os públicos e os patrimónios, bem como as formas de organização interna que adoptaram para cumprir as funções museológicas e as suas vocações disciplinares. No entanto, o ponto a que nos é possível presentemente chegar é o de seguir processualmente a emergência das entidades museológicas e entender em cada caso quais os procedimentos e acções que estiveram na sua origem. Fazemo-lo com a necessária ancoragem no seio mais amplo das políticas patrimoniais que, como acabámos de expor, foram as autarquias delineando, ora titubeantemente ora de forma mais afirmativa.

As origens dos museus que, entre 1974 e 1990, foram gerados no seio de nove municípios da região em torno da capital, podem ser agrupadas em três tipos de procedimentos, já enunciados:

a) formação de uma colecção

b) promoção de um levantamento patrimonial

c) aquisição e reutilização de um imóvel edificado

Se bem que estes três parâmetros possam estar simultaneamente presentes na conjugação das condições que permitem a criação de um museu, e verificando que em alguns casos é comum a presença de pelos menos dois destes itens, elegemos aquele que é preponderante no processo de fundação das entidades museológicas. A sua determinação foi efectuada com base no

principal critério de tomada de decisão por parte da autarquia tuteladora quando se prefigurou tal resolução, mediante a documentação que expressa tais procedimentos: deliberações de câmara, documentos preparatórios, artigos, comunicações.

Assim, apresentamos no quadro seguinte a síntese dos processos detectados na génese e na emergência de museus de dependência orgânica municipal na AML e a respectiva correspondência com as entidades museológicas estudadas, as quais passaremos a descrever e a analisar dentro desta perspectiva.

Quadro 11

PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE MUSEUS NA AML (1974-90)

PROCESSO	MUSEU	CONCELHO
Da colecção ao museu	*Casa-Museu Anjos Teixeira*	Sintra
	Museu Ferreira de Castro	
	Museu Regional de Sintra	
	Museu do Brinquedo	
	Museu do Mar	Cascais
	Museu da Música Regional Portuguesa/Casa Verdades de Faria	
	Museu de Alhandra/Casa Dr. Sousa Martins	Vila Franca de Xira
	Museu do Automóvel Antigo	Oeiras
Do levantamento patrimonial ao museu	*Ecomuseu Municipal do Seixal*	Seixal
	Museu Municipal de Almada	Almada
	Museu Municipal de Alcochete	Alcochete
	Museu do Mar	Sesimbra
	Museu Municipal de Vila Franca de Xira (R)	Vila Franca de Xira
Da aquisição patrimonial ao museu	*Museu Municipal de Loures*	Loures

Neste ponto não quisemos ainda deixar de mencionar os processos que não deram fruto neste período, apesar dos longos anos de trabalho, do continuado investimento financeiro e da documentação oficial emitida com vista à criação de museus, que, contudo, não vieram a efectivar-se, como aconteceu nos concelhos da Amadora e do Barreiro.

5.3.1 DA COLECÇÃO AO MUSEU

A origem mais comum dos museus criados na AML no período em análise radica na constituição de colecções, designadamente por particulares, e na sua evolução para bens públicos, mediante a sua doação ou venda aos municípios, em paralelo com o desígnio de criação de museus, que irão permitir a comunicação "permanente" desses bens. Este procedimento não difere praticamente das origens que tinham marcado o nascimento dos museus criados nesta mesma região ao longo do Estado Novo, seguindo hábitos de doação de colecções particulares aos respectivos municípios.

Deste modo, oito dos museus surgidos na AML entre 1974 e 1990 provêm da existência de colecções que, a dado momento, são incorporadas na propriedade municipal, vindo a provocar a decisão político-administrativa de criação de novas entidades museológicas. Seguiram este processo os seguintes museus: *Casa-Museu Anjos Teixeira, Museu Ferreira de Castro, Museu Regional de Sintra* e *Museu do Brinquedo* – em Sintra; *Museu do Mar* e *Museu da Música Regional Portuguesa/Casa Verdades de Faria* – em Cascais; *Museu de Alhandra/Casa Dr. Sousa Martins* – em Alhandra (Vila Franca de Xira); *Museu do Automóvel Antigo* - em Oeiras.

Como metodologia de apresentação, passamos, de seguida, a descrever sumariamente as fases processuais por que passou cada uma destas entidades museológicas, após o que nos determos na análise comparativa dos procedimentos adoptados em cada município.

- *Casa-Museu Anjos Teixeira, Museu Ferreira de Castro* e *Museu do Brinquedo* – em Sintra

  - *Casa-Museu Anjos Teixeira*

As obras escultóricas de Artur Gaspar dos Anjos Teixeira e de seu filho Pedro Augusto dos Anjos Teixeira constituiam a colecção que foi doada por este último à Câmara Municipal de Sintra, mediante escritura firmada em 24 de Setembro de 1974. Este acordo previu a abertura ao público de um espaço museológico e a residência vitalícia de mestre Anjos Teixeira em dependências privadas do *atelier*.

Instalado no edifício de uma antiga azinhaga, o museu abriu ao público em 27 de Agosto de 1977, tratando-se do primeiro museu tutelado por um município a ser "inaugurado" na AML depois de 1974. A exposição das obras dos dois mestres escultores manteve-se durante cinco anos naquele espaço, embora a intenção camarária inicial fosse a de mostrar durante algum tempo aqueles trabalhos e de expor também as aquisições escultóricas do município, objectivo que não chegou a cumprir.

A relação do escultor Pedro Anjos Teixeira com o espaço museológico passou pela sua utilização intensiva, iniciando-se logo em 1977 quando aquele artista passou a usar as instalações da azinhaga como local de trabalho, o que se intensificou a partir de 1980 quando o artista fixou residência nas dependências privadas anexas ao museu, promovendo aulas de escultura no atelier, as quais perduraram até 1992.

Em 1982 a autarquia encerrou as instalações para proceder a obras de conservação, remodelação e ampliação, em virtude das condições de degradação a que estavam sujeitas, vindo o museu a reabrir com nova "inauguração" oficial em 26 de Outubro de 1985.

  - *Museu Ferreira de Castro*

O espólio literário e artístico de Ferreira de Castro foi doado pelo próprio escritor à Câmara Municipal de Sintra em 3 de Abril de 1973, na sequência de sugestão do então presidente da autarquia e do director da biblioteca municipal. A doação foi aceite em reunião da mesma câmara de 18 de Abril desse ano, ficando assente a criação de um museu dedicado àquela personalidade.

Para receber a colecção e proceder à instalação do museu foi destinado pela autarquia o antigo Casal de Santo António, imóvel localizado no centro histórico da vila, que tinha pertencido a António Cunha e

Costa, coleccionador sintrense de etnografia portuguesa, o qual tinha ofertado à Câmara Municipal o edifício na condição de vir a albergar as suas colecções.

Iniciaram-se ainda em 1974 as obras de adaptação da casa, embora só em 1978 fosse efectuado o primeiro programa do museu por uma Comissão Instaladora. Com base nesta programação em 1 de Julho de 1979 foi aberto ao público o *Museu Ferreira de Castro.*

Posteriormente, com algumas modificações na exposição e obras no edifício, foi de novo "inaugurado" o Museu em 6 de Junho de 1982. A colecção documental de Ferreira de Castro, dominada por mais de vinte mil manuscritos e o espólio de etnografia portuguesa dos séculos XVIII a XX, coligido por Cunha e Costa e também doado à Câmara Municipal de Sintra, juntaram-se neste mesmo edifício, originando a que no início dos anos oitenta fossem dadas diferentes designações e utilizações pela autarquia sintrense a este espaço: *Museu Ferreira de Castro, Galeria de Etnografia Portuguesa Cunha e Costa* e *Casa (ou Casa-Museu) Cunha e Costa.* O próprio imóvel só passou efectivamente para a posse do Município, através de escritura de doação, em 6 de Maio de 1984.

Em Junho de 1985, e por um período de sete anos, foram encerradas as instalações devido às más condições estruturais do imóvel, vindo o *Museu Ferreira de Castro* a reabrir ao público com esta mesma designação e no mesmo espaço em 22 de Julho de 1992.

- ***Museu Regional de Sintra***

A colecção de Arqueologia recolhida nos finais dos anos cinquenta e início de sessenta, no âmbito das "Jornadas Arqueológicas" do concelho de Sintra, está na origem deste museu, fundado em 1985. Trabalhos arqueológicos conduzidos por técnicos da autarquia, sob a direcção de Cardim Ribeiro na década de oitenta, vieram completar e enriquecer a colecção inicial, levando à necessidade de instalar e mostrar ao público estas colecções.

Aos espécimes arqueológicos juntavam-se, por outro lado, colecções diversas, provenientes do *Museu Municipal de Sintra*, antecessor deste *Museu Regional* e extinto nos finais dos anos cinquenta, designadamente as colecções de pintura focando temáticas relacionadas com a própria vila de Sintra. A colecção etnográfica Cunha e Costa foi também, a dada altura, integrada nas reservas deste museu.

Instalado em três pisos de um edifício do século XIX, que até aos anos setenta operou como hotel (Hotel da Costa) e onde funcionava também o Posto de Turismo, o Museu Regional de Sintra teve uma vida efémera, passando a estar encerrado ao público, em consonância com a nova programação museológica

concebida nos anos noventa pela autarquia sintrense, a que se liga a remodelação e a reconfiguração do museu de S. Miguel de Odrinhas [372].

- ***Museu do Brinquedo***

A extensa colecção constituída por mais de vinte mil brinquedos e coligida por um coleccionador particular, João Arbués Moreira, está na origem da formação de um museu dedicado a esta temática, resultante da colaboração entre aquele coleccionador e a autarquia sintrense.

Legada a colecção à "Fundação Arbués Moreira", entretanto constituída, foi entre esta Fundação e a Câmara Municipal de Sintra celebrado um acordo para a cedência de um local (cave da *Casa Cunha e Costa*) onde de forma provisória nasceu o *Museu do Brinquedo* de Sintra em 1989. Assim, o *Museu Ferreira de Castro* instalado no primeiro andar do mesmo edifício conviveu a partir de 1989 com *Museu do Brinquedo*, que só na segunda metade dos anos noventa foi transferido para os antigos Paços do Concelho, onde, após reprogramação e obras de adaptação, foi formalmente inaugurado.

- ***Museu do Mar* e *Museu da Música Regional Portuguesa/Casa Verdades de Faria* – em Cascais**

- ***Museu do Mar***

As colecções de História Natural (mamalogia, ornitologia, ictiologia e malacologia) e de Arqueologia Subaquática do investigador e coleccionador particular, Francisco Reiner, foram doadas à Câmara Municipal de Cascais, estando na origem da criação do *Museu do Mar*. Em sessão da Câmara Municipal de Cascais de 25 de Janeiro de 1978 foi aprovada a contratação de Francisco Reiner (na altura a prestar funções no Aquário Vasco da Gama) para o Museu, embora esta decisão suscitasse da parte de alguns membros da vereação a opinião de que este objectivo não era prioritário face a outros problemas que assolavam o concelho, designadamente no sector da habitação.

Aquele coleccionador foi o fundador e mentor do museu durante os seus primeiros anos de vida, cabendo-lhe a seguinte definição sobre a vocação programática inicial desta instituição:

> *O Museu do Mar em si, é uma instituição científica que essencialmente, e como o próprio nome o deixa prever, tem a ver com a preservação e estudo do nosso património faunístico e arqueológico encontrado no meio marinho.* [373]

---

[372] Decorrem em 1999 os preparativos finais para a abertura ao público do *Complexo Museológico de S. Miguel de Odrinhas*, onde foram incorporadas as colecções do antigo *Museu Regional*.

A Câmara Municipal instalou o museu em 1978 nos antigos jardins da Parada, em edifício anteriormente ocupado pelo "Sporting Clube de Cascais", que em 1976 se tinha tornado propriedade camarária, embora já anteriormente fosse desenvolvida actividade museológica, a partir de um gabinete do próprio edifício dos Paços do Concelho e da antiga casa dos guardas do Clube, adaptada à observação de aquários.

O museu adoptou uma estrutura departamental, inspirada na orgânica universitária, dando prioridade à investigação científica, mediante a organização de estágios para alunos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a efectivação regular de missões científicas em diversos pontos da costa portuguesa.

Embora ao *Museu do Mar* só fossem formalmente atribuídos um Regulamento próprio e um Conselho Técnico-Científico, por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 17 de Dezembro de 1985, a sua acção fez-se sentir a partir da data de doação das colecções, adoptando a designação de *Museu do Mar* e promovendo um intenso programa de exposições temporárias, suportado pela autarquia de Cascais. Assim, foram realizadas nos primeiros anos de actividade as seguintes exposições: *Arqueologia Subaquática em Portugal,* em 25 de Abril de 1978, nos Paços do Concelho de Cascais; *O que é... o que vai ser* (sobre o Museu do Mar), em 25 de Abril de 1979, também nos Paços do Concelho de Cascais; *Fragmentos de uma civilização,* de 25 de Abril de 1979 a 4 de Março de 1980; *Baleia!,* de 13 de Junho a 17 de Julho de 1981 na Junta de Turismo da Costa do Estoril.

O *Museu do Mar* manteve-se "em instalação" ao longo de toda a década de oitenta, com uma abertura condicionada ao público que privilegiou a relação com os grupos escolares, sobretudo a partir de 1987, quando foram adoptados novos objectivos programáticos, mais alargados à missão educativa e à comunidade escolar. O *Museu do Mar* de Cascais só inaugurou oficialmente em 1992[374].

- ***Museu da Música Regional Portuguesa / Casa Verdades de Faria***

Em 1981 a Câmara Municipal de Cascais adquiriu a Michel Giacometti a colecção de instrumentos musicais portugueses recolhida por aquele etnomusicólogo, considerando-a "Património de Grande Valor Cultural e Artístico", com a finalidade de vir a criar um museu. No entanto, até 1988

---

[373] REINER, Francisco, "O Museu do Mar", in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º4, Cascais, Câmara Municipal, 1982, p. 71.

[374] Este museu foi recentemente renomeado como *Museu do Mar Rei D. Carlos.*

permaneceram estes objectos encaixotados, sem que a autarquia tivesse efectuado quaisquer diligências para a concretização da instituição museológica a que se propusera.

Em 1988, na sequência de um movimento de opinião pública, liderado pelo próprio Giacometti, a Câmara Municipal de Cascais decidiu instalar a colecção na *Casa Verdades de Faria*, imóvel que a autarquia tinha recebido, mediante as disposições testamenteiras do proprietário, Enrique Mantero Belard, após a sua morte em 1974. O legado, entregue oficialmente à autarquia em acto público no dia 26 de Fevereiro de 1982, previa como condição a instalação na propriedade de um museu (com a designação de "Verdades de Faria") e de um jardim público. Ao palacete, conhecido como Torre de São Patrício, deu a autarquia ao longo dos anos oitenta diferentes designações, como *Casa Verdades de Faria, Casa-Museu Verdades de Faria* ou *Museu Verdades de Faria*, embora a sua abertura ao público nunca se tivesse efectuado.

Em paralelo à instalação da colecção Giacometti na *Casa Verdades de Faria*, a Câmara Municipal nomeou uma *Comissão Instaladora do Museu da Música Regional Portuguesa*, constituída por aquele etnomusicólogo e coleccionador e por representantes do IPPC, do *Museu de Etnologia* e da autarquia. A esta comissão se deveu a definição do programa base do museu e a aquisição da biblioteca particular de Giacometti, cujo valor científico e documental permitiu dotar o museu de um Centro de Documentação especializado.

Em 1990, ano da morte de Michel Giacometti, cessou funções a *Comissão Instaladora*, ficando a gestão do museu sob exclusiva dependência técnica e tutelar da Câmara Municipal de Cascais, em cuja Divisão de Cultura se integrou.[375]

- ***Museu de Alhandra/Casa Dr. Sousa Martins*** **– em Alhandra (Vila Franca de Xira)**

Germinava desde 1962 num grupo de alhandrenses a intenção de formar um museu local, na sequência de exposição realizada naquele ano na *Sociedade Euterpe Alhandrense*, para comemorar o centenário daquela colectividade. Ao longo dos anos seguintes foi este grupo recolhendo e adquirindo documentos bibliográficos e fotográficos, bem como objectos etnográficos respeitantes à história e ao quotidiano da vila de Alhandra. O intento de criar o museu foi, entre 1964 e 1975, acompanhado de outros desígnios culturais, como o de fundar uma biblioteca e o de promover iniciativas (conferências, saraus, cursos e

[375] Em 1994 Fernando Lopes Graça decidiu deixar o seu espólio à Câmara Municipal de Cascais, mediante testamento, o que veio enriquecer o património musical deste museu, cuja denominação foi alterada em 1995 para *Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria*.

visitas de estudo), pelo que a este projecto chamou a sua comissão instaladora "Centro Cultural de Alhandra", mais tarde cingido ao propósito "Museu de Alhandra".

Em 1978 esta pequena equipa, de que tinham perdurado da sua formação inicial três elementos, propôs à Junta de Freguesia de Alhandra, empossada no ano anterior, a criação de um museu com base na colecção de objectos ligados à vida local que vinham recolhendo. A autarquia apoiou esta ideia e diligenciou junto da Santa Casa da Misericórdia a obtenção de "instalações provisórias" no mercado alhandrense. Assim, em 23 de Junho de 1978 abriu uma sala de exposição, cedo se verificando a exiguidade de espaço, o que levou à disponibilização no ano seguinte de duas novas salas no mesmo mercado.

Em 1984, na sequência de uma subscrição pública e de apoio financeiro da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, procedeu a Junta de Freguesia de Alhandra à aquisição da habitação onde tinha vivido o médico Sousa Martins, aí sendo instalado o museu no ano seguinte, sob a designação de *Museu de Alhandra/Casa Dr. Sousa Martins*.

- ***Museu do Automóvel Antigo*** **- em Oeiras**

Este museu tem origem na colecção de veículos do *Clube Português dos Automóveis Antigos*, organização com quem a Câmara Municipal de Oeiras firmou em 1989 um protocolo, que veio dar azo à instauração da nova instituição museológica.

Aberto ao público em 1990, em instalações provisórias, o Museu insere-se na orgânica da tutela municipal, englobando-se no Departamento de Assuntos Sociais e Culturais.

*

Os processos por que passaram, na sua formação, as instituições que acabamos sumariamente de apresentar envolveram diferentes etapas, cada uma das quais composta por várias acções, até se materializar a respectiva "abertura ao público". Deste modo, pareceu-nos detectar nos casos em apreço as seguintes fases:

a) Constituição de uma colecção particular
b) Transformação da colecção em bem público
c) Instalação da colecção em propriedade municipal

a) Constituição de uma colecção particular

A génese destes museus radica na existência de colecções, ou seja, de conjuntos de objectos interligados por coerência temática, estética e formal, valorizados patrimonialmente e recolhidos por iniciativa privada.

Nos casos assinalados as colecções são resultado, ora de produção artística e literária (Anjos Teixeira e Ferreira de Castro), ora de continuados trabalhos de investigação (instrumentos musicais de Michel Giacometti, espécimes naturais e vestígios arqueológicos subaquáticos de Francisco Reiner). A paciente e laboriosa prossecução de um tema por um coleccionador que lhe dedicou toda uma vida está presente na constituição da colecção de brinquedos por João Arbués Moreira. Com um carácter menos individual surgem as colecções sobre a vila de Alhandra e de automóveis antigos, a primeira fruto de um trabalho de equipa e a segunda de uma associação. Em todos os casos na origem dos futuros museus está a reunião de um grupo temático de testemunhos patrimoniais, cuja iniciativa é de índole privada.

b) Transformação da colecção em bem público

Sendo uma das características das colecções privadas a sua estreita dependência da personalidade do coleccionador e a correspondência entre o tempo de vida deste e o da própria colecção, é o desejo de perenidade que leva na maior parte dos casos à transformação dos bens privados em públicos.

No caso dos museus de que nos ocupamos a doação de colecções privadas às autarquias é a forma prevalecente de mudança de estatuto destes bens, que na origem tinham sido propriedade privada, tal sucedendo com a doação das colecções Anjos Teixeira, Cunha e Costa e Ferreira de Castro à Câmara Municipal de Sintra, da colecção Reiner à Câmara Municipal de Cascais.

A compra por parte da autarquia de Cascais da colecção de instrumentos musicais de Michel Giacometti foi um caso isolado neste panorama, enquanto nos casos das colecções de brinquedos e de automóveis antigos, a opção por protocolos entre os seus proprietários as

respectivas câmaras municipais de Sintra e de Oeiras manteve nos primeiros a propriedade dos bens, possibilitando, embora a concretização dos museus.

Os procedimentos a que acabamos de fazer referência consubstanciam-se em actos de natureza pública e jurídica, mediante a aceitação em sessão de câmara das respectivas doações ou da decisão de compra e da posterior celebração de escrituras.

c) Instalação da colecção em propriedade municipal

Recebidas as colecções, defrontam-se as câmaras municipais com o problema da sua instalação física, uma vez que não resultaram de actos de planeamento que pudessem ter previsto o seu alojamento condigno. Tais dificuldades ocasionaram os longos anos de espera da colecção Giacometti em caixotes até à sua instalação na *Casa Verdades Faria*, enquanto em Alhandra a primeira fase de vida do museu passou pelo seu acomodamento em salas do mercado local.

Em todos os processos referidos, esta parece ser a etapa que apresenta maiores dificuldades de concretização, pelos constrangimentos logísticos que encontra e pelos investimentos financeiros que pressupõe a sua resolução. A opção mais comum é a de aproveitar imóveis patrimoniais que sejam propriedade dos municípios para a instalação das colecções e iniciar o processo preparatório da sua transformação em museus. Deste modo, a autarquia de Sintra colocou a colecção Anjos Teixeira numa antiga azinhaga e a colecção Ferreira de Castro num casal que tinha sido, por sua vez, também doado ao município.

Só a partir desta etapa se inicia verdadeiramente a intervenção autárquica, uma vez que nas anteriores fases a decisão se consubstancia na aceitação das colecções, em regra propostas por entidades exteriores à política patrimonial das mesmas autarquias. No entanto, grande parte dos museus nascidos na AML por este processo evidenciam também uma forte precaridade, denotada no frequente encerramento das instalações, como consequência das más condições que apresentam e do alongamento temporal dos processos de abertura ao público. Assim, entre 1982 e 1985 esteve encerrada a *Casa-Museu Anjos Teixeira*, de 1985 a 1992 esteve fechado o *Museu Ferreira de Castro*, o *Museu do Mar* só abriu condicionalmente nos anos oitenta e o *Museu da Música Portuguesa / Casa Verdades de Faria* mantém até à actualidade o estatuto de museu parcialmente aberto ao público.

5.3.2 DO LEVANTAMENTO PATRIMONIAL AO MUSEU

Um significativo conjunto de museus da AML nasceu (ou reformulou-se) a partir de intervenções patrimoniais de âmbito territorial equivalente às delimitações concelhias, com objectivos amplos de pesquisa, (re)conhecimento e animação cultural e formuladas com base nas metodologias dos levantamentos patrimoniais. Nestes casos a preexistência de colecções era, por vezes, totalmente lacunar, enquanto noutros, apesar de subsistir, não foi determinante para a decisão de criação dos museus.

Assumidos como uma das principais linhas de orientação das políticas autárquicas, os levantamentos patrimoniais percorreram, conforme assinalámos (II-3.2.1), grande parte das autarquias metropolitanas, não obstante nem todos estes inventários terem dado azo ao nascimento de museus. Porém, nalguns municípios a relação que se estabeleceu entre a promoção dos inventários patrimoniais e a intenção de criar novas entidades museológicas foi bastante directa, aparecendo tal vontade no decorrer dos processos ou como sua consequência imediata.

Na AML os museus que entre 1974 e 1990 tiveram na sua génese a promoção de inventários de património de âmbito concelhio foram os seguintes: *Ecomuseu Municipal do Seixal; Museu Municipal de Almada; Museu Municipal de Alcochete*; *Museu do Mar* - de Sesimbra. A este conjunto acresce a reformulação do *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*, efectuada com base no mesmo procedimento.

- ***Ecomuseu Municipal do Seixal***

Em 1979 iniciou-se o "Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do Seixal", mediante a contratação pela autarquia de quatro professores de História, cujas acções de pesquisa e inventariação foram acompanhadas de acções de sensibilização ao património junto da população, em cooperação com as juntas de freguesia. No mesmo ano a Câmara Municipal do Seixal deliberou a aquisição de um moinho de maré, procedendo em 1981 à compra de uma segunda unidade moageira e em 1982 à aquisição de três barcos tradicionais do Tejo.

Criado em 1980, no âmbito da reestruturação dos serviços municipais e dirigido por António Nabais, o Sector de Património Histórico-Cultural efectuou a recolha de utensílios de trabalho relacionados com as principais actividades económicas locais, recolheu testemunhos orais, diligenciou a valorização patrimonial dos moinhos de maré do concelho (através de apresentação de proposta de classificação ao IPPC), promoveu a edição de publicações sobre a história local[376] e iniciou actividades de divulgação e informação patrimonial com escolas.

Passados dois anos do começo do "Levantamento" e sendo detentora de colecções arqueológicas, etnográficas, iconográficas e arquivísticas, entretanto recolhidas, a autarquia promoveu em Novembro de 1981, através do Sector de Património Histórico-Cultural com a colaboração de Fernando António Baptista Pereira, a exposição "O Trabalho na História do Concelho do Seixal", que teve lugar na sede da Associação Náutica do Seixal (antiga Casa dos Pescadores).

> *Foi como que uma antevisão do Museu Municipal. Com esta exposição foi possível expor grande parte do material já recolhido.*[377]

Esta exposição temporária constituiu o motor de aceleração do processo conducente à criação do museu, que vinha já sendo delineado, em virtude da consciência pública da existência de colecções e das dinâmicas de inter-relação com a população, que motivou:

> *Todas estas iniciativas lançaram raízes para um Museu, de tal modo que se tornou imperiosa a sua criação. Porque existem colecções e a população quer um Museu. A exposição de Novembro de 1981 mostrou, de uma forma clara, o interesse que a população local tem por este tipo de actividade cultural: não só pela oferta de peças, mas também pelo número de visitantes.* [378]

Em 3 de Maio de 1982 o "Programa para o Museu Municipal do Seixal (Museu polinucleado)", elaborado por António Nabais, foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, dando origem ao novo museu, que abriu portas alguns dias mais tarde, no Dia Internacional dos Museu (18 de Maio), com uma exposição permanente em espaço de propriedade municipal, a cave de uma escola primária, na Torre da Marinha.

---

[376] Entre 1981 e 1982 foram editadas pela Câmara Municipal do Seixal as seguintes obras, da autoria de António Nabais, no âmbito da colecção *História do Concelho do Seixal*: *1 – Cronologia; 2 - Barcos; 3 – Elementos para a História das Coelctividades.*

[377] NABAIS, António, "Programa para o Museu Municipal do Seixal (Museu polinucleado)", Seixal, Abril de 1982, dact., p. 5.

[378] NABAIS, António, "Programa para o Museu Municipal do Seixal (Museu polinucleado)", Seixal, Abril de 1982, dact., p.6.

No ano seguinte esta entidade adoptou a designação de "Ecomuseu Municipal do Seixal" por que doravante passou a ser conhecida, sendo a expressão pela primeira vez utilizada publicamente em 1983, em comunicação de António Nabais ao *1.º Encontro Regional do Sul sobre Património*, onde atribuía a filiação da denominação "ecomuseu" a Hugues de Varine. [379]

Ao longo dos anos oitenta, foi-se configurando o Ecomuseu Municipal do Seixal e abrindo novos núcleos, nem sempre coincidentes com os constantes da sua programação inicial[380]:

- a partir de 1982 iniciou percursos no Tejo um antigo bote de fragata, rebaptizado como "Gaivotas";
- em 1984 foi inaugurado o Núcleo naval de Arrentela, em antigo estaleiro;
- em 1986 foi aberto o Núcleo do Moinho de Maré de Corroios, após obras de recuperação;
- em 1989 um outro bote de fragata, redenominado de "Baía do Seixal" passou a ser utilizado pelo Ecomuseu.

- ***Museu Municipal de Almada***

Na primeira metade dos anos oitenta foram lançadas as primeiras bases para a implementação de um museu de tutela municipal no concelho de Almada, onde anteriores tentativas, promovidas no final dos anos sessenta por um grupo de artistas, que visavam a instalação de um museu de arte no Convento dos Capuchos, não tinham dado fruto, a despeito de ter sido constituída uma colecção para aquele fim.[381]

Em 1983, ao admitir para este novo objectivo da política autárquica o primeiro técnico (membro do Centro de Arqueologia de Almada e colaborador do Ecomuseu do Seixal desde 1980) a Câmara Municipal de Almada deu início à preparação do processo de criação de um Museu Municipal, que apareceu de imediato contemplado no Plano e Orçamento desta autarquia de 1984.

---

[379] *Os outros núcleos do Museu Municipal do Seixal – ecomuseu, como o definiu o senhor Hugues de Varine (Director do Instituto Franco-Português em Portugal e ex-Director do ICOM)* (...): NABAIS, António, "As autarquias e o património cultural. Uma experiência no concelho do Seixal", Comunicação ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, Setúbal, Out. 1983, dact.

[380] Núcleos museológicos previstos em Maio de 1982: *Núcleo Antigo da Vila do Seixal, Núcleo Naval, Forno de Cal, Moinho Novo dos Paulistas, Lagar de Azeite, Núcleo Antigo da Amora, Núcleo Antigo da Arrentela, Núcleo de Arte Sacra* e *Moinho de Maré de Corroios.*

[381] Em 1960 foi realizada no Convento dos Capuchos uma exposição de pintura internacional, cujas obras foram posteriormente doadas à Câmara Municipal de Almada, com a intenção de ser criado um museu. Esta iniciativa não teve concretização, vindo mesmo a perder-se parte daquele espólio.

Na sequência de um processo de curta duração, que ainda era anunciado no início de 1985 como *numa fase inicial de organização*, o museu abriu nesse mesmo ano o Núcleo de Arqueologia Árabe e Azulejaria de Murfagem, dando corpo à investigação arqueológica que de forma continuada uma equipa de jovens com ligações ao Centro de Arqueologia de Almada vinha realizando desde os anos setenta e a partir dos anos oitenta já com franco apoio municipal.

Assente numa "estrutura polifacetada", a definição programática dos seus núcleos tinha fronteiras pouco claras, que em 1985 apontavam um núcleo-sede (Convento dos Capuchos) e núcleos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Actividades Agro-Pastoris, *(...) o que não invalida a criação de outros, pois existe já material proveniente quer de ofertas, quer de aquisições feitas ao longo dos últimos anos pela autarquia.*[382]

Em 1986 estavam previstos os seguintes núcleos: "História e Geologia do Concelho" a instalar no núcleo-sede (Convento dos Capuchos) e "Núcleo naval" (Ginjal). A Arqueologia, a Arqueologia Naval e a Tradição Artesanal prefiguravam-se como os campos preferenciais sobre os quais ia incidir a programação museológica ao longo dos anos oitenta, revelando-se no início da década seguinte como prioridades a criação de um Núcleo de Arqueologia Industrial, uma Pinacoteca e um Museu da Cidade.

A configuração territorial do museu só foi definida nos anos noventa[383], verificando-se uma acentuada flutuação da programação e do estabelecimento de novos núcleos museológicos ao longo dos cinco anos seguintes à abertura do primeiro (arqueologia árabe), o qual, por problemas estruturais das instalações, veio a encerrar em 1987. Neste primeiro período (1985-1990) grande parte das actividades de comunicação do Museu tiveram lugar através da realização de exposições temporárias, em detrimento da implantação dos núcleos museológicos. Só em 1989, através de um contrato de concessão do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza ao Município de Almada, foi possibilitada a utilização de parte do complexo industrial "Olho de Boi" para Núcleo Museológico de Arqueologia Naval, onde veio efectivamente a ser instalado.

---

[382] *Museus do Distrito de Setúbal - Roteiro*, Setúbal, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, 1985, p. 44.

[383] Configuração do Museu Municipal de Almada em 1998: *Núcleo Naval* e *Núcleo de Arqueologia e História* (Olho de Boi); *Convento dos Capuchos* (Caparica); *Núcleo da Água* (Pragal); *Núcleo Medieval e Moderno de Almada Velha*.

- ***Museu Municipal de Vila Franca de Xira***

Quando em 1974 tomou posse a *Comissão Administrativa* que durante mais de dois anos geriu o executivo vilafranquense, a *Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista* já não era dirigida pelo seu fundador e patrono, falecido três anos antes, encontrando-se a área museológica desta instituição circunscrita à abertura ao público de uma exposição permanente, assegurada por um guarda, único funcionário de que então dispunha.

Crescentemente estagnado na sua programação e com visível degradação das condições de segurança e de instalações, o Museu não atraiu do novo executivo quaisquer preocupações específicas de intervenção, voltadas as prioridades iniciais da acção cultural para o campo da "animação" e das bibliotecas. Assim sendo, e não obstante ter criado no final de 1977 o novo *Departamento de Cultura e Acção Social*, a Câmara Municipal só em 1979 procedeu à instalação física destes serviços, para tal recorrendo a uma das salas onde se encontravam expostas as colecções do Museu. Progressivamente foi o novo Departamento ampliando a sua intervenção, vindo a autarquia a desmontar completamente as exposições da Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista, pelo que passou esta instituição a estar completamente encerrada ao público a partir de 1981.

Sem qualquer visível repercussão na opinião pública local, esteve o Museu encerrado entre 1981 e 1985, iniciando-se, no entanto, a partir de 1983 uma nova fase de acção patrimonial, caracterizada pela admissão de pessoal e pela organização técnica dos serviços de cultura, e no seio destes do Sector de Museu e Património. Os novos técnicos, com formação em História e Arqueologia e experiências de trabalho anteriores no contexto associativo patrimonial, propuseram ao executivo iniciar esta nova etapa por um "Levantamento Patrimonial do Concelho", consubstanciado num primeiro estádio no *Inventário do Património Arqueológico e Construído*, o que, obtida a concordância da tutela, decorreu ao longo dos anos seguintes.

Em 1985 a dinâmica resultante do *Inventário do Património*, cujas acções de pesquisa documental e de trabalho de campo foram acompanhadas de um plano de divulgação, contactos e sensibilização das populações de todas as freguesias do concelho levaram a Câmara Municipal a disponibilizar novos espaços para o renascido e reformulado Museu Municipal, uma vez mais contíguas às instalações do Departamento de Cultura. Assim, abriu ao público em Dezembro de 1985 o *Núcleo-Sede do Museu Municipal de Vila Franca de Xira*, exprimindo-se em documento programático da mesma data a vocação poli-nucleada deste organismo, que espelhava no abandono da designação anterior (*Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista*) a vontade de percorrer um novo caminho, em ruptura com o anterior.

Ao longo dos anos oitenta, foi parcialmente materializado o programa inicial, através da aquisição pela autarquia de um barco varino que, após recuperação, passou a ser reutilizado a partir de 25 de Abril de 1989, com a denominação de "Liberdade" e integrado nos núcleos do Museu Municipal, com gestão partilhada com o Departamento de Turismo.

Em 1990 abriu o *Núcleo Museológico de Alverca*, na sequência de um processo dinamizado pela junta de freguesia, o jornal local e grupos de idosos e de jovens, com vista à reutilização e adaptação a espaço museológico da antiga sede da câmara municipal de Alverca (concelho extinto no século XIX).

Dotado de espaços exíguos para a actividade expositiva regular e sem instalações de apoio a actividades educativas, o Museu deu prioridade à realização de programas de investigação e de exposições temáticas sobre temas da identidade local, com larga e diversificada participação de grupos da população, estratégia de comunicação com prolongamentos nos anos noventa.

- ***Museu Municipal de Alcochete***

Desencadearam-se em 1983 as primeiras diligências efectivas por parte da Câmara Municipal de Alcochete no sentido de vir a dotar o concelho com uma entidade museológica, mediante a realização de obras de adaptação numa habitação, onde viria posteriormente a ser instalado o Museu.

Uma estreita colaboração da autarquia com a sua congénere seixalense e com o Centro de Arqueologia de Almada levou a que em 1985 se iniciasse um projecto de investigação de âmbito regional sobre a romanização da margem esquerda do estuário do Tejo, conduzido por aquela associação e concretizado em escavações na olaria do Porto dos Cacos (em Alcochete) e na Quinta do Rouxinol (Seixal). Nesse mesmo ano, sob a direcção de António Nabais, tinham sido já dados importantes passos para a organização de um museu, concebido em grande medida de acordo com o modelo do Ecomuseu do Seixal, como referia aquele museólogo em artigo publicado na revista *Museum:*

> *Specialists – outside museologists, architects, engineers, ethnologists and archaeologists – have given freely of their services in helping to do all the research work, drew up the museum's programmes, prepare projects, organize symposia and establish contacts between the population and the municipal and parish councillors.*[384]

[384] NABAIS, António, "The development of ecomuseums in Portugal" in *Museum*, n.º 148, Paris, UNESCO, 1985, p. 214.

Agregando colecções já existentes em poder da autarquia a objectos resultantes de novas recolhas, designadamente as decorrentes da referida investigação arqueológica, o Museu Municipal de Alcochete abriu em 13 de Agosto de 1988 o Núcleo-Sede com uma exposição permanente de carácter pluridisciplinar relativa ao ambiente, história, arqueologia e etnografia do concelho. O museu perfilhava um programa polinucleado que, na ocasião, apontava, além do Núcleo-Sede, a abertura de um Núcleo das Salinas e de um Núcleo Agrícola (ou Núcleo Rural) na Quinta do Valbom, propriedade municipal.

Em 15 de Agosto de 1990 abriu o Núcleo do Sal, segundo espaço museológico do concelho, criado com base num protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Fundação João Gonçalves Júnior, proprietária das salinas.[385]

- ***Museu do Mar*** - em **Sesimbra**

Com colecções constituídas por objectos de trabalho utilizados pelos pescadores na faina da pesca e das actividades com ela relacionadas e por documentos fotográficos, este museu, de organização territorial mononucleada, teve por base a exposição temporária "Sesimbra e o Mar", realizada em 1981, no Pavilhão Gimnodesportivo local. A realização da exposição motivou um levantamento de testemunhos relacionados com as actividades marítimas, por parte dos técnicos da Divisão Sociocultural da Câmara Municipal, ocorrendo também a partir daquela data a oferta de numerosos materiais de interesse etnográfico, que mais tarde permitiram a constituição do museu.

Entre 1981 e 1982 a Divisão Sociocultural promoveu pesquisas e levantamentos etnográficos na zona rural do concelho de Sesimbra e em 1983 a Câmara Municipal adquiriu um espólio fotográfico e documental sobre Sesimbra nos anos sessenta. Em 1986, em coincidência com o 9.º Festival do Mar, os mesmos serviços organizaram a exposição "O Mar e as suas Gentes", que integrou colecções marítimas locais, anteriormente recolhidas e objectos doados nesse mesmo ano pela população piscatória.

Com a cedência à Câmara Municipal de Sesimbra das antigas instalações da Escola Preparatória, foi inaugurado em 1987 o Museu do Mar de Sesimbra, em "instalações provisórias" num dos pavilhões daquele estabelecimento escolar, onde foram também sediados outros serviços culturais da autarquia. A sua exposição permanente representa os principais aspectos da pesca em Sesimbra, apresentados com base em espécimes etnográficos, bem como a pesca desportiva de alto mar, a apanha de algas, a indústria conserveira e a construção naval.

*

Apresentados sumariamente os percursos dos museus criados e reformulados na AML enquanto resultado de inventários patrimoniais de âmbito territorial concelhio, importa agora apontar de forma mais sistematizada e comparativa os aspectos comuns aos mesmos e as suas inter-relações. Tomámos como parâmetros de análise os traços decorrentes da caracterização precedente e que parecem marcar as experiências citadas:

a) Inserção nas estruturas funcionais autárquicas

b) Aproveitamento de valores patrimoniais adquiridos

c) Prosseguimento de estratégias de animação cultural

d) Experiência das ADPs

Integrando-se os três primeiros conjuntos de parâmetros no quadro das políticas patrimoniais autárquicas, constituindo, assim, factores endógenos relativamente às tutelas que propiciam a criação dos novos museus, decorre o último conjunto de factores exógenos, ora provenientes do quadro associativo de cada município, ora das relações estabelecidas com os concelhos mais próximos.

No entanto, o volume de documentação de que dispomos para cada um dos museus analisados é muito desigual, verificando-se que num dos extremos desta escala se situa o *Ecomuseu Municipal do Seixal*, amplamente documentado, sobre o qual abundam comunicações e artigos publicados e difusão de documentação inédita, descrevendo os processos conducentes à sua criação e evolução posterior. No pólo oposto encontram-se o *Museu do Mar* de Sesimbra e o *Museu Municipal de Almada*,[386] que não foram objecto de uma divulgação e de reflexão

[385] Em 21 de Novembro de 1993 abriu o terceiro Núcleo do Museu Municipal de Alcochete, o *Núcleo de Arte Sacra*, instalado na Igreja da Misericórdia, mediante protocolo entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia.

[386] As conversas mantidas com Luís Barros e Luís Pequito Antunes ao longo do processo de pesquisa e de escrita da presente dissertação foram fulcrais para a compreensão dos processos que conduziram à criação do *Museu Municipal de Almada*.

escrita, susceptíveis de apreciar os seus antecedentes, os momentos de institucionalização e os princípios que presidiram à sua instauração.

a) Inserção nas estruturas funcionais autárquicas

Ao promover o "Levantamento Histórico-Cultural do Concelho", o município do **Seixal** situava-se num contexto sociopolítico que privilegiava o levantamento patrimonial como estratégia preferencial de acção autárquica, designadamente num concelho onde até então a pesquisa e o reconhecimentos dos testemunhos patrimoniais tinham sido parcos, não tendo atraído especialmente a atenção de investigadores exteriores ao meio local. Tal vector percorria, como verificámos, a acção de outros municípios, que em datas muito aproximadas lançaram no terreno os respectivos levantamentos patrimoniais. Esta orientação das políticas patrimoniais autárquicas estava associada à linha da acção sociocultural sobre as populações locais, à luz da qual foram criados serviços e "departamentos de acção sociocultural", medidas funcionais que visavam propiciar uma intervenção direccionada para as populações concelhias, numa perspectiva que apelava fortemente à participação destas nos diferentes aspectos da vida local.

Entre 1979, data de início do *Levantamento*, e 1982, data do *Programa do Museu Municipal do Seixal*, tomou forma a ideia de criação de um museu num concelho que não dispunha de qualquer entidade museológica, mediante a adopção pelo município de um conjunto de disposições que iriam permitir tal concretização.

Inserindo-se num processo generalizado de organização de serviços a decorrer desde 1977 em diferentes autarquias, a Câmara Municipal do Seixal tinha criado em 1980 o *Sector de Património Histórico-Cultural*, que, ao adoptar uma designação condizente com a do próprio *Levantamento*, permitiu, do ponto de vista funcional, enquadrar nos serviços do município as tarefas de inventário e de animação sociocultural, que estavam em curso desde o ano anterior, bem como alojar técnicos que sedimentassem e concretizassem os objectivos iniciais. Com esta disposição camarária passou a autarquia a contar com um sector orgânico dedicado a uma área que, embora recentemente iniciada, denotava já constituir uma prioridade, ou, pelo menos,

assumir um papel equivalente ao de outras frentes do trabalho autárquico. Neste aspecto particular revelou a autarquia seixalense precocidade face a outras organizações funcionais implementadas em simultâneo em diferentes autarquias, as quais regra geral remetiam o domínio patrimonial para estruturações de serviços de âmbito temático mais alargado, quando não completamente diluído entre animações culturais, desportivas, turísticas e recreativas.

Em 1982, quando foi formulada a *Proposta de Criação do Museu Municipal do Seixal*, a nova entidade museológica foi enquadrada no serviço já existente, confundindo-se a direcção do Museu com o cargo de responsável do *Sector de Património Histórico-Cultural*.[387] Como atrás referimos, a delimitação estreita de um Sector orgânico na estrutura de serviços camarários vocacionado exclusivamente para o património antecedeu processos equivalentes noutras autarquias da AML, ao mesmo tempo que tal opção resolvia o enquadramento do museu, dali em diante identificado com a unidade dos serviços patrimoniais. Neste processo foi decisivo o papel desempenhado pelo presidente da Câmara Municipal do Seixal, Eufrázio Filipe, cujo entendimento do museu como elemento estratégico da política municipal operava em uníssono com o corpo técnico do Museu.[388]

Em **Almada** a decisão da autarquia, formalmente tomada em 1984 mas em curso desde o ano anterior, no sentido de vir a fundar no concelho uma entidade museológica sob sua tutela encontrou também eco no rumo das políticas patrimoniais que vinham a ser prosseguidas em toda a AML. Este facto explica porque razão vingou esta intenção, em contraposição com os intentos anteriores, um no sentido da fundação de um museu de arte e outro ligado à doação da colecção particular de Correia de Campos ao município, sem que qualquer deles, embora em momentos diferentes, tivesse galvanizado a autarquia para a instauração de um museu.

---

[387] Cf. Câmara Municipal do Seixal / Sector do Património Histórico-Cultural, "Proposta de Criação do Museu Municipal do Seixal", 3 de Maio de 1982, dact. Art. 8.º: *A direcção do Museu Municipal é assegurada pelo responsável do Sector do Património Histórico-cultural, uma vez que o Museu se enquadra neste serviço.*

[388] Sobre a formação e evolução do Ecomuseu do Seixal remetemos para a leitura da dissertação de Graça Filipe, do mestrado em Museologia e Património da UNL, presentemente em fase de redacção: "O Ecomuseu Municipal do Seixal no Movimento Renovador da Museologia em Portugal".

A vontade de inventariar, preservar, estudar e divulgar o património concelhio era, contudo, um objectivo que a nova autarquia almadense vinha a prosseguir desde os finais dos anos setenta, apoiando a realização da *Carta Arqueológica* e promovendo a aquisição de imóveis patrimoniais, contexto em que se ajustava a criação de um museu de perfil territorial descentralizado. Contudo, não se assistiu a um acto fundador por parte desta autarquia., não existindo deliberação do executivo no sentido da criação do novo museu, surgindo este apenas integrado nos Planos de Actividades e no organograma de serviços.

Por seu turno, em **Vila Franca de Xira** tinha-se tornado evidente, ao proceder ao encerramento das salas de exposição da *Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista,* a falta de identificação do novo executivo com o modelo de museu que então se encontrava disponível ao público local, situação que aparentemente era partilhada pela generalidade da população, para quem o encerramento desta instituição não foi motivo de perceptível reacção. Por outro lado, não deixa de ser expressivo o facto de ao museu moribundo suceder fisicamente nas mesmas salas o dinâmico Departamento de Cultura e Acção Social, em que os novos órgãos autárquicos apostavam nitidamente.

Em paralelo a mesma autarquia não investiu fortemente em instalações e em equipamentos destinados a servir de espaços museológicos, pelo que o surgimento de uma vocação poli-nucleada para o reformulado museu era da maior conveniência, minimizando as consequências que uma solução de exígua superficie, como a que foi designada para o Núcleo-Sede, se transformasse, antes, num elemento que poderia ser territorialmente completado com a programação e instalação dos novos núcleos. Também no processo vilafranquense revelou-se sobremaneira importante o papel desempenhado pelo presidente do executivo, Daniel dos Reis Branco, que permitiu do ponto de vista institucional o percurso seguido pelo museu, acompanhando-o posteriormente.

Também a criação do Museu Municipal de **Alcochete** se insere nos princípios de uma política patrimonial que vinha a ser prosseguida desde o início dos anos oitenta, e que em 1986 (dois anos antes da abertura do Museu) era sintetizada por um dos autarcas do executivo municipal como promotora das seguintes acções:

- delimitação e preservação do centro histórico da vila, com instalação de Gabinete Técnico Local;
- levantamento etnográfico, com colaboração de jovens do programa OTL;
- levantamento de artesanato;
- preservação do património arqueológico, através do programa "A ocupação romana na margem esquerda do Tejo" (em colaboração com a Câmara Municipal do Seixal e o Centro de Arqueologia de Almada);
- divulgação do património junto dos jovens, mediante visitas guiadas, projecção de filmes e difusão de documentação;
- promoção e de divulgação da Reserva Natural do Estuário do Tejo, em colaboração com o gabinete da Reserva[389]

Ao inserir os procedimentos que se encontravam em curso para a criação do museu no conjunto das acções promovidas em prol do património, a autarquia de Alcochete situava-se no mesmo caminho que estava a ser trilhado por um significativo número de câmaras municipais, como temos vindo a assinalar, sendo, no entanto, notáveis os esforços realizados no caso em apreço, tendo em conta a sua pequena dimensão. Há que lembrar, porém, o apoio técnico que esta autarquia estava a receber, tanto por parte da Câmara Municipal do Seixal (para a preparação do Museu) como da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (para os levantamentos etnográficos e de artesanato).

Em **Sesimbra** a estruturação da Câmara Municipal, com a criação em 1981 de uma Divisão Sociocultural, permite igualmente a integração e enquadramento técnico do já existente Museu Arqueológico Municipal (nascido em 1960), incentivando, por outro lado, o desabrochar do novo *Museu do Mar*, inaugurado em 1987. De facto, é o trabalho técnico desenvolvido no seio daquela Divisão, designadamente no quadro dos levantamentos e pesquisas etnográficas, que impulsiona o nascimento de mais esta entidade museológica, vocacionada para o património piscatório local.

[389] Cf. "Museu Municipal de Alcochete" in *Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa*, Amadora, 22 e 23 Março de 1986, dact., 3 p.

Em 1987/88 um significativo conjunto de funcionários autárquicos vinculados a serviços culturais e museológicos de Câmaras Municipais do distrito de Setúbal integraram a primeira edição dos Cursos de Técnicos Auxiliares de Museografia, criados pelo IPPC em 1986 e a que fizemos alusão em I - 1.2.2. De facto, nesta formação, realizada com apoio logístico da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, participaram técnicos das Câmaras Municipais de Alcochete, Moita e Sesimbra (um técnico de cada); de Setúbal, Barreiro e Seixal (dois técnicos de cada); de Palmela, com três técnicos, e de Almada com quatro. O curso integrou ainda formandos do Museu da Assembleia Distrital de Setúbal (três técnicos) e do Centro de Arqueologia de Almada (dois elementos).[390]

A intensa adesão das Câmaras Municipais a esta formação evidencia o movimento museológico que percorria a zona sul da Área Metropolitana, expresso, por um lado, na criação de novas entidades (Seixal, Almada, Sesimbra e Alcochete), e, por outro lado, extravasando este quadro oficial estrito, mediante a indicação de "vontades" de fundação de novos museus (Barreiro, Moita e Palmela), que nalguns casos não vieram a ser criados e noutros foram adiados para a década de noventa. Lamentavelmente na zona norte da *Área Metropolitana de Lisboa* não ocorreu qualquer formação equivalente neste mesmo período, no âmbito do ciclo de cursos promovidos pelo IPPC, que pudesse, do mesmo modo, ter contribuído para uma melhor preparação teórica e prática dos técnicos que iniciavam funções nos novos museus.

b) Aproveitamento de valores patrimoniais

Ao deliberar em 1979 a aquisição do Moinho de Maré de Corroios, ao proceder em 1980 à compra do Moinho de Maré Novo dos Paulistas e ao adquirir em 1981 três embarcações tradicionais do rio Tejo, a Câmara Municipal do **Seixal** visava objectivos de recuperação e de reutilização destes testemunhos, que podem inserir-se numa das linhas de acção prosseguidas por outras autarquias da AML, empenhadas também no mesmo período em valorizar e em

fazer sua propriedade diferentes indícios patrimoniais. No entanto, a atribuição de valor patrimonial por parte da autarquia seixalense a património material directamente relacionado com as actividades económicas fluviais e com as ocupações caracterizadoras do seu território distancia-se, na ocasião, da maioria das preocupações congéneres de outras autarquias, mais directamente voltadas para o património edificado, de origem senhorial ou religiosa. Só numa fase seguinte, e porventura seguindo o exemplo do Seixal, as autarquias, sobretudo as da *Outra Banda* e também Vila Franca de Xira na outra margem, atenderam à salvaguarda do património náutico e à sua aquisição.

Com a adopção destas medidas de valorização patrimonial, a Câmara Municipal do Seixal acautelou ainda instalações que iriam ter utilização museológica e prefigurou alguns dos espaços que em 1982 faziam parte do "programa museológico". Do mesmo modo, esta autarquia reservou algumas áreas em espaços de propriedade municipal em diferentes pontos do concelho, designadamente na escola primária da Torre da Marinha (onde foi instalado "provisoriamente" o núcleo-sede) e espaços para exposições temporárias do Museu Municipal na Amora, junto ao centro comercial do Alto do Moinho e no antigo mercado do Seixal.

Se bem que a política de aquisições patrimoniais fosse amplamente seguida pelas autarquias da AML não redundou, porém, em nenhum caso e em conjugação com a promoção de levantamentos concelhios, num aproveitamento tão imediato e integrado como o que sucedeu no Seixal.

c) Prosseguimento de estratégias de animação cultural

No *Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do* ***Seixal*** a adopção da "animação sociocultural", enquanto parte da política autárquica e da acção técnica é sobremaneira visível, transparecendo, desde logo, na referida sintonia de princípios entre o presidente do executivo municipal e os profissionais (professores de História) encarregados de promover esta acção. Por outro lado, a adopção de medidas motivadoras da participação popular é materializada na criação dos "núcleos de munícipes", a partir das juntas de freguesia, com funções de

[390] Neste curso participaram ainda funcionários das Câmaras Municipais de Santiago do Cacém, Sines e Alcácer do Sal (já fora do quadro geográfico do presente estudo).

sensibilização das populações para a problemática patrimonial. Com efeito, a primeira fase do "Levantamento" foi considerada pelos seus mentores como de sensibilização da população para o património cultural, conduzindo à realização de colóquios nas escolas, colectividades e juntas de freguesia, exposições, visitas guiadas e publicação de textos no *Boletim Municipal.*

Estes princípios estiveram presentes na condução de outros levantamentos e foram seguidos por outras autarquias, embora no caso seixalense a ligação muito imediata destas estratégias à criação do museu tenha feito reverter para este último propósito grande parte dos louros que afinal eram inerentes a muitos outros procedimentos autárquicos. Por outro lado, a participação activa da população nesta fase do processo foi responsável pela dinâmica de doações que deram azo às primeiras colecções: utensílios de trabalho relacionados com a pesca, a construção naval, a moagem, o transporte fluvial e terrestre, a agricultura e a indústria.

Em **Vila Franca de Xira**, ao definir a descentralização e a democratização cultural como princípios básicos da política autárquica e em particular da orientação cultural, o executivo centrava as suas atenções nos contactos com a população e na sua dinamização, em que se enquadravam integralmente a estratégia do levantamento patrimonial, numa primeira fase, e o programa polinucleado do museu, numa segunda. Nitidamente estes interesses sobrepunham-se a qualquer hipotético início de trabalho no sentido da reabertura do *Museu Dr. Vidal Baptista,* baseado "somente" no inventário, estudo e comunicação das suas colecções. Por outro lado, ao juntar nos mesmos serviços culturais, e partilhando as mesmas instalações, a vertente da "animação cultural" autárquica e a área de "museu e património", a autarquia impulsionava e estimulava modos de trabalho favorecedores da implicação da população na criação e na fruição culturais nas suas diversas vertentes.

Estas orientações políticas iam ao encontro das tendências que guiavam os técnicos admitidos para o Departamento de Cultura da Câmara Municipal, expressas designadamente no documento de base *Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património para o Concelho de Vila Franca de Xira* em que a inventariação do património natural e cultural era

apresentada em concomitância com a divulgação/sensibilização das populações *desde o especialista e o estudante aos grupos culturais e colectividades.*[391]

Em **Sesimbra** o *Museu do Mar* constituiu o segundo museu de tutela municipal criado no concelho, visto existir desde 1960 o Museu Arqueológico. Este novo museu temático era apresentado pelos dirigentes autárquicos como *(...) compromisso antigo da Autarquia para com os pescadores desta nossa terra, a criação de um MUSEU DO MAR, no qual se possa guardar o património existente, que constitui testemunho do seu trabalho para a juventude e para quem nos visita.*[392] Nestes considerandos está presente a opção por um museu temático, estreitamente ligado às principais ocupações económicas da vila e em consonância com os sinais identificadores da população local. Assim, a origem do museu radica num processo de grande participação por parte dos grupos profissionais mais ligados à actividade piscatória, catalisado pela realização de uma exposição temporária, que funcionou como motivadora de recolhas e de doações à autarquia e acelerou a ideia de constituição do museu.

d) A experiência das ADPs

Não obstante o concelho do **Seixal** ser desprovido de qualquer ADP local, a colaboração com estas entidades surgiu, a dois níveis, logo no início do processo conducente à formação do museu: na programação conjunta de acções de pesquisa em território concelhio e no recrutamento de membros destas associações como primeiros técnicos do projecto emergente.

Assim, o *Centro de Arqueologia de Almada* promoveu sondagens e escavações arqueológicas, a *Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa* fez intervenção arqueológica na antiga Fábrica de Vidros da Amora e pesquisou os arquivos da Fábrica de Lanifícios da Arrentela e a *Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos* apoiou a constituição da proposta de classificação dos moinhos de maré. A estas colaborações somou-se a entrada dos primeiros técnicos para o recém-criado Sector de Património Histórico-Cultural, oriundos

[391] Cf. CAMACHO, Clara Frayão, *Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património para o Concelho de Vila Franca de Xira*, CMVFX, 1983, dact.

maioritariamente da militância associativa no Centro de Arqueologia de Almada. O próprio responsável pelo Sector, António Nabais, se identificava publicamente com as ADPs a que pertencia, nomeadamente a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.

A proximidade geográfica dos concelhos de Almada e Seixal e a necessidade de técnicos para a primeira fase do trabalho do Sector de Património Histórico-Cultural da autarquia seixalense tinham levado esta entidade a buscar no associativismo patrimonial mais próximo – o vizinho *Centro de Arqueologia* - os recursos humanos indispensáveis, mediante a contratação em 1980 do primeiro técnico do Sector e membro daquela associação. Também no mesmo período as políticas editoriais das Câmaras Municipais do Seixal e Almada conheciam alguma programação conjunta, com a publicação de estudos, efectuados por responsáveis técnicos das duas autarquias, sobre aspectos de ambas as realidades históricas locais, posteriormente alargados a outros âmbitos concelhios.[393]

Após três anos de prática no Sector de Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal e depois da abertura do respectivo Museu/Ecomuseu, regressou a **Almada** em 1983 o técnico Luís Barros, que iria pôr de pé o programa do respectivo Museu Municipal. A conjugação da experiência associativa de defesa do património e de investigação arqueológica com a vocação museológica descentralizada bebida no modelo seixalense terão estado presentes na concepção inicial poli-nucleada do museu previsto para Almada.

Embora o programa inicialmente previsto para o Museu Municipal de Almada contemplasse as vertentes arqueológicas, navais e artesanais com idêntica importância, foi a Arqueologia que tomou a dianteira nos anos oitenta, tanto no respeitante à abertura de núcleos museológicos como nas opções do trabalho quotidiano. A predominância da actividade do

---

[392] GRAÇA, Odete (Vereadora do Pelouro da Cultura), "Introdução" in *Museu do Mar*, Câmara Municipal de Sesimbra/Região de Turismo da Costa Azul, folheto.

[393] Cf., a título de exemplo, as seguintes publicações, abrangendo âmbitos plurimunicipais: FLORES, Alexandre, NABAIS, António: *Os Forais de Almada e seu Termo*, Almada, Câmara Municipal, 1983 (1.º vol. – Subsídios para a História de Almada e Seixal na Idade Média); IDEM, *Os Forais de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal, 1992.

sector de Arqueologia no seio do Museu - numa perspectiva de trabalho ou de pesquisa arqueológica que ainda não integrava inteiramente exigências científicas e deontológicas que só mais tarde virão a prevalecer - era justificada pelos seus responsáveis como decorrente da escassez de meios humanos que privilegiou os saberes existentes e conduziu ao avanço de algumas áreas em detrimento de outras, bem como à prioridade conferida à elaboração de respostas ao crescimento acelerado da construção no território concelhio.[394] Contudo, ao chamar à colaboração nos trabalhos do Museu jovens dos programas OTL e do *Centro de Arqueologia de Almada*, esta entidade museológica capitalizava os conhecimentos detidos pelos seus membros não apenas na investigação arqueológica, mas também na conservação, áreas em que as autarquias de Almada, Alcochete e Seixal e particularmente os respectivos museus municipais foram os mais directos beneficiários. [395]

Em **Vila Franca de Xira** com a admissão de um animador cultural, Ildefonso Valério, de um arqueólogo, Rui Parreira e de mim própria, licenciada em História, arrancou a primeira fase do projecto patrimonial vilafranquense que nos anos seguintes seria completado com a entrada de novos quadros. Nesta pequena equipa ressaltavam as experiências anteriores dos seus membros, designadamente no campo das associações de defesa do património, onde tinham militado. As experiências e as linhas programáticas de trabalho apreendidas na militância associativa influenciaram a estrutura da já invocada *Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património*, concebida à semelhança de uma campanha de defesa do património.

*

Em resumo, no Seixal as medidas assumidas pela Câmara Municipal num curto lapso de tempo (1979-1982), ora em sucessão, ora em simultaneidade, englobaram as principais vertentes das políticas patrimoniais autárquicas, a que fizemos referência: estruturação

[394] Cf. BARROS, Luís, ESPÍRITO SANTO, Paulo, "Museu Municipal de Almada e a Intervenção Arqueológica em Almada" in *1.ªs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal, 1993, p. 31-32.

funcional; aquisição patrimonial; animação cultural; colaboração com associações de defesa do património. A estas vertentes, em estreita decorrência da acção política das novas autarquias, acresce um último factor, advindo da área da reflexão museológica e relacionada com a equipa técnica que deu corpo a este projecto: o benefício extraído dos contactos com o pensamento de renovação museológica.

A análise do processo conducente à criação do *Museu Municipal de Almada* é, a nosso ver, inseparável da consideração de factores que se entrecruzam na sua concepção inicial e no acatamento pela autarquia deste objectivo: a inserção na política patrimonial autárquica como factor endógeno; as ligações iniciais com o *Ecomuseu Municipal do Seixal* e o papel do *Centro de Arqueologia de Almada* como factores exógenos.

A reformulação do *Museu Municipal de Vila Franca de Xira,* que tomou por base o lançamento de um "Levantamento Patrimonial" e a definição do seu programa inicial no quadro de uma estrutura poli-nucleada radica na conjugação de aspectos inerentes à política cultural e patrimonial da autarquia, assim como nas facetas experienciais e formativas da equipa técnica. A assunção por esta e pelos corpos autárquicos da fase de ruptura, consubstanciada no encerramento da "Biblioteca-Museu", como indispensável passo para o renascimento e reconfiguração do "Museu Municipal" não deixa de merecer alguma reflexão no contexto dos museus metropolitanos. Ou seja, no caso vilafranquense o encerramento físico da instituição permitiu a sua transformação e a reprogramação, sem os previsíveis condicionalismos trazidos pela estrutura precedente e pela sua filosofia de trabalho.

[395] Cf. DUARTE, Ana Luísa, "Património Arqueológico Imóvel e Móvel: a Acção do Centro de Arqueologia de Almada" in *1.ªs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal, 1993, p. 13-15.

5.3.3 DA AQUISIÇÃO PATRIMONIAL AO MUSEU

A aquisição de património imóvel por parte das autarquias é, conforme assinalámos, uma atitude comum às várias câmaras municipais da AML ao longo do período em análise, constituindo por si só uma das estratégias de valorização patrimonial no território dos respectivos concelhos. Em várias situações a reutilização de tal património edificado faz surgir o seu destino museológico como uma hipótese prioritária, e logo a sua eventual colocação em processos conducentes à criação de museus, quer através da aceitação de colecções e da sua posterior instalação em espaços de propriedade municipal, quer através da promoção de levantamentos patrimoniais susceptíveis de motivar a emergência de entidades museológicas.

No entanto, na inexistência de anteriores procedimentos, integrados numa ou noutra das linhas de acção citadas e encarados como actos preparatórios e geradores da criação de novos museus, a própria aquisição patrimonial, por parte de uma autarquia, pode revelar-se como motivo primeiro da criação de um museu. Assim aconteceu, dentro do quadro geográfico da AML, com a génese do *Museu Municipal de Loures*, instituído na sequência da aquisição pelo município de um conjunto patrimonial, a que se tornava necessário justapor uma finalidade e uma utilização que justificassem tal investimento, materializadas no propósito de instalar nos seus espaços um museu e de uma biblioteca.

- ***Museu Municipal de Loures***

Em 1979 o Município de Loures diligenciou a aquisição de uma antiga quinta localizada junto à Igreja Matriz de Loures, a Quinta da Igreja, também conhecida por Casa do Adro, que era propriedade do embaixador Eduardo Brasão. No decorrer do processo de decisão pela autarquia, foi nomeada uma comissão para se pronunciar sobre tal compra, a qual, em parecer de 22 de Junho de 1979, emitiu uma opinião favorável à aquisição e apontou a possível reutilização daquele património como museu e biblioteca:

> *Analisando o conjunto dos edifícios em termos de interesse como equipamento, julgamos que o edifício do séc. XVIII, com todo o valor histórico e porque se encontra restaurado, poderia*

vir a servir como museu e biblioteca, apesar da sua conservação ser uma grande preocupação a ter em conta no futuro.[396]

Alguns dias mais tarde, em 11 de Julho de 1979, deliberava a Câmara por unanimidade (...) Fazer aquisição da propriedade, afectando-a à instalação de equipamento cultural. [397] *Assim, a finalidade museológica aparecia no seio de uma perspectiva cultural alargada que, nas palavras dos membros da comissão de análise, era acompanhada pela vertente de biblioteca e que, no contexto da decisão política da autarquia, ficava diluída na finalidade genérica de equipamento cultural. Porém, em 1980, com nova administração camarária presidida por Severiano Falcão eram novamente traçados como objectivos de utilização da Casa do Adro a sua utilização funcional como museu e biblioteca.*

Na prática a autarquia instalou na Casa do Adro os serviços do pelouro da Cultura, Desporto e Tempos Livres, enquanto dava os primeiros passos para a futura abertura de um museu no mesmo espaço, mediante a admissão de pessoal técnico, a partir de 1982. De facto, nesse ano foi contratado como "conservador de museu" um arqueólogo que procedeu às recolhas arqueológicas e etnográficas, que possibilitariam a posterior abertura do museu, bem como o acompanhamento das obras de adaptação que, entretanto, já decorriam no edifício.

No ano seguinte a criação do Museu Municipal de Loures era referida como uma necessidade há muito sentida, em suplemento do *Boletim Informativo* da Câmara Municipal de Loures, divulgando esta mesma publicação em Março de 1985 os traços gerais do respectivo pré-programa museológico, em que o tema aparecia repartido por salas: *O Museu terá uma sala dedicada à República e ao 4 de Outubro, sendo as restantes dedicadas à arte antiga e contemporânea, artesanato e etnografia da região saloia e arqueologia.*[398]

Finalmente em 1985 e mediante duas fases, o Museu foi inaugurado: em Outubro abriram duas exposições no primeiro andar da Casa do Adro, *Sala da Memória da República* e *Sala de Etnografia*, e em Dezembro, após o término das obras, abriu no rés-do-chão a *Sala de Arqueologia*.

---

[396] Câmara Municipal de Loures – Serviços Técnicos de Obras, Parecer da Comissão constituída para se pronunciar sobre a proposta de aquisição..., 22/6/1979, proc. 31.154, p. 4, cit. in ASSUNÇÃO, Ana Paula (coord.), *Museu Municipal de Loures – 10 anos*, Loures, Câmara Municipal, 1995, p. 10.

[397] Acta da 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no dia 11 de Julho de 1979, fl. 36, cit. in ASSUNÇÃO, Ana Paula (coord.), *Museu Municipal de Loures – 10 anos*, Loures, Câmara Municipal, 1995, p. 11.

[398] *Boletim Informativo*, n.º 39, Câmara Municipal de Loures, Março de 1985, in ASSUNÇÃO, Ana Paula (coord.), *Museu Municipal de Loures – 10 anos*, Loures, Câmara Municipal, 1995, p. 14.

*

Visto não antes da aquisição da Casa do Adro pela Câmara Municipal de Loures qualquer colecção de propriedade municipal, foi no período entre 1979 e 1985 que tomou forma o programa museológico e que a pequena equipa técnica procedeu às recolhas e incorporações que viriam a dar azo aoprograma museológico. Para a sua actual responsável este facto terá influenciado o percurso posterior desta instituição:

> *O facto do plano museológico do Museu Municipal de Loures se adequar, primeiro, a um espaço dado que não resultava da existência de nenhuma colecção em particular, depois porque existiu a possibilidade de procurar o equilíbrio na construção desse mesmo modelo, pode ter contribuído para uma opção actual que reflecte, duma forma pensada, as características do concelho urbano / rural, industrial / terciário / primário; periferia de Lisboa, população imigrante e emigrante dos PALOPs.* [399]

Na sua fase inicial foi preponderante o papel da arqueologia, especialidade dos primeiros licenciados admitidos pelo Museu e consubstanciada em levantamentos e em campanhas incidentes sobre alguns sítios arqueológicos de relevo,[400] de que se destacam a preparação da *Carta Arqueológica* do concelho, de que a *Carta do Paleolítico* constituiu um sub-projecto, a decorrer em 1986. A preocupação com os levantamentos sistemáticos estava na ordem das prioridades dos primeiros técnicos, numa perspectiva pluridisciplinar, embora tenham sido os levantamentos arqueológicos os primeiros a avançar. A esta visão ligou-se a perspectiva etnográfica, que, em período posterior, veio a marcar programaticamente a evolução do Museu.

---

[399] ASSUNÇÃO, Ana Paula (coord.), *Museu Municipal de Loures – 10 anos*, Loures, Câmara Municipal, 1995, p. 15.

[400] Cf. GONÇALVES, João Ludgdero, *Arqueologia do Concelho de Loures. Catálogo da secção de Arqueologia do Museu Municipal de Loures*, Loures, Câmara Municipal, 1985, p. 7 e MARQUES, Gustavo, "Carta do Paleolítico de Loures" in *Loures – Tradição e Mudança*, I vol., Loures, Câmara Municipal, 1986, p. 73-74.

5.4 INTENÇÕES NÃO CONCRETIZADAS

Algumas autarquias da AML anunciaram, em diferentes momentos dos seus percursos, a intenção de criar museus sob a sua tutela e procederam a diligências com vista a concretizar tais objectivos, embora não tenham vindo, em certos casos, a concretizar tais intuitos no decorrer do período em estudo, transpondo para a década de noventa a abertura de novos museus, ou acabando por abandonar as intenções iniciais.

a) Entre as câmaras municipais que promoveram algumas acções preparatórias da fundação de novos museus, que só foram concretizados nos anos noventa encontram-se as seguintes:

Montijo (1993 - *Museu Municipal do Montijo*);

Vila Franca de Xira (1993 - *Museu do Neo-Realismo*);

Mafra (1994 - *Museu Municipal Prof. Raul de Almeida*);

Setúbal (1995 - *Museu do Trabalho Michel Giacometti*);

Palmela (1996 - *Museu Municipal de Palmela*);

Oeiras (1998 - *Museu da Pólvora de Barcarena*).

b) Duas autarquias da AML neste intervalo temporal, não apenas anunciaram a vontade de criar museus, como em dados momentos tomaram medidas concretas nesse sentido: o Barreiro e a Amadora, já mencionadas, a que fazemos referência mais circunstanciada atendendo à especificidade da sua evolução. No caso da Amadora o processo conducente à criação de uma entidade museológica foi mais alargado no tempo e composto por um elevado número de elementos documentais, físicos e técnicos, que o tornam um caso original no quadro geográfico da AML.

- ***"Museu Municipal do Barreiro"***

Em 1985, em *Roteiro dos Museus do Distrito de Setúbal*, editado pela respectiva Associação de Municípios, eram anunciados três museus municipais "em fase de instalação", respectivamente os de Alcochete, Almada e Barreiro. Se o *Museu Municipal de Almada* abriu

o primeiro núcleo nesse mesmo ano, a exemplo do que aconteceu, passados três anos, com o *Museu Municipal de Alcochete*, com o do Barreiro não veio a suceder similar evolução.

Previsto para ser instalado faseadamente no antigo Convento da Madre de Deus (propriedade municipal), situado na Verderena, o museu deveria ocupar inicialmente o primeiro piso deste antigo edifício religioso, destinando-se o restante espaço a exposições sobre a cidade do Barreiro.

> *Há muito material disponível para o futuro Museu. Desde as peças recuperadas nas duas estações arqueológicas do concelho (cerâmica dos séculos XV-XVI e vidro dos séculos XVII-XIX) às miniaturas e peças de artesanato local, passando pelas obras de expressão artística de barreirenses de nascimento e de vivência, até aos utensílios e máquinas da indústria. / Está prevista a evidência documental e fotográfica da actividade piscatória, ferroviária e industrial desta antiga vila operária, sem esquecer o Homem nas suas componentes social, religiosa, política e cultural.* [401]

Com uma perspectiva generalista, cujos contornos eram marcados pelas actividades económicas dominantes no concelho, o programa do futuro "Museu Municipal" não deixava de acentuar alguns aspectos específicos do património industrial concelhio, em correspondência com alguns dos mais relevantes traços da realidade histórica local, e com projectos de investigação a decorrer, a que o museu poderia dar maior visibilidade.

Com efeito, realizaram-se entre 1983 e 1986 campanhas arqueológicas sucessivas na "Real Fábrica de Vidros" de Coina, sob orientação científica da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e com apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal do Barreiro, através do seu Departamento de Cultura. Esta intervenção enquadrava-se no projecto global de estudo da indústria vidreira daquela associação, que tinha sido lançado em 1982 com a pesquisa da Fábrica de Garrafas da Amora (Seixal).

Para Jorge Custódio, mentor deste projecto:

> *A intervenção gerou um movimento de entusiasmo quer no Barreiro, quer na localidade e povoações vizinhas. Materializou-se, inclusive, numa exposição sobre a*

[401] *Museus do Distrito de Setúbal - Roteiro*, Setúbal, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, 1985, p. 47.

Indústria do Vidro no séc. XVIII, aberta ao público no Matadouro Municipal do Barreiro em 1985.[402]

Às instalações disponíveis para a fixação do museu correspondiam programas de investigação no terreno, acompanhados por acções de divulgação (como a realização da exposição sobre a indústria vidreira). Embora a Câmara Municipal não tenha chegado a deliberar sobre a criação de um Museu Municipal, acautelou no seio do Departamento de Cultura um Sector de Museus e Património, que podia enquadrar organicamente a nova entidade museológica. Acresce que estava também a autarquia barreirense dotada, no mesmo Departamento, de um embrião de equipa técnica, onde estava integrado um dos recém-formados conservadores de museus (José Guerra Soares) que, no mesmo período, cooperou em diversos projectos de instalação de novos museus locais ou de divulgação da arqueologia industrial. Também um técnico do mesmo Departamento participou em 1986/87 no 1.º curso de técnicos auxiliares de museografia, promovido pelo IPPC, o que na altura indiciava claramente um processo tendente à criação de um museu.

As razões para a travagem do processo conducente à criação de um museu municipal no Barreiro encontram-se, assim, centradas no posicionamento da tutela autárquica que não deu seguimento a partir da segunda metade dos anos oitenta às necessárias diligências formais para a instauração do museu[403].

- ***"Museu Municipal da Amadora"***

Nos anos subsequentes à criação do município da Amadora foi esta autarquia das mais activas na dinamização de estratégias de intervenção patrimonial, conforme já assinalámos, no domínio da promoção dos levantamentos (arquitectónicos e arqueológicos), no da colaboração com as ADPs do jovem concelho e no do lançamento de programas de animação cultural e patrimonial, como a *Campanha de Levantamento e Animação do Património Histórico-Cultural da Amadora.*

---

[402] CUSTÓDIO, Jorge, "A Real Fábrica de Coina e as Origens da Indústria Vidreira na Marinha Grande (1719-1826)" in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 41-78.

Como referimos, existiam antecedentes desde os anos sessenta no sentido da criação de um museu por parte do grupo de jovens amadores de arqueologia no período que precedeu o *Centro Cultural Roque Gameiro* (como referimos em IV –2), tendo a autarquia apoiado a sua instalação na Casa que tinha pertencido a este famoso aguarelista, com o fim essencialmente de mostrar a colecção arqueológica e geológica daquela associação. No início dos anos oitenta a intenção de criar um museu na Amadora era uma evidência, abrindo ao público em 1982 a exposição intitulada "Projecto Museu", da responsabilidade do *Grupo de Arqueologia* do *Centro Cultural Roque Gameiro*, o qual tinha por principal objectivo, por meio desta iniciativa, alertar a autarquia para a lacuna de uma entidade museológica concelhia.[404]

Em 9 de Abril de 1985 a autarquia deliberou, em reunião do executivo, criar o Museu Municipal, formando para tal a *Comissão Técnica do Museu Municipal da Amadora*, onde a representação autárquica era diminuta (um elemento) face aos quatro elementos da ARQA. Nesse mesmo ano três membros desta associação começaram a colaborar, em regime de avença, com a Câmara Municipal, disponibilizando, esta, por sua vez, uma arquitecta e uma licenciada em História para a preparação do trabalho museológico.

A fundamentação deste museu surgia como uma necessidade baseada nos trabalhos de levantamento patrimonial e com objectivos de acção pedagógica:

> *A criação de um Museu Municipal surgiu na sequência de todo um trabalho de estudo e levantamento do Património e da necessidade da existência de uma estrutura que, de forma regular, garanta a continuidade e divulgação deste trabalho e o apoio didáctico aos estabelecimentos de ensino.* [405]

Com instalação prevista para a casa que pertenceu a Roque Gameiro, o programa do Museu visava ilustrar a História do concelho da Amadora e a vida daquele pintor, mediante a

---

[403] À data em que redigimos a presente dissertação (1999) decorre a instalação do primeiro Núcleo Museológico do Barreiro, sem que, contudo, tenha sido criada a entidade "Museu Municipal".

[404] Em 1984 em documento preparatório da *1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa* do PCP era mencionada a (...) *criação de novos museus com objectivos novos (caso, por exemplo, da proposta para a criação do Museu Arquivo Histórico da Amadora)*, o que denota a clara vontade política de dar corpo a este projecto, bem como a consciência da sua inovação.

[405] XAVIER, Gabriela, "Amadora património histórico-cultural do município" in *Poder Local*, Lisboa, Novembro/Dezembro de 1985, p. 56.

apresentação de colecções de arqueologia, geologia, paleontologia e arte contemporânea. Executado o projecto, iniciaram-se em 1988 as obras de recuperação da Casa Roque Gameiro, que se iriam prolongar por quase uma década, com sucessivas interrupções e alterações ao longo deste período as intenções da autarquia para aquele espaço.[406]

Em Outubro de 1990 começou a funcionar noutras instalações camarárias um Centro de Documentação dedicado à história regional e local, que foi encarado, na ocasião como a primeira estrutura do programa museológico concelhio, sendo mesmo apelidado pelos técnicos de *primeiro núcleo aberto ao público do Museu Municipal*.[407] Este Centro veio, no entanto, a ser encerrado alguns anos mais tarde e a sua documentação reintegrada na Biblioteca Municipal, com ele desaparecendo o único espaço visível da programada organização museológica municipal da Amadora.

[406] Só em 27 de Novembro de 1996 abriu ao público com a designação de *Casa Roque Gameiro* e oficialmente distanciada de todo o percurso museológico anterior.

[407] MIRANDA, Jorge, XAVIER, Gabriela, "Centro de Documentação do Museu Municipal da Amadora – relato de uma experiência", in *Património & Museus*, nº 3 - II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Janeiro / Dezembro 1993, dact. (inédita).

6. RENOVAÇÃO MUSEOLÓGICA

Os contactos com o pensamento de renovação museológica, que germinava no contexto internacional e que foi introduzido em Portugal mediante o movimento de circulação de ideias que caracterizámos ao longo do capítulo II do presente trabalho, tiveram uma especial expressão na área geográfica de que nos ocupamos. Tais ligações envolveram os profissionais componentes das equipas técnicas com que as autarquias dotaram os novos museus e perpassaram por diferentes graus de penetração e de trânsito da informação respeitante ao domínio museológico local, sob perspectivas de mudança e de renovação.

Não existindo uma literatura portuguesa específica da Museologia, que disseminasse as novas ideias, e estando os novos profissionais distanciados do associativismo museológico, uma vez que como vimos, a APOM apenas muito escassamente atraía os técnicos dos museus locais, foi sobretudo através de factores exógenos que novos conceitos e práticas foram difundidos e se estabeleceram contactos proficuos para os mesmos profissionais. A tais factores, em que os encontros de Museologia detêm um considerável peso, acresce a frequência do curso de conservadores de museus entre 1981 e 1983, período-charneira para a formação e lançamento destes museus.

Ao *Levantamento* efectuado no **Seixal** esteve ligado, desde o seu arranque, António Nabais que, em simultaneidade com as funções exercidas no Sector do Património da autarquia (a partir de 1980), frequentava nos mesmos anos o curso de conservadores de museus, promovido pelo IPPC, o qual culminou com uma "viagem de estudo" final realizada a museus franceses em 1983, ano em que António Nabais teve ainda a oportunidade, por iniciativa de Hugues de Varine, de estagiar com outros colegas[408] no *Musée Dauphinois* em Grenoble.

Assim, nos dois primeiros anos de trabalho no Seixal (1979/80) a experiência e os conhecimentos académicos da pequena equipa técnica (professores de História) nos domínios da Museologia eram quase nulos, salientando-se, em contrapartida, a vertente historiográfica dos estudos e dos levantamentos efectuados, a par das práticas patrimoniais e arqueológicas

[408] Isabel Cruz de Almeida, Lino Rodrigo e Miguel Pessoa.

dos jovens técnicos admitidos pela autarquia e provenientes do *Centro de Arqueologia de Almada*. Porém, a partir de 1981 acentuou-se a componente museológica, em estreita ligação com a frequência do curso de conservadores de museu por António Nabais, beneficiando paralelamente dos contributos trazidos por Fernando António Baptista Pereira, formando no mesmo curso, aquando da preparação da exposição "O Trabalho na História do Concelho do Seixal".

Depois da inauguração do Núcleo-Sede em 1982 tornaram-se cada vez mais frequentes os contactos e as visitas de personalidades da Museologia contemporânea, em que avulta Hugues de Varine (mas também Per-Uno Agren e Kenneth Hudson). O responsável pelo museu seixalense imputa recorrentemente a Varine a certificação do museu, mediante a aplicação do epíteto de "ecomuseu", bem como o apadrinhamento geral dado por este museólogo à experiência a decorrer no Seixal.

> *O Museu possui – afirma Hugues de Varine, Presidente do Instituto Franco-Português e ex-director do ICOM – as verdadeiras características de um ecomuseu dentro do espírito dos ecomuseus de desenvolvimento, com um território bem definido, uma comunidade que participa de várias formas e uma preocupação global de estudo e valorização no tempo e no espaço.* [409]

A atenção museológica sobre a experiência a decorrer no Seixal foi acompanhada de uma intensa e ampla divulgação da mesma em meio português e internacional, mediante a apresentação regular de comunicações, a divulgação de documentos internos da instituição em encontros de património e de Museologia, bem como a publicação de artigos em revistas da especialidade, designadamente o boletim da APOM e a revista *Museum*.[410]

---

[409] NABAIS, António et al, "Apontamentos sobre a museologia post 25 de Abril" in *Vértice*, n.º 458/9,Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 23.

[410] Cf. NABAIS, António: "Museu Municipal do Seixal" in *APOM – Informações*, n.º 26, 1980-1981, p. 11-15; "A Defesa do Património Cultural. Uma experiência no Concelho do Seixal" in *Vértice*, n.º 452, Coimbra, Janeiro/Fevereiro de 1983, p. 7 –15 (Comunicação apresentada no *3.º Encontro das Associações de Defesa do Património*, Torres Vedras, 1982); "As autarquias e o património cultural. Uma experiência no concelho do Seixal", Comunicação ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, Setúbal, Out. 1983, dact.; "Le Musée Municipal de Seixal, un écomusée de développement" in *Museum*, n.º 142, Paris, UNESCO, 1984, p. 71-74; "Museus Locais", in *II Atelier Internacional Nova Museologia Museus Locais*, Lisboa 4-9 Nov. 1985, dact. "Ecomuseu Municipal do Seixal", in *II Atelier Internacional Nova Museologia Museus Locais*, Lisboa 4-9 Nov. 1985, dact.; "The development of ecomuseums in Portugal" in *Museum*, n.º 148, Paris, UNESCO, 1985, p. 211-

Em **Vila Franca de Xira** importa também sublinhar a frequência do mesmo curso de conservadores de museu por parte de Rui Parreira, que se encontrava em fase de conclusão desse curso precisamente quando iniciou funções em Vila Franca de Xira com a tarefa de realizar o levantamento do património arqueológico e edificado. Este arqueólogo tinha também participado num dos Seminários promovidos por Per-Uno Agren (em Faro, de 26 de Abril a 1 de Maio de 1979), na ocasião enquanto membro do *Gabinete para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja*, organismo que, em ligação com a Assembleia Distrital, efectuava levantamentos patrimoniais e acções de sensibilização da população.

Em 1985, quando eram já decorridos dois anos sobre o trabalho de levantamento e de sensibilização da população local e quando estava já de pé o programa polinucleado do renascido Museu Municipal de Vila Franca de Xira, juntou-se aos antecedentes formativos dos membros da equipa técnica, o contacto directo com o quadro conceptual da Nova Museologia, mediante a participação no *Atelier Internacional da Nova Museologia* em Lisboa. Para estes técnicos a noção de museu incluindo a tríade "território-património-população" parecia ir ao encontro dos processos que experimentalmente iam sendo postos no terreno, enquanto, por outro lado, a confrontação com experiências locais similares, tanto em Portugal, como no contexto internacional constituiu um estímulo e um reforço à continuação do projecto que se iniciava.

A direcção técnica do processo preparatório da criação do *Museu Municipal de **Alcochete*** por António Nabais facultou a disseminação dos princípios da "Nova Museologia" e da ecomuseologia, que rapidamente foram adoptados, tanto pelo escasso corpo técnico do Museu, como pelos próprios autarcas. Em comunicação a que já fizemos referência, apresentada em 1986 pelo verador do pelouro da cultura do executivo de Alcochete, este apontava as vocações do projectado museu, com base na representação da identidade e do reforço das relações com a população e o território.

> *É esta identidade de vila ribeirinha que o Museu Municipal terá como função divulgar, estabelecendo uma relação íntima com a população, em especial com os jovens. / O*

216. NABAIS, António et al, "Apontamentos sobre a museologia post 25 de Abril" in *Vértice*, n.º 458/9,Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 20-25.

Museu representará o concelho na multiplicidade dos seus aspectos – económicos, políticos, sociais, tecnológicos, artísticos e culturais, tendo como elementos fundamentais: A População e o Território.[411]

A influência do pensamento renovador da Museologia no programa do museu de Alcochete teve como reverso a inclusão desta experiência em alguns documentos de difusão da realidade museológica local portuguesa, nomeadamente os produzidos por António Nabais. Em artigo publicado na revista *Museum* em 1985 sobre o desenvolvimento dos ecomuseus em Portugal a experiência de Alcochete, cujo museu só veio a abrir três anos mais tarde, era apelidada de "Ecomuseu" e inserida num movimento de aplicação dos princípios teóricos e práticos da ecomuseologia em museus locais portugueses, ressalvando, embora, o autor que a estas entidades tinham continuado a ser identificadas pela designação de "Museu Municipal de...".[412]

Em 1985 a forte participação no ***Atelier Internacional da Nova Museologia*** em Lisboa de representantes de museus da AML que se encontravam, ora em fase de consolidação, ora à beira de inaugurar, constituiu, como já foi referido precedentemente, um importante momento de aproximação ao quadro conceptual da "Nova Museologia" e ao contacto com algumas das suas práticas. Para o Ecomuseu do Seixal, aberto três anos antes, foi um ponto alto de divulgação, materializada no protagonismo do seu responsável, enquanto coordenador do próprio *Atelier*, na distribuição de abundante documentação pelos participantes (comunicações, documentos internos da Câmara Municipal) e na visita aos respectivos núcleos museológicos, na presença do presidente da Câmara Municipal. Para os representantes dos museus de Almada, Vila Franca de Xira e Loures foi uma confrontação com os objectivos e práticas das suas próprias instituições que nesse mesmo ano (1985) iriam abrir ao público,

---

458/9,Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 20-25.

[411] "Museu Municipal de Alcochete" in *Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa*, Amadora, 22 e 23 Março de 1986, dact., 3 p.

[412] Cf. NABAIS, António, "The development of ecomuseums in Portugal" in *Museum*, n.º 148, Paris, UNESCO, 1985, p. 211-216. Neste artigo são citados comos exemplos identificados com a ecomuseologia: Ecomuseu do Seixal, "Ecomuseu de Alcochete", "Ecomuseu Rural e do Vinho do Cartaxo", Museu de Benavente, Museu Etnológicode Monte Redondo e Museu de Mértola. São ainda referidos outros exemplos

perfilhando as duas primeiras uma perspectiva polinucleada de inserção territorial. Para o museu de Alcochete, cujo processo se encontrava também em andamento constituiu a inserção no mundo conceptual da Nova Museologia, sob cuja filosofia orientadora aquela instituição estava a ser programada.

Escassos meses passados do *Atelier* de Lisboa, um grupo de técnicos pertencentes aos novos museus em torno da capital teve a iniciativa de organizar o ***Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa***, que decorreu em 22 e 23 de Março de 1986 na Amadora. A organização integrava as Câmaras Municipais de Almada, Amadora, Loures, Seixal, Cascais e Vila Franca de Xira, entidades tuteladoras dos respectivos museus municipais de denominação concelhia, bem como a Comissão Instaladora do Museu Municipal da Amadora e o Museu do Mar de Cascais. Exceptuando o Ecomuseu do Seixal, aberto em 1982, as restantes instituições tinham formação reportada ao ano de 1985, ora tendo aberto ao público nessa data (Museus Municipais de Almada, Loures e Vila Franca de Xira) ora tendo então sido objecto de deliberação camarária com vista à sua criação (Museu Municipal da Amadora e Museu do Mar).

O encontro centrou-se nos problemas específicos com que se confrontavam os jovens museus resultantes da *crescente dinâmica que se verifica ao nível dos Museus Locais, fruto do trabalho de autarquias e Associações de Defesa do Património*:

> *Trabalhando numa zona condicionada pela proximidade da capital estes museus desenvolvem a sua actividade num meio em constante transformação, onde a intervenção na defesa do património tem frequentemente um carácter de emergência e a intervenção cultural se desenvolve no seio de populações heterogéneas e desenraizadas.*[413]

Ao acentuar, na divulgação do Encontro, a acção patrimonial de âmbito territorial e as preocupações com as populações de origem migrante para quem o trabalho cultural dos museus se dirigia, as instituições museológicas organizadoras posicionavam-se claramente

---

portugueses: Comissão do Museu Municipal de Portimão, Museu de Escalhão, Museu de Carregueiros, Museu de Estremoz, Museu Municipal de Vouzela e Museu de Peniche.

numa perspectiva de intervenção social e de alargamento da noção de museu. Aliás tais preocupações tinham transparecido, desde logo, nas reuniões preparatórias que definiram o âmbito geográfico do Encontro:

> *Assim, foi entendido que a participação no Encontro se devia estender aos museus de autarquia inseridos numa área denominada da Grande Lisboa e que têm uma problemática comum que é a descaracterização das culturas locais nas quais o Museu deveria desempenhar um papel de ligação/intervenção na comunidade.*[414]

As conclusões da reunião dos museus metropolitanos salientavam a dicotomia entre "um novo conceito de museu", seguido pelos museus mais recentes e o "conceito tradicional dos museus-vitrina", a que correspondiam os museus de fundação mais antiga, embora sublinhassem que mesmo estes tendiam maioritariamente a orientar a sua programação pelos "novos conceitos", processos em que o Ecomuseu do Seixal tinha contribuído com o seu exemplo para a viabilização do novo tipo de museu.

> *O conceito tradicional dos Museus-Vitrine, destinados a um público visitante e erudito, tende a ser abandonado em favor de um novo conceito de Museu, alargado a todas as facetas do património comunitário, participado pela comunidade nos aspectos da sua criação, manutenção e desenvolvimento e que, como consequência tende a ser concebido como um Museu com vários núcleos (o património é reutilizado sempre que possível no seu próprio local).*[415]

Sem nunca referir expressamente a "Nova Museologia", é, contudo, clara a ligação conceptual entre as conclusões deste Encontro e as principais linhas de força quer da Declaração do Québec (difundida em Portugal no ano anterior), quer de alguns textos de base, como os de Hugues de Varine e de René Rivard,[416] designadamente aqueles que assentavam na esquematização conceptual e na contraposição do museu tradicional ao novo museu, com fundamento nos parâmetros "património-território-população".

---

[413] *Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa*, Amadora, 22 e 23 de Março de 1986, folheto.
[414] Câmara Municipal de Loures, *Acta da Reunião Preparatória do Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa*, 15 de Janeiro de 1986.
[415] *Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa -Conclusões*, Amadora, 15 de Maio de 1986, p. 6.
[416] Cf. RIVARD, René, *Que le musée s'ouvre... ou vers une nouvelle muséologie: les écomusées et les musées "ouverts"*, Québec, Octobre 1984, dact.

Primeira iniciativa de reflexão e de debate museológico em Portugal patrocinada inteiramente por autarquias, este encontro registou uma ampla participação (60 presenças), maioritariamente oriunda dos museus desta área[417] e também de algumas ADPs, não contando, porém, com a participação das organizações oficiais e associativas da Museologia, embora tivessem sido convidadas a participar o IPPC, [418] a APOM e o ICOM. Em contrapartida, esta realização estimulou o estabelecimento de dinâmicas entre os diferentes museus e câmaras municipais da "Grande Lisboa" e muito especialmente entre as entidades organizadoras, que de Janeiro a Maio de 1986 tinham promovido reuniões regulares de planeamento e de avaliação do Encontro.[419]

Estas dinâmicas tiveram, de algum modo, prolongamentos, embora num espectro geográfico muito mais alargado, quando em 1988 foram lançadas as ***Jornadas sobre a Função Social do Museu***, com organização conjunta do MINOM e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. As Jornadas, que se tornariam numa das mais regulares realizações museológicas portuguesas com periodicidade anual a partir daquela data, materializavam a capacidade de acção do MINOM português, estruturado a partir do *Atelier Internacional* de 1985 e com um crescimento contínuo desde então. No contexto internacional este período correspondia também aos anos mais activos desta organização, que em 1986 tinha promovido na Noruega o *III Atelier Internacional de Nova Museologia* dedicado ao tema "Tradições e Perspectivas Nórdicas: do Museu de Ar Livre ao Ecomuseu; as Minorias das Regiões Árticas" e em 1987 o

[417] Museus participantes: *Museu Municipal Hipólito Cabaço* (Alenquer), *Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Etnográfico da Assembleia Distrital de Lisboa* (Vila Franca de Xira), *Museu de Alhandra/Casa Dr. Sousa Martins* (Vila Franca de Xira), *Museu Municipal de Benavente, Museu Municipal de Loures, Museu da Cidade* (Lisboa), *Museu Rafael Bordalo Pinheiro* (Lisboa), *Museu Antoniano* (Lisboa), *Museu Biblioteca Condes Castro Guimarães* (Cascais), *Museu Verdades de Faria* (Cascais), *Museu Regional de Sintra, Casa-Museu Leal da Câmara* (Sintra), *Casa Museu Atelier de Anjos Teixeira* (Sintra), *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas* (Sintra), *Museu Municipal de Alcochete, Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu Municipal de Almada.*

[418] Participou com uma comunicação Luís Elias Casanovas, técnico do IPPC, na qualidade de convidado.

[419] Entre a documentação produzida encontra-se o *Roteiro de Museus Locais da Grande Lisboa*, compilação das fichas de caracterização de cada museu, aplicadas a cada instituição e que constitui um importante instrumento de análise do quadro da situação museológica, que amplamente utilizámos no presente trabalho.

IV Atelier em Aragão (Espanha) para debater "Os Desafios Ideológicos da Nova Museologia – das Teorias às Práticas", [420] encontros em que a participação portuguesa foi uma constante.

Em Portugal os membros do MINOM ultrapassavam em 1987 as três dezenas, em virtude da alargada inclusão de profissionais de museus e de sócios de ADPs aquando da realização do *Atelier* de Lisboa, entre os quais se contavam no âmbito da AML os responsáveis pelos museus municipais do Seixal, Almada, Loures e Vila Franca de Xira, pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Barreiro e pelo Museu Etnográfico da Assembleia Distrital de Lisboa.[421] Esta expressão quantitativa era acompanhada por uma significativa militância associativa, tendo cabido em 1987 a delegação em Portugal daquele movimento internacional ao responsável pelo *Ecomuseu Municipal do Seixal* e no ano seguinte a mim própria, responsável pelo *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*, tarefas que propiciaram o estabelecimento de contactos com associados de outros países, favoreceram o intercâmbio de informações e estimularam a participação nos *Ateliers Internacionais*.

Em Novembro de 1986 alguns membros do MINOM constituíram-se em *Grupo de Trabalho* e decidiram propor a publicação de um boletim que fosse porta-voz das práticas e reflexões portuguesas, bem como um elemento de reforço do próprio movimento em Portugal. Em 1987 saiu o número zero do boletim e em Maio de 1989 o primeiro número, evoluindo esta folha informativa a partir de então de forma irregular. Nos dois números publicados na década de oitenta serviu o Boletim para introduzir as principais linhas de força da "Nova Museologia" e para divulgar experiências em curso: Mértola, Portimão, Monte Redondo, Vila Franca de Xira.

Ao Boletim vieram juntar-se em 1988 as *Jornadas sobre a Função Social do Museu*, participadas na sua primeira edição em Vila Franca de Xira por mais de meia centena de pessoas, em representação de dezassete museus e de três ADPs, constituindo um influente e

---

[420] Com o *IV Atelier* em 1987 cessou a cadência anual de realização destes encontros internacionais, que passaram a tomar um carácter mais esporádico e com os seus membros cada vez mais divididos face aos iniciais objectivos unificadores do movimento. Em 1989 teve lugar o *V Atelier* (em simultâneo com a Conferência Geral do ICOM) e em 1991 o *VI Atelier* em França.

[421] Membros do MINOM em 1987 provenientes de museus da AML: Ana Luísa Duarte – *Ecomuseu Municipal do Seixal*; António Nabais - *Ecomuseu Municipal do Seixal*; Clara Frayão Camacho - *Museu Municipal de Vila Franca de Xira*; João Ludgero Gonçalves - *Museu Municipal de Loures*; Luís de Barros -

determinante momento de discussão da problemática conceptual da Nova Museologia, mediante o debate de três temas-chave (*A Profissão do Museólogo, Museu e Participação das Populações, Museologia e Desenvolvimento*), completado pelo anúncio das medidas preparatórias às alterações que se prefiguravam para o ensino da Museologia. Efectivamente o lançamento no ano seguinte do curso de Museologia Social pela Universidade Autónoma de Lisboa, sob direcção de Mário Moutinho, seguido temporalmente pelo curso de mestrado em Museologia e Património da Universidade Nova de Lisboa, são iniciativas de salientar para a difusão da Museologia e regularização da respectiva formação em Portugal.

A forte presença neste encontro de profissionais de museus da periferia de Lisboa transpareceu em particular nos trabalhos do grupo dedicado ao tema *Museu e Participação das Populações*, constando das respectivas Conclusões, o que não deixa de ser significativo das prioridades que então se lhes colocavam:

> *Apresentou-se como dificuldade à participação das populações da área urbana da grande Lisboa a sua condição de migrante – desenraizamento cultural – o que provoca a necessidade de uma interligação entre o património dos locais de origem e uma integração no património das comunidades onde se fixaram.* [422]

As Jornadas prosseguiram em Portimão no ano seguinte com abordagem dos temas *Turismo, Museus e Identidade Local, Território, Ambiente e Intervenção Museológica* e *O Museu como Pólo de Desenvolvimento Local* e com a difusão de textos de Hugues de Varine e John Kinard, em versão portuguesa. A sua edição tornou-se desde então regular, com organização conjunta do MINOM e de uma autarquia, não voltando, contudo, a incidir especificamente sobre a problemática dos museus situados em meio metropolitano, a exemplo do que tinha ocorrido na primeira edição, em consonância, porventura, com a própria localização geográfica das Jornadas e com a proximidade temporal do *Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa.*

Museu Municipal de Almada; José Manuel Guerra Soares – *Câmara Municipal do Barreiro*; Maria Micaela Soares – Museu *Etnográfico da Junta Distrital de Lisboa*

[422] MINOM, *Textos de Museologia – Jornadas sobre a Função Social do Museu*, Lisboa, Cadernos do MINOM n.º 1, 1991, p. 31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É vasto o conjunto de transformações ocorridas entre 1974 e 1990 em diferentes níveis da sociedade, com repercussão na alteração dos modos de encarar a protecção patrimonial e de propiciar a germinação de estruturas museológicas a partir dos novos poderes autárquicos. Descritos e analisados os principais acontecimentos e as linhas de força que, nos planos institucional, social e patrimonial, contribuíram para conjunturas proporcionadoras da fundação dos novos museus de tutela municipal, interessa agora apresentar de forma sistemática e diacrónica os momentos-chave deste período e interpretar, tanto os condicionamentos que possibilitaram factos e realizações, como os constrangimentos que impediram outros propósitos de seguir em frente. Para tal, e alicerçados em balizas cronológicas que fomos apontando ao longo do trabalho, considerámos três subdivisões temporais: de 1974 a 1979; de 1980 a 1985; de 1986 a 1990.

- 1974-79

Se é neste período que são lançadas as primeiras bases reorganizativas do Estado nos seus diferentes domínios, designadamente com a promulgação da *Constituição da República*, são também estes anos vincados por uma inicial e intensa movimentação social, que toma, por vezes, os domínios patrimoniais como motor de acção. Marcados os anos de 1974 e 1975 pelas *Campanhas de Animação Cultural e Acção Cívica*, promovidas pelo MFA, onde a promoção da denominada "cultura popular" se articula com o esclarecimento cívico, surge na estrutura governativa a primeira tentativa de coordenar os domínios da animação cultural com a efémera *Comissão Interministerial de Acção Sociocultural*, cuja amplitude de acção e seriedade de objectivos e de programas não encontra correspondência na pouco estruturada orgânica local do País. É num ambiente de *Campanhas* (de alfabetização, de educação sanitária, de animação cultural) que, no Verão de 1975, Michel Giacometti lança o *Plano Trabalho e Cultura*, levantamento patrimonial de abrangência nacional, a evidenciar a importância do trabalho de campo, a valorizar os objectos do quotidiano e a utilizar como metodologia o levantamento territorial. Enquanto decorrem tais acções de animação cultural e

de levantamento patrimonial, são as autarquias geridas por *comissões administrativas*, eleitas em plenários nos meses de Maio e Junho de 1974, que se esforçam por atender às mais básicas necessidades dos munícipes, designadamente no capítulo dos serviços urbanos, deixando para mais tarde o esboço das primeiras tentativas de organização de serviços culturais, inexistentes no anterior regime.

O final destes primeiros dois anos posteriores a 1974 é marcado por um par de acontecimentos político-institucionais, com relevância no quadro da presente análise: a promulgação da *Constituição da República* em Abril de 1976 e a realização de eleições para as autarquias locais em Dezembro do mesmo ano. Com a *Constituição* é introduzida a obrigação de preservação, defesa e valorização do património cultural pelo Estado, não chegando, porém, o texto constitucional a unir num mesmo conceito o património "cultural" e "natural", distinguindo as obrigações e deveres para com estas categorias. Por outro lado, o mesmo texto concede às autarquias autonomia administrativa, enquanto pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses das respectivas populações, afastando-as de formas de administração indirecta do Estado, como sucedia até 1974. Com as primeiras eleições autárquicas é iniciado, a partir de 1977, o moroso processo de reestruturação funcional das câmaras municipais nos campos cultural e patrimonial.

Encontrando-se neste período as autarquias locais em fase de reajustamento profundo, tacteando os primeiros passos do caminho da sua organização interna, sem contexturas técnicas ou funcionais prévias em que basear a sua estruturação patrimonial e/ou museológica, é sobretudo a partir das instituições centrais que encontramos um conjunto de iniciativas visando a mudança naqueles campos. Com efeito, se bem que a estes anos corresponda uma continuidade orgânica no campo patrimonial, traduzida na evolução da *Divisão do Património Cultural* (herdada do regime anterior) para a *Direcção-Geral do Património Cultural*, são em paralelo tomadas algumas iniciativas inovadoras para fazer face a um domínio assente num conceito abrangente e plural de património. Essas diligências desembocam na criação de uma *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*, que de 1977 a 1980 conviveu institucionalmente com a *Direcção-Geral do Património Cultural*, vindo, contudo, tal propósito a ser abandonado em favor da criação do IPPC.

Se o Estado busca, pelo menos entre 1976 e 1979, a criação de uma estrutura inovadora para cuidar integradamente dos campos "natural" e "cultural" do património, intenta nos mesmos anos acudir ao panorama museológico local, através de uma operação de consultoria, solicitada à UNESCO/ICOM, com concretização nas deslocações do museólogo sueco Per-Uno Agren a Portugal. Este programa, onde a formação atingiu uma larga abrangência geográfica e profissional, contribuindo para difundir conteúdos teóricos e experiências internacionais inovadoras, foi interrompido em 1979, dele resultando detalhados relatórios de análise e propostas de soluções para a frágil Museologia portuguesa, que não lograram, porém, impulsionar e consolidar as experiências e intenções existentes.

A partir de outro órgão da estrutura central do Estado, a *Secretaria de Estado do Ambiente*, emana no mesmo período o propósito de criação de um ecomuseu no Parque Natural da Serra da Estrela, primeiro de uma rede que se pretendia estender posteriormente aos restantes parques, contando com a colaboração de Georges-Henri Rivière para delinear o programa museológico e sensibilizar/formar os técnicos daquela Secretaria. A estas intenções correspondeu um significativo conjunto de acções conducentes à concretização daquela estrutura museológica, de modelo inovador para a Museologia portuguesa, interrompidas em 1980, por decisão tutelar.

Assim, neste período, conquanto existisse um conjunto de vontades e de propostas, consubstanciadas não apenas no ecomuseu previsto para a Serra da Estrela, mas também no Museu de Alcobaça e nos "projectos-piloto" (propostos por Per-Uno Agren) de Guimarães, Estremoz e Montalegre, os obstáculos de ordem tutelar sobrepuseram-se àquelas intenções e não viabilizaram, em última instância, a sua materialização. Há ainda que tomar em linha de conta o âmbito regional de grande parte dos programas anunciados, esperançados na prevista divisão administrativa do país, cuja ausência de concretização vem também a causar inoperacionalidade no sector museológico, que não encontra correspondência orgânica para as aspirações mencionadas.

Nos mesmos anos a Museologia local de tutela municipal revela uma grande debilidade no plano nacional e também no da *Área Metropolitana de Lisboa*: pouco expressiva no

quantitativo de museus existentes e menos significativa nos da representatividade técnica e da intervenção associativa, apesar de a APOM promover nos anos subsequentes a 1974 um intenso debate sobre a necessidade de mudança na Museologia portuguesa, assente sobretudo na dinamização de "museus de região". Escassos museus de dependência municipal nascem no final dos anos setenta no quadro espacial estudado - *Casa-Museu Anjos Teixeira* e *Museu Ferreira de Castro*, em Sintra, e *Museu de Alhandra*, em Vila Franca de Xira - todos na sequência da existência de colecções, formadas por particulares e por iniciativas exteriores aos municípios, vindo estes a aceitar as respectivas doações.

Em síntese, este período é marcado no plano patrimonial e museológico por um forte protagonismo experimental do nível central, que, atento às necessidades de mudança da Museologia, intenta alterar o estado de situação herdado em 1974, numa primeira fase, por meios orgânicos institucionais e pelo lançamento de experiências regionais. No entanto, o final destes anos corresponde a um estiolamento das esperadas concretizações formais dos "projectos" anunciados, que, ou por inconsistências programáticas, ou por dificuldades tutelares, não encontram seguimento. O nível autárquico é, em contraposição, de grande apagamento no campo museológico, direccionadas as prioridades para a recomposição funcional dos municípios e para o investimento na satisfação das carências básicas das populações, sendo sintomático que as tentativas inovadoras da Museologia local repousem então na dependência de organismos centrais.

- 1980-85

Balizado este período, no plano jurídico nacional, pela criação e regulamentação do IPPC, no primeiro marco, e pela aprovação parlamentar da lei de bases do património, no segundo, é com um tom expectante no domínio patrimonial que a década se inicia. Se os anos anteriores tinham sido marcados por propósitos, objectivos e vontades, a maioria dos quais não concretizados, é com realizações que desponta esta nova fase da orgânica central, finalmente consignado o desiderato de criar uma estrutura própria para atender ao património português, pese embora ter ficado pelo caminho o objectivo de juntar na mesma instituição a salvaguarda do património cultural e natural. Quanto à aprovação da lei de bases, era, na aparência, o

término de um longo caminho, desencadeado ainda nos primeiros anos de setenta, com a finalidade de vir a modificar a dispersa e desactualizada legislação de protecção patrimonial.

Na sociedade, no início de oitenta a explosão associativa de defesa do património, ocorrida desde os últimos anos da anterior década com um acentuado papel congregador das identidades locais, atingia o seu ponto máximo, materializada em encontros de abrangência nacional, onde à expressão quantitativa das associações e dos seus membros se somava a sensibilização da opinião pública, a introdução no debate de novos leques temáticos (como o património industrial) e a influência dos seus responsáveis nos "corredores do poder" central. Contudo, à intensidade deste movimento, que se chega a organizar em Federação (FADEPA), rapidamente sucede a sua decadência e esvaziamento a partir de 1983, em relação directa, por um lado, com a sua própria feição programática de curto prazo e, por outro, com o carácter das relações estabelecidas com o poder central, numa primeira fase, e com o poder local, numa segunda, vindo este a privilegiar como parceiros políticos as ADPs e a captar em grande medida as energias e saberes dos seus membros para os emergentes serviços culturais, patrimoniais e museológicos.

Com efeito, em 1980 tinham as autarquias na generalidades formado serviços e departamentos de cultura, por vezes mesmo embriões de sectores patrimoniais e museológicos, a despeito das antiquadas normas por que se continuavam os municípios a reger, advindas do *Código Administrativo*, em vigor até 1984. No entanto, mau grado tais contrariedades jurídicas, as autarquias iniciavam obra no campo patrimonial, o qual, nos anos anteriores, com algumas excepções, não tinha constado das prioridades do seu trabalho. Na *Área Metropolitana de Lisboa* as profundas alterações demográficas da população, que tinha crescido exponencialmente a partir dos anos sessenta, e a componente migrante dos municípios levam a que estes elejam o "enraizamento" como uma das tarefas preferenciais, passando rapidamente a componente patrimonial a incorporar funcionalmente os serviços e estrategicamente os Planos de Actividades.

Apressam-se os municípios, de certo modo, a recuperar o tempo "perdido", mediante a elaboração de propostas de classificações de património para os respectivos concelhos, alargadas em número e em âmbito temático, ao mesmo tempo que desenham políticas

patrimoniais próprias, cujas principais características encontrámos de forma generalizada na *Área Metropolitana de Lisboa*, embora, consoante os municípios, com maior ou menor incidência e com diferentes tempos e formas de concretização. Assim, nos inventários de património (arqueológico, edificado, etnográfico) à escala concelhia, nas aquisições de património edificado e na animação cultural buscam as autarquias alguns dos grandes eixos de sedimentação do novo poder local. Pouco a pouco o prometido Inventário do Património Cultural Português, à escala do País, vai sendo substituído por inventários territoriais parcelares e disciplinares, que, sem coordenação metodológica nem definição de prioridades, vão, no entanto, levantando e seriando sítios, monumentos e espécimes, até então quase desconhecidos. Na prossecução destas políticas patrimoniais o factor "criação de museu" encontra-se muitas vezes presente, embora nem sempre, podendo mesmo dar-se o caso, como na Amadora, de os levantamentos patrimoniais assumirem enorme expressão, não chegando a encontrar correspondência posterior efectiva na concretização de uma entidade museológica.

Ancorados nas políticas precedentes, novos museus são criados na AML, num movimento iniciado em 1982 no Seixal (*Museu Municipal do Seixal*, posteriormente renomeado *Ecomuseu Municipal do Seixal*) e concentrado no ano de 1985 em outros cinco concelhos da AML: Loures (*Museu Municipal de Loures*), Almada (*Museu Municipal de Almada*), Vila Franca de Xira (*Museu Municipal de Vila Franca de Xira*), Cascais (*Museu do Mar*) e Sintra (*Museu Regional*). A relação directa que é lícito estabelecer entre a coincidência das datas escolhidas pelas administrações autárquicas para as "aberturas" ao público das novas entidades museológicas e a ocorrência de eleições autárquicas no final do ano de 1985 é um importante indicador do papel socio-político atribuído pelos órgãos municipais aos novos museus.

Contudo, os processos que conduzem à emergência e à concretização dos novos museus de dependência municipal, tanto podem contemplar atitudes mais passivas dos municípios, quando estes se dispõem a aceitar uma colecção previamente constituída por um particular (como em Cascais face ao *Museu do Mar*), como atitudes mais activas, quando o município, apesar de não dispor de qualquer colecção, procede à aquisição de um imóvel e o encaminha para a instalação física de um museu (em Loures, a aquisição da Casa do Adro e a posterior criação do *Museu Municipal de Loures*). Finalmente os museus dos concelhos de Seixal, Almada, Vila

Franca de Xira, em que o caso seixalense funciona como modelo, sedia a sua existência em levantamentos patrimoniais e em movimentos de dinamização da população que, em conjugação com vontades políticas autárquicas, proporcionam a criação e/ou reformulação de museus.

As administrações autárquicas agem por si só nos domínios patrimoniais e museológicos, sem articulação externa de nenhuma espécie com o nível nacional, onde o IPPC começa rapidamente a recuar face aos propósitos iniciais e a entravar procedimentos nas teias da burocracia, sem concretizar os propósitos descentralizadores a que se arrogava, nem a cumprir as atribuições de *apoio técnico e logístico* às colecções e de *superintendência técnica* dos museus municipais, que o seu decreto regulamentador preconizava. A falta de clareza e de especificação de atribuições e competências entre os serviços do Estado e as autarquias é acentuada pela fragmentação do tecido normativo e pela ausência de integração da legislação vocacionada para o sector patrimonial e para o autárquico. A relação local-nacional passa, assim, frequentemente pela assunção pública de posições antitéticas, expressas, do lado dos municípios, tanto por autarcas, como por técnicos, ao contrapor, de forma simplificada, o "imobilismo central" ao "dinamismo local" nas áreas patrimoniais e museológicas. A ausência de planeamento museológico concertado e de integração das políticas nacionais e locais poderá ainda ser apontada como uma das causas da falta de ligação e/ou complementaridade entre as medidas de protecção do património "natural", circunscritas à definição e implementação das áreas naturais classificadas da AML, e as acções museológicas locais, com raras excepções: *Museu Arqueológico da Junta Distrital de Setúbal* e *Reserva Natural do Estuário do Sado*; *Museu Municipal de Alcochete* e *Reserva Natural do Estuário do Tejo.*

Por seu turno, a articulação regional é dificultada pela inexistência de uma região administrativa, sempre adiada, só sendo a AML criada no início dos anos noventa (e dispondo de parcas competências e meios). Também as interligações a projectos intermunicipais escasseiam e flutuam ao sabor de vizinhanças territoriais, afinidades partidárias e conhecimentos pessoais, sem sedimentos de natureza estrutural a conferir durabilidade a tais iniciativas.

No ano de 1985 a realização em Lisboa do *II Atelier Internacional da Nova Museologia* e a concomitante criação do MINOM contribuem para a difusão de textos internacionais de Museologia no seio da emergente comunidade profissional autárquica e para o estabelecimento de permutas internas entre os técnicos dos novos museus municipais portugueses, onde avultavam numericamente os da AML. Intenso período de circulação de ideias em Museologia, a primeira metade dos anos oitenta amplia o leque de profissionais envolvidos em intercâmbios e contactos internacionais a formandos de Museologia e a colaboradores dos novos museus, ao mesmo tempo que diversifica o âmbito temático das permutas, processos em que Hugues de Varine desempenha um importante papel.

Em resumo, distingue-se este período, tanto no nível central como no local, pela concretização de realizações patrimoniais e museológicas, seja no plano ordenador de teor orgânico e jurídico, seja no das práticas impulsionadas pelos municípios, embora seguindo claramente dois caminhos paralelos, separados pela falta de uma política unificadora. Em contraste com os anos anteriores, prenhes de propostas museológicas a que não foi dado seguimento tutelar, revelam-se os primeiros anos de oitenta pródigos em materializar nos âmbitos territoriais concelhios novos museus, em parte decorrentes de políticas patrimoniais municipais, que agora conhecem os seus primeiros momentos de afirmação.

- 1986-90

De 1986 a 1990 decresce, numa primeira fase, a produção legislativa e orgânica da área patrimonial, encontrando-se em funcionamento o instituto do sector e estando aprovada a lei de bases, sem que, contudo, os anos sequentes possibilitem a descentralização efectiva de serviços do instituto, viabilizem os meios para cumprimentos dos apoio técnicos previstos e acautelem devidamente o património industrial. Também a Lei 13/85 não chega a ser regulamentada nos anos seguintes à sua aprovação, suscitando uma ambígua coexistência da legislação dos anos trinta e quarenta - no plano jurídico (e efectivo) - e dos novos princípios e categorias - no plano conceptual. O final da década torna, em contrapartida, evidentes os primeiros sinais de desagregação do IPPC, mediante a separação de alguns domínios disciplinares e a extinção de outros, no caminho que conduziria à valorização da estruturação dos patrimónios "arqueológico e arquitectónico" e do museológico (de dependência central).

À medida que o IPPC se esvazia de conteúdo e de meios para dar continuidade ao esperançoso programa que se prenunciava no início da década, restruturam-se e crescem em pessoal os serviços que, no seio das autarquias da AML, atendem às questões patrimoniais e museológicas, criando novos regulamentos funcionais, geralmente a partir de 1986, na sequência da publicação, dois anos antes da nova legislação orgânica para o sector autárquico, que finalmente tinha afastado o espectro do velho *Código Administrativo.*

Demograficamente assiste-se na segunda metade dos anos oitenta a uma relativa estabilização da população da AML, comparativamente à explosão vivida nos anos setenta e a que tiveram as autarquias de dar respostas básicas logo após a mudança de regime em 1974, razões que possibilitaram uma maior disponibilidade e meios para o investimento nas áreas culturais.

A criação de museus prossegue nas autarquias de Sintra (*Museu do Brinquedo),* Sesimbra (*Museu do Mar*), Alcochete (*Museu Municipal de Alcochete*), Cascais (*Museu da Música Portuguesa*) e Oeiras (*Museu do Automóvel Antigo*). Insere-se o museu criado pela autarquia de Alcochete no modelo processual despoletado pelo Ecomuseu do Seixal, surgindo bastante amparado tecnicamente por este, enquanto o *Museu do Mar* de Sesimbra resulta de levantamentos patrimoniais, pesquisas e exposições que, no seu conjunto, constituem os antecedentes mais directos da sua existência. Já as restantes entidades museológicas derivam de colecções coligidas, tanto por particulares (Arbués Moreira e a colecção de brinquedos, em Sintra; Michel Giacometti e a colecção de instrumentos musicais tradicionais, em Cascais) como por associações (*Clube Português de Automóveis Antigos* e a colecção de automóveis, em Oeiras), as quais, mediante procedimentos de aquisição ou de cooperação (protocolos) com as autarquias, estão na base da criação destes novos museus.

No entanto, a despeito da reorganização dos serviços municipais, continuam os museus de tutela autárquica, na segunda metade dos anos oitenta, a ser deficitários em regulamentação própria e a corresponder a serviços mistos, com grandes oscilações de conteúdo, situação que só a década seguinte irá melhorar. Constituindo na maioria dos casos serviços de dependência municipal (excepção feita ao *Museu do Brinquedo* e ao *Museu do Automóvel Antigo*), não equivalem, neste período, os museus, por norma, a unidades orgânicas individualizadas no

organograma dos serviços das câmaras municipais (exceptuando o *Ecomuseu Municipal do Seixal* que, desde a sua origem, acautelou tal situação).

A segunda metade da década de oitenta é ainda marcada no plano da Museologia autárquica da *Área Metropolitana de Lisboa* pela sua afirmação exterior e por tentativas de articulação e de debate intermunicipal, esforços patentes na realização em 1986 do *Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa*, dinamizado pelos seus responsáveis técnicos. A especificidade do meio social em que o trabalho destes museus se desenrolava, o carácter de emergência das acções face à delapidação patrimonial dos aglomerados urbanos metropolitanos e as necessidades de intervenção cultural junto de populações heterogéneas e desenraizadas foram tónicas dominantes deste encontro, que, ao pôr em evidência tais linhas de força, se colocava num plano conceptual muito próximo das preocupações da "Nova Museologia".

Dois anos mais tarde uma autarquia metropolitana, Vila Franca de Xira, acolhia, em organização conjunta com o MINOM português, as *1.ªs Jornadas sobre a Função Social do Museu*, iniciativa que doravante alteraria o panorama nacional de realização de encontros de Museologia, com a introdução anual e continuada destas novas realizações. Este facto denota também a aproximação deste movimento à Museologia de tutela autárquica, a qual, por seu turno, permanecia neste período distanciada das organizações associativas de âmbito internacional e nacional (ICOM e APOM).

Uma apreciação sumária da segunda metade dos anos oitenta leva-nos a sublinhar, no nível central, o esvaziamento progressivo do projecto orgânico do Estado para a área patrimonial, que, no início da década, tinha constituído a sua concretização mais importante, situação a que no nível local corresponde um desenvolvimento progressivo de serviços patrimoniais e museológicos, redundando na criação continuada de novos museus. No plano da Museologia local da AML estes são anos de "tomada de consciência" e de afirmação, extravasando para a organização de encontros profissionais as principais linhas de força do trabalho intraconcelhio, dirigido para populações migrantes e "desenraizadas", que povoam os aglomerados onde tinham emergido os novos museus.

Finalmente, ao posicionarmo-nos numa perspectiva interna ao quadro espacial da AML e ao atendermos à sua composição museológica de cariz autárquico, constatamos, no final do período estudado, as assimetrias do respectivo "mapa dos museus", o qual coloca em destaque um conjunto de dez municípios (incluindo Lisboa) dotados de museus, face a outro grupo significativo, constituído por oito municípios, que em 1990 não possuíam qualquer entidade museológica. No plano intra-regional a ausência de museu de dependência autárquica caracteriza quantitativamente a zona sul da AML, de onde emana, em contrapartida, uma das experiências de maior visibilidade de todo este leque, o *Ecomuseu Municipal do Seixal.*

A distribuição intraconcelhia das entidades museológicas é outro elemento que apresentou grande heterogeneidade no estudo efectuado, patenteando os municípios como pendor dominante a dotação de uma só unidade museológica (Loures, Oeiras, Almada, Seixal e Alcochete), ao passo que outro grupo menos significativo agrega autarquias que possuem duas a três unidades (Cascais, Sesimbra, Vila Franca de Xira), nascidas segundo diferentes cronologias. Como excepção às tendências verificadas, surge o município de Sintra, onde convivem em 1990 sete museus de dependência autárquica, disposição que é acompanhada no plano do património cultural classificado por um primeiro lugar deste concelho no número de testemunhos existentes, a larga distância dos restantes municípios da AML.

As explicações para tais assimetrias e diversidades podem ser encontradas nos procedimentos a montante da criação dos novos museus, atendendo a que todos eles apenas têm existência por decisão autárquica, ou seja, resultam inexoravelmente de um acto de natureza política, a despeito de todo o trabalho técnico e do envolvimento das respectivas comunidades que lhes possam estar associados.

Nesta perspectiva, deparamos com um conjunto de autarquias, correspondentes a Cascais, Sintra e Oeiras, que dominantemente evidenciam nas questões museológicas uma postura "passiva", materializada em actos de aceitação de colecções, iniciadas e coligidas por outros, geralmente munícipes notáveis (escritores, artistas, investigadores, etnólogos), que pretendem assegurar a perenidade das respectivas colecções, mediante a sua transformação em "museus". Tal postura origina, em grande medida, a criação de museus temáticos e especializados, em directa correspondência com o teor das colecções que lhes estão na base, e encaminham

também grandemente a autarquia para cooperações e acordos de ordem não.estritamente intra-serviços, no sentido de garantir a permanência nos respectivos concelhos dos objectos coligidos e, em consequência, das novas entidades museológicas. Este conjunto de autarquias prosseguem no campo museológico um caminho de "continuidade" face às práticas mais comuns da Museologia local, na senda das alianças de interesses entre coleccionadores privados e municípios, durante o Estado Novo, que constituíram frequentemente a fonte dos museus criados daquele período.

Um outro grupo de autarquias da AML, de que fazem parte Seixal, Almada, Alcochete, Sesimbra, Vila Franca de Xira e Loures, fazem depender a decisão de criação de novos museus de políticas precedentemente implementadas pelos respectivos serviços culturais, designadamente o lançamento de inventários patrimoniais de âmbito concelhio, a sensibilização dos munícipes para a consciência patrimonial e a aquisição de património com fins de utilização museológica. Estas autarquias evidenciam, deste modo, uma atitude "activa" no domínio museológico, ao inserir de modo claro a criação dos novos museus nas respectivas orientações gerais no domínio do património, ao efectuar as diligências primeiras, ao tomar a liderança integrada de todo o processo e ao fazer emergir as novas entidades de esforços prévios de pesquisa, que lhes conferem solidez e estabilidade.

Às autarquias de Museologia "passiva" correspondem em cada um dos respectivos concelhos uma pluralidade de entidades museológicas sob sua tutela, o que é particularmente significativo em Sintra, mas também em Cascais, possivelmente em ligação a motivações de ordem turística, hipótese que só uma investigação de âmbito mais alargado poderia comprovar. Em contrapartida, às autarquias de Museologia "activa" equivalem em regra apenas uma unidade museológica no respectivo território concelhio (se exceptuarmos Vila Franca de Xira, face ao Museu de Alhandra, embora este último esteja sobretudo dependente da respectiva Junta de Freguesia).

No entanto, as políticas patrimoniais promovidas nas autarquias de Museologia "passiva" podem conter aspectos comuns às dos restantes municípios, visto desenvolverem nalguns casos programas de levantamento patrimonial (embora no caso de Cascais só a partir de 1986 com sede nos serviços autárquicos) e estratégias de animação cultural, que, contudo, não

desaguam no acto fundador de museus, mantendo um carácter paralelo e menos influente na globalidade das orientações patrimoniais do que as suas congéneres de Museologia "activa".

Nas autarquias de Museologia "activa" os novos museus adoptam a designação de *Museu Municipal*, seguida da denominação do respectivo concelho, aspecto que parece sublinhar a noção de territorialidade, atendendo a que este último elemento é um dos componentes do próprio município, de acordo com a sua definição constitucional após 1974. Nestas autarquias a renovação museológica tem maior expressão, o que pode, a nosso ver, justificar-se, em parte, pelo entroncamento da concepção democrática dos municípios - cujos elementos constitucionais de distinção são o território, a população (e seus interesses) e os órgãos representativos - nos princípios de base da «Nova Museologia».

Em tempo de afirmação autárquica é sobre os territórios de limite concelhio que se lançam os inventários patrimoniais, em processos que privilegiam os contactos e a participação das populações, sobretudo as residentes e/ou trabalhadoras nos respectivos territórios, com intuitos de ampla democratização cultural. Estes procedimentos identificam-se, a dada altura, com os princípios que, de modo simplificado, a nova intervenção museológica faz radicar no sistema "território+património+população", encontrando a «Nova Museologia» nas autarquias agentes privilegiados para levar à concretização aqueles princípios. Efectivamente, equivalendo o "território" ao "concelho", onde a autarquia promove os interesses colectivos e comuns à "população", entre os quais o "património" assume um importante papel identitário, cedo a proximidade entre as bases da «Nova Museologia» e as das «novas autarquias» ocasiona uma identificação entre os princípios do pensamento e as práticas das políticas locais. Em concomitância a ligação entre o preceito da descentralização territorial, consolidado nos municípios, e a implantação da jovem democracia portuguesa encontra eco na dinamização de formas de participação das populações, entre as quais impera a animação cultural. Contudo, praticamente todas as políticas patrimoniais referidas, bem como o início dos procedimentos conducentes aos futuros museus estão já em marcha na AML quando são difundidos de forma ampla os fundamentos da «Nova Museologia», que terão auxiliado à conceptualização e à amplificação do impacto de tais realizações, mais do que ao seu impulso.

Neste contexto julgamos não errar quando afirmamos que das experiências nascentes neste período as que mais solidamente se implantaram, entre elas avultando seguramente o *Ecomuseu Municipal do Seixal*, foram as que congregaram na sua origem, de forma mais abrangente e mais equilibrada, factores institucionais autárquicos (vontade política e estruturação funcional), implantação socio-associativa (colaboração com grupos de população e/ou com ADPs) e fundamentos teóricos (formação académica dos técnicos e contactos com o pensamento renovador da Museologia).

A concluir, permitimo-nos afirmar que da análise efectuada ressalta a ocorrência num mesmo contexto espacial, na circunvizinhança da capital, de processos museológicos de decisão autárquica, que evoluem de forma paralela, com ritmos, princípios e procedimentos dissemelhantes, contribuindo de formas diversificadas para a transformação e a renovação da Museologia portuguesa. Tendo em conta o carácter preliminar deste estudo e as limitações inerentes a uma matéria, em relação à qual se dão presentemente os primeiros passos no domínio da investigação museológica, só a continuidade da pesquisa em curso permitirá equacionar, de modo mais alargado e sistemático, os dados recolhidos e tratados nesta dissertação e aprofundar, assim, a presente reflexão.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

ANDRADE, Sérgio, Seminários "Museus e Populações Locais – Participação e Integração", Lisboa, SEC – Grupo de Trabalho Museus – UNESCO, 1979, dact., 5 p. - Arquivo do MNAA

APOM, "Proposta conjunta da APOM/ICOM", Lisboa, 2 de Julho de 1976, dact. – Arquivo da APOM

Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, "Acta n.º 14", 30 de Novembro de 1977, dact. - Arquivo da CMVFX

CAMACHO, Clara Frayão, "Proposta de Dinamização Cultural e Defesa do Património para o Concelho de Vila Franca de Xira", CMVFX, 1983, dact., 10 p. - Arquivo da CMVFX

CAMACHO, Clara, FILIPE, Graça, ALMEIDA, Joelma, "Relatório – Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa", Junta Metropolitana de Lisboa, Janeiro de 1999 (inédito) - Documentação pessoal

Câmara Municipal de Cascais, "Acta n.º 41/86", 21 de Outubro de 1986 - Arquivo da CMC

Câmara Municipal de Loures, "Acta da Reunião preparatória do Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa", 15 de Janeiro de 1986, dact., 2 p. - Documentação pessoal

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "Acta da Reunião Ordinária de 21 de Outubro de 1977" - Arquivo da CMVFX

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "Acta da Reunião Ordinária de 30 de Novembro de 1977" - Arquivo da CMVFX

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "Plano de Actividades da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para 1978" - Arquivo da CMVFX

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, "Plano de Actividades para o Ano Económico de 1977" - Arquivo da CMVFX

Câmara Municipal do Seixal / Sector do Património Histórico-Cultural, "Proposta de Criação do Museu Municipal do Seixal", 3 de Maio de 1982, dact., 7 p. - Arquivo da CMS

Câmara Municipal do Seixal, "Medidas de Protecção do Património Historico-Cultural do Concelho", 5 de Junho de 1981, dact., 4 p. - Arquivo da CMS

CUSTÓDIO, Jorge et al, "A Arqueologia Industrial em Portugal - Cronologia", Lisboa, AAIRL, 1981, dact., 15 p. - Arquivo da APAI

DEPA, "Comunicado – Decreto-Lei 288/85 ou O Extermínio dos Museus Regionais", Março de 1986 - Arquivo da CMS

"Document de travail", Québec, Septembre 1984, dact., 8 p. - Documentação pessoal

"Federação do Folclore Português – Questionário", s.d. - Arquivo do Centro Cultural de Belas

Grupo de Trabalho Museus – UNESCO, "Constituição", SEC, 12 de Março de 1979, 1 p. - Arquivo do MNAA

ICOM, "Lista de Participantes no Encontro-colóquio sobre Ecomuseus por ocasião da estadia do Sr. G. Henri Rivière na Fundação Calouste Gulbenkian", Lisboa, FCG, 8 de Julho de 1978, 2 p. - Arquivo da FCG

"Listagem dos museus portugueses por ordem alfabética de localização", in *Colóquio APOM 79*, dact., (*dossier* de documentação) - Arquivo da APOM

Ofício da presidente da APOM (Manuela Mota) de 16 de Setembro de 1984, dirigido a Jean-Yves Veillard – Arquivo da APOM

Ofício da UNESCO (assinatura ilegível) de 2 de Novembro de 1976, dirigido a Per-Uno Agren, dact., 2 p. - Arquivo do MNAA

PESSOA, Fernando, "Ecomuseus", 13 de Novembro de 1984, dact., 4 p. - Documentação pessoal

PESSOA, Fernando, Intervenção oral no Seminário "Semiologia das Técnicas e Museologia" (dir.: CAMPAGNOLO, Henri e LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia), Lisboa, Museu de Etnologia, 14 de Fevereiro de 1998 - Documentação pessoal

BIBLIOGRAFIA

I – UM CLIMA DE MUDANÇA

ACTAS - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Braga, s.d., 533 p.

ACTAS - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact., 469 p.

ACTAS - I Encontro das Associações de Defesa do Património, Lisboa, FADEPA, 1981, dact., 124 p. + 13 p.

ALARCÃO, Jorge, "Problemas de Salvaguarda do Património", in *Vértice*, n.ºs 440-441, Coimbra, Janeiro-Abril de 1981, p. 81-85

Associação dos Arquitectos Portugueses, *2.º Congresso 81*, (*dossier* de documentação), dact.

BALLART, Josep, *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Editorial Ariel, 1997, p. 51-59

BARBOSA, Pedro, *Património Cultural*, Lisboa, FAOJ, 1982, 75 p.

BESNARD, Pierre, *L'Animation Socioculturelle*, Paris, PUF-Que Sais-Je?, 1980, 127 p.

Boletim da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Alcobaça, n.ºs 1 a 3, Alcobaça, ADEPA, 1978/1979

BRANCO, Jorge Freitas, "Pôr o Povo no Museu: Uma Missão Etnográfica no Portugal Revolucionário" in *Prats & Iniesta*, Lisboa, 1993, p. 99-118

BRANCO, Jorge Freitas, OLIVEIRA, Luísa Tiago, *Ao Encontro do Povo - I - A Missão*, Oeiras, Celta Editora, 1993, 315 p.

CANAVARRO, Pedro, "Achegas Documentais para o Estudo e Defesa do Património", in *Minia*, 2.ª série, n.ºs 1/2, Braga, 1978, p. 34-41

CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1993

"Campanha Nacional para a Defesa do Património", in *História e Crítica*, n.º 5, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, Maio de 1980, p. 58-59

CARDONA, Celeste, "Defesa e Conservação do Património Imobiliário", in INA, *Direito do Urbanismo*, Lisboa, INA, 1989, p. 433-454

CARVALHO, Margarida Chorão de "A Criação do Instituto Português de Museus", in *Património e Museus Locais*, n.°1/2 – II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Junho/Dezembro de 1992, p. 201-222

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, "Ranchos Folclóricos et Revivalisme", in *Voix du Portugal*, Paris, Cité de La Musique / Actes Sud, 1997, p. 33-50

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, LIMA, Maria João, "Práticas musicais locais: alguns indicadores preliminares", in *OBS - Publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais*, n.° 4, Lisboa, Outubro de 1998, p. 10-13

CHOAY, Françoise, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éd. du Seuil, 1992, p. 135-198

CLARO, João Martins, "Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.° 13/85", in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 279-328

Constituição da República Portuguesa, Coimbra, Atlântida Editora, 1976

CORREIA, Ramiro, *MFA Dinamização Cultural Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, s.d., 256 p.

COUTINHO, J. L. Pereira et al., *Constituição da República Portuguesa - 2ª Revisão*, Lisboa, Editorial Notícias, 1989

CUSTÓDIO, Jorge – "Âmbito e formas de realização dos objectivos das associações de defesa do património", in *ACTAS - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, p. 43-45

CUSTÓDIO, Jorge, "Associações de Defesa do Património", in *ArteOpinião*, n.° 14, Lisboa, Março/Abril de 1981, p. 32-35

CUSTÓDIO, Jorge, Património, "Sociedade e ideologia: Algumas reflexões para a construção do "Futuro do Pretérito", in *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, (*dossier* de documentação) dact., 14 p.

DIAS, Jorge, "Da Música e da Dança como Formas de Expressão Espontânea Populares aos Ranchos folclóricos", in *Colóquio*, n.°s 2-3, Lisboa, 1970, p. 1-4

DIONÍSIO, Eduarda, "As Práticas Culturais", in REIS, António (coord.), *Portugal - 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 443-489

"I Encontro Regional do Sul sobre Património", in *Património*, n.° 2, Julho/Dezembro 1984 (separata), p. I-IV

"III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural", in *Badaladas*, ano 34, n.° 1371, Torres Vedras, 16/4/1982

FABRE, Daniel "Le patrimoine, l'ethnologie", in NORA, Pierre (dir.), *Science et Conscience du Patrimoine*, Paris, Fayard - Éd. du patrimoine, 1997, p. 59-72

Federação do Folclore Português - Estatutos, 1978, 29 p.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "A Evolução dos Museus Nacionais Portugueses - Tentativa de Caracterização", in *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Vol. II, Lisboa, IICT, 1992, p. 163-183

GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Incidências Museográficas na Actividade dos Grupos de Folclore*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra / IPPC, 1987 (Separata das Actas do II Congresso Nacional da Federação do Folclore Português, Coimbra, 15 e 16 de Setembro de 1979)

GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural - Instituto Português do Património Cultural apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural - Dezembro de 1979 / Setembro de 1980*, Lisboa, s.d., 42 p.

GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1981*, s.l., s.d., 88 p.

GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1982*, s.l., s.d., 110 p.

GUEDES, Natália Correia, *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura - Janeiro / Dezembro de 1983*, s.l., s.d., 116 p.

GUILLAUME, Marc, "Invention et Stratégies du Patrimoine", in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l' Homme, 1990, p. 13-20

I Encontro Regional do Sul sobre Património, Setúbal, 28 a 30 de Outubro de 1983, (*dossier* de documentação), dact.

III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, (*dossier* de documentação), dact.

IPPAR, *Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 1996, 111 p.

IPPAR, *Legislação Nacional - Património Arquitectónico e Arqueológico*, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 1996, 100 p.

JEUDY, Henri Pierre, "Entre mémoire et patrimoine", in *Ethnologie française (Le vertige des traces - Patrimoines en question)*, Paris, Armand Colin, 1995/1, p. 5-6

JORGE, Fernando Pessoa, "Monumentos de Interesse Histórico-Militar (projecto de parecer da Câmara Corporativa)", Separata de *Museus de Portugal*, Lisboa, 1971, 47 p.

LAMY, Yvon (dir.), *L'Alchimie du Patrimoine - Discours et Politiques*, Talence, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme d' Aquitaine, 1996, p- 9-246

LEFEUVRE, Jean-Claude, "De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturel", in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l' Homme, 1990, p. 29-75

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Livros Horizonte, 1977 (3ª ed.)

MASSAPINA, Vasco, "I Encontro Regional Sul sobre Património", in *Sociedade e Território*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento, Março de 1984, p. 80-82

MELO, Daniel Jorge Seixas de, *Salazarismo e cultura popular (1933-58)* - Dissertação final de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, UNL - FCSH, 1997

MENDES, José M. Amado, "A arqueologia industrial: problemática e potencialidades", in *Vértice*, n.º 458/459, Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 9-13

MENDES, Lino, "O folclore e a sua verdade", in *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982, (*dossier* de documentação), dact., 2 p.

MICOUD, André, "Le Bien Commun des patrimoines", in *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel, Colloque*, Paris, La Documentation Française, 1995, p. 25-38

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Democracia, Liberdade, Cultura: Dez Anos de Actividades Culturais 1974-1984*, Lisboa, 1984

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Legislação sobre Cultura. Evolução orgânica 1974-1989*, vol. 1, Lisboa, Ministério da Cultura, 1994, 237 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Legislação sobre Cultura. Evolução orgânica 1974-1989*, vol. 2, Lisboa, Ministério da Cultura, 1996, 757 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Museus Dependentes do Instituto Português de Património Cultural*, Lisboa, IPPC, s.d., dact.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar - Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998

MIRANDA, Jorge, "O Património Cultural e a Constituição - Tópicos", in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 253-277

MOREIRA, Vital, "O II Encontro das Associações de Defesa do Património", in *Vértice*, n.ºs 440/441, Coimbra, Jan.-Abril de 1981, p. 86-89

MOUTINHO, Mário, "Preâmbulo", in *A Organização de um Museu Local de Etnologia*, Lisboa, IPPC/Departamento de Etnologia, 1986, p. 7-8

Movimento – Boletim Informativo das FORÇAS ARMADAS, Lisboa, Comissão Coordenadora do Programa do MFA, 1974-1976

NORA, Pierre, "Conclusions des Entretiens", in NORA, Pierre (dir.), *Science et Conscience du Patrimoine*. Paris, Fayard - Éd. du Patrimoine, 1997, p. 391-397

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, "O Museu de Etnologia", in *ICOM - II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, ICOM, s.d., p. 55-68

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*. Lisboa, Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1981, 52 p.

PEREIRA, Benjamim Enes, "Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia", in *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, IICT/Centro de Estudos de Etnologia, 1989, p. 555-568

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, "Contributos para uma Perspectiva Histórica do Direito do Património Cultural em Portugal", in INA, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA, 1996, p. 205-251

POMIAN, Krystof, "Musée et Patrimoine", in JEUDY, Henri Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l' Homme, 1990, p. 177-198

"Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras do Património: entre a Pompa e a Circunstância", in *Património*, n.º 2, Lisboa, Julho/Dez. de 1984, p. 42

QUERRIEN, Max, *Pour une Nouvelle Politique du Patrimoine - Rapport au Ministre de la Culture*, Paris, La Documentation Française, 1982, 136 p.

RAPOSO, Jorge, "Património e Associativismo", in *Al-madan*, II Série, n.º 6, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 1997, p. 100-120

RAPOSO, Luís, "A Estrutura Administrativa do Estado e o Património Cultural", in *Vértice*, II série, n.º 54, Lisboa, Ed. Caminho, Maio-Junho de 1993, p. 38-45

RIBAS, Tomaz, *A Festa popular e o folclore na viragem do século e do milénio*, Lisboa, INATEL - Divisão de Etnografia e Folclore, s.d., dact.

SÁ, Luís, "Património e Poder Local Hoje", in *Movimento Cultural*, n.º 1, Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, 1985, p. 42-45

SABROSA, Armando, RAPOSO, Jorge, "Arqueologia em Almada: a Acção do Centro de Arqueologia", in *1.ºs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*. Almada, Câmara Municipal, 1989, p. 33-35

SANTOS, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, p. 59-101

SARAIVA, José de Sá Nogueira, "O Regime Jurídico do Património Monumental da Nação", in *Boletim do Ministério da Educação Nacional*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Out./Dez. de 1972, p. 51-114

SERRÃO, Vítor, "O 25 de Abril face à salvaguarda do Património Cultural e.Natural: o balanço necessário", in *Vértice*, n.º 458/459, Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 5-19

SERRÃO, Vítor, "O 25 de Abril face à Salvaguarda do Património Cultural e Natural: o Balanço Necessário", in *Vértice*, n.ºs. 458-459, Coimbra, Jan.-Março de 1984, p. 5-19

SERRÃO, Vítor, "O Património Histórico-Artístico Português e os equívocos de um 'inventário' programado à escala nacional. Cinco breves notas para um debate necessário", in *Vértice*, II série, n.º 54, Coimbra, Maio-Junho de 1993, p. 69-74

STOER, Stephen R., *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980 Uma Década de Transição*, Porto, Ed. Afrontamento, 1986, p. 60-69; 166-202

VASCONCELOS, João, "Tempos remotos: a presença do passado na objectificação da cultura local", in *Etnográfica - Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. 1, n.º 2, Lisboa, 1997 p. 213-235

II – REFLEXÃO MUSEOLÓGICA – CIRCULAÇÃO DE NOVAS IDEIAS

AAVV, *La Muséologie selon Georges-Henri Rivière*, Paris, Dunod, 1989, 402 p.

ACTAS DO COLÓQUIO APOM 75 – Museus para quê?, Lisboa, APOM, 1977, 198 p.

ACTAS DO COLÓQUIO APOM 76 – Panorama Museológico Português - carências e potencialidades, Lisboa, APOM, 1979, 157 p.

ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural, Lisboa, APOM, 1982,183 p.

AGREN, Per-Uno, "Comentários", in *O Seringador Novo – Museus e Populações Locais Participação e Integração*, Grupo de Trabalho Museus-UNESCO, s.d.

AGREN, Per-Uno, "Les Musées en Suède: un bref aperçu", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 76 – Panorama Museológico Português - carências e potencialidades*, Lisboa, APOM, 1979, p. 29-33

AGREN, Per-Uno, "On the preparation of a new exhibit in the regional museum of Vasterbotten (Sweden)", in *Museum*, n.º 3, Paris, UNESCO, 1976, p. 171-175

AGREN, Per-Uno, *Portugal Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*, Umea /Suède, Janvier 1977, dact., 11 p.

AGREN, Per-Uno, *Portugal Les musées régionaux et locaux (Rapport n.º 2)*, Paris, UNESCO, 1979, dact., 11 p.

APOM – Informações , n.ºs 1 a 26, Lisboa, APOM, 1973 a 1981

II Atelier Internacional Museus Locais / Nova Museologia, Lisboa, 4 a 9 de Novembro de 1985 (*dossier* de documentação), dact.

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *Regulamento Interno dos Serviços* - D.R. II Série, de 11 de Março de 1987

CAMERON, Duncan F., "Le musée: temple ou forum", in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1992, p. 77-85

CAMERON, Duncan F., "Un point de vue: le musée considéré comme système de communication et les implications de ce système pour les programmes éducatifs muséaux", in *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1992, p. 259-270

COLÓQUIO APOM/85 - Extractos das Actas, Sintra, Câmara Municipal/APOM, 1986, 70 p.

DAVALLON, Jean, "Nouvelle Muséologie vs Muséologie", in *ICOFOM – Symposium Museum and Community II.* ICOM/ICOFOM, Stavanger, July 1995, dact., p. 153-166

Declaração do Québec, 12 de Outubro de 1984, dact., 3 p.

DESVALLÉES, André, "Présentation", in AAVV, *Vagues – Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1992, p. 16-39

DUCLOS, Jean-Claude, "En Forme d'Hommage à GHR, un Témoignage", in *Le Monde Alpin et Rhodanien*, Centre Alpin et Rhodanien d'Ethnologie, Deuxième-Troisième Trimestre1985, p. 133-136

FERNÁNDEZ, Luis Alonso, *Museología – Introducción a la Teoria y Prática del Museo*. Madrid, Ed. Istmo, 1995, p. 107-112

GARCIA, Eduíno Borges, "Ecomuseus e acção cultural – um programa para os Açores", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 57-67

GARCIA, Eduíno Borges, "O futuro museu dos Coutos de Alcobaça – Uma Experiência Museológica", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 75 – Museus para quê?*, Lisboa, APOM, 1977, p. 123-134

GARCIA, Eduíno Borges, "Proposta dum esquema de organização para o futuro museu de Alcobaça", in *ACTAS - Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, ADEPA, 1978, dact.

GIL, Fernando Bragança, "Ensino em Museologia: a situação em Portugal", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, n.º 6, Lisboa, UNL, Julho / Dezembro de 1991, p. 23-35

GIL, Fernando Bragança, ALMAÇA, Carlos, "Os museus de região e o desenvolvimento científico", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 35-44

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Museologia e Antropologia – Ensino e Investigação no Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, n.º 6, Lisboa, UNL , Julho / Dezembro de 1991, p. 53-65

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Museologia Local e Museologia Popular – Hipótese de Trabalho no Caso dos Pequenos Museus Portugueses", in *Meridies*, n.º 2, Junho de 1985, p. 319-328

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *Manual de Museología*. Madrid, Ed. Síntesis, 1994, p. 73-83

HUDSON, Kenneth, "The dream and the reality", in *Museums Journal*, April 1992, p. 27-31

"A instalar na Serra da Estrela primeiros ecomuseus nacionais", in *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 de Julho de 1978

IPPC/IFP, *Museus e Património Cultural Regional – Semana de Reflexão*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 12 a 16 de Dezembro de 1983, (*dossier* de documentação), dact.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia Lameiras, "Un exemple de langage mixte: le langage muséal", in *Actas do Colóquio "Anthropologie et Muséologie"*, CNRS, 15/9/1991

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, "Linguagem museológica: que contributo à investigação e ao ensino na área da Museologia?", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, n.º 6, Lisboa, UNL , Julho / Dezembro de 1991, p. 175-184

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, "Museus Locais, Museus Centrais, Instâncias Intermédias: Aspectos do Relacionamento Museu-Antropólogo", in *Património e Museus Locais*, n.º 4, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Setembro de 1991, p. 59-69

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, *Museu de História Natural de Alcobaça (Coutos Cistercienses)*, Alcobaça, 1990, dact. Versão portuguesa de *Le Musée d'Histoire Naturelle et Humaine d'Alcobaça (Portugal): Musée Vieira Natividade (Contribution à la réflexion collective sur l'élaboration du projet d'installation d'un musée de province dans une ancienne Abbaye Cistercienne)*, Paris, Octobre 1980, 232 p.

MACHADO, João Saavedra, "O Museu da Nazaré", in *APOM – Informações* , n.ºs 11-13, Lisboa, APOM, Maio-Outbro de 1976, p. 10-14

MAYRAND, Pierre, "L'écomusée dans ses rapports avec la nouvelle Muséologie + - ou =", comunicação apresentada ao *III Atelier Internacional Nova Museologia*, Molinos, 1987, dact.

MOITA, Irisalva, "Situação dos Museus Regionais Portugueses", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 77 – Museu de Região Pólo Dinamizador de Acção Cultural*, Lisboa, APOM, 1982, p. 103-107

MOUTINHO, Mário, *Museus e Sociedade*, Museu Etnológico de Monte Redondo, 1989, 170 p.

NABAIS, ANTÓNIO, "I Colóquio Internacional sobre Nova Museologia / Ecomuseus", in *Almadan*, n.ºs 4-5, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 69

O Seringador Novo – Museus e Populações Locais Participação e Integração. Grupo de Trabalho Museu-Unesco, s.d., 28 p.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Apontamentos sobre Museologia. Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia, 1971

Parque Natural da Serra da Estrela – Boletim Informativo, n.º 2, Abril 1980 (dact.)

PEREIRA, Fernando António Baptista, "Problemática da formação museológica em Portugal: o curso de Museologia do IPPC (1981-84)", in *Ethnologia – Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia*, n.º 6, Lisboa, UNL, Julho / Dezembro de 1991, p. 37-48

PESSOA, Fernando, "Ecomuseu e Parque natural: uma filosofia ecológica de regionalização", in *Natureza e Paisagem*, n.º 6, 1978, p. 4-6, 38-39

PESSOA, Fernando, "Georges-Henri Rivière – criador do Ecomuseu", in *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de Agosto de 1979

PESSOA, Fernando, "Uma Filosofia Ecológica para a Regionalização", in *Colóquio APOM/81*, Lamego, 1 a 5 de Outubro de 1981, dact., 11 p.

PESSOA, Fernando, "Utilizar hoje a ecomuseologia", in *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado - X Jornadas sobre a Função Social do Museu*, Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso/MINOM, 1998

PESSOA, Fernando, *Parques Naturais*, Colecção Parques Naturais, n.º 1, s.d., 32 p.

RASQUILHO, Rui, "O Museu de Alcobaça", in *ACTAS DO COLÓQUIO APOM 76 – Panorama Museológico Português - carências e potencialidades*, Lisboa, APOM, 1979, p. 119-125

"Résolutions adoptées par la Table Ronde de Santiago de Chili", in AAVV, *Vagues – Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W / MNES, 1992, p. 223-231

RIVARD, René, *Que le musée s' ouvre... ou vers une nouvelle muséologie; les écomusées et les musées ouverts*, Québec. Octobre 1984, dact., 117 p.

RIVIÈRE, Georges-Henri, "Processus du programme et du projet pour la construction d'un musée", in *Museum*, XXVI, n.ºs 3/4, Paris, UNESCO, 1974, p. 268

RIVIÈRE, Georges-Henri, *Dossier Écomusée*, Paris, Octobre 1977, dact., 7 p. - Arquivo da FCG

Secretaria de Estado da Cultura/Comissão Organizadora do ISPCN, *Folha de Informação*, n.º 1, Lisboa, Grupo de Trabalho Museus UNESCO, Julho/1979, 12 p.

VARINE, Hugues de, "L'écomusée", in AAVV, *Vagues - une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1992, p. 446-487

VARINE, Hugues de, *L'Initiative Communautaire - Recherche et Experimentation*, Paris, Éd. W/MNES, 1991, 266 p.

VARINE, Hugues de, *Tendances de la muséologie contemporaine et méthodes de développement communautaire (Schéma d'exposé)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, dact., 2 p.

VARINE, Hugues, "Le musée au service de l'homme et du développement", in AAVV, *Vagues - Une Anthologie de la Nouvelle Muséologie*, vol. 1, Paris, Éd. W/MNES, 1991, vol. 1, p. 58-59

VARINE, Hugues, "Le Musée Moderne: Conditions et Problèmes d'une Rénovation", in *Museum*, XXVIII, n.º 3, Paris, UNESCO, 1976, p. 127-140

WASSERMAN, Françoise, "Les Écomusées ou comment un population reconnaît, protège, met en valeur les richesses naturelles et culturelles de son territoire", in *Musées et Collections Publiques de France*, n.º 182-183, Paris, 1984, p. 53-55

III – EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS NA AML – ORIGENS E PROCESSOS

AAIRL, *1.º Curso de Iniciação à Arqueologia Industrial,* dact., (*dossier* de documentação)

AAVV, *Poder Local Património Cultural,* Lisboa, Edições Avante, 1981, 109 p.

ALARCÃO, Jorge, "O poder local e a salvaguarda do património cultural", in AAVV, *Poder Local Património Cultural,* Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 11-21

ALARCÃO, Jorge, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais,* 2.ª edição, Coimbra, Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras de Coimbra, 1988, 67 p.

APOM, *Roteiro dos Museus de Lisboa e Arredores,* Lisboa, APOM, 1981 (folheto)

ASSUNÇÃO, Ana Paula (coord.), *Museu Municipal de Loures - 10 anos,* Câmara Municipal de Loures, 1995, 46 p.

ASSUNÇÃO, Ana Paula, CAMACHO, Clara, XAVIER, Gabriela "Em torno de três experiências museológicas: Amadora, Loures e Vila Franca de Xira", in *Boletim Cultural de Loures*, Loures, Câmara Municipal, 1993, n.º 6, p. 43-52.

BARROS, Luís, ESPÍRITO SANTO, Paulo, "O Museu Municipal de Almada e a Intervenção Arqueológica em Almada", in *1.ªs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal, 1993, p. 31-32

BRITO, Raquel Soeiro de, "Lisboa Esboço Geográfico", in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, Lisboa, Junta Distrital, 1976, p. 93-192

CABRAL, João, "Património Histórico-Cultural de Cascais - Novas Perspectivas", in *Arquivo de Cascais,* n.º 6, Cascais, Câmara Municipal, 1987, p. 59-65

CAMACHO, Clara Frayão, "Do antigo ao novo museu - o caso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira", in *Boletim Cultural 2,* Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1986, p. 111-114

CAMACHO, Clara Frayão, FILIPE, Graça "Museu de Território e Museus Locais em Portugal – Realidades e Perspectivas", in *Boletim APOM* , II Série, n.º 3 (Especial), Lisboa, APOM, 1996, p. 17-22

Câmara Municipal da Amadora, "Amadora, que Património? Qual o seu significado e dimensão?", in *I Encontro Regional do Sul sobre Património*, Setúbal, 28 a 30 de Outubro de 1983, dact., 5 p.

Câmara Municipal de Cascais / Associação Cultural de Cascais, *Um Olhar sobre Cascais através do seu Património – I Património e Mundo Rural,* Cascais, Câmara Municipal, 1989, 152 p.

Câmara Municipal do Seixal, *Seixal Ecomuseu,* Seixal, Câmara Municipal, 1987, 49 p.

CAMINUS, *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas) Lisboa e Vale do Tejo,* 1.º vol., Lisboa, Olhapim, 1997, 167 p.

CAMPOS, Rui Falcão de, *Legislação portuguesa em vigor sobre a protecção do ambiente e dos recursos naturais*, Lisboa, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, 1987

CCRLVT, *Atlas Institucional da Região*, Lisboa, CCRLVT, 1998, 326 p.

Comissão Técnica do Museu Municipal da Amadora, "Câmara Municipal da Amadora – Museu Municipal", *Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa,* Amadora, 22 e 23 Março de 1986, (*dossier* de documentação), dact., 6 p. + 5 p.

COSTA, Carlos Bana e, "Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa – Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias", in *Sociedade e Território*, n.º 1, Porto, Ed. Afrontamento, Março de 1984, p. 38-44

CUSTÓDIO, Jorge, "A Real Fábrica de Coina e as Origens da Indústria Vidreira na Marinha Grande (1719-1826)", in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 41-78.

DELCAMP, Alain, *Les Institutions Locales en Europe*, Paris, PUF - Que Sais-Je?, 1990, 127 p.

DOMINGUES, Maria Manuela de Abreu, "O Seixal no Museu - Contribuição para o estudo dos recentes Museus locais em Portugal", in *Património e Museus Locais*, nº 3, II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Janeiro/Junho de 1993, (inédito)

DUARTE, Ana Luísa, "Património Arqueológico Imóvel e Móvel: a Acção do Centro de Arqueologia de Almada", in *Actas das 2.ªs Jornadas de Estudos sobre o concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal, 1998, p. 13-15

ELOY, António, "O Ambiente e o Ordenamento do Território", in *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 331-345

ENCARNAÇÃO, José d', "Património arqueológico – perspectivas para uma política", in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º1, Câmara Municipal de Cascais, 1980, p. 83-89

Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa, Amadora, 22 e 23 Março de 1986 (*dossier* de documentação), dact.

FABIÃO, Carlos, "100 anos de investigação arqueológica no concelho de Cascais", in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º6, Cascais, Câmara Municipal, 1987, p. 41-58

FERREIRA, Vítor Matias, "Expansion urbaine et formation de l'espace métropolitain de Lisbonne", in *Sociedade e Território*, n.º especial, Porto, Ed. Afrontamento, Setembro de 1990, p. 79-86

FERREIRA, Vítor Matias, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997, p. 117-144

FILIPE, Eufrázio, "Património Histórico-cultural no concelho do Seixal", in *Poder Local*, Lisboa, Novembro-Dezembro de 1981, p. 29-31

GONÇALVES, João Ludgero Marques, "Arqueologia do Concelho de Loures", Catálogo da Secção de Arqueologia do Museu Municipal de Loures, Loures, Câmara Municipal, 1985

GONÇALVES, João Ludgero Marques, "Património arqueológico e autarquias locais", in *Poder Local*, Lisboa, Abril de 1980, p. 51-55

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "A organização de colecções públicas e de pequenos museus locais - em que consiste o trabalho de museu e quais os seus objectivos?", Lisboa, Departamento de Etnologia do IPPC, 1988, 10 p., dact.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Novas opções para a Museologia local", in *Património e Museus Locais*, nº 5, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Dezembro de 1991, p. 9-11

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Museus e Museologia na Área Metropolitana de Lisboa", in *Património & Museus*, nº 3 - II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Janeiro / Dezembro 1993, dact.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, CARVALHO, Margarida Chorão de, "A musealização de sítios na área da Etnologia", in *Seminário Musealização de Sítios*, Coimbra, 19-24 Out. 1986

GRAÇA, Luís Santos, TAPADINHAS, Joaquim, "Defesa do património cultural: uma experiência local de sensibilização", in *ACTAS - I Encontro das Associações de Defesa do Património*, Lisboa, FADEPA, 1981, dact.

GRAÇA, Odete, "Introdução", in *Museu do Mar*, Câmara Municipal de Sesimbra/Região de Turismo da Costa Azul, s.d.

IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, 1993

IPPC - Departamento de Arqueologia, *Roteiros da Arqueologia Portuguesa - 1. Lisboa e Arredores*, Lisboa, IPPC, 1986, 64 p.

IPPC, *Imóveis Classificados*, Lisboa, 1986

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, "Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas", in *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1998, p. 97-112

LOPES, Maria José, "A linda falua ou o Museu Municipal do Seixal", in *Poder Local*, Lisboa, Jan. / Fev. de 1983, p. 64-69

MACHADO, João Reis, *A Região Polarizada de Lisboa – Tentativa de Traçado e Caracterização*, Lisboa, Ministério da Economia – Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1970, dact.

MARQUES, Gustavo, "Paleolítico de Loures - Balanço e Perspectivas de Trabalho", in Câmara Municipal de Loures, *Loures tradição e Mudança*, Vol. I, Loures, Câmara Municipal, 1986, p. 49-86

MARQUES, Luís, "As primeiras Jornadas Luso-Brasileiras do Património A participação de Setúbal", in *Poder Local*, Lisboa, Julho/Agosto de 1984, p. 84-89

MARQUES, Luís, "Levantamento Etnográfico do Distrito de Setúbal", in *Poder Local*, Lisboa, Novembro/Dezembro de 1983, p. 60-65

MARQUES, Luís, "O Levantamento Cultural no Distrito de Setúbal e a Colaboração dos Jovens", in *Poder Local*, Lisboa, Outubro de 1986, p. 28-34

MARQUES, Luís, "Os Municípios do Distrito de Setúbal e o Levantamento Cultural", in *Poder Local*, Lisboa, Julho/Agosto de 1985, p. 74-77

MARQUES, Teresa, "Carta Arqueológica de Portugal", in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993, p. 310-312

Ministério da Educação Nacional, *Catálogo dos Imóveis Classificados*, Lisboa, 1973

Ministério da Educação Nacional, *Roteiro dos Museus de Portugal*, Lisboa, 1974, 105 p.

MINOM, *Textos de Museologia – Jornadas sobre a Função Social do Museu*, Lisboa, Cadernos do MINOM n.º 1, 1991, 99 p.

"Museu do Mar abriu portas", in *Poder Local*, n.º 71, Lisboa, Janeiro de 1988, p. 78

"Museu Municipal de Alcochete", in *Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa*, Amadora, 22 e 23 Março de 1986, (*dossier* de documentação), dact., 3 p.

Museus do Distrito de Setúbal - Roteiro, Setúbal, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, 1985, 50 p.

NABAIS, António et al, "Apontamentos sobre a Museologia post 25 de Abril", in *Vértice*, n.º 458/9, Coimbra, Janeiro-Abril de 1984, p. 20-25

NABAIS, António, "A Defesa do Património Cultural. Uma experiência no Concelho do Seixal", in *Vértice*, n.º 452, Coimbra, Janeiro/Fevereiro de 1983, p. 7 –15

NABAIS, António, "As autarquias e o património cultural. Uma experiência no concelho do Seixal", in *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, Setúbal, 28 a 30 de Outubro de 1983 (Idem in *II Atelier Internacional Nova Museologia Museus Locais*, Lisboa 4-9 Nov. 1985, dact.), 9 p.

NABAIS, António, "Ecomuseu Municipal do Seixal", in *II Atelier Internacional Nova Museologia Museus Locais*, Lisboa 4 a 9 de Novembro de 1985, dact.,(*dossier* de documentação), 3 p.

NABAIS, António, "Le Musée Municipal de Seixal, un écomusée de développement", in *Museum*, n.º 142, Paris, UNESCO, 1984, p. 71-74

NABAIS, António, "Museus Locais", in *II Atelier Internacional Nova Museologia Museus Locais*, Lisboa, 4 a 9 de Novembro de 1985, dact., (*dossier* de documentação) 3 p.

NABAIS, António, "Organização e gestão de museus - a Experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal", in *Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa*, Amadora, 1986, dact., (*dossier* de documentação), 6 p.

NABAIS, António, "The development of ecomuseums in Portugal", in *Museum*, n.º 148, Paris, UNESCO, 1985, p. 211-216

NABAIS, António, "Programa para o Museu Municipal do Seixal (Museu polinucleado)", Seixal, Abril de 1982, dact.

NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal – 1 – Cronologia*, 2.ª ed., Seixal, Câmara Municipal, 1982

NABAIS, António, *Programa Museológico - Núcleo-sede do Ecomuseu Municipal do Seixal - Palacete da Qta. da Trindade*, Seixal, 1988, dact., 24 p.

OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Coimbra, Temas e Debates, 1996, p. 343-518.

OLIVEIRA, José, COSTA, Nuno Marques da, "Alterações na estrutura de deslocações casa-emprego nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto", in *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, APG, 1995, p. 363-373

OLIVEIRA, Luís Valente de, "Definição dos Limites Espaciais de Áreas Metropolitanas", in *Boletim*, n.º 6, Universidade do Porto, Centro de Estudos de Engenharia Civil / Faculdade de Engenharia, Dezembro de 1973, dact., 36 p.

PARREIRA, Rui, "Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira – Notícia da Parcela 403-8", in *Boletim Cultural*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1986, p. 107-120.

Património & Museus, nº 3 - II Série, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Janeiro / Dezembro de 1993, dact.

PEDRO, Raul, "Um museu/Uma terra. Historiografia do Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins", in *Encontro de Museus Locais da Área da Grande Lisboa*, Amadora, 22 e 23 Março de 1986, dact., 6 p.

PEREIRA, Margarida, "Intervenções Autárquicas em Contexto Metropolitano", in *I Seminário Internacional Área Metropolitana de Lisboa Que Futuro?* Lisboa, UNL - FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional, 1988, p. 173-182

POLICARPO, António, "Património cultural e autarquias em Almada", in AAVV, *Poder Local Património Cultural,* Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 107-109

RAMOS, José (coord.), *Guia dos Museus de Portugal*, s.l., Margens, 1995, 75 p.

RAPOSO, Jorge, "Centro de Arqueologia: uma Experiência de Associativismo em Almada", in *Actas das 2.ªs Jornadas de Estudos sobre o concelho de Almada,* Almada, Câmara Municipal, 1998, p. 107-110

RASQUILHO, Rui, *Património 80*, Lisboa, Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980

REINER, Francisco, "O Museu do Mar", in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º4, Cascais, Câmara Municipal, 1982, p. 71-78

RIBEIRO, José Cardim, "Proposta para a Criação do Parque Natural da Serra de Sintra", in *Actas - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, s.d., p. 255-256.

RUAS, Henrique Barrilaro, "O Poder Local", in *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 90-103

SANTOS, Vítor et al, "Carta Arqueológica de Almada", in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado,* Câmara Municipal do Seixal/Edições D. Quixote, p. 225-236

SERRÃO, Eduardo da Cunha, SERRÃO, Vítor, *Sesimbra Monumental e Artística,* 2.ª edição, Sesimbra, Câmara Municipal, 1997, 196 p.

SILVA, Carlos Tavares da, "A Arqueologia na Revolução Portuguesa", in *Arqueologia: Que Função Social?,* Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, 1977

SOARES, Joaquina, "Aspectos e problemas do património cultural do distrito de Setúbal", in IPPC/IFP, *Museus e Património Cultural Regional – Semana de Reflexão*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 12 a 16 de Dezembro de 1983, (*dossier* de documentação), dact.

SOUSA, Élvio Melim de, "99.º Aniversário do Nascimento de Ferreira de Castro. Solidariedade universal", in *Jornal da Pena*, Sintra, 5 de Junho de 1997, p. 18-19

SOUSA, Élvio Melim de, "A Casa-Museu Atelier de Anjos Teixeira. Mestres Pai e Filho", in *Jornal da Pena*, Sintra, 3 de Abril de 1997, p. 16-17

SOUSA, Élvio Melim de, "Complexo Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas: Evolução Histórico-museológica", in *Jornal de Sintra,* 9 de Maio de 1997, p. 10-11

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal,* Coimbra, Temas e Debates, 1998, p. 66-83

XAVIER, Gabriela, "Amadora Património Histórico-Cultural do Município", in *Poder Local,* Lisboa, Novembro/Dezembro de 1985, p. 54-56

XAVIER, Gabriela, MIRANDA, Jorge, "Museu Municipal da Amadora. A Musealização da Necrópole de Carenque", in *Património e Museus Locais*, nº 5, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, Dezembro 1991, p. 87-94

ARQUIVOS CONSULTADOS*

- **Associação de Defesa do Património Cultural de Torres Vedras** - Arquivo: Encontros de Património

- **Associação dos Arquitectos Portugueses** - Arquivos: Encontros de Arquitectura e de Património

- **Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça** - Arquivo: Encontros de Património

- **Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial** - Arquivo: Encontros de Património; Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (1980-86); Campanha Nacional de Defesa do Património (1980-81)

- **Associação Portuguesa de Museologia** - Arquivo: Encontros de Museologia; Visitas de Estudo

- **Câmara Municipal de Cascais** - Arquivo: Deliberações de Câmara

- **Câmara Municipal de Vila Franca de Xira** - Arquivo: Planos de Actividades (1975-1980); Deliberações de Câmara (1980)

- **Centro Cultural de Belas** - Arquivo: Folclore

- **Centro de Documentação 25 de Abril** - Arquivo: Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico; Comissão Interministerial para a Animação Cultural

- **INATEL / Divisão de Etnografia e Folclore** - Arquivo: Acções de Formação para Grupos Folclóricos (1987-90)

- **Instituto Português do Património Arquitectónico** - Arquivo: Relatórios Anuais de Actividades do IPPC; Encontros de Património e de Museologia; Campanha Nacional de Defesa do Património (1980/81)

- **Museu Gulbenkian** - Arquivo: Georges-Henri Rivière

- **Museu Nacional de Arte Antiga** - Arquivo: Grupo de Trabalho Museus-UNESCO (1976-80)

FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

* Consultas efectuadas no período sobre que incidiu este estudo - 1974 a 1990 - excepto quando são indicadas as datas respectivas.

ANEXOS

ANEXO - I

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO E SUA PROTECÇÃO

LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

(1972 - 92)*

DATAS	PORTUGAL	INTERNACIONAL
1972		**Convenção do Património Mundial** - Protecção do Património Mundial Cultural e Natural - Paris - UNESCO
1973	Regulamentação da **Divisão do Património Cultural** - D.L. n.º 582/73, de 5 de Novembro	
1975	Criação da **Direcção-Geral do Património Cultural** - D.L. n.º 409/75, de 2 de Agosto	**Ano da Herança do Património Arquitectónico Europeu** - CONSELHO DA EUROPA **Carta Europeia do Património Arquitectónico** - Amsterdão - CONSELHO DA EUROPA
1976	**Constituição da República** - art. 78.º - Impõe ao Estado *a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português* Introdução da noção de **valores culturais** e de **património arquitectónico** - Nova redacção ao art. 44 do Decreto 20.985, de 7 de Março de 1932 - D.L. nº 116-B/76, de 9 de Fevereiro **Regime de protecção da natureza** - Introdução de novas tipologias - *parque natural, paisagem protegida, objectos, sítios, conjuntos e lugares naturais* D.L. 613/76, de 27 de Julho **Criação do PRID** - Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados - D.L. n.º 704/76	**Carta do Turismo Cultural** - ICOMOS **Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e Tradicionais** - Nairobi - UNESCO **Apelo de Granada** - A Arquitectura Rural no Ordenamento do Território - CONSELHO DA EUROPA
1977	Criação da **Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural** - Despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 20 de	

* Optámos por extravasar ligeiramente neste quadro a delimitação das balizas temporais fixadas no presente trabalho, no sentido de evocar, no plano dos antecedentes próximos a nível internacional, a Convenção do Património Mundial (1972) e no dos prolongamentos em relação a 1990, no contexto nacional, a criação do IPPAR e a concomitante extinção do IPPC.

	Junho de 1977 - D.R II Série, n.º 166, de 20 de Julho de 1977 **Atribuições das autarquias locais** - Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro	
1978	Transferência para o Secretário de Estado da Cultura das **atribuições respeitantes à defesa do património cultural e natural**. Atribuições da antiga Junta Nacional de Educação cometidas à Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural - D.L. nº 1/78, de 7 de Janeiro **Regulamento de trabalhos arqueológicos**. Portaria n.º 269/78, de 12 de Maio.	
1979	**Alterações ao regulamento de trabalhos arqueológicos**. Referência à Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural - Portaria n.º 195/79, de 24 de Abril **Criação do Instituto - Museu Nacional de Etnologia**, na dependência da Secretaria de Estado da Ciência. D.L. n.º 535/79, de 31 de Dezembro (revogado antes de efectivação)	
1980	**Carreiras do pessoal dos Museus** dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural - D.L. n.º 45/80, de 20 de Março (art. 1º - atribuições dos museus, conforme estatutos do ICOM) - alterado pelo D.L. nº 77/87, de 14 de Fevereiro Criação do **Instituto Português do Património Cultural** (IPPC) - D.L. n.º 59/80, de 3 de Abril **Regulamentação do IPPC** - D.R. n.º 34/80, de 2 de Agosto Criação dos **Serviços Regionais de Arqueologia** do IPPC - D.L. n.º 403/80, de 26 de Setembro	**Ano Europeu do Património**
1981	Regulamento do **Conselho Consultivo do IPPC** - Portaria n.º 16/81, de 9 de Janeiro	**Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades** - CONSELHO DA EUROPA **Carta de Florença** - Jardins Históricos - ICOMOS/IFLA
1982	**Revisão da Constituição** - Art. 9.º - Património elevado a *tarefa fundamental do Estado* **Passagem para o IPPC de imóveis**, anteriormente sob a administração do Ministério das Finanças e do Plano -	

	D.L. n.º 318/82, de 11 de Agosto Criação do **Depósito Nacional de Espécies Museológicas**, na dependência do IPPC - D.L. n.º 331/82, de 18 de Agosto	
1983	**Regulamento das entradas pagas** em museus e monumentos dependentes do IPPC - D.L. n.º 158/83, de 19 de Abril Funcionamento do **curso de conservador de museu no IPPC** (anos lectivos de 1983-84 e 1984-85, à semelhança de 1981-82 e 1982-83) - Despacho normativo n.º 129/83	
1984	**Atribuições das autarquias locais** - Lei n.º 100/84, de 29 de Março (revoga a Lei n.º 79/77)	
1985	**Lei do Património Cultural Português** - Lei n.º 13/85, de 6 de Julho	**Convenção de Granada** - Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa - CONSELHO DA EUROPA
1986	Criação do **curso de técnicos auxiliares de museografia** aberto à participação de agentes das autarquias - Portaria n.º 493/86, de 5 de Setembro	
1987		**Carta das Cidades Históricas** - ICOMOS
1988	**Criação do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)**, programa de apoio às câmaras municipais - Despacho n.º 1/88 do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 6 de Janeiro - D.R. , II Série, 20 de Janeiro de 1988 Criação do **Instituto Português de Arquivos** (saído do IPPC) - D. L. n.º 152/88, de 29 de Abril **Planos de salvaguarda e valorização das zonas de protecção** - Despacho n.º 45/88 da Secretária de Estado da Cultura de 22 de Abril - D.R. II Série, de 10 de Maio de 1988 Cometimento aos **arquitectos da responsabilidade de projecto em imóveis classificados** e zonas de protecção - D.L. n.º 205/88, de 16 de Junho Articulação da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEALOT) e da Secretaria de Estado da Cultura (SEC/IPPC) na defesa do património, no âmbito do **PRAUD** - Despacho conjunto da SEALOT e da SEC, de 30 de Abril - D.R., II série, de	**Ano Europeu do Ambiente**

	8 de Junho de 1988	
1989	Criação do Museu Nacional de Etnologia (integrando colecções do Museu de Etnologia, do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e do Museu de Arte Popular e prevendo a **extinção do Dep. de Etnologia do IPPC**). D. L. n.º 284/89, de 8 de Agosto	
1990	**Reestruturação do IPPC** - D. L. n.º 216/90, de 3 de Junho	**Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico** - ICOMOS
1991	Criação do **Instituto Português de Museus** (IPM) - D. L. n.º 278/91, de 9 de Agosto	
1992	Criação do **Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Extinção do IPPC** - D.L. n.º 106-F/92, de 1 de Junho	

Fontes: IPPAR, *Cartas e Convenções Internacionais,* Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 1996, 111 p.; IPPAR, *Legislação Nacional - Património Arquitectónico e Arqueológico*, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 1996, 100 p.; MINISTÉRIO DA CULTURA, *Legislação sobre Cultura. Evolução orgânica 1974-1989*, vol. 1, Lisboa, Ministério da Cultura, 1994, 237 p.; MINISTÉRIO DA CULTURA, *Legislação sobre Cultura. Evolução orgânica 1974-1989*, vol. 2, Lisboa, Ministério da Cultura, 1996, 757 p.

ANEXO – II

ENCONTROS DE PATRIMÓNIO E DE MUSEOLOGIA
1974-90

DATA	ENCONTROS		ORGANIZ.	LOCAL	ÂMBITO
	Património	Museus			
1975		Colóquio APOM *Museus para quê?*	APOM	Figueira da Foz	Nacional
1976		Colóquio APOM *Panorama museológico português - carências e potencialidades*	APOM	Porto	Nacional
1977		Colóquio APOM *O Museu de região, pólo dinamizador de acção cultural*	APOM	Açores	Nacional
1978	Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património		ADEPA	Alcobaça	Internacional
		Colóquio APOM *Museus Universitários*	APOM	Coimbra	Nacional
1979		Colóquio APOM *Museus Portugueses Cultura Viva*	APOM	Lisboa	Nacional
1980	1.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património		Grupo de Trabalho Inter-Associações	Santarém	Nacional
1981	2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural		ASPA e APNPG	Braga	Nacional
		Colóquio APOM *Museus Portugueses Cultura e Actualidade*	APOM	Lamego	Nacional
1982	3.º Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural		ADDPCTV e FADEPA	Torres Vedras	Nacional
		Colóquio APOM *Museologia e Património Monumental*		Évora	Nacional
1983	1.º Encontro Regional do Sul das Associações de Defesa do Património		SALPA e FADEPA	Setúbal	Regional

		Semana de Reflexão *Museus e Património Cultural Regional*	IPPC e Instituto Franco-Português	Lisboa - Palácio Nacional da Ajuda	Nacional
1984	1.ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património		ESBAL	Lisboa	Internacional
1985		II Atelier Internacional *Museus Locais / Nova Museologia*	MINOM	Lisboa	Internacional
		Colóquio APOM *Conceitos e contextos do museu moderno*	APOM	Sintra	Nacional
1986	I Encontro Nacional sobre o Património Industrial		AAIRL e F. L. Coimbra	Coimbra Guimarães	Nacional
		Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa	Câmaras Municipais	Amadora	Regional
		Colóquio APOM *Viver o Passado. Museus e Monumentos ao serviço da Comunidade*		Faro	Nacional
1987	1.º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico		Associação Património XXI e Câmaras Municipais	Lamego	Nacional
	Encontro de Cidades Classificadas Património Mundial		C. M. Évora	Évora	Internacional
		Seminário *A musealização de sítios na área da etnologia*	IPPC (Dep. de Etnologia)	Coimbra	Nacional
		Colóquio APOM *A escola vai ao Museu*	APOM	Lisboa	Nacional
1988	1.º Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico		Associação "Património XXI" e Câmaras Municipais	Beja	Internacional
		1.ªs Jornadas *Sobre a Função Social dos Museus*	MINOM / CMVFX	Vila Franca de Xira	Nacional
		Encontro Universitário Luso-Espanhol *Sobre Investigação e Ensino na área da Museologia*	UNL	Cascais	Internacional

1989		2ªs Jornadas *Sobre a Função Social dos Museus*	MINOM / C. M. Portimão	Portimão	Nacional
		Colóquio APOM *Arquitectura de Museus. Carreiras e Formação profissional*	Aveiro		Nacional
1990		3.ªs Jornadas *Sobre a Função Social dos Museus*	MINOM	Monte Redondo	Nacional
		Conferência Internacional *Os Museus e os Desafios dos anos 90*	FCG	Lisboa	Internacional
		1.º Encontro *Museologia e Autarquias*	ISMAG	Lisboa	Nacional
		Colóquio APOM *Panorama Museológico Nacional. Perspectivas para a década de 90*	APOM	Funchal	Nacional

Arquivos consultados: Associação de Defesa do Património Cultural de Torres Vedras; Associação dos Arquitectos Portugueses ; Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça; Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial; Associação Portuguesa de Museologia; Instituto Português do Património Arquitectónico.

ANEXO – III

PARTICIPAÇÃO NOS SEMINÁRIOS

MUSEUS E POPULAÇÕES LOCAIS - PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO

1978 / 1979

Proveniência dos Formandos	Projectos	Formandos	Seminário
Alcobaça	"Experiências na região de Alcobaça"	Eduíno Borges Garcia	Guimarães
	Gabinete para os Assuntos Culturais de Alcobaça	Rui Rasquilho	
	Grupo de Trabalho Etnográfico	César Coito	Seia
		Luís Carlos Cruz	
Alenquer	Museu Municipal Hipólito Cabaço	João Gomes	Guimarães
		José Eduardo Martins	
Beja	Gabinete para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja	Rui Parreira	Faro
		António Monge Soares	
Braga	Museu da Casa Nogueira da Silva	Luís Mateus	Guimarães
	Museu dos Biscaínhos	Conceição Lacerda	Seia
Bragança	Professores	Belarmino Afonso	Guimarães
		Maria Luísa Campelo	
	Museu Abade de Baçal	Maria Alcina Santos	
	Professor		
Caminha	Museu Municipal	Raúl Sousa	Guimarães
Cascais	Museu Condes Castro Guimarães	Maria da Graça Amorim	Guimarães
		M. José Rego Sousa	Seia
Castelo Branco	ADP de Idanha a Nova	António Catana	Seia
	Museu Francisco Tavares Proença	António Salvado	
		João Ruivo	
Castro Marim	Professor	Jacinto Palma Dias	Faro
Chaves	Professores	Maria Luísa Bravo	Guimarães
		Maria do Sameiro Pinto	

Covilhã	Núcleo Cultural da Covilhã	Luís Castela	Seia
	Instituto Politécnico	Manuel Santos Silva	
Estremoz	Câmara Municipal	José Ramalho	Seia
	Grupo do Museu e Biblioteca de Estremoz	Francisco Rodrigues	
		Vítor Trindade	
	Museu Municipal	Joaquim Vermelho	
		Angélico Canhão	
		Joaquim Nanitas	
		Vítor Trindade	
	Núcleo Museu Municipal	M. Luzia Margalho	Faro
Évora	Museu de Évora	Maria Alice Chicó	Seia
	Professores	Amílcar Martins	
		Maria Manuel Nery	
Faro	Grupo de Amigos do Museu Arqueológico de Faro	José Neves Júnior	Faro
	Professores	Joaquim Peixoto Magalhães	
		Alexandra Matos	
		M. Emília Prates	
	Museu Etnográfico Regional de Faro	Lurdes Medel	
	Arquitecto	Luís Almeida Moreira	
Figueira da Foz	Grupo de Defesa do Património da Figueira da Foz	José Lopes de Azevedo	Faro
		Adelaide Almeida Ribeiro	
	Museu Municipal Dr. Santos Rocha	Isabel Pereira	
	Professor	Berta Pinho	

Guimarães	Museu Alberto Sampaio	José Braga	Guimarães
		Maria João Vasconcelos	Guimarães e Faro
		José Braga	Faro
	Professor	Helena Ferreira	
Lagos	Núcleo de Lagos da Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve	Adão Gonçalves Flores	Faro
Lamego	Museu de Lamego	Abel Flórido	Seia
		Maria Joana Laranjo	
		Berta Ribeiro	
	Biblioteca Municipal	Maria Celina Patrocínio	
	Professor	Agostinho Ribeiro	
	Associação para a Conservação e Defesa do Património Cultural e Natural da Região de Lamego	M. Noémia Santos	
Lisboa	SEC	José Cortez	Faro
	Associação das Escolas Comunitárias	Berta Martinho	
		Elisa Vaz	
Loulé (Querença)	Grupo Cultural de Querença	Idálio Revez	Faro
Marvão	Museu Arqueológico de Santo António das Areias	Jorge Oliveira	Seia
Miranda do Douro	Professor e investigador	António Mourinho	Guimarães
	Professor	Maria da Graça Sanches Gama	
	Presidente da Câmara	Rui Sanches Gama	
Montalegre	Museu (em organização)	António Fontes	Guimarães e Faro
		Helder Alvar	Guimarães
		José António Moura	
		Joaquim Lourenço	Faro
Nazaré	Museu Dr. Joaquim Manso	Deolinda Anastácio	Faro
		Cecília Nunes	
	Câmara Municipal (vereador)	Abílio Sousa	
Ponta Delgada	Museu Carlos Machado	Nestor de Sousa	Seia
Ponte de Lima	Museu dos Terceiros	António Baptista	Guimarães
	Desenhador	Fernando Barros	
	Professor	Maria Ifigénia Silva	Seia
	Museu Nacional Soares dos Reis	Catarina Castro	

Portimão	Associação Defesa e Investigação do Património do Algarve	Graça Mateus	Faro
	Professor	José Gameiro	
Póvoa de Varzim	Museu	João Marques	Guimarães
	Museu (conservadora do MNSR)	Teresa Viana	Guimarães e Faro
Santarém	ADP de Santarém	Artur Carvalho	Seia
		José Vicente Serrão	
		Vítor Serrão	
Serpa	Museu (em org.) e colaborador do Gabinete para a Defesa do Património Cultural de Beja	José Caeiro	Faro
Serra da Estrela	Parque Natural	Angelina Barbosa	Seia
		António Costa	
		Teresa Lopes	
	Professor	António Morais	
Vila Nova de Gaia	Casa-Museu Teixeira Lopes	Teresa Lapa	Faro

Arquivo consultado: Museu Nacional de Arte Antiga - *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO* (1976-80)

ANEXO – IV

ENTREVISTA COM PER-UNO AGREN
ESTOCOLMO, 24/11/98

Gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre a sua primeira estadia em Portugal. Qual foi a sua impressão mais forte sobre a Museologia portuguesa?

Os museus que visitei na primeira estadia em Portugal eram, na minha opinião, muito tradicionais, muito antiquados e muito conservadores. Quando fui a Portugal fiz uma paragem em Paris para falar com Hugues de Varine, porque me sentia muito inseguro sobre o que eu podia levar para Portugal que fosse de interesse e Hugues de Varine disse: se vai como consultor numa missão como esta, deve imediatamente formar um grupo em Portugal com quem possa colaborar e com quem possa trabalhar num programa para a visita. E disse que eu devia estar bem consciente de encontrar pessoas que já estivessem a trabalhar na mesma direcção, em que eu gostaria que as coisas se desenvolvessem em Portugal. E que as encontraria fora dos museus. Fora dos museus tradicionais, pessoas a quem me pudesse ligar e com quem encontrasse formas de trabalhar.

A missão da UNESCO, em que fui, era coordenada por uma senhora (não me lembro do nome), representando a UNESCO em Paris. Era amiga de Maria Alice Beaumont, do Museu Nacional de Arte Antiga. Ela recomendou-me (porque eu visitei-a em Paris), recomendou-me que eu me aproximasse da Maria Alice quando chegasse a Lisboa e falasse com ela sobre como formar este grupo.

Ao mesmo tempo, a razão porque eu fui chamado a Lisboa é que a UNESCO pediu ao ICOM um consultor no campo dos museus e em 76 tinha ocorrido a Conferência da CECA em Umea. O tema da Conferência era o papel dos museus numa política cultural descentralizada, que era a nova política cultural da Suécia em 74, cujo objectivo era apoiar as actividades culturais fora dos centros, de Estocolmo.

Fizemos a Conferência da CECA, apoiando com o museu as localidades à volta de Umea. Entre os participantes em Umea estavam Hugues de Varine (já não era director do ICOM), seguido por Luís Monreal, um espanhol que foi Secretário Geral do ICOM, depois de Hugues de Varine. Foi engraçado, Alpha Omar Konaré esteve lá e (Saroj) Ghoose, da Índia, também, por isso muitas pessoas que iam desempenhar um papel-chave no ICOM estiveram lá. Luís Monreal queria ver o que nós tínhamos feito lá, em Umea, na acção cultural e propôs à UNESCO que eu fosse a Portugal. Eles aceitaram e eu fui.

A iniciativa foi da UNESCO ou de Portugal?

De Portugal, na UNESCO, pedindo ao ICOM.

Em Umea estiveram três participantes de Portugal – Maria Emília (Amaral Teixeira) e duas outras pessoas, uma era irmã de..., ela morreu. E do Museu de Arte Antiga estava uma senhora, não me lembro do nome. Elas conheceram-me lá. Maria Alice (Beaumont) estava muito céptica.

Porquê?

Ela é uma pessoa muito culta, para receber uma pessoa vinda das florestas... para fazer trabalho de conspiração em Portugal, parecia confuso. Mas nós tivemos uma boa conversa, ela aceitou tomar a responsabilidade pela minha estadia. Chamou o grupo, apresentou-me ao "ministro" (Secretário de Estado da Cultura, David Mourão Ferreira). (Bairrão) Oleiro esteve desde o início, um representante da Acção Cultural também, a Graça (Cabral) veio depois, primeiro era outra pessoa (Lima de Freitas), ela envolveu-se muito. Maria Alice arranjou dois dos seus conservadores – Sérgio Andrade e Rafael Calado – que foram comigo e a Maria João (Vasconcelos) também, acho que ela estava em Lisboa. Eu fui com ela para o Norte e o Sérgio também veio. E no Sul viajei com o Rafael Calado. Estes três foram os que me apresentaram às pessoas. Eram muito abertos às novas directivas que eu queria que as coisas começassem a ter. Por exemplo, apresentaram-me a (Joaquim) Vermelho, em Estremoz. E apresentaram-me...

O Padre Fontes?

Sim, com certeza, mas estava a pensar noutra pessoa a trabalhar numa zona de Alcobaça, com uma equipa de jovens.

Sim, foi a Alcobaça.

A primeira vez fui com este homem, que era...

Eduíno Borges Garcia?

Ele era uma personalidade! Fui com ele a uma pequena aldeia perto de Alcobaça e lembro-me claramente, fomos com os seus jovens assistentes e eles fizeram um grande espectáculo, falaram sobre as tradições, falavam com as pessoas da aldeia e levaram-me a um lagar de azeite, era de noite, estava escuro.

Sabia que ele tinha um projecto de museu?

Não era bem um projecto de museu, mas queria desenvolver Alcobaça e queria fazer isso dando lugar à cultura popular, a tradição à volta de Alcobaça e não tanto a arquitectura e o mosteiro, como Olímpia (Lameiras-Campagnolo) e o seu projecto. Estavam, de certo modo, a trabalhar com objectivos diferentes.

Ele falava de ecomuseu na altura.

Sim?

Ele escreveu que não queria um museu regional, porque era um nóção conservadora na altura em Portugal.

O potencial de um museu local e da sua acção cultural local (como tu trabalhas) era o objectivo dele na altura. De certo modo, a Maria João (Vasconcelos) já tinha também feito isso em Guimarães.

No período em que esteve em Portugal, na área á volta de Lisboa não havia esse tipo de projectos?

Alcobaça era o mais próximo.

E também encontrou o arquitecto Octávio Lixa Filgueiras?

Sim, estive no Porto com Maria Emília (Amaral Teixeira) e Teresa Viana. Ela, Maria João (Vasconcelos) e Sérgio (Andrade) levaram-me a Bragança, Montalegre, Pitões das Júnias. Maria Emília levou-me a Braga, não, Vila do Conde. Em Lisboa fui apresentado a Ernesto Veiga de Oliveira e a Benjamim Pereira, duas pessoas muito simpáticas.

E teve alguma relação com a Gulbenkian?

Fui lá e tive um encontro com Manuela Mota e a directora, Maria Teresa Gomes Ferreira. Fui lá, mas foi só oficial.

Na segunda vez é que houve os Seminários.

Eu estava muito entusiasmado com a resposta que tinha encontrado no Sérgio, Teresa, Maria João.

Todos pertenciam a museus nacionais.

Também conheci o pai de Maria João.

Flórido?

Sim, e pedi à SIDA se era possível fazer seminários pois a SIDA tinha um programa para Portugal, tinham um sector de educação em Braga.

A UNESCO?

Não, a SIDA – *Swedish International Development Agency*. Era um programa que acabou em poucos anos. Portugal não se qualificou para receber mais apoio desta agência. Mas em 76 ou 77 eles faziam formação de professores em Braga. Havia muitos suecos na altura em Portugal. Estavam a trabalhar em diferentes áreas de acção social. Assim, eles aceitaram e nós fizemos a proposta.

Estes seminários foram apoiados pela Suécia?

Sim. Foram organizados por este grupo de apoio que eu tinha em Portugal. Foi a primeira vez que conheci a Céu (Baptista). Havia também outras pessoas a trabalhar em acção cultural. Um deles era Eduíno Borges Garcia – ele estava tão entusiasmado, tão contente – e o director do actual Museu de Etnologia, Pais de Brito.

Havia outras pessoas a trabalhar no Norte?

Sim, no ano seguinte fizemos dois seminários, um na Serra da Estrela e outro em Faro.

Era o Per Uno e mais alguém?

Sim, trouxe as pessoas com quem trabalhava. Primeiro, o Goran Carlsson, que tinha feito a exposição em Umea. Ele foi muito bom, a explicar tudo com a linguagem visual. Porque, nesse tempo, foi preciso exercitar o meu francês, porque ninguém falava inglês.

Era o que eu ia perguntar, em que língua falavam...

(Bairrão) Oleiro esteve lá e o padre Fontes. Toda a gente ria. Foi muito divertido.

E em Faro, o Gameiro estava?

Penso que ainda não.

Fez os cursos em Faro e na Serra da Estrela no mesmo ano, em 79?

Sim, só com uma semana entre ambos e nessa semana fomos com Luís Mateus ao Norte. Ele ia para casa e pediu-me para ir com ele e eu aceitei. Foi quando tomei consciência do sistema de rega no Norte e consegui depois arranjar o dinheiro para fazer um filme.

Eu vi esse filme...

Ah, sim, provavelmente viste. Eu falei com Filgueiras e também com a Graça (Cabral) para fazer um filme sobre a construção naval em Vila do Conde, mas nunca consegui obter o dinheiro. E quando regressei a Vila do Conde com Kenneth Hudson, quando houve aquela sessão no Norte por ocasião do Museu do Ano.

Em Vairão?

Sim, fomos também a Vila do Conde, fui ver os estaleiros e a maior parte já não estava a trabalhar. Fiquei muito triste, porque era impossível fazer o filme. Mas Filgueiras achou que não era boa ideia, ele é um especialista, e achou que estavam muito modernizados, não eram a velha tradição. Com certeza, não eram, mas estavam a construir barcos modernos com a velha tecnologia e isso é que me interessou, a manutenção do modelo de construção.

Na Serra da Estrela encontrou o arquitecto Fernando Pessoa, dos Parques Naturais?

Sim, encontrei. Falámos sobre este sistema de rega, sobre ecologia, foi fascinante.

E sabia de um projecto de um ecomuseu para a Serra da Estrela?

Sim, falaram-me sobre ele. Mas havia outro homem, um sociólogo (Alberto Martinho), que estava a trabalhar com uma equipa na Serra da Estrela, queria desenvolver a criação de ovelhas, restaurar o fabrico artesanal de queijo. Ele levou-me à velha indústria têxtil, foi muito interessante.

Mas não encontrou lá o Georges-Henri Rivière?

Não, mas ouvi falar da sua presença lá e da discussão sobre o ecomuseu. Mas encontrei Georges-Henri em Paris, mas ele estava tão obcecado com os seus problemas, por isso não prestou muita atenção às minhas questões sobre Portugal. Estava também muito velho.

E encontrou Hugues de Varine de novo nesse período?

Sim, depois de fazermos o filme, mostrámo-lo na Embaixada Sueca em Lisboa e Hugues de Varine estava no Instituto Franco-Português e veio assistir. Depois, levou-me ao Seixal. Mas o Nabais não estava presente. Por isso, vi o museu do Seixal nessa altura.

Foi em 80-81?

Ontem tive a impressão de que devia ir buscar os meus próprios diários, onde tomava as minhas notas. Com os anos... por isso não posso dar-te as datas.

Bom, penso que estas são as minhas questões principais sobre as estadias em Portugal. Foram três vezes naquele período?

Sim.

É interessante, naquele tempo a maioria das pessoas que encontrou estava a trabalhar a nível nacional.

Sim.

Na altura não havia museus locais fortes. Sim, porque vem a Portugal no final dos anos 70, ainda muito próximo de 74.

Sim.

Não teve nenhum contacto com o movimento das associações de defesa do património?

Não.

Eduíno Borges Garcia pertencia à associação local, de Alcobaça...

Na administração central, nos ministérios, etc., foi onde se abriram as portas para as ideias que tentámos introduzir. Depois houve um movimento para a direita e muitas destas ideias permaneceram à esquerda na vida política de Portugal. O que me intriga é compreender como é que Maria Alice permitiu isto. Porque ela é uma pessoa bastante conservadora, mas foi muito aberta, gostou muito. Ela esteve presente em todos os seminários e gostou muito, ela tentou exprimi-lo e começar a pensar com as pessoas sobre o que os museus podiam fazer.

Mas também encontrou Natália Correia Guedes?

A Natália? Sim. Era na altura directora do Museu do Traje.

E ela participou nos seminários?

Não, mas eu encontrei-a, talvez estivesse ligada à APOM.

Eu não tive muitas notícias de Portugal depois, sobre iniciativas ou coisas que acontecessem na sequência dos seminários. Por isso, pensei que não influenciaram muito o que aconteceu...

ANEXO – V

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL

(1991)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	ÁREA (Km2)	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab./Km2)
Amadora	181 774	24	7 574
Azambuja	19 568	262	75
Cascais	153 294	97	1 580
Lisboa	663 394	84	7 898
Loures	322 158	195	1 652
Mafra	43 731	291	150
Oeiras	151 342	46	3 290
Sintra	260 951	316	826
V. Franca de Xira	103 571	294	352
Alcochete	10 169	94	108
Almada	151 783	70	2 168
Barreiro	85 768	31	2 767
Moita	65 086	55	1 183
Montijo	36 038	347	104
Palmela	43 857	462	95
Seixal	116 912	94	1 244
Sesimbra	27 246	195	140
Setúbal	103 634	171	606
TOTAL	2 540 276	3 128	812

Fonte: CCRLVT, *Atlas Institucional da Região*, Lisboa, CCRLVT, 1998.

ANEXO – VI

PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DA *ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA* EM ENCONTROS DE PATRIMÓNIO

CONCELHO	ASSOCIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS
Almada	*Associação para a Defesa do Património Cultural do Concelho de Almada*	1980 Alfredo Tinoco; Maria Filomena Boavida; Alfredo Canana 1981 Alfredo Tinoco, Alfredo Canana 1982 Alfredo Tinoco; Maria Filomena Boavida
	Centro de Arqueologia de Almada	1980 Amílcar Guerra; Luís Barros 1982 Luís Barros; M. Graziela Duarte
	Centro Cultural de Almada	1980 António Neves Policarpo; Carlos Jorge Silva Ferreira 1981/1982 Nuno Cruz Bernardo
	Grupo de Investigação e Divulgação Científica - GIDC	1980 Luís Pinto Silva, Eduardo Casares de Almeida 1981 Manuel Carlos Amorim
Amadora	*Centro Cultural Roque Gameiro*	1980 Manuela Caroço, Jorge Rodrigues Godinho, João Cravo 1981/1982 Alexandra Luiz, António Gonzalez, Francisco Oliveira, João Cravo, Manuela Hartley 1982 Jorge Miranda, João Viegas, Alda Vicente, Isabel Rodrigues
Loures	*Associação para a Defesa do Património Cultural do Concelho de Loures*	1981 (não refere nome dos participantes)
Mafra	*Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Mafra / /Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Prof. Raúl de Almeida*	1980/1982 José Eduardo Ribeiro 1982 Isabel Albino
	Liga dos Amigos de Mafra	1980/1982 Lubélia Medeiros e José Medeiros 1982 Inácio Beirão
Montijo	*Círculo de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho do Montijo*	1981/1982 Joaquim Tapadinhas, Luís Santos Graça 1982 José Vítor, Rui Guedes, António Janeiro, Mário Tapadinhas

Oeiras	*Frente Ecológica*	1982 Afonso Cautela
Palmela	*Grupo de Amigos de Palmela*	1980 Firmino Contente, José Hermano Saraiva, Maria de Lurdes Sá Nogueira Saraiva, Vasco Oliveira Machado
Sesimbra	*Centro de Estudos Culturais "Raio de Luz"*	1980/1982 José Pedro Xavier
Setúbal	*Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da região de Setúbal SALPA*	1980/1981 Arlindo Mota 1981/1982 Eduardo Conceição, Isabel Mota 1982 Natália Aldeia, Manuel Begonha, Alberto Pereira, Odete Piteira, Amélia Carneiro
	Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Distrito de Setúbal DEPA	1981 Ana Canada Reis, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Luís Mesquita
Sintra	*Associação de Defesa do Património de Sintra*	1981/1982 Gonçalo Melo Guimarães 1981 José Cardim Ribeiro, Vítor Silva Ramos 1982 Pedro Bettencourt, Vasco Câmara
	A Barca dos Saloios - Associação para a Salvaguarda do Património da região de Sintra	1980 António Santos Simões
	Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Belas	1981 Jorge Alberto Antunes Fresco
Inter-Concelhia	*Comissão Inter -Concelhia de Protecção do Património Histórico-Cultural (Cascais, Sintra e Oeiras)*	1980 Guilherme Cardoso, Rute Minhava, António Gonzalez 1981 Guilherme Cardoso
Região de Lisboa	*Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa*	1981/1982 António Nabais, Isabel Ribeiro, Jorge Custódio, Luísa Santos, Paulo Ramos 1982 José Silva Passos, Joaquim Cabeça Padrão, Constança Rosa, Nuno Teotónio Pereira, Irene Buarque

Fontes: "Questionário às ADPs" elaborado pelo *Núcleo de Arte, Arqueologia e Defesa do Património* da Revista *História e Crítica* da FLL em colaboração com o *Grupo de Trabalho Inter-Associações - I Encontro das ADPs*, Lisboa, FADEPA, 1981, dact., p. 115-125; *Actas - 2.º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* (Braga, 9-12/Abril/1981), Braga, s.d.; *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1 a 4 de Abril de 1982 (*dossier* de documentação), dact..